



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS  
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFAM  
Doutorado em História Social

MICHELE PIRES LIMA

**SOB O ESPELHO DE OXUM:**

afetos, maternagem e ações sociopolíticas de Mulheres Lésbicas Negras e Afro-indígenas em Manaus/AM (1992-2020)

Manaus/AM  
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS  
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFAM  
Doutorado em História Social

MICHELE PIRES LIMA

**SOB O ESPELHO DE OXUM:**

afetos, maternagem e ações sociopolíticas de Mulheres Lésbicas Negras e Afro-  
indígenas em Manaus/AM (1992-2020)

*Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como exigência para obtenção do título de Doutora em História Social.*

*Orientador: Prof. Dr. Julio Claudio da Silva*

Manaus/AM  
2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

---

- L732e      Lima, Michele Pires  
              Sob o espelho de Oxum: afetos, maternagem e ações sociopolíticas de  
              Mulheres Lésbicas Negras e Afro-indígenas em Manaus/AM (1992-2020) /  
              Michele Pires Lima. - 2025.  
              290 f. : il., color. ; 31 cm.
- Orientador(a): Julio Claudio da Siva.  
              Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de  
              Pós-Graduação em História, Manaus, 2025.
1. Manaus. 2. Mulheres Lésbicas Negras. 3. Afetividade e Maternidade.  
              4. Movimento Social. 5. História Oral. I. Siva, Julio Claudio da. II.  
              Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em  
              História. III. Título
-

*Dedico este trabalho à todas as mulheres cisgêneras, trans, lésbicas, negras e afro-indígenas do Amazonas que fazem das suas vidas uma rede de resistência contra as opressões interseccionais.*

*Dedico também à Sociedade Civil Organizada amazonense, especialmente a Associação de Travestis e Transexuais do Amazonas (ASSOTRAM), o Movimento de Mulheres Negras da Floresta – Dandara, a Associação Amazonense de Mulheres Independentes pela Livre Expressão Sexual (AAMILES), o Espaço Feminista Uri-Hí e a Confraria LGBT.*

*Ao meu avô, José Pires (em memória).*

*E em memória de todas as mulheres e homens vítimas da COVID-19.*

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Julio Claudio da Silva - Presidente**

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

---

**Profa. Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai – Membro Externo**

Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL/MG

---

**Profa. Dra. Lauri Miranda Silva – Membro Externo**

Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS/ Rolante

---

**Profa. Dra. Cláudia Maria de Farias – Membro Externo**

Universidade Federal Fluminense - UFF

---

**Prof. Dr. Glauber Cícero Ferreira Biazo – Membro Interno**

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

---

## **AGRADECIMENTO**

Escrever esta tese foi uma das experiências mais desafiadoras, instigantes e apaixonantes que já tive. Foi desafiador pois se trata de um trabalho investigativo que procura ser original, ético e comprometido com a justiça social. Instigantes e apaixonantes pois me aproximou mais da minha história enquanto pessoa trans inserida no movimento social LGBTI+ amazonense, e me permitiu reconhecer, nas vivências de mulheresidades ativistas, exemplos a serem acompanhados e seguidos para mobilizar estratégias de superação das desigualdades sociais. Apesar disso, é importante pontuar que, mesmo com pessoas extraordinárias apoiando, colaborando e não permitindo minha desistência, a escrita constitui, algumas vezes, um ato solitário. Mesmo diante das adversidades ao longo desses quatro anos, preciso agradecer de coração a todas/todos que contribuíram substancialmente para concretização deste trabalho: desde conversas informais, os diálogos contornados por teorias e metodologias, as risadas e distrações em momentos de desânimo e ansiedade.

Considerando o fato de ser uma travesti amazonense vivendo numa sociedade desigual e excludente, tive o apoio de diferentes pessoas e comunidades para prosseguir meus estudos e minha profissionalização no campo da história, área escolhida para atuar. Quero iniciar os agradecimentos àqueles e àquelas que sempre estiveram comigo, sem largar minhas mãos mesmo diante das dificuldades. Aos meus pais, Maria José Lima Pires e Milton Ferreira Lima; aos meus irmãos, Monaliza Pires Lima e Maycon Pires Lima; ao caçula da família, Luan Rodrigues Lima, meu sobrinho; à minha tia, Maria do Desterro Lima Pires e minha avó, Luzia Lima. Nessa fase da minha vida, digo sem hesitar que o apoio, o cuidado e o afeto familiar são fundamentais para que pessoas trans resistam e consigam prosseguir seus estudos, acessar o mercado de trabalho – em suma, enfrentar a sociedade LGBTIfóbica –, mas sabendo que têm um lugar repleto de afeto e de respeito.

Quero agradecer ao meu orientador, Dr. Júlio Claudio da Silva, pessoa incrível a quem tenho uma enorme satisfação de chamar de amigo. Júlio é um exemplo de simplicidade, carisma e profissionalismo com ética. Sou muito grata pelas orientações, pelas conversas formais e informais e pelo apoio oferecidos a mim desde 2019. É, já se vão quase seis anos da nossa relação orientador e orientanda, Júlio. Por isso, sou muito grata pela sua sensibilidade como pesquisador e pelo exemplo de professor e pesquisador, qualidades que me motivaram a prosseguir na vida acadêmica e me tornar a primeira travesti doutora formada pela UFAM.

Às companheiras Francy Junior, Sebastiana Silva, Antônia Barroso, Izabel Cristina da Costa e Andria Paula Rodrigues por terem segurado minhas mãos e mergulhado comigo nessa empreitada desafiadora no oceano da história e da memória. Obrigada pela colaboração e pelas trajetórias de vida singulares e potentes, e pelos seus ativismos que, em suas especificidades, confluem para uma sociedade com justiça social e equânime para todas as pessoas em situação de minoria social. Em nome de todo o Amazonas, agradeço seus esforços históricos em defesa e na promoção dos Direitos Humanos.

Também quero agradecer aos/às meus/minhas professores/as da graduação em História, que participaram em diferentes medidas na minha trajetória da graduação, mestrado e doutorado. Início pelos docentes. Obrigada pelos ensinamentos: Patrícia Maria Alves-Melo, Kátia Cilene do Couto, Maria Luiza Ugarte Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, César Augusto Queirós, Glauber Cícero Biazó, Keith Valéria Barbosa, Nelson Tomelin, Patrícia Rodrigues da Silva, Síval Gonçalves e Almir Diniz.

Agradeço também às professoras Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Cláudia Farias e o professor Glauber Cícero Biazó, membros da banca de qualificação, e, agora, membros da banca de defesa pelas valiosas contribuições para melhoria desta tese de doutorado, principalmente por direcionar o caminho que devia percorrer. Estendo os agradecimentos à professora Lauri Miranda Silva para compor a banca de defesa, juntamente com os professores supracitados, cuja leitura sensível e atenta foi fundamental para finalizar este trabalho com qualidade e ética.

Faço um enorme agradecimento ao querido amigo, Jailson Mota, Secretário do Programa de Pós-Graduação em História, por ser tão solícito, atencioso e generoso com as demandas dos/das discentes do PPGH-UFAM. Jailson, obrigada pelos diálogos amistosos entre cafés e bolachas nos laboratórios, na sala da secretaria e pelos corredores do programa; saiba que você é o melhor secretário que poderíamos ter.

Carinhosamente, agradeço os abraços, os diálogos e o carinho mútuos dos meus amigos/as de doutorado, iniciado na segunda metade de 2021: Isabel Saboia Varão, Dhyene Vieira, Cesar Aquino Bezerra, Roger Kenned Repolho, Francisco Adriano Leal e outros colegas do doutorado, que conviveram comigo nas aulas do curso.

Quero agradecer o apoio técnico da empresa de comunicação *A Crítica*, na pessoa da Samantha Campos, que me auxiliou no mapeamento das fontes jornalísticas dentro de onde se produz o referido jornal. Também agradeço à gestão da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas pela disponibilização dos jornais em sua hemeroteca

onde também pude fazer pesquisa. Um agradecimento especial ao Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Manaus, por terem aberto as portas para essa jovem pesquisadora acessar seus arquivos para produção desta tese de doutorado.

Por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo fomento desta pesquisa. Precisamos, diuturnamente, defender e fortalecer as universidades públicas e as agências de fomento para que nossa sociedade cresça científica e tecnologicamente, a fim de superarmos as desigualdades e exclusões sociais que impedem pessoas como eu de permanecer na educação, no mercado de trabalho e nos espaços públicos de decisão.

*Na beira do rio, onde Oxum penteia  
suas águas doces com o espelho do mundo,  
desenha-se a história esquecida –  
não pelos ventos,  
mas pelos arquivos que insistem em calar  
vozes que não cabem em suas margens.*

*Lá estão elas,  
Francy, Antônia, Tiana, Isabel, Andria —  
nó na garganta da História,  
fio entre o sagrado e o político,  
entre a dor e a dança,  
entre o grito e o afeto.*

*A cidade de Manaus pulsa em cada página,  
com suas ruas que já foram exílio e palco,  
com seus jornais que ora negam, ora expõem,  
com suas calçadas onde o amor é resistência,  
onde a maternidade é rebeldia,  
onde ser lésbica, negra e amazônida é  
um gesto radical de existir.*

*Sob o espelho de Oxum,  
maternagem é luta,  
afetividade é política, o corpo é texto  
e a memória —  
ah, a memória —  
é ferramenta de justiça.*

*Travessias feitas de palavras e silêncios,  
de vestígios e vozes,  
de risos partilhados e violências sobrevividas.  
Não é apenas uma tese.  
É oferenda.  
É encantamento.  
É desobediência historiográfica.*

Texto: Lauri Miranda Silva

## **RESUMO**

Esta tese de doutorado investiga as trajetórias de vida e as ações sociopolíticas de mulheres lésbicas negras e afro-indígenas em Manaus/AM, entre 1992 a 2020. Para isso, a História Oral foi empregada como metodologia. Ela contribuiu para o rastreamento, a coleta e a análise das memórias individuais e coletivas narradas pelas participantes, assim como para o registro de suas impressões pessoais e participação em eventos históricos. O estudo tangencia temas como cotidiano, escolaridade, relações sociais, formas de ativismos, maternidade dissidente e a presença das relações afetivo-sexuais. Desse modo, reconhece os efeitos nocivos do patriarcado, da heterossexualidade compulsória e do racismo, que dificultam a positivação e a percepção de si dessas mulheres enquanto sujeitas históricas, e destaca a lesbianidade negra como um componente capaz de desestabilizar estruturas de opressão. Assim, esta pesquisa propõe contribuir para uma guinada na história do esquecimento das lésbicas, especialmente das lésbicas negras e afro-indígenas, que o sistema capitalista moderno/colonial tentou silenciar pelo entrecruzamento de opressões sociais. As histórias de Francy Junior, Antônia Barroso, Sebastiana Silva, Izabel Cristina da Costa e Andria Paula Rodrigues descortinam as possibilidades para que outras sujeitas e sujeitos narrem suas memórias individuais e estas sejam analisadas à luz da história pública, democrática e dissonante da cisheteronormatividade.

**Palavras-chave:** Manaus, Mulheres Lésbicas, Raça, Afetividade, Maternidade, Movimento Social, História Oral, História Pública.

## **ABSTRACT**

This thesis investigates the life trajectories and sociopolitical actions of Black and Afro-Indigenous lesbian women in Manaus/AM, from 1992 to 2020. Oral History was employed as the methodology. It contributed to the tracing, collection and analysis of the individual and collective memories narrated by the participants, as well as to the recording of their personal impressions and participation in historical events. The study touches upon themes such as daily life, education, social relations, forms of activism, dissident motherhood, and the presence of affective-sexual relationships. In doing so, it recognizes the harmful effects of patriarchy, compulsory heterosexuality, and racism, which hinder these women's self-affirmation and perception of themselves as historical subjects, and highlights Black lesbianism as a component capable of destabilizing oppressive structures. Thus, this research aims to contribute to a turning point in the history of the forgotten lesbians, especially Black and Afro-Indigenous lesbians, whom the modern/colonial capitalist system attempted to silence through the intersection of social oppressions. The stories of Francy Junior, Antônia Barroso, Sebastiana Silva, Izabel Cristina da Costa, and Andria Paula Rodrigues unveil the possibilities for other individuals to narrate their individual memories, and for these to be analyzed in the light of a public, democratic, and dissonant history from cisheteronormativity.

**Keyword:** Manaus, Lesbian Women, Race, Affectivity, Maternity, Social Movement, Oral History, Public History.

## LISTA DE SIGLAS

**AAGLT** – Associação Amazonense de Gays, Lésbicas, Travestis  
**AAMILS** – Associação Amazonense de Mulheres pela Livre Expressão Sexual  
**ABGLT** – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Intersexo  
**ADI** – Ação Direta de Inconstitucionalidade  
**ADPF** – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental  
**ALEAM** – Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas  
**ALEM** – Associação de Lésbicas de Belo Horizonte – MG  
**ANTRA** – Associação Nacional de Travestis e Transexuais  
**ASSOTRAM** – Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas  
**CDHM** – Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados  
**DECRADI** - Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância  
**CFM** – Conselho Federal de Medicina  
**CFP** – Conselho Federal de Psicologia  
**CID** – Código Internacional de Doenças  
**CIEE** - Centro de Integração Empresa Escola  
**CMDM** – Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Manaus  
**FIEAM** – Federação das Indústrias do Estado do Amazonas  
**FPMM** – Fórum Permanente das Mulheres de Manaus  
**GGA** – Grupo Gay do Amazonas  
**GGB** – Grupo Gay da Bahia  
**IML** – Instituto Médico Legal  
**INAMPS** – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social  
**LGBTI+** - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexos  
**OMS** – Organização Mundial da Saúde  
**ONG** – Organização Não-Governamental  
**PDT** – Partido Democrático Trabalhista  
**PSC** – Partido Social Cristão  
**PSDB** – Partido da Social Democracia Brasileira  
**PT** – Partido dos Trabalhadores  
**REDETRANS** – Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil  
**SEJUSC** – Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania  
**SPP-AM** – Secretária de Estado de Segurança Pública do Amazonas  
**STF** – Supremo Tribunal Federal  
**SUS** – Sistema Único de Saúde  
**UFAM** – Universidade Federal do Amazonas  
**UFG** – Universidade Federal de Goiás

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Colonialidade da Sexualidade.....	77
<b>Figura 2</b> – Francimar Santos Junior.....	92
<b>Figura 3:</b> Aniversário de Andria Paula Rodrigues, fevereiro de 2024.....	99
<b>Figura 4:</b> Entrevista com Tiana no Café do Largo, em novembro de 2021.....	99
<b>Figura 5:</b> Antônia Barroso .....	104
<b>Figura 6:</b> Izabel Cristina e Michele Pires em Workshop da Visibilidade Trans da ASSOTRAM.....	108
<b>Figura 7:</b> Mulheres cobram a ALE.....	160
<b>Figura 8:</b> Decidido.....	166
<b>Figura 9:</b> Protesto contra o silêncio.....	224
<b>Figura 10:</b> O amor que já ousa dizer o nome.....	239
<b>Figura 11:</b> AntiLGBTfobia desde cedo.....	247

## **LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E PLANILHAS**

<b>Quadro 1</b> - Colaboradoras na condição de conselheiras do CMDM.....	267
--	-----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO I - HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E INTERSECCIONALIDADE .....</b>	<b>33</b>
1.1 Interseccionalizando o debate historiográfico .....	33
1.2 “Sou Preta”: colonialidade do poder e relações raciais .....	54
1.3 Mulheridades em foco: colonialidade do gênero e sexualidade .....	70
1.4. Nas malhas da cidade: (re)encontrando as colaboradoras .....	87
<b>CAPÍTULO II - DIFERENÇA E DESIGUALDADE SOCIAL NAS EXPERIÊNCIAS LÉSBICAS NEGRAS E AFRO-INDÍGENAS .....</b>	<b>111</b>
2.1 “Essa menina diferente... que quer ser diferente”: memória, violência e políticas de familiaridade .....	111
2.2 “Ela cuidou muitos anos da minha vida”: memórias e histórias de amor profundo .....	128
2.3 “Eu sou uma sapatão com instinto maternal”: maternidade como prática de afeto e resistências .....	145
<b>CAPÍTULO III - SUSTENTAR MÚLTIPLOS FIOS: A ATUAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DE MULHERES LÉSBICAS RACIALIZADAS NA URBE .....</b>	<b>163</b>
3.1 “Ter esse olhar para a vida das mulheres” .....	163
3.2 De um movimento homossexual ao Protagonismo lésbico manauense.....	184
3.3 “Eu me encontrei nas lutas de movimento de moradia” .....	200
<b>CAPÍTULO IV - MEMÓRIAS PÚBLICAS: REPRESENTATIVIDADE LÉSBICA NEGRA E LUTAS POR JUSTIÇA NA CENA MANAUENSE .....</b>	<b>211</b>
4.1 A atuação de mulheres lésbicas negras contra o silenciamento das mulheres amazônidas no <i>A Crítica</i> .....	211
4.2 Lutar por direitos LGBTI+ no Amazonas.....	232
4.3 Representatividade, participação e controle social de mulheres lésbicas negras no Conselho Municipal dos Direito da Mulher – CMDM.....	251
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>275</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>278</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>281</b>

## INTRODUÇÃO

Em meados de 2020, o psicólogo branco brasileiro, Vicente Galvão Parizi, publicou a obra *O livro dos Orixás: África e Brasil*. Nela, buscou entender, para além de um psicólogo e cientista, as manifestações da espiritualidade, pois, como verificado por ele, a espiritualidade parece maior que as tentativas científicas de apreendê-la. Nesse sentido, admite, ainda, o profundo sentimento de emoção ao ter contato com uma filha de Oxum, Orixá Mãe, cujo entendimento elaborado ao ter sido tocado por ela foi de um acolhimento maternal, “a sensação de estar sendo envolvido pela energia do mais puro amor”.<sup>1</sup> E essa sensação, para Parizi, não podia ser transmitida em palavras, mas apenas ser sentida.

Oxum é Orixá considerada uma das mais relevantes e potentes do “panteão africano”.<sup>2</sup> Ela carrega o epíteto de Mãe, porque “é a Mãe de todas as crianças e todas as criaturas vivas”, significando que todos os humanos são seus filhos e filhas. Senhora das águas doces, dos rios, dos córregos, lagos e cachoeiras, torna-se a dona da vida e de tudo que vem das águas, como o ouro e diversos metais. Senhora da beleza, da graciosidade, simbolizando feminilidades e mulheridades conscientes de sua beleza, ou de múltiplas belezas.

A Senhora das águas, além de graciosa e generosa, representa muito poder e resistência contra as opressões. Um dos mitos religiosos sobre ela se concentra no contexto que o Orixá Olorum, Ser Supremo, decidiu colocar toda sapiência do Universo num minúsculo saco e o escondeu. Diante disso, os Orixás foram em busca desse objeto poderoso e, no final da busca, Oxum o encontrou e assim tornou-se a “Senhora da Sabedoria”. O fato de uma Orixá feminina ser a detentora de toda a sabedoria gerou conflitos, cujo mito revela Orunmilá, Senhor da Adivinhação, arranhando (ou rasgando) o vestido de Oxum para tomar a sabedoria inerente ao saquinho. E ele conseguiu vencer o confronto, porém com muita resistência feminina, nos fazendo recordar que “o poder do Feminino é mais antigo que do Masculino, mas que esses poderes foram roubados pelo patriarcado”.<sup>3</sup>

A potência feminina (e feminista) de Oxum erradia para diferentes dimensões da vida. Ela simboliza a sabedoria, a destreza, a beleza, a eficiência, os afetos e os amores.

---

<sup>1</sup> Parizi, Vicente Galvão. *O livro dos Orixás: África e Brasil*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, p. 13.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 116.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 119.

Os contos sobre Oxum demonstram seu amor por aqueles que necessitavam de ajuda, produzindo uma escuta dos problemas, objetivando aliviar as dores. Além disso, os mitos demonstram seu amor e prazer por outros Orixás, sendo que um desses explicita um relacionamento afetivo com Iansã, Senhora dos Ventos e Raios. A doutora em Estudos da Tradução, negra, lésbica e brasileira, Tatiana Nascimento dos Santos, explica Oxum como uma Orixá que, por conta de ser a protetora das águas doces e das cachoeiras, portanto dona da vida, é símbolo da fertilidade e da fecundidade, muitas vezes vinculados a um “sentido heterocentrado e reprodutivista”.<sup>4</sup> No entanto, em sua tese, anunciou haver outros contos afro-diaspóricos, ou mitos, que trazem outro significado explicativo para a qualidade de “Senhora das águas doces e rios”, lugar habitado pela Orixá.

Um desses contos foi apresentado pela antropóloga feminista branca argentina, Rita Laura Segato, em “Santos e daimones: o politeísmo afro-brasileiro e a tradição arquetipal”, quando Oxum seduziu Iansã, uma vez que essa viu a Senhora dos Ventos parada na porta de sua casa e se encantou com a sua beleza, atração e elegância exalantes. Para conquistá-la, Oxum passava várias vezes na frente da casa de Iansã “cantando, dançando, provocando”. A Orixá dos Raios, embora resistente, acabou cedendo e se relacionando afetiva-sexualmente com Oxum. Esta, por sua vez, nutriu sentimentos por Iansã a ponto de realizar a tentativa de uma “nova conquista”, porém a ousadia e o amor de Oxum fez com que Iansã a buscasse para “castigá-la”. Por isso, a Senhora da Sabedoria, do Ouro e do Amor fugiu “para dentro do rio, lá se escondeu e lá vive até hoje”.<sup>5</sup>

Trazer Oxum como Orixá, símbolo de potência, resiliência, afetividade, maternidade e luta contra a opressão masculinista, no título desta tese, não foi por acaso. Além dessas histórias ancestrais, ela carrega um objeto, o abebé (espelho), que mostra as nossas verdades e as condições de possibilidade para autoconhecimento e reconhecimento de identidades sociais como construções pessoais e coletivas, dando destaque, aqui, para as mulheres lésbicas negras e afro-indígenas.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Santos, Tatiana Nascimento dos. *Letramento e tradução no espelho de Oxum: teoria lésbica negra em auto/re/conhecimentos*. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2014, p. 94-95.

<sup>5</sup> Segato, Laura Rita. *Santos e daimones: o politeísmo afro-brasileiro e a tradição arquetipal*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995, p. 403.

<sup>6</sup> Pontuo que o título da tese e o diálogo com as características e qualidades de “mamãe Oxum”, como parte da história das religiões de matriz africana, não foram objeto de análise deste trabalho, embora algumas colaboradoras da pesquisa terem narrado momentos de suas vidas com religiões, demonstrando uma interrelação gênero, sexualidade e religião. Assim, deixo para outra investigação futura o aprofundamento analítico sobre essa problemática histórica.

Nessa perspectiva, ao me deslocar para baixo do espelho de Oxum e mirar para a diversidade lésbica, eu me conecto com as lésbicas negras e afro-indígenas, e escrevo uma tese que investiga as trajetórias de vida e as ações sociopolíticas das ativistas lésbicas negras e afro-indígenas nos movimentos sociais organizados em Manaus, entre 1992-2020. Sendo assim, considerando a pluralidade de mulheridades<sup>7</sup> na capital amazonense, busco descortinar aspectos do cotidiano, que envolvem as variáveis de gênero, raça, classe e sexualidade, e seus tensionamentos no interior dos movimentos sociais de mulheres e LGBTI+<sup>8</sup>, não perdendo de vista seus trânsitos por outras formas de organização social e política, para produção e promoção de políticas pública em direitos humanos para grupos em situação de minoria social.

Para Adrienne Rich, historicamente as lesbianidades constituem “tanto a ruptura de um tabu quanto à rejeição de um modo compulsório de vida”. É eminentemente uma resistência ao patriarcado e um ataque contra o direito masculino sobre o acesso aos corpos das mulheridades. Além disso, as lésbicas demonstraram que a solidariedade entre as mulheres é uma ferramenta de sobrevivência diante dos efeitos da heterossexualidade compulsória, tratada aqui enquanto instituição e ideologia que nega, força, explora e controla as sexualidades femininas e a possibilidade de amar outras mulheres como suas companheiras, ou aliadas em comunidade, isto é, um *continuum* lésbico.<sup>9</sup>

O grau destrutivo desses discursos e práticas contra grupos que não se encaixam em normatizações produzidas pelo projeto social hegemônico implica em graves

---

<sup>7</sup> Para os pensamentos feministas decolonial e transfeminista, os usos políticos e acadêmicos do termo mulheridade, objetiva evidenciar as diferentes experiências de ser mulher nas sociedades ocidentalizadas, considerando as particularidades sociais, individuais e coletivas para produção das identidades. Nascimento, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021, p. 25.

<sup>8</sup> Ao longo da história, a população e o movimento social alteraram e incorporaram na sigla outras identidades sexuais e de gênero. Lembremos do Movimento Brasileiro Homossexual (MBH), do Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS), do GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais), Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), até chegarmos no Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexuais e mais (LGBTI+) e no Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexos, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e mais outras identidades (LGBTQIAPN+), incorporando o *queer* como identidade social, as pessoas assexuais, intersexos, pansexuais e não-binárias. No entanto, não há um consenso sobre a forma “adequada” da sigla, haja vista que novas identidades vêm surgindo e lutando por um lugar na sociedade, porém, para esta pesquisa, optei pelo LGBTI+ por ser a mais usada pela sociedade civil organizada e pelas instituições públicas e privadas para construção de políticas públicas, explicitando a população intersexo e tendo, no final, o sinal de adição (+) como símbolo informativo de que somos múltiplos e diversos em nossas diferenças. Para aprofundar o conhecimento histórico sobre as siglas, ver: Quinalha, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

<sup>9</sup> A poetisa lésbica, Adrienne Rich, propõe o *continuum lésbico* como um conjunto de vivências de identificação das mulheres, individual e/ou coletivamente, que não se encerra apenas nos desejos e experiências afetivo-sexuais entre mulheres, mas na ampliação das relações contra a tirania masculina e o apoio prático e político. Rich, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas*, n. 5, p. 24-26; 36, 2010.

violações de direitos humanos. A subjugação e a violência contra os corpos das mulheres são mais contundentes entre aquelas localizadas no “lado oculto/obscuro” das sociedades que permanecem sob o sistema da colonialidade do gênero, do poder e da sexualidade, entre elas, as lésbicas atravessadas por diferentes marcadores sociais.<sup>10</sup>

Nesse sentido, torna-se importante lembrar a guinada historiográfica proporcionada pela terceira geração dos *Annales*, na França, e o impacto no aguçamento dos olhares e ouvidos dos/das historiadores/as para “novos objetos, novos problemas e novas abordagens”.<sup>11</sup> As alterações acerca das considerações de documentos, comunidades e sujeitas, permitiu que as mulheridades emergissem com suas especificidades para mudar o olhar histórico, ou seja, ampliando-se a tipologia “das fontes das mulheres e sobre as mulheres” e qualificando a “história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas”<sup>12</sup> para produzir uma historiografia das relações de gênero e das mulheres, considerando outros marcadores sociais da diferença de modo interseccional.

Proponho com isso uma guinada na história do silenciamento<sup>13</sup> das lésbicas, especialmente das mulheres cisgêneras lésbicas negras e afro-indígenas<sup>14</sup> localizadas em Manaus, Amazonas, que são/foram invisibilizadas pelo entrecruzamento de opressões sociais. Por isso, torna-se importante compreender que as lesbianidades são construções históricas e sociais, cujo significado varia a partir das individualidades, o que engloba os marcadores sociais da diferença, que dão substancialidade ao processo de identificação e

---

<sup>10</sup> Lugones, Maria. Colonialidade e gênero. In: Hollanda, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 78.

<sup>11</sup> Para melhor compreender a guinada historiográfica promovida pela Escola dos *Annales*, indico os livros: a tríade organizada por Le Goff, Jacques; Nora, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: livraria Fracisco Alves editora S.A, 1988. Le Goff, Jacques; Nora, Pierre (orgs.). Le Goff, Jacques; Nora, Pierre (orgs.) *História: novos problemas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Fracisco Alves Editora S.A, 1976; Le Goff, Jacques; Nora, Pierre (orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Livraria Fracisco Alves Editora S.A, 1988.

<sup>12</sup> Perrot, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução: Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007, p. 15. Perrot, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 9.

<sup>13</sup> Utilizo o termo silenciamento de acordo com as assertivas da linguista branca brasileira, Eni Orlandi, para quem o silenciamento não significa silêncio, mas o “por em silêncio” por meio de um processo de “produção de sentidos silenciados”, isto é, os não-ditos e as dimensões implícitas do discurso, ou da memória narrada. Por isso, as ativistas aqui nunca estiveram em silêncio, conforme notado ao longo dessa tese, mas resistiram contra as práticas de silenciamento de si e da comunidade que pertenciam por meio de diversas linguagens. Orlandi, Eni Puccinelli. *As formas de silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. – Campinas, SP: Edit. Unicamp, 2007, p. 12 e 34.

<sup>14</sup> Utilizo o termo afro-indígena enquanto reivindicação da colaboradora Sebastiana Silva, defendendo que geopoliticamente, a região Norte é composta em grande medida por indígenas e negros/as, tomando o conceito de miscigenação para justificar e validar a identidade racial/étnica afro-indígena, contribuindo, neste trabalho, para o processo de inclusão das mulheres nortistas e suas diferenças.

de “se apresentar para o mundo”. Conforme dito pela historiadora brasileira, Maria Cruz Ferraz:

para além da questão afetiva e sexual, “ser lésbica”, teria a ver também com conjunto de características e símbolos [...cujas variáveis] influenciam na construção de identidades, de percepção de mundo, de politização (ou não) das categorias e das experiências sociais, econômicas e culturais que compõem as histórias das mulheres.<sup>15</sup>

Diante da urgência de inserção das mulheres lésbicas negras e afro-indígenas no campo da História das Mulheres Brasileiras e Amazônicas, faz-se necessário explicar a relevância e razão de historicizar as dimensões sociais, culturais e políticas na vida das sujeitas históricas escolhidas para esta pesquisa, me referindo aqui às ativistas Francimar Santos Junior (Francy Junior), Antônia Barroso, Andria Paula Rodrigues, Izabel Cristina da Costa, Sebastiana Côrrea da Silva (Tiana).

Mantive contato com **Francy Junior** em janeiro de 2021. Ela é uma mulher cisgênera preta e lésbica, historiadora, atriz de teatro e ativista social no movimento de mulheres negras e no Fórum Permanente das Mulheres de Manaus. Contribuiu na fundação de associações de moradores, de movimentos sociais e na reativação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres em Manaus. Tive três encontros com Junior, que aconteceram virtualmente, por meio do *google meet*, sendo as duas primeiras entrevistas realizadas no contexto de pandemia da COVID-19, e a última em meados de 2024.

Em março de 2021 conheci **Andria Paula** e realizamos nosso encontro pelo *google meet*. A entrevistada é uma mulher negra de pele clara e lésbica, engajada na luta por moradia e por direitos humanos em Manaus. Além disso, no contexto de pandemia Andria estava afastada do movimento social, mas atuando em resposta à pandemia com uma ação social na produção de alimentos e sua distribuição para pessoas em situação de vulnerabilidade, como também para parentes de pessoas internadas e para trabalhadores da saúde na frente dos hospitais públicos.

Reencontrei pessoalmente **Sebastiana Silva**, minha terceira colaboradora, durante suas férias em Manaus, em dezembro de 2021. Tiana, como é conhecida, é uma mulher afro-indígena e lésbica, nascida em Manacapuru, porém vindo muito jovem para viver Manaus. Ativista dos Direitos Humanos, a colaboradora se dedicou principalmente às causas LGBTI+ e, especialmente, das mulheres lésbicas em Manaus. Realizamos duas

---

<sup>15</sup> Ferraz, Maria Cruz: *Em busca da visibilidade: o movimento das mulheres lésbicas em Belo Horizonte (1988-2014)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021, p. 20.

entrevistas, sendo a primeira ocorrida no Café do Largo, na frente do Teatro Amazonas, e a segunda virtualmente, pois já tinha retornado a Salvador/Bahia.

As duas últimas entrevistadas foram **Antônia Maria Barroso e Izabel Cristina da Costa**. A primeira, Antônia, me recebeu na Universidade Nilton Lins, espaço onde cursava biologia em fevereiro de 2022, e a segunda ocorreu na Universidade Federal do Amazonas, em 2023. Antônia é uma mulher cisgênera afro-indígena e lésbica, ativista no movimento social de mulheres, que contribuiu na fundação do Movimento de Mulheres Negras da Floresta-Dandara e o Espaço Feminista Uri-Hí. Por vezes, nos encontros, Antônia chegou a se emocionar, principalmente ao recordar das experiências delicadas de sua vida cotidiana e no movimentos social.

Com Izabel Cristina a entrevista aconteceu na praça de alimentação do Hiper DB do Nova Cidade, em março de 2022. A colaboradora é uma mulher cisgênera negra de pele clara, autodeclarada parda, e se identifica como lésbica, tendo sua atuação como ativista em defesa dos direitos das mulheres lésbica a partir da co-fundação do Associação Amazonense de Mulheres Independentes pela Livre Expressão Sexual (AAMILES). Izabel é uma mulher muito sensível com as palavras e com os gestos, muito orgulhosa dos projetos sociais que desenvolveu e crítica de práticas prejudiciais à luta por justiça social. Parafrazeando a historiadora brasileira Marta Rovai, essas mulheres me ensinaram a “respeitar uma grande narrativa”.<sup>16</sup>

Sobre a escolha do tema, pontuo que a primeira razão diz respeito ao silenciamento que as ativistas lésbicas sofreram no movimento LGBTI+ amazonense até meados da primeira década do século XXI. Corroboro a narrativa-denúncia de Neusa Pereira acerca da discriminação sofrida por mulheres lésbicas negras nos movimentos sociais identitários do Rio de Janeiro nos anos 1990<sup>17</sup>, excluindo-as dos debates e das tomadas de decisões, não sendo uma característica exclusiva daquela realidade, pois alguns anos depois a mesma denuncia vem à tona pelas lésbicas ativistas manauenses no interior da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT)<sup>18</sup>, ao identificarem as substituições por mulheres heterossexuais em eventos nacionais e, também, relegadas à atividades menores, evidenciando a hierarquia de gênero e de

---

<sup>16</sup> Rovai, Marta Gouveia de Oliveira. *Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino*. Salvador: Pontocom, 2013, p. 21. Ressalto que uma apresentação mais detalhada da relação colaborativa entre mim e as entrevistadas e uma análise do trabalho de campo da pesquisa, se encontram na seção intitulada “Nas malhas da cidade: (re)encontrando as colaboradoras” no primeiro capítulo desta tese.

<sup>17</sup> “Lésbicas negras vão lutar contra o racismo”. *Jornal do Comércio*, 1995, nº 36.711, p.10.

<sup>18</sup> Pereira, Denis da Silva. *Violência contra LGBT's em Manaus: resistência e enfrentamento*. Manaus: EDUA, 2020, p. 207-208.

sexualidade no movimento social LGBTI+ entre os anos 1990 do século XX e início do XXI.<sup>19</sup>

A segunda razão tangencia na relevância histórica dos ativismos praticados por mulheres lésbicas negras e afro-indígenas, considerando as singulares compreensões sobre o que, para elas, se configura como um ativismo interseccional, transpassando, em grande escala, o contexto institucional e as burocracias para promoção interpessoal da política do cuidado, das manifestações de rua por justiça social, da ocupação dos espaços públicos generificados, sexualizados e racializados, cujas vivências contribuíram para fundação e/ou ampliação de agendas de associações e movimentos de mulheridades, LGBTI+ e de moradia em Manaus na contemporaneidade.<sup>20</sup>

Ademais, a temporalidade delimitada para esta pesquisa deu-se pela inserção e pelos dilemas enfrentados pelas mulheres lésbicas no primeiro movimento homossexual amazonense – fundado em 1992, por Adamor Guedes – e seus rompimentos para criar suas próprias organizações sociais, como, por exemplo, a Associação Amazonense de Mulheres Independentes pela Livre Expressão Sexual. Assim, por um lado, tornou-se pertinente historicizar as instituições que se associaram e/ou contribuíram na fundação; por outro lado, foi imperioso evidenciar e problematizar suas perspectivas enquanto agentes históricos, considerando seus sentimentos e ressentimentos, seus desejos por mudança social, seus principais trabalhos, suas perspectivas de futuro ante um cenário de acirramento das desigualdades sociais e econômicas, especialmente para mulheridades e feminilidades racializadas em Manaus/AM. Além disso, a Manaus da década de 1990 também foi palco para fundação de novos movimentos sociais ligados ao pensamento de politização das identidades sociais e raciais, baseadas, conforme veremos ao longo do trabalho, nas ausências de representatividade nos espaços públicos, no rompimento com o assujeitamento social e na possibilidade de erradicação da pobreza e da violência contra minorias sociais. Esta angústia e indignação fomentaram a criação dos movimentos sociais, associações e coletivos presentes nas narrativas orais das colaboradoras.

---

<sup>19</sup> Seleccionei o movimento social LGBTI+ como marcador temporal e espacial inicial desta tese por ser uma organização anterior àquelas identificadas nas narrativas das colaboradoras, ou seja, o movimento de mulheres negras, movimento de moradia, o Fórum Permanente de Mulheres de Manaus e o próprio Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Para melhor esclarecimento, ver Capítulo III.

<sup>20</sup> Vale ressaltar que a década de 1990 foi um período importante para a emergência de novos movimentos sociais no Brasil, e o Amazonas não fugiu à essa realidade como poderá ser notado a partir do capítulo III nas interpretações das memórias de ativismos das colaboradoras do estudo.

Em continuidade temporal, finalizo a pesquisa no contexto de pandemia do coronavírus e nas eleições municipais.<sup>21</sup> Em 2020, tivemos um momento de mudanças radicais ocasionadas pela COVID-19, que escancarou as problemáticas socioeconômicas e as dificuldades de acesso às benesses sociais pela população, e no que se contou com a atuação das organizações da sociedade civil (associações, ONGs e movimentos sociais) de mulheres e de LGBTI+ para garantir algum tipo de ajuda e resposta ao problema, especialmente na área alimentar e da seguridade de moradia. Conforme demonstram as fontes orais e as fontes impressas, os principais grupos impactados pelos problemas advindos com a pandemia foram as mulheres, a população LGBTI+ e as pessoas em situação de rua.<sup>22</sup> Nesse sentido, 2020 constituiu historicamente uma “fenda no tempo”, que ocasionou uma reconfiguração no pensamento social e, conseqüentemente, as formas de ativismo social também se atualizaram, rompendo com os antigos modos e seus instrumentos de combate, havendo de encarar uma outra ordem do tempo e “de uma sociedade a outra, [...pois] os vários modos de historicidade diferem, isto é, as maneiras de viver e de pensar essa historicidade e de servir-se dela, os modos de articular passado, presente e futuro”.<sup>23</sup>

Diante disso, esta tese de doutorado, resultado de preocupações históricas, se encontra decomposta em quatro capítulos, a saber. No primeiro capítulo intitulado *História, Historiografia e Interseccionalidade* apresento um panorama teórico-epistemológico com o intuito de explorar as abordagens decolonial e interseccional, contribuindo para fundamentação das análises das fontes orais e escritas produzidas e mapeadas para esta pesquisa. No primeiro tópico, *Interseccionalizando o debate social e histórico*, analiso os fundamentos teóricos da interseccionalidade enquanto ferramenta analítica produzida pelas feministas negras para compreender e refletir sobre os problemas sociais e históricos que afetam as pessoas racializadas, de sexualidades e

---

<sup>21</sup> “Pandemia é um termo que designa uma tendência epidemiológica. Indica que muitos surtos estão acontecendo ao mesmo tempo e espalhados por toda parte. (...) Cada um deles pode ter intensidades, qualidades e formas de agravo muito distintas e estabelece relações com as condições socioeconômicas, culturais, ambientais, coletivas ou mesmo individuais. Uma pandemia pode até mesmo se tornar evento em escala global”. Matta, Gustavo C., Rego, Sérgio, Souto, Ester. P., and Segata, Jean. (orgs.). Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021.

<sup>22</sup> Pimenta, Denise Nacif; Wenham, Clare, Rocha, Mariela Campos, et.al. *Leituras de Gênero sobre a COVID-19 no Brasil*. In: Matta, Gustavo Corrêa; Rego, Sergio; Souto, Ester Paiva; Segata, Jean (orgs.). Os impactos sociais da COVID-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19; Editora FRIOCRUZ.

<sup>23</sup> Hartog, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. 1.ed; 3. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 45.

gêneros dissidentes, de gerações e regiões distintas, instigando uma *práxis* crítica que desemboca em ações resolutivas dos problemas gerados pela matriz de opressão. Destaco as dimensões política e histórica desta ferramenta, pois antes mesmo de ser nomeada, institucionalizada e legitimada nas universidades, as questões de raça, classe e gênero já constituíam uma preocupação histórica para as intelectuais e ativistas, sobretudo no eixo Sul-Sul. Por isso, se tornou dever desta tese trazer, inclusive, as primeiras intelectuais brasileiras e não-brasileiras que evidenciaram e demonstraram o funcionamento das desigualdades de gênero, raça e classe, de modo interrelacionado, nas experiências de indivíduos e grupos populacionais subalternizados pelo sistema capitalista moderno, sobretudo as mulheres racializadas.

No segundo tópico, “*Sou preta*”: *colonialidade do poder e relações raciais*, objetivo compreender, teórica e epistemologicamente, o processo de construção das identidades raciais, especificamente a negra, a partir da autodeterminação das colaboradoras<sup>24</sup> lésbicas negras e afro-indígenas. A partir disso, interligo as produções de historiadores/as e pensadores/as das questões raciais com as memórias de vivências do racismo nas trajetórias de vida das ativistas, identificando as artimanhas produzidas por elas para contornar a discriminação racial cotidiana.

Na terceira seção, *Mulheridades em foco: colonialidade do gênero e sexualidades*, contextualizo as questões de identidade de gênero e de sexualidade numa perspectiva feminista negra e decolonial que fundamentam este trabalho. Minha abordagem baseia-se em produções intelectuais sobre/com lésbicas e seus feminismos e, também, naquelas produções que levaram em consideração o protagonismo das mulheres negras historicamente. Essa fundamentação visa sustentar a autoafirmação política das mulheres, especialmente enquanto lésbicas-negras, legitimando suas lutas sociais e de resistência contra sistemas patriarcais e racistas. Isso é crucial em um contexto em que a sub-representação e o silenciamento persistem. Para isso, parto de uma análise das perspectivas da colonialidade do gênero da filósofa branca argentina, Maria Lugones, para explicar a subalternização das mulheres racializadas e a hierarquização sistematizada pelo colonialismo e o eurocentrismo.

---

<sup>24</sup> Utilizo o termo colaboradora a partir das reflexões teóricas sobre a metodologia da história oral do historiador branco brasileiro, José Carlos Sebe Bom Meihy. Nesse sentido, a colaboração num projeto de história oral constitui em uma relação, cujo colaborador ou colaboradora é tanto “quem narra como quem registra”, levando em consideração o fato de ser “sempre uma situação acordada, premeditada, discutida, jamais imposta ou improvisada”. Meihy, José Carlos Sebe Bom; Holanda; Fabíola Holanda (orgs.). *História oral: como fazer, como pensar*. 2ª ed., 4ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2015, p.119-120.

Na quarta e última seção deste capítulo, intitulado *Nas malhas da cidade: (re)encontrando as colaboradoras*, apresento as colaboradoras da tese, o percurso das entrevistas, considerando o primeiro contato, os lugares das entrevistas, as impressões e as inquietações sobre as memórias narradas. O campo e o caderno estão imbuídos de emoções, nos fazendo ter mais interesse pelo estudo do passado. Ancorada nos estudos da historiadora Verena Alberti, que sinaliza para o trabalho com as sensibilidades, sendo necessário aguçarmos nossos ouvidos e olhos para os aspectos que influenciam o processo de entrevista, considerando, assim, as percepções que as narradoras têm da sua interlocutora.

Já o segundo capítulo nomeado “*Diferença e desigualdade social nas experiências lésbicas negras e afro-indígena*”, foi dividido em três seções. Em “*Essa menina diferente... que quer ser diferente*”: *memória, violência e políticas de familiaridade* analiso o processo de rememoração da infância e da juventude das colaboradoras, identificando as concepções de diferença e desigualdades nos contextos familiares, no cotidiano de trabalho, educação e sociabilidade. As memórias narradas por Tiana Silva, Izabel Cristina e Francy Junior são fundamentais para elucidar o surgimento de seus ativismos, na medida em que enfrentam a discriminação e produzem estratégias de sobrevivência ante às imposições da heterossexualidade compulsória e institucionalizada, e às questões de gênero, sexualidade e raça. A sociedade manauense, nesse contexto, move-se para desqualificar e violentar seus corpos e subjetividades, por identificá-las como *outsiders*<sup>25</sup>, ou seja, fora da ordem social hegemônica, tentando forçá-las a se adequar ao modelo moral de "normalidade" manifesto na segunda metade do século XX.

Na segunda seção, “*Ela cuidou muitos anos da minha vida*”: *memórias e histórias de amor profundo*, busco historicizar o afeto e o amor profundo nas memórias das ativistas Francy Junior, Tiana Silva e Andria Paula Rodrigues. Aqui, articulo as noções de afetividade sexualizada e afetividade não sexualizada, e considero a “agência sexual” e a “autonomia erótica”, propostas pelas feministas negras e teóricas lésbicas, a fim de demonstrar o empoderamento promovido pelas múltiplas formas de afeto construídas pelas mulheres lésbicas negras e afro-indígenas<sup>26</sup>. Ressalto que os afetos

---

<sup>25</sup> Elias, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

<sup>26</sup> Collins, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 257; 284.

amorosos entre mulheres, sejam eles racializados ou não, têm sido insuficientemente abordados na historiografia brasileira. Essa lacuna se deve à percepção de que tal dimensão da vida não possui valor histórico essencial para se depreender como as relações sociais e cotidianas no Brasil operam a partir de outras chaves culturais, temporais e espaciais. A partir disso, objetivo contribuir para o fortalecimento de uma epistemologia lesbiana amazônica e sua inscrição na historiografia das sexualidades.

Na terceira e última seção intitulada “*Eu sou uma sapatão com instinto maternal*”: *maternidade como prática de afeto e resistências*, analiso os sentidos e os significados da maternidade nas experiências das colaboradoras, problematizando as narrativas orais acerca das dificuldades, das felicidades, dos modelos de educação antidiscriminatório – haja vista a presença da LGBTIfobia<sup>27</sup>, do racismo e do machismo ao longo das suas vidas –, as demonstrações de orgulho pelos caminhos que percorreram, a relação dos filhos/as com os movimentos sociais e o cuidado afetuoso, interpretado também enquanto resistência que desemboca como uma frente de luta na defesa dos direitos humanos. Assim, as memórias da maternagem transbordam sensibilidade e chamam atenção para temáticas consideradas “sem importância” para uma historiografia conservadora e fechada à problemas históricos ausentes das fontes oficiais. Por esse motivo, proponho questões que possam contribuir no aprofundamento do tema e na produção historiográfica: como as colaboradoras interpretam suas maternagens? Qual o valor histórico e social que atribuem? De que modo relacionam suas identidades sexuais e a possibilidade de serem mães? O que é ser uma ativista lésbica negra e mãe no contexto manauense?

Como toda pesquisa, as mudanças e as reestruturações são parte do processo, de acordo com as disposições das fontes. Nesse sentido, as fontes orais construídas junto com às colaboradoras, a escolha temática e a análise textual foram possíveis a partir de uma “História por demanda”<sup>28</sup>, implicada pelas vicissitudes nas agendas pré-

---

<sup>27</sup> A LGBTIfobia, ou LGBTfobia, é o nome dado à discriminação e o menosprezo contra pessoas que vivenciam sexualidades e gênero fora no padrão cisgênero e heterossexual, ou seja, lésbicas, gueis, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos, pansexuais entre outros sujeitos. Em 2019, o Brasil criminalizou a homofobia e a transfobia na qualidade de racismo contemporâneo, amparado na Lei nº 7.716/1989. Isso somente foi possível por meio da pressão de organizações nacionais LGBTI+ e aliados/as no Supremo Tribunal Federal (STF), através da ADO nº 26 e MI nº 4.733, pois perceberam na Suprema Corte uma alternativa de proteção às vidas de pessoas LGBTI+ ante a morosidade do legislativo brasileiro em se debruçar sobre a criminalização da LGBTIfobia. Para haver um conhecimento aprofundado dos direitos LGBTI+ garantidos via judiciário, especialmente a criminalização da homotransfobia, ver: Brasil. *Diversidade/Supremo Tribunal Federal*. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2020, p. 50-59.

<sup>28</sup> Utilizo o conceito de “Antropologia por demanda”, cunhado por Rita Segato, e proponho uma interpretação para o campo da História, especialmente para os/as oralistas, que produzem seus trabalhos a

estabelecidas, pois justamente o que queremos apreender “pode não necessariamente coincidir com o que o narrador quer contar”.<sup>29</sup> Além disso, os temas analisados aqui nesta tese podem “funcionar como uma espécie de ‘paradigma empírico’, isto é:

O uso de uma pequena unidade social como foco de investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais, maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável (...) pode-se compreender melhor as características estruturais que elas têm em comum e as razões por que, em condições diferentes, elas funcionam e se desenvolvem segundo diferentes linhas.<sup>30</sup>

Nesse interim, busquei revisar a agenda de pesquisa, “virando o pescoço”, o olhar e os ouvidos para aquilo que as ativistas lésbicas negras e afro-indígenas desejavam contar sobre si e suas trajetórias políticas, pois, como afirma Portelli, as informações mais potentes e preciosas, em grande medida, estão além daquilo que pesquisadores e contadores de histórias “consideram historicamente relevante”: as percepções de si como diferentes e as desigualdades erguidas contra as lesbianidades, a presença do racismo na infância e na adolescência, a pobreza, o autoflagelo, o medo de assumir a sexualidade e relacionamentos afetivo-sexuais, a violência intrafamiliar e pública, o cuidado, autocuidado e o assédio. Por esse caminho, exercito uma escuta respeitosa e atenciosa ante às experiências vividas, que, em última instância, também são histórias.<sup>31</sup>

O terceiro capítulo nomeado “*Sustentar múltiplos fios: a atuação social e política de mulheres lésbicas negras na urbe*”, repartido em três seções, descritas a seguir: Em “*Ter esse olhar para a vida das mulheres*”, procurei esquadrihar o processo de inserção e de contribuição para construção dos movimentos sociais de mulheres em Manaus a partir da segunda metade dos anos 1990 do século XX. Focalizo aqui nas narrativas orais de Franciny Junior e Antônia Barroso, por evidenciarem suas participações de forma ampla nas organizações sociais de/para mulheres na cidade. No entanto, seus processos de construção enquanto ativistas antecedem àquelas organizações, sendo possível verificar suas contribuições na fundação da Associação de Moradores, em

---

partir das fontes orais “cocriadas” com sujeitas e comunidades que “colocam suas ‘demandas’” para obter “um lugar e uma razão no caminho do presente”, interpelando a História para outras experiências e problemas históricos ausentes, em grande escala, das fontes arquivísticas. Segato, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Tradução Danielli Jatobá, Danú Gotijo. 1ª ed. Rio de Janeiro – Bazar do Tempo, 2021, p. 13-14.

<sup>29</sup> Portelli, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 10.

<sup>30</sup> Elias, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 20-21.

<sup>31</sup> Portelli, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 10-11.

Coletivos de Educação Política e em Companhias de Teatro Alternativos de viés militante. Apesar de estarem diretamente ligadas ao movimento de mulheres/feministas, Junior e Barroso transitam em outras organizações sociais identitárias, inclusive em partidos políticos, considerando o marcador de gênero como parte do debate público, e também a raça/etnia e a sexualidade. Sobre isso, Megg Rayara de Oliveira aponta que os marcadores sociais da diferença, que atravessam as vidas de lésbicas negras, “estarão presentes ao longo de suas vidas, como uma sombra que se transmuta no que se refere ao tamanho e à forma na medida em que se movem”.<sup>32</sup> Portanto, as demandas e preocupações mais pujantes das duas colaboradoras, neste tópico, giram em torno das variáveis gênero, raça e cidadania.

Em “*De um movimento homossexual ao Protagonismo lésbico manauense*”, faço uma conexão com o tópico anterior enfatizando a variável da sexualidade nas memórias narradas. Busquei historicizar os ativismos de Tiana Silva e Izabel Cristina, cofundadoras da primeira organização social lésbica de Manaus: Associação Amazonense de Mulheres Independentes pela Livre Expressão Sexual – AAMILES. As memórias narradas das colaboradoras evidenciam tensionamentos, angústias, lamentações, alegrias e, principalmente, esperança na justiça social para a população LGBTI+, sobretudo as lésbicas. Por esse caminho, os usos metodológicos da história oral junto aos movimentos sociais, e a escuta atenta as colaboradoras da pesquisa, ajudam a compreender os significados de ser ativista e as ações sociais desenvolvidas entre o período delimitado, podendo “promover políticas públicas a partir da significação das reivindicações e disputas socioeconômicas narradas por esses sujeitos coletivos”<sup>33</sup>.

No terceiro e último tópico, “*Eu me encontrei nas lutas de movimento de moradia*”, interpreto os sentidos e os significados do ativismo de Andria Paula Rodrigues, mulher lésbica e negra, ativista dos direitos humanos desde a adolescência. Efetivamente, sua atuação pública ocorreu junto ao Movimento Nacional de Luta por Moradia, seção Amazonas, quando foi ocupar um prédio sem função social, com mais sessenta pessoas, por dois anos. A colaboradora narra sua paixão por essa bandeira de luta e evidencia a intersecção entre moradia, gênero, sexualidade, raça e classe, ao chamar atenção para ausência de moradia digna para grupos e sujeitas em situação de vulnerabilidade

---

<sup>32</sup> Oliveira, Megg Rayara Gomes de. *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2017, p. 49.

<sup>33</sup> Almeida, Juniele Rabêlo de: *História Oral e Movimento Social: Narrativas Públicas*. 1ª Ed. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 53.

socioeconômica. A construção das memórias, como das outras narradoras que antecederam, são de denúncia acerca das graves violações de direitos humanos, sobretudo contra mulheres e LGBTI+ em Manaus, que resistiram/resistem a partir de diferentes estratégias individuais e coletivas.

No quarto e último capítulo, “*Memórias Públicas: representatividade lésbica negra e lutas por justiça na cena manauense*”, mapeio e analiso as ações das colaboradoras na coleção do jornal *A Crítica* e nos documentos oficiais do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM), a fim de verificar as suas participações e contribuições em defesa dos direitos de conjuntos populacionais historicamente vulnerabilizados pelo sistema capitalista moderno/colonial, sendo as mulheres, as meninas e a população LGBTI+ seus principais agentes de proteção. Considero memória pública aquela que documenta a prática e as representações públicas de sujeitas e grupos sociais, considerando a perspectiva de Verena Alberti sobre a “multiplicidade de memórias em disputa”<sup>34</sup>. Nesse sentido, compreendo que as memórias não devem ser hierarquizadas, seja entre a oficial e a não-oficial, o que há são “memórias divididas” cuja fragmentação possibilita a complementação de memórias para compreender o passado de sujeitas e de comunidades. Assim sendo, procurei dividir a discussão em três partes.

Na primeira seção, *A atuação de mulheres lésbicas negras contra o silenciamento das mulheres amazônidas*, analiso as articulações das ativistas lésbicas em defesa das mulheres, crianças e adolescentes no Amazonas, evidenciando seus pontos de vistas a partir de entrevistas concedidas ao periódico, suas atuações nas manifestações de rua pelo fim do feminicídio, da violência de gênero e da exploração sexual de meninas (como o caso da CPI da Pedofilia, 2014) e, também, a defesa de maior participação feminina na política local, pois, para as ativistas, este é um dos principais caminhos para alcançar a cidadania plena e a justiça para todas as populações.

Posteriormente, no segundo seccionamento nomeado *Lutar por direitos LGBTI+ no Amazonas*, objetivo compreender a atuação das ativistas lésbicas negras, representadas nas mídias impressas, em defesa e na promoção dos direitos da população LGBTI+ no Estado, haja vista as percepções sobre o poder em dirimir a possibilidade de cidadania e, por outro lado, as resistências do movimento social diante das forças de opressão em diferentes esferas da sociedade.

---

<sup>34</sup> Alberti, Verena. Histórias dentro da História. In.: Pinsky, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 3ª ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021, p. 161.

Para essas primeiras seções, os usos dos jornais passam pela compreensão histórica de um desdobramento das inovações introduzidas pela chamada terceira geração dos *Annales* a partir de 1968<sup>35</sup>. Assim, os periódicos e, em particular os jornais, foram considerados não somente como fonte de observação dos grupos dominantes, no interior do jogo político, mas também como acesso a elementos do cotidiano social. Por esse caminho, os jornais e revistas tornaram-se uma importante fonte para a construção e compreensão de novos objetos e de novos sujeitos da pesquisa histórica.

No terceiro e último tópico deste capítulo, *Representatividade, participação e controle social de mulheres lésbicas negras no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM*, analiso a presença e os discursos das mulheres lésbicas negras e afro-indígenas contidos nos documentos oficiais do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, espaço de controle social e construção de políticas públicas para as mulheridades manauenses, onde as colaboradoras desta tese estiveram como conselheiras, entre os anos de 2006 e 2020. Realizo uma análise histórica da criação do CMDM e a atuação do Fórum Permanente das Mulheres de Manaus para que os leitores e as leitoras entendam a trama social e política para as organizações da sociedade civil feministas e de mulheres atuarem e coordenarem o conselho de mulheres da capital. Além disso, cotejo a análise com as fontes orais para compreender mais profundamente o posicionamento social e político das conselheiras-colaboradoras, enfocando a participação ativa e suas ausências, como também o funcionamento da administração do Conselho.

Esta tese de doutorado sobre/com as ativistas mulheres lésbicas negras e afro-indígenas em Manaus, entre 1992 e 2020, teve como objetivo social e político questionar a historiografia tradicional, de viés colonialista, acerca de quem tem o direito a ter a memória registrada, sobretudo por que estamos analisando as histórias de vida e as ações sociais e políticas de lésbicas negras e afro-indígenas nascidas, criadas e moradoras da região norte do país, com dinâmicas e experiências ímpares para contribuir não somente com um campo de discussão historiográfico já consolidado – história das relações de gênero –, mas como proposto por Tania Saunders, uma epistemologia “negra sapatão”.<sup>36</sup> Além disso, as narrativas lésbicas amazonenses possuem suas particularidades, ao mesmo

---

<sup>35</sup> Burke, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

<sup>36</sup> Saunders, Tanya L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. *Periódicus*, Salvador, n. 7, v. 1, 2017.

tempo que as dimensões de vidas são comuns às outras experiências de ativistas lésbicas de outras partes do país que não se concentram nos eixos sul-sudeste, fomentando um conhecimento equânime e, quem sabe, descolonizado. Esta pesquisa se encontra entre os poucos trabalhos acadêmicos produzidos (ou em andamento) preocupados com a história de mulheres lésbicas, racializadas ou não, no Brasil. Para tanto, lanço mão de pesquisas realizadas por outras áreas do conhecimento científico presentes nos bancos de dados das universidades brasileiras e de romances “subversivos”<sup>37</sup>, tornando a interdisciplinaridade essencial para entender as histórias que procuro analisar de modo claro e coerente.

Ao mesmo tempo, mantenho o diálogo com historiadores/as para reafirmar a potência da história oral e da memória para constituir o cotidiano social através das “camadas da população excluídas da história ensinada na escola”. Nesse sentido, a historiadora branca brasileira Verena Alberti, em entrevista sobre sua trajetória profissional, apresenta questões que permeiam o pensar e o fazer no ofício historiográfico da historiadora trans imersa nas histórias contadas pelas interlocutoras ativistas lésbicas negras e afro-indígenas amazônidas: afinal, o que essas entrevistas estão documentando? Quais experiências as memórias individuais e, concomitantemente coletiva, guardam?<sup>38</sup>

A memória oral individual constitui como um “instrumento precioso”<sup>39</sup>, capaz de fazer emergir, na relação passado, presente e possibilidades de futuro, perspectivas contraditórias e multilaterais. Nesta pesquisa, a substância social da memória das ativistas lésbicas parte da tomada de palavra na reelaboração das suas vivências individuais para descortinar o cotidiano social, ou seja, das coletividades que estavam/estão inseridas. As memórias pessoais narradas, então, me guiam para conhecer os núcleos que compõe a substância das memórias das colaboradoras desta tese: as memórias das sexualidades, dos significados do gênero e da raça; as memórias dos afetos; as memórias da maternidade; as memórias do ativismo e do movimento social. Assim sendo, o ato de lembrar as memórias provocadas pela relação de colaboração e cooperação, faz com que narradoras retomem o “vínculo com passado” para abduzir a “força para formação de identidade”<sup>40</sup>.

---

<sup>37</sup> Cito os romances de Conceição Evaristo que trazem histórias de mulheres lésbicas negras, a saber: Evaristo, Conceição. *Insubmissa Lágrimas de Mulheres*. Rio de Janeiro: Malê editora, 2016. Evaristo, Conceição. *Olhos D'Água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014. Cito também o romance da escritora negra estadunidense, Toni Morrison, chamado: *O olho mais Azul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

<sup>38</sup> Freitas, Antonio Jerfeson; Araújo, Cosma Silva de; Sales, Telma Bessa. “O que essa entrevista está documentando?”: entrevista com a professora Verena Alberti. *História Oral*, v. 20, n. 2, 2017.

<sup>39</sup> Bosi, Ecléa. *O Tempo vivo da memória: Ensaio de Psicologia Social*. 3ª ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 15.

<sup>40</sup> *Idem, Ibidem*, p. 16.

Em última instância, as escrevivências<sup>41</sup> que se seguem contribuem para a desnaturalização de estereótipos forjados ao longo da história no imaginário cultural ocidental sobre as experiências das mulheres lésbicas, afunilando o conhecimento da autoidentificação e a opressão cotidiana para as negras e afro-indígenas, e por isso desviou meus olhos para “ver outras coisas”, e através dos aportes teóricos-epistemológicos e a sensibilidade da escuta, abrir novos “horizontes historiográficos e epistêmico autônomos, incluindo a multiplicidade de histórias até então silenciadas ou fragmentadas, para desenhar uma nova arquitetura historiográfica” das sujeitas e dos povos da Amazônia.<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> A escritora negra Conceição Evaristo define escrevivência como escritos sobre a própria vivência, ou a possibilidade de narrar a existência. Evaristo, Conceição. *Becos da Memória*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

<sup>42</sup> Freitas, Antonio Jerfeson; Araújo, Cosma Silva de; Sales, Telma Bessa. “O que essa entrevista está documentando?”: entrevista com a professora Verena Alberti. *História Oral*, v. 20, n. 2, p. 249, 2017. Pinto, Renan Freitas; Puga, Lúcia; Pedrosa, Tatiana. *Amazônia: apontamentos de história oral*. Manaus: Editora Valer/PPGICH – UEA, 2020, p. 9.

## CAPÍTULO I - HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E INTERSECCIONALIDADE

### 1.1 Interseccionalizando o debate historiográfico

Em 8 de abril de 2016, no bairro Jardim Paiva, em Ribeirão Preto (SP), ocorreu algo que colocaria o município paulista na cena da discussão nacional acerca das violências de gênero, sexualidade e raça: o assassinato de Luana Barbosa. Perpetrado por policiais militares, os atos performáticos, tanto para violentar o corpo de Luana quanto para desumanizá-la, são clássicos dos crimes racistas e LGBTfóbicos que ocorrem cotidianamente no Brasil.

Mulher negra, lésbica, mãe e periférica, Luana foi espancada por três policiais militares (André Donizete Camilo, Douglas Luiz de Paula e Fábio Donizete Pultz) após recusar ser revistada por homens numa abordagem, “exigindo a presença de uma policial”. Luana estava deixando o filho de dezesseis anos na escola onde fazia curso, foi parada e agredida fisicamente na rua de sua casa. Algemada pelos pés e mãos, foi jogada no guarda presos da viatura e levada para delegacia. Luana apresentava muitos machucados por todo o corpo, dizendo aos familiares, em filmagem, que os três policiais lhe ameaçaram de morte. Após cinco dias do ocorrido, em 13 de abril, Luana faleceu em decorrência de isquemia cerebral e traumatismo crânico-encefálico, provocados pela violência brutal.<sup>43</sup>

O “lado visível/iluminado” do sistema social compreende que os homens e as mulheres brancos/as, burgueses/as, cisgêneros,<sup>44</sup> heterossexuais e cristãos são os sujeitos inteligivelmente humanizados em contraposição aos homens e mulheres negros e indígenas, os “não-humanos”. O grau destrutivo dessa organização social mobiliza discursos e práticas contra grupos que não se encaixam em normatizações produzidas pelo capitalismo eurocêntrico global, implicando em constantes e históricas violações de direitos humanos.

A história de Luana Barbosa escancara o processo organizativo do sistema interseccional de poder na vida cotidiana de grupos populacionais minoritários. As

---

<sup>43</sup> “Caso Luana: PMs acusados de espancamento e morte irão a júri popular em Ribeirão Preto, SP”. *GI Ribeirão Preto e Franca*, 22/02/2020, (online). Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2020/02/22/caso-luana-pms-acusados-de-espancamento-e-morte-irao-a-juri-popular-em-ribeirao-preto-sp.ghtml>. Acesso em: 24 dez. 2024.

<sup>44</sup> Pessoas cisgêneras são aquelas que se identificam e vivenciam o gênero que lhes foi conferido ao nascimento. Contudo, também asseveramos os modos particulares de experienciar as cisgeneridades, levando em conta as funcionalidades e o reconhecimento. Jesus, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012, p. 11.

experiências dessa sujeita constituí, por um lado, exemplo do funcionamento e do impacto dos marcadores sociais da desigualdade<sup>45</sup> na sociedade brasileira, herança da colonização europeia na vida de grupos em situação de minoria; por outro, sua vida e sua partida de modo violento contribui no fortalecimento do pensamento feminista negro e a teoria social crítica da interseccionalidade como meios e mecanismos para análise, reflexão e construção de conhecimento e ações efetivas de combate ao racismo, ao sexismo e à lesbofobia, para haver justiça social, políticas de reparação e direito à memória. Por isso, neste capítulo problematizo a produção intelectual decolonial e interseccional para compreender e refletir acerca dos problemas históricos que afetam as mulheres racializadas, com sexualidades e gêneros dissidentes e de gerações diferentes, com vista a produzir uma crítica à historiografia tradicional e cisheteronormativa.

Para dar conta dessa proposta de capítulo, nesta seção analiso os fundamentos teóricos da interseccionalidade enquanto ferramenta analítica produzida pelas feministas negras para compreender e refletir acerca dos problemas sociais e históricos que afetam as pessoas racializadas, de sexualidades/gêneros dissidentes, de gerações e regiões distintas, instigando uma práxis crítica que desembocou em ações resolutivas dos problemas gerados pela matriz de opressão.

Conforme postulado pela intelectual lésbica negra brasileira, Dedê Fatumma, o uso teórico-metodológico do pensamento feminista negro em pesquisas acadêmicas e no movimento social para “projetar uma outra sociedade”, deve se afastar de “estruturas que, historicamente, constituem caminhos de violência sistemáticas do racismo e outras categorias e opressão”.<sup>46</sup> Diante disso, os trabalhos intelectuais que se alinham à produção do feminismo negro e suas interfaces, como a interseccionalidade, cria um compromisso histórico e social para/pela transformação da vida de mulheres racializadas, lésbicas ou não, em direção à autonomia e justiça. Para tanto, é importante destacar as dimensões política e histórica da Interseccionalidade, seja como ferramenta analítica, metodologia e teoria social, que antes mesmo de ser nomeada, institucionalizada e legitimada nas universidades, já era objeto de análise crítica das intelectuais e ativistas negras nas Américas, conjugando raça, classe e gênero para entender a realidade histórica das mulheres e, conseqüentemente, propor resoluções efetivas de mudança cultural.

---

<sup>45</sup> Kyrillos, Gabriela M. Interseccionalidade: proposta de um mapa teórico provisório. *Revista Estudos Feministas*, 32 (3), p. 6, 2004.

<sup>46</sup> Fatumma, Dedê. *Lesbiandade*. 1.ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2023, p. 124.

Patrícia Hill Collins assevera que a história da interseccionalidade transborda os limites da década de 1990, como a academia e a própria produtora do conceito, a jurista afro-americana Kimberly Creshawn. Isso significa que apesar de “aparentemente” a ferramenta não existir e ser legitimada no âmbito acadêmico, os movimentos feministas dos anos 1970 e 1980 denunciavam publicamente o entrecruzamento de opressões (gênero, classe, raça e outras opressões correlatas) sobre as vivências das mulheres negras, indígenas e periféricas. Sobre esse mal-estar na história do termo e toda a carga política, social e cultural que carrega, Collins diz: “Por meio da amnésia institucional que reescreve a história, categorias inteiras de pessoas que foram essenciais para o início da interseccionalidade foram apagadas do cânone interseccional”.<sup>47</sup>

Para combater a tentativa de apagamento das intelectuais que contribuíram para existência e fortalecimento da ferramenta histórica da interseccionalidade, realizo um diálogo com as primeiras intelectuais brasileiras e não-brasileira, que evidenciaram e demonstraram o funcionamento das desigualdades de gênero, raça e classe, de modo interrelacionado, nas experiências de indivíduos e grupos populacionais subalternizado pelo sistema capitalista moderno, sobretudo as mulheres racializadas. Em seguida, a partir dos esforços de Kimberle Crenshaw na sistematização do conceito interseccionalidade, identificar seu emprego na historiografia brasileira, iluminando possíveis trabalhos que incluíram, também, a raça como uma variável da desigualdade nas experiências históricas das mulheres lésbicas.

A filósofa negra estadunidense, Angela Davis, passando pelo Brasil em 2019, proferiu uma palestra de lançamento do seu livro “A Liberdade é uma luta constante”, em São Paulo. Davis exaltou o feminismo negro brasileiro e pediu a valorização das intelectuais negras brasileiras, acrescentando que aprendeu mais com Lélia Gonzalez, do que nós, brasileiros/as, aprenderíamos com ela. E insistiu “Leiam Lélia Gonzalez!”.<sup>48</sup> A narrativa de Davis, portanto, nos estimula à inserção, em nossas pesquisas, das produções intelectuais de mulheres ameríndias e amefricanas, pois produziram a partir dos seus lugares geográficos, sociais e políticos, tomando as realidades experienciadas de modo individual e coletivo. E eu amplio a constatação de Davis para acessarmos e usufruirmos do pensamento das intelectuais brasileiras, como Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro,

---

<sup>47</sup> Collins, Patricia Hill; Bilge, Sirma. *Interseccionalidade*. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2021, p. 115.

<sup>48</sup> “Em São Paulo, Angela Davis pede valorização de feministas negras brasileiras”. *Brasil de fato*, 20/10/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/20/em-sp-angela-davis-pede-valorizacao-de-feministas-negras-brasileiras/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

Luiza Bairos, entre outras que dialogam entre si, e trazem à baila as variáveis gênero, raça e classe e suas opressões correlatas nas experiências das mulheres negras, e como as ferramentas foram acionadas pelo feminismo para denunciar as desigualdades socioeconômicas.

Partindo dessa ideia, dialogo em primeira instância com a historiadora e filósofa negra brasileira, Lélia Gonzalez, quem procurou compreender a construção histórica e o impacto dos estereótipos sobre a população negra, em especial, as mulheres negras brasileiras. Para autora, o fenômeno do racismo e do sexismo não podem ser analisados separadamente, porque a articulação de ambos (e outros marcadores) produzem “efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”, cujas figuras da mulata, da doméstica e da mãe preta constituem marcas da violência simbólica, psicológica e física.<sup>49</sup> Sobre essas faces da violência racial e de gênero, Gonzalez apontou-as como resultado da faceta oculta do mito da democracia racial, haja vista o contexto de carnaval, como exemplo, ser o espaço cuja mulher negra sambista, estereotipada como mulata, foi/é abrilhantada pelas atenções e pelos “elogios” de seus admiradores. Além disso, a intelectual demonstra o “outro lado do endeusamento carnavalesco” dado no cotidiano das mulheres negras (heterossexuais ou não), ao se transfigurar na empregada doméstica. E continua: “os termos ‘mulata’ e ‘doméstica’ são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação que somos vistas”.<sup>50</sup>

Ao buscar compreender como foi que a mulher negra chegou a um estado de coisas, mesmo após a pós-abolição, a autora atravessa o tempo e explicita as múltiplas funções exercidas pelas mulheres negras escravizadas, entre o contexto colonial e imperial, como: limpar e cuidar da Casa-Grande, cuidar e educar os filhos dos senhores, servir ao senhor, especificamente; mas também os deveres com seus próprios filhos, com o companheiro afetivo, cultivar a solidariedade, a resistência e o sofrimento coletivamente, mas também individualmente. Ademais, Gonzalez traz um aspecto desse cotidiano que ajuda à historicizar os marcadores sociais das desigualdades para as mulheridades e feminilidades *amefricanas* no tempo presente, à medida que descreve um episódio do final do século XVIII, quando um capitão-mor foi destituído da função por ter casado com uma mulher negra. Por ser um homem branco que não cumpriu com seu

---

<sup>49</sup> Gonzalez, Lélia (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In.: Rios, Flávia; Lima, Márcia (orgs.). *Por um feminismo Afro Latino Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, p. 76.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 80.

papel cultural, foi lido pela sociedade como sujeito de “baixos sentimentos” e de ter manchado seu sangue puro.<sup>51</sup> Essas memórias experienciadas por mulheres negras antes da abolição brasileira não foram soterradas pela areia do tempo, mas é uma realidade ainda vivenciada diuturnamente por mulheres cisgêneras heterossexuais, lésbicas, transexuais e travestis negras. Para estas, em especial, constituir um relacionamento afetivo está na ordem do dia, porém não deve ser público, porque, de acordo com a perspectiva cultural cisheteronormativa, travestis e mulheres transexuais são “homens”. Por conta disso, aos homens que se arriscaram publicizar relacionamento com estas sujeitas, sofreram as consequências da ousadia de ter “baixos sentimentos”, como o capitão-mor.<sup>52</sup> Portanto, como lembrado por Lélia, a Consciência, como dimensão da razão e característica eurocêntrica, impõe sobre às mulheridades descritas e aos sujeitos muito próximos, sua autoridade com regras sociais: “concubinação tudo bem; mas casamento é demais”, ou no sigilo tudo bem, mas namorar e trocar afetos publicamente, aí extrapola.<sup>53</sup>

A figura da doméstica negra, por sua vez, é a que carrega o “mundo nas costas”, seja a família para a qual trabalha, entre humilhações e discriminações, e a sua própria família atravessada por muitas dificuldades; e a mãe preta, outra categoria analisada por Lélia acerca dos estereótipos produzidos e reproduzidos pela branquitude brasileira.<sup>54</sup> Em linhas gerais, se tratam de mulheres com identidades individuais, mas a história e a sociedade, historicamente, as colocou no lugar do “anonimato”, periferizando as suas

---

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 82

<sup>52</sup> Experiências de exclusão semelhantes entre mulheres cis negras e mulheres trans e travestis, como as limitações afetivas/amorosas e a exclusão do ordenamento jurídico, forjou nestas últimas o empoderamento e o entendimento de serem também sujeitas do feminismo, se apropriando dos aportes epistemológicos e teóricos das feministas negras para formação de suas ferramentas de luta no transfeminismo. Para compreender a relação entre feminismo negro e transfeminismo, sugiro a leitura dos seguintes livros: Jesus, Jaqueline Gomes de; *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: metanoia, 2015. Nascimento, Letícia Carolina, *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

<sup>53</sup> Gonzalez, Lélia (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In.: Rios, Flávia; Lima, Márcia (orgs.). *Por um feminismo Afro Latino Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, p. 82. Sobre as experiências amorosas e afetivas de mulheres trans e travestis e suas implicações como direito de amar, sugiro o trabalho de Marta Gouveia de Oliveira Rovai. Por uma história dos afetos no presente: narrativas de mulheres trans/travestis sobre o direito de amar. *Projeto História*, São Paulo, v. 72, pp. 228–256, Set.-Dez., 2021.

<sup>54</sup> Branquitude, segundo a psicóloga e ativista negra brasileira, Maria Aparecida Bento, é o “pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios”. Ela toma como exemplo as instituições públicas e privadas que produzem normas e regulam forma de funcionamento que tornem os espaços o mais homogêneo e higienizado possível, cujo perfil dos chefes e empregados sejam, em grande escala, de homens brancos. Por isso, o pacto da branquitude traz um outro ingrediente para manutenção do sistema de privilégios branco e a cumplicidade entre seus herdeiros, o narcisismo, garantindo a “autopreservação” diante da suposta ameaça do outro negro, mulher, LGBTI+. Bento, Cida. *O pacto da branquitude*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 18-24.

vidas e relegando a elas o sofrimento mais trágico daquilo que Gonzalez chama de “culpabilidade branca”, ou seja, a perpetuação do racismo e do sexismo em diferentes matizes, seja na insistência de estereótipos, na sexualização do corpo, na naturalização do lugar nos mundos do trabalho e também na inferioridade da sua negritude e de suas feminilidades. Assim, trazer as perspectivas das intelectuais negras brasileiras evidencia as suas contribuições na fundamentação do que se entende amplamente por interseccionalidade, para defender uma análise social crítica da vida de mulheridades e feminilidades a partir dos marcadores sociais que geraram assimetrias, pois, de acordo com Gonzalez, as ciências humanas e sociais historicamente insistem “na prioridade da luta de classe, e se negam a incorporar as categorias de raça e sexo. Ou seja, insistem em esquecê-las”.<sup>55</sup>

Em uma guinada desafiadora, as mulheres negras, lésbicas ou não, constituíram seus próprios saberes, sem perder o impacto da coletividade em suas análises, e problematizaram *o matriarcado da miséria* enquanto marcador das “condições de vida das mulheres negras no Brasil”<sup>56</sup>. Ratificando as colocações de Lélia Gonzalez sobre o impacto do racismo e da desigualdade de gênero, Sueli Carneiro assevera:

constata-se que a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; expectativa de vida menor.<sup>57</sup>

A intersecção de raça e gênero nas experiências históricas das mulheridades negras e indígenas deixou marcas de exclusão social e de injustiças, como podemos notar na situação de Luana Barbosa, Marielle Franco, como também das colaboradoras Francy Junior, Sebastiana Silva, Izabel Cristina, Antônia Barroso e Andria Paula Rodrigues, colaboradoras desta investigação. Contudo, não se pode ignorar as resistências e as formas de lideranças, seja no âmbito público, como vereadoras e ativistas, ou no privado, como chefes de família, no intuito de “reverter” o matriarcado da miséria e seu impacto, sobretudo, na vida das mulheres *amefricanas* e *ameríndias* anônimas.

Sueli Carneiro ao procurar entender o funcionamento da racialidade enquanto dispositivo do biopoder na vida da população negra brasileira, sobretudo das mulheres

---

<sup>55</sup> Gonzalez, Lélia (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In.: Rios, Flávia; Lima, Márcia (Orgs.). *Por um feminismo Afro Latino Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, p. 84

<sup>56</sup> Carneiro, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, p. 127.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 127-128.

cisgêneras negras, focaliza no campo da saúde para constatar – como esta pesquisa de doutorado – a interrelação do racismo, sexismo e outros modos de opressão social na promoção da saúde das mulheres não-brancas e periféricas. Diante disso, a autora se debruçou nos estudos sobre morte materna e o descaso clínico com a vida das mulheres cisgêneras negras em unidades de saúde na primeira metade do século XXI, para compreender que, se, por um lado, mulheres negras fossem biologicamente mais propensas a ter hipertensão arterial e miomatose, e os cuidados em saúde fosse capaz de evitar agravantes e conseqüentemente o falecimento, por outro, os altos índices de óbitos se davam pela negligência dos agentes de saúde no tratamento humanizado e equitativo das mulheres racializadas que buscavam o serviço médico. Essa constatação de Carneiro demonstra que as evidências científicas

apontam sem sombra de dúvida que as mulheres negras têm maior predisposição biológicas para desenvolver miomas uterinos – e que a atenção médica dada às brancas e às negras com miomas, assim como às ricas e às pobres com a mesma doença, são bastante diferentes.<sup>58</sup>

Podemos ampliar a discussão da desigualdade interseccional para esterilização forçada das mulheres negras no Brasil. Conforme os estudos articulados por Sueli para aprofundar a discussão, constatou-se “problemas associados à reprodução e à racialidade”, em que a alta incidência de esterilização de pretas e pardas ocorria (e talvez ainda ocorra) por meio da retirada do útero (histerectomia), diferentemente da laqueadura tubária (esterilização), custeadas pelo Estado brasileiro no Sistema Único de Saúde. Para a intelectual feminista, as mulheres negras estavam sendo esterilizadas por um procedimento médico que não dava alternativa de retorno caso desejassem engravidar, ocorrendo, portanto, uso de técnicas de modo “desproporcional sobre as mulheres negras”, em grande escala pobres, com efeito de um “processo de controle populacional da população negra”,<sup>59</sup> tornando-se uma estratégia do biopoder.<sup>60</sup>

Ainda em sua tese, Sueli Carneiro procurou reconstituir e entender as artimanhas do sistema racista e machista brasileiro para impedir qualquer chance de mudança socioeconômica de mulheres racializadas e pobres. Trazendo na íntegra a entrevista, Sueli

---

<sup>58</sup> Carneiro, Sueli. *Dispositivo da racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023, p. 70-76.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p.77.

<sup>60</sup> No Livro “Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil”, Carneiro rememora a narrativa do ex-governador do Rio de Janeiro, ao demonstrar seu apoio e defesa na legalização do aborto com medida para conter a violência, alegando que a fertilidade das mulheres negras e faveladas as tornavam produtoras de marginais, evidenciando o *modus operandi* do biopoder. Para saber mais, ver: Carneiro, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, p. 131.

explicita na pesquisa o funcionamento da interseccionalidade de poder na vida de Sônia Nascimento, uma das suas entrevistadas, dando-nos a oportunidade de compreender a persistência de formas de opressão histórica na vida de mulheridades e feminilidades negras.

Sônia Nascimento narrou alguns pontos relevantes e provocantes, que dialogam com as histórias das mulheres lésbicas negras e afro-indígenas manauenses, aqui. A primeira envolve a vida da mãe, uma mulher negra, aos dez anos de idade, foi cooptada por sua madrinha com a promessa de estudar e concluir os estudos, mas, em realidade, tornou-se a empregada doméstica da casa, depois ajudou na farmácia do padrinho até os quinze anos.<sup>61</sup> Um segundo ponto que dialoga com esta pesquisa, se associa à intersecção raça e saúde, dimensão trabalhada por Sueli Carneiro sobre a discriminação enfrentada por mulheres negras no acesso ao cuidado, momento que Sônia relembra a causa da morte do pai por acidente de caminhão, mas só soube do real falecimento ter sido por tuberculose, e que sua mãe nunca contou para evitar o sofrimento da discriminação em razão da doença.<sup>62</sup> Por último, Nascimento, em entrevista cedida à Carneiro, evidenciou como a discriminação racial e de gênero inferioriza a população negra e, de modo mais contundente as mulheres negras, a ponto de internalizar psicologicamente enquanto estratégia para determinar quais espaços são/foram “adequados” para negros frequentarem. Tomo o exemplo da fala da entrevistada ao pensar em cursar a faculdade de Direito, especificamente na Universidade de São Paulo, e dizer: “achava que não era pra mim”; “jamais seria uma advogada. Porque sou negra”.<sup>63</sup>

A partir dos pontos extraídos do trabalho de Carneiro, constato a relevância de referências bibliográficas produzidas por intelectuais feministas negras, de diferentes áreas de conhecimento, entre as quais a História, trazendo à baila as assimetrias sociais e históricas que a população negra brasileira vivencia cotidianamente. No entanto, as pensadoras negras brasileiras da segunda metade do século XX e meados de XXI não denunciam sozinhas o sistema de poder interseccional que retroalimenta a reprodução da desigualdade no Brasil, chamando seus/suas pares para ecoar suas dores, tristezas e angústias fabricadas na esteira de uma nação construída historicamente pela exploração e

---

<sup>61</sup> Carneiro, Sueli. *Dispositivo da racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023, p.196.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 197.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 211.

desumanização de conjuntos populacionais em situação de minoria racial que, também, sofriam/sofrem com as formas desiguais de gênero e classe.

Nesse sentido, a historiadora negra brasileira, Beatriz Nascimento, não perdeu de vista em seus trabalhos o impacto da relação racial, de gênero e classe como vetores de análise histórica. A contribuição de Nascimento para o pensamento social e para historiografia brasileira consiste na contribuição do negro para formação do Estado Brasileiro e suas múltiplas formas de resistência política, chamando o movimento negro do final do século XX de “aquilombamento”. De acordo com o antropólogo Alex Ratts, Nascimento teve uma produção acadêmica tímida, cujos registros das suas produções intelectuais foram publicados principalmente em revistas e jornais, porém teve relevante impacto na formação do pensamento negro, do feminista negro e nos movimentos políticos no Brasil.<sup>64</sup>

Beatriz publicou dois trabalhos que introduziram uma análise da experiência das mulheres negras a partir de dois primas: o trabalho e o amor. Ressalto que ambas as discussões de Beatriz atravessam significativamente os objetivos desta pesquisa e as memórias das colaboradoras e, para Nascimento, a situação precarizada das mulheres negras no mercado de trabalho, entre os anos 1970 e 1980, possui explicações que remontam à escravidão negra e perpetuam-se no pós-abolição no Brasil.

Evidenciando as diferenças entre as mulheres pelo prisma racial, Nascimento aponta a mulher branca como a idealização pelo sistema colonial, como aquela que seria amada e respeitada, cuja tarefa consistia na preservação do casamento heterossexual e o cuidado com seu esposo e filhos. Para a mulher negra, a idealização estava no outro polo, ou seja, não era sujeita de afetos e muito menos de humanidade, compreendida a partir da sua “capacidade reprodutiva” e produtiva da instituição escravista. O patriarcado conectado ao racismo, portanto, recai sobre ambas de modo distinto e com intensidades diferentes, as subalternizando de acordo com papéis de gênero e raça bem definidos, dispondo a mulher negra na base da hierarquia social e econômica na história brasileira.<sup>65</sup>

Aquela configuração relacional se manteve no pós-abolição, quando o Estado brasileiro passou por um processo de industrialização no qual a sociedade de classes continuou com a lógica das diferenças e delimitações no sistema econômico baseada, a

---

<sup>64</sup> Nascimento, Beatriz, (1942-1995). *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos sociais*. Ratts, Alex (org). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

<sup>65</sup> Nascimento, Beatriz, (1942-1995). A mulher no mercado de trabalho. In.: Ratts, Alex (Org.). *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos sociais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 55-56.

princípio, nos critérios de raça e classe. No entanto, para a historiadora Beatriz, as mulheres negras continuaram ocupando os mesmos “papeis que lhes foram atribuídos desde a escravidão”.<sup>66</sup> Isso significa que o trabalho exercido não se modificou significativamente, sendo a relação de gênero, raça e classe, produtores de uma desigualdade interseccional, mantenedores de mulheres racializadas em subempregos no âmbito urbano e rural na contemporaneidade. Paralelamente, o contingente populacional negro brasileiro não teve expressivo acesso à educação como alternativa de mudança de vida na primeira metade do século XX. Isso se evidencia quando Nascimento cita um recenseamento dos anos 1940, 1950 e 1970, cuja “mulher branca conseguiu maior acesso ao curso superior, diminuindo (...) a desigualdade entre ela e o homem branco”.<sup>67</sup> Por outro lado, para a população preta e parda essa mudança de classe não ocorreu de modo equivalente, muito menos para as mulheres negras.

Vemos em Beatriz, Lélia e Sueli a explicitação do sistema de privilégios baseada naquilo que a Teoria Crítica da Raça nomeia de “convergência de interesses”<sup>68</sup> para a manutenção da supremacia branca na hierarquia socioeconômica e política, restringindo o acesso à escolarização formal e outras benesses sociais para, como consequência, não acessar “empregos de maior status” e melhor pagamento. Essa narrativa social reafirmou que a população negra no pós-abolição não era capacitada profissionalmente, portanto, deveria permanecer como força de trabalho operária nas fábricas e nos serviços que não demandariam relações públicas.

Historicamente as mulheres brancas e seus filhos, *a priori*, ocuparam os postos de trabalho nas fábricas têxteis, com jornadas de trabalho exorbitantes. Esse quadro mudou com a luta feminista de primeira fase, tendo Bertha Lutz, cientista brasileira branca, uma de suas expoentes, reivindicando direito ao voto e melhoria das condições de trabalho para as mulheres. Assim, o enfretamento das mulheres, especialmente brancas e letradas, contra o sistema, garantiu às mulheres trabalhadoras das fabricas a possibilidade de qualificação profissional e a ocupação de novo lugares na pirâmide laboral nas ocupações burocráticas.<sup>69</sup>

---

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>67</sup> Nascimento, Beatriz, (1942-1995). A mulher no mercado de trabalho. In.: Ratts, Alex (Org.). *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos sociais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 58-59.

<sup>68</sup> Delgado, Richard; Stefancic, Jean. *Teoria Crítica da Raça: uma introdução*. Tradução: Diógenes Moura Breda. 1ª ed. São Paulo: Editora Contracorrente, p. 34

<sup>69</sup> Pinto, Célia Jardim. Feminismo, História e Poder. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, p. 16, 2010.

Entretanto, o conhecimento histórico demonstrou que, apesar das mulheres negras estarem nos mundos do trabalho antes mesmo das brancas, a mudança de paradigma não ocorreu tão cedo, haja vista à insuficiência educacional e profissional (classe), produzindo sistemas de manutenção dos seus corpos nos subempregos fabris e tradicionais, sobretudo no âmbito doméstico enquanto espectro do racismo. Por isso, segundo Nascimento, o gênero também foi/é uma variável que vulnerabilizou as mulheres negras nas relações sociais e laborais, tomando os exemplos das violências sexuais e os assédios explícitos perpetrados pelos patrões.<sup>70</sup>

Em 1990, Beatriz retoma as discussões sobre as mulheres negras relacionadas às políticas do afeto e do corpo. Ancorando-se nas experiências de vida como fonte, a historiadora recorda o processo histórico de estigmatização das mulheres negras e a sua idealização nos mundos do trabalho precarizado, e como as desigualdades econômicas aos quais as mulheres negras foram assujeitadas impactaram nas relações com os homens, marcadas por um “desejo de exploração por parte do homem do que pelo desejo amoroso de repartir o afeto, assim como recurso material”.<sup>71</sup> E isso se afunila quando, segundo a autora, as mulheres negras escapam à norma racial e social, onde se profissionalizam e, conseqüentemente, suas relações sociais também se especializam. Dessa forma, nesse lugar, as mulheres negras, por um lado, não permitiram mais a dominação patriarcal e rejeitaram os estereótipos dos homens “machões”. Por outro lado, suas possibilidades de parcerias afetivas de desejo se tornaram limitadas por representarem um “potencial perigo” por não se alinharem com as ideologias da branquitude sobre as mulheridades racializadas. E também não apresentaram estereótipos raciais para quem o “amor” deve ser direcionado, ou seja, as mulheres mais claras possíveis.<sup>72</sup>

O pensamento de Beatriz Nascimento interconecta as questões urgentes de gênero, raça e classe para entender historicamente as experiências de mulheres negras no século XX no Brasil, precedentemente à ferramenta analítica interseccionalidade de Kimberly Crenshaw, nos Estados Unidos da América. De todo modo, Nascimento evidenciou, nesse momento, a insubmissão das mulheres negras ao se demonstrarem enquanto sujeitas-potências, forjando resistências contra o sistema interseccional de

---

<sup>70</sup> Nascimento, Beatriz, (1942-1995). A mulher no mercado de trabalho. In.: Ratts, Alex (Org.). *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos sociais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 60.

<sup>71</sup> Nascimento, Beatriz, (1942-1995). A mulher negra e o amor. In.: Ratts, Alex (Org.). *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos sociais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 233.

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 234.

poder, que reproduz, inclusive, formas de amar heteronormativas. Por isso, as mulheres negras colaboradoras de Nascimento são/foram participantes que não desejavam reproduzir modos masculinistas autoritários, pois “se encontra no oposto deste, podendo, assim, assumir uma postura crítica, intermediando sua própria história e seu *éthos*”.<sup>73</sup>

Para Heloisa Buarque Hollanda, no livro “Interseccionalidade: pioneiras do feminismo negro brasileiro”, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento constituem-se as pioneiras “dos debates sobre as relações de gênero e raça”<sup>74</sup> e são vistas como as principais pensadoras da formação do Feminismo Negro brasileiro. No campo da história, as contribuições acadêmicas e sociais dessas pensadoras passaram a ter um impacto mais recente, sendo esta tese resultado da dialogia com os referenciais teóricos dessas intelectuais negras e do feminismo negro, que ajudaram a construir no final do século XX e XXI.

Sobre essa questão, Joana Maria Pedro, Idalina Maria Almeida e Elias Veras em “Diálogos (im)pertinentes: as categorias gênero, sexualidade, raça e classe na historiografia brasileira contemporânea”, ao contarem a história da institucionalização do campo da História das Mulheres e das Relações de Gênero e, conseqüentemente, as “novas formas de escrever a história”, chamam atenção para o fato de que as principais pesquisas históricas sobre mulheridades até meados de 2010 não focou as relações raciais e, igualmente, ignorou trabalhos que já se articulavam com as produções sobre mulheres negras e feminismo (*quicá* estivessem citando Lélia e Beatriz, também). E sobre a questão da sexualidade, os autores mencionam que as pesquisadoras ainda analisavam a partir do prisma da heterossexualidade como referência.<sup>75</sup> Sendo assim, a guinada na historiografia proporcionada pelas historiadoras feministas brasileiras se ampliou, trazendo novos sujeitos históricos para a academia não como objeto, mas como pesquisadores e pesquisadoras que passaram a produzir trabalhos tomando como partida os seus lugares sociais e políticos.

Me refiro à história das homossexualidades, das lésbicas, das transexualidades, cujas autoras e o autor mencionam que essa diversificação provocada pelas historiadoras feministas e LGBTI+, constituem:

---

<sup>73</sup> *Ibidem*, 234-235.

<sup>74</sup> Holanda, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contextos*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 20. (obra Kindle *Interseccionalidade: Pioneiras no feminismo negro brasileiro*).

<sup>75</sup> Pedro, Joana Maria; Freitas; Idalina Maria Almeida; Veras, Elias Ferreira. *Diálogos (Im) pertinentes: as categorias gênero, sexualidade, raça e classe na historiografia brasileira contemporânea*. In.: Reis, Tiago Siqueira; et. al. (orgs.). *Coleção História do Tempo Presente: Volume 1*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019, p. 100.

Produtos de engajamento de pesquisadoras/es, em sua maioria ligadas/os aos movimentos feministas e aos LGBT, que demonstram que a visibilidade de determinadas temáticas na produção acadêmica, além de uma operação intelectual, é também uma escolha política.<sup>76</sup>

A ampliação da discussão das relações de gênero e das mulheres na historiografia, contudo, ainda invisibilizou outros sujeitos atravessados pela categoria raça e a ausência de problematização dessa variável interrelacionada com gênero, sexualidade e classe. Para Pedro, Almeida e Veras, os estudos da escravidão e do pós-abolição foram os primeiros a se preocuparem com o cruzamento de raça, gênero, classe e sexualidade, e a transformação do campo do saber histórico. Suponho que essa área da História que tematizou as formas de existência e resistência das mulheres negras foi influenciada pelas produções intelectuais das primeiras protagonistas do pensamento feminista negro discutidas, contribuindo para a consolidação da interseccionalidade, enquanto teoria social crítica e metodologia, nas ciências humanas e a sua “possibilidade de complexificar tais experiências no tempo”.<sup>77</sup> Por isso, a primeira parte desse tópico teve a finalidade de ajudar na formatação da seguinte questão: a história e a historiografia das mulheres lésbicas no Brasil considerou as questões de raça e classe de modo interconectados, diferentemente do que fez as áreas de História das Relações de Gênero e das Mulheres no passado?

A historiadora lésbica branca brasileira, Patricia Lessa, produziu um dos primeiros trabalhos historiográficos sobre as mulheres lésbicas no Brasil. Ela investigou as representações e autorrepresentações dessas sujeitas nos documentos produzidos pelo próprio movimento lésbico brasileiro, entre 1980 e 2000, conferindo, segundo a historiadora, a materialidade no social e do político. Segundo Lessa, para alcançar tal objetivo investigativo, foram selecionados materiais que evidenciassem “as lesbianas apresentando suas lutas, seus anseios, suas conquistas, seus sonhos e seus desejos”<sup>78</sup>, como o famoso boletim *ChanacomChana, Iamaricumá* e *Um Outro Olhar*, além da revista com o mesmo título deste último, e de documentos oficiais, como os produtos escritos dos encontros do SENALE (Seminário Nacional de Lésbicas).

---

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 104

<sup>77</sup> Pedro, Joana Maria; Freitas; Idalina Maria Almeida; Veras, Elias Ferreira. Diálogos (Im) pertinentes: as categorias gênero, sexualidade, raça e classe na historiografia brasileira contemporânea. *In.*: Reis, Tiago Siqueira; et. al. (orgs.). *Coleção História do Tempo Presente*: Volume 1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019 p.108.

<sup>78</sup> Santos, Patricia Lessa dos. *Lesbianas em movimento: a criação subjetividades* (Brasil, 1979-2006). Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, 2007, p. 1.

Entre texto e imagens, a autora preocupou-se com uma história dos sentidos, isto é, como e de qual forma a subjetivação impactou na vida das mulheres que se nomearam “lesbianas”. Para isso, lançou mão das teorias feministas, especialmente o pensamento lesbofeminista, cujas expoentes são Monique Wittig<sup>79</sup> e Adrienne Rich<sup>80</sup>, entre outras, que questionam o sistema sexo/gênero como natural, imbricado e binário, determinando que as relações afetivas e amorosas (mas não somente isso) são historicamente heterossexuais, ao mesmo tempo que defendem um outro olhar preocupado com a construção de identidades, corpos e sexualidades não-heteronormativos. Sendo assim, a historiadora inquiriu a história para a necessidade de evidenciar a pluralidade das relações sociais, distanciando-se de um olhar conservador baseado na existência de um feminino e um masculino essencialistas, defendendo que o papel da história é o de descortinar “novos horizontes”, entre os quais a “participação ativa e importante das lesbianas no cenário nacional e político do Brasil”.<sup>81</sup>

A quais lesbianas Patrícia se refere e traz para o diálogo no seu trabalho? As lesbianas negras estiveram presente nos documentos produzidos pelo movimento lésbico do final do século XX? Se sim, qual a representação feita sobre elas? Como Lessa analisou, considerando os marcadores sociais da diferença?

Entre o rico material analisado por Patrícia, chamou atenção o boletim *Um Outro Olhar* (1987-1993), contendo narrativas das mulheres lésbicas negras que denunciam o impacto da discriminação correlata em suas experiências vividas. A historiadora descreve esse boletim como uma “nova possibilidade para as lesbianas comunicarem suas experiências por intermédio do jornalismo alternativo”, voltando-se especialmente para a “política do cotidiano das lesbianas”.<sup>82</sup>

Historicamente, o Boletim *Um Outro Olhar* foi, em outro momento, o *ChanaComchana*, cujas fundadoras mudaram de título objetivando alcançar e circular ainda mais as informações entre as lésbicas por todo o Brasil. Haja vista a preocupação das editoras com as questões sociais e sua divulgação, a edição de número 5 foi objeto de análise da historiadora. Com seções variadas, entre as quais a chamada “vivências” e as

---

<sup>79</sup> Em 2022, a Editora Autêntica traduziu e reuniu diversos artigos da feminista branca lésbica francesa, Monique, entre eles “A marca do gênero”, “Não se nasce mulher” e “O Pensamento Hétero”. Para conhecer melhor os trabalhos da intelectual francesa, ver: Witting, Monique. O pensamento hétero e outros ensaios. Tradução: Maira Mendes Galvão. 1ª ed. – Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2022.

<sup>80</sup> Rich, Adrienne (1981). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas*, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

<sup>81</sup> Santos, Patrícia Lessa dos. *Lesbianas em movimento: a criação subjetividades* (Brasil, 1979-2006). Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, 2007, p. 3.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 122.

entrevistas escolhidas para a publicização, o Boletim divulgou uma que dialoga significativamente com esta pesquisa e com as perspectivas das intelectuais negras brasileiras supracitadas, intitulada “A propósito da discriminação racial: mulheres, negras, mulatas, lésbicas e lindas”.<sup>83</sup>

Nana, dona da narrativa publicada, era uma mulher negra lésbica que relatou as suas experiências amorosas e como elas estavam atravessadas pelo racismo e pelo machismo, ambos intensificados pela hipersexualização de Nana enquanto lésbica negra. A contadora diz ao Boletim que a mulher com quem ela se relacionou idealizava um relacionamento no qual Nana incorporasse o papel social do negro predisposto para o “sexo”: e se não agisse assim estava “negando a minha raça”.<sup>84</sup> Além disso, Nana aponta a presença de um outro traço da heterossexualidade compulsória nas relações lesbianas, especialmente interracial. Diz que a mulher com quem se relacionou colocava em lugares e valores afetivos distintos e pré-determinados as mulheres negras e as mulheres brancas, pois “para saciar-se, ela precisava estar com uma negra e, para manter um namoro, tipo papai-mamãe, só as mulheres brancas é que serviam”.<sup>85</sup>

Para iluminar essa fonte, Lessa dialogou teoricamente com algumas feministas negras e teóricas do gênero, entre as quais a afro-dominicana lésbica Ochy Curiel, a afro-americana Bell Hooks, a educadora branca brasileira Guacira Louro e a socióloga ugandense-britânica Avtar Brah e, a partir delas, a historiadora problematizou os questionamentos feitos por Nana, a saber: (1) mulheres negras foram/são hipersexualizadas, seja em relacionamentos homoafetivos ou heteroafetivos; (2) o racismo tem a capacidade de inferiorizar, inclusive psicologicamente; (3) o sistema heterossexual determina que as mulheres negras são/foram fontes sem fim de desejo e prazeres; (4) o sistema hétero conjugado com o racismo multifacetado determina que as relações entre mulheres devem ser constituídos numa lógica binária e, se for interracial, as mulheres negras devem ser “ativas” e preteridas para o casamento, diferentemente das brancas.<sup>86</sup>

Patricia Lessa ao analisar a experiências das mulheres lésbicas, em especial a de uma negra, não lança mão da interseccionalidade enquanto ferramenta analítica, haja vista que eram discussões há muito tempo realizadas. Por outro lado, tanto Curiel, quanto

---

<sup>83</sup> Santos, Patricia Lessa dos. *Lesbianas em movimento: a criação subjetividades* (Brasil, 1979-2006). Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, 2007, p. 131.

<sup>84</sup> *Ibidem*.

<sup>85</sup> *Ibidem*.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 132.

Hooks<sup>87</sup>, há décadas evidenciaram em suas produções intelectuais como o racismo, o machismo (sexismo), o classismo e outras formas de opressões atravessam as vidas de mulheres negras e indígenas, e como essas mulheridades forjam estratégias de combate ao sistema capitalista e moderno que os produz, apesar de não terem um nome para a ação. Vimos anteriormente que Lélia, Beatriz e Sueli denunciavam em seus escritos essas discriminações correlatas e seu aprofundamento nas vidas das mulheres negras, intelectuais brasileiras não utilizadas pela historiadora em análise.

De todo modo, a historiadora entendeu a situação da precariedade da vida das mulheres negras lésbicas e escreveu em sua tese:

Ser lesbiana supõe discriminação social dupla: por ser mulher e por ser lesbiana; ser lesbiana negra, por sua vez, supõe uma tripla discriminação: de gênero, de sexualidade e de raça, questão importante para os feminismos na quebra do feminismo branco e uniforme que girou em torno da ‘mulher’ no singular’.<sup>88</sup>

Nana recusa o essencialismo que subjuga e estigmatiza pessoas racializadas e as hierarquiza em virtude da sexualidade dissidente. Por esse motivo, segundo Lessa, a raça se tornou um determinante de assujeitamento de Nana enquanto objeto de desejo sexual da branquitude. Assim, a narradora critica essas construções sociais e, ao final, se torna um “sujeito político transformador, visto que não aceita o lugar essencializado que lhe é atribuído, além de questionar seus próprios possíveis preconceitos”.<sup>89</sup>

Patricia Lessa construiu uma pesquisa pioneira no campo da história brasileira sobre as mulheres lésbicas que atuam em movimentos organizados preocupados com a promoção e defesa dos direitos e das vidas daquelas que ela chama de “lesbianas”. A historiadora opera a partir da chave da sexualidade e do gênero, relegando ao segundo plano, em boa parte da pesquisa, a variável raça, em virtude, talvez, da escassez da

---

<sup>87</sup> É imperioso afirmar que as duas intelectuais negras, Ochy Curiel e Bell Hooks, começaram a ter seus trabalhos traduzidos e publicados no Brasil, provavelmente, a partir da segunda metade do século XXI. Hooks é uma das pensadoras do feminismo negro mais lidas no Brasil, dentro e fora do mundo acadêmico. Cito algumas obras traduzidas para entendermos o impacto histórico nas pesquisas das ciências humanas e sociais que investigam a partir da interrelação raça, gênero, classe e outros marcadores sociais. Hooks, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Curiel, Ochy. *A nação heterossexual – Análise do discurso jurídico e do regime heterossexual a partir da antropologia da dominação*. Tradução: Marina Waquil; Sheyla Miranda. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Luas, 2024.

<sup>88</sup> Santos, Patricia Lessa dos. *Lesbianas em movimento: a criação subjetividades (Brasil, 1979-2006)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, 2007, p. 133.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 134.

questão racial nos documentos históricos produzidos pelo movimento lésbico-feminista brasileiro do final do século XX.

Outro trabalho que trouxe em seu bojo, em certa medida, as questões interseccionais nas experiências vividas de mulheres lésbicas foi a dissertação de mestrado de Nayla Flavianne Borges. A pesquisa “As lésbicas estão na História!/: discutindo as narrativas escolares sobre a Ditadura Civil-Militar”, defendida no ProfHistória (Programa de Pós-graduação em Ensino de História) da Universidade Federal de Goiás (UFG), investiga e compreende os processos de perseguição e invisibilização das trajetórias de mulheres lésbicas da cena cultural brasileira no contexto de Ditadura civil-militar, analisando, em especial, as trajetórias públicas de Cassandra Rios e Leci Brandão, “marcadas pela censura e pelo apagamento, devido a sua abordagem de temas sociais e cotidianos como a categoria mulher e as relações homossexuais”.<sup>90</sup>

Para não perdemos o fio analítico deste tópico, consideraremos a análise que a autora realizou a partir da biografia de Leci Brandão, mulher, lésbica, negra, cantora e compositora. A pesquisa da autora girou em torno de levantamento bibliográfico, análise teórica e algumas entrevistas feitas com Leci pelo Jornal Lâmpião da Esquina.<sup>91</sup> Diante disso, Nayla Borges imediatamente realiza uma descrição de Leci enfatizando ano de nascimento e lugar de origem (Rio de Janeiro), os seus pais e as funções trabalhistas de cada um. Analisando o trabalho e os fragmentos da entrevista realizada pela pesquisadora Fernanda Souza, a historiadora evidenciou o interesse de Leci Brandão pelos estudos e pela sede de aprender, constituindo-se uma aluna-criança dedicada. Entretanto, foi no âmbito escolar em que a pequena artista Leci teve seus primeiros encontros com o racismo e as desigualdades de classe a partir do momento que foi relegada a segundo lugar em um concurso de escrita de redação, mesmo tendo sido a aluna verdadeiramente premiada, em detrimento da aluna branca e filha de uma das professoras da escola a quem a instituição educacional premiou.<sup>92</sup>

---

<sup>90</sup> Franca, Nayla Flavianne Borges Carvalho. *As lésbicas estão na História!/: discutindo as narrativas escolares sobre a Ditadura Civil-Militar*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Universidade Federal de Goiás, 2022, p. 13.

<sup>91</sup> O jornal Lâmpião da Esquina foi periódico criado por e para homossexuais, em 1978. O objetivo era circular informações para a população LGBTI+ da época, tendo até 1981 divulgação nacional. Para conhecer as edições do primeiro jornal feito por pessoas homossexuais, ver: Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott CEDOC LGBTI+. Disponível em: [https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina19781981/?perpage=12&view\\_mode=cards&paged=1&order=ASC&orderby=date&fetch\\_only=thumbnail%2Ccreation\\_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch\\_only\\_meta=](https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina19781981/?perpage=12&view_mode=cards&paged=1&order=ASC&orderby=date&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only_meta=). Acessado em: 20 mai. 2025.

<sup>92</sup> Franca, Nayla Flavianne Borges Carvalho. *As lésbicas estão na História!/: discutindo as narrativas escolares sobre a Ditadura Civil-Militar*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Universidade Federal de Goiás, 2022.

De acordo com a historiadora brasileira Nayla Borges, essa lembrança contada de Leci demonstrou seu “primeiro contato (...) com questões que estariam presentes em sua vida e as quais cantaria em suas canções, denunciando a discriminação e as desigualdades”.<sup>93</sup> E foi isso que ocorreu. Apesar do apoio da família, Leci, enquanto uma menina negra de baixa renda, era exposta a diferentes formas de discriminação. Precisava trabalhar junto com a mãe, diferentemente das outras colegas, e desumanizada um sem número de vezes por outros alunos brancos. Brandão resistiu ao ambiente escolar caótico e excludente, conseguindo se formar, porém teve que enfrentar outro ambiente histórico e hierarquicamente racializado e masculinista: os mundos do trabalho.

Entre muitos “nãos” durante a busca por emprego, “Leci reconhece que há um padrão de tratamento desigual em relação a outras candidatas brancas com a mesma formação que ela tinha”.<sup>94</sup> A amizade foi um recurso usado pela cantora para driblar os olhos vigilantes de Argos<sup>95</sup> – metáfora para a discriminação racial – para garantir um trabalho cuja renda complementar a da sua família diante das dificuldades econômicas que passavam.<sup>96</sup> A carreira musical e artística de Leci, por sua vez, adveio, segundo Borges, por conta do coração partido provocado pela desilusão do amor. Suas experiências de vida, portanto, foram a matéria-prima das suas primeiras canções.

Em finais dos anos 1970, Brandão se apresentou no Teatro Opinião (espaço artístico declaradamente opositor da Ditadura Civil-Militar brasileira). No entanto, era um espaço majoritariamente branco e elitizado, e por conta disso, o espaço foi alvo de críticas da cantora em suas músicas. Contrariando a todas as formas de opressão, ela trazia em suas letras os problemas sociais vivenciados pela população em situação de minoria social, isso significa que “a política estava em suas canções” e não o inverso. Por isso, produziu canções que abordavam as mulheridades, o racismo, os (des)amores, as desigualdades econômicas e, também, os estigmas, as exclusões, os afetos e as sociabilidades entre LGBTI+ da época.

Por se posicionar em favor das minorias sociais, a cantora negra lésbica sofreu algumas censuras. A primeira ocorreu com a canção *Ombro Amigo*, explicitando o temor

---

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>95</sup> Argos é um gigante com olhos da mitologia grega, que tinha a função de *vigiar* uma bezerra, transformada por Zeus, a mando de Hera. Argos tinha muito olhos, e para dormir e continuar vigilante, impedindo a aproximação de Zeus da Bezerra (amante do deus), metade dos olhos se fechavam e a outra continuava em alerta.

<sup>96</sup> Franca, Nayla Flavianne Borges Carvalho. *As lésbicas estão na História!!*: discutindo as narrativas escolares sobre a Ditadura Civil-Militar. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Universidade Federal de Goiás, 2022, p. 58.

e a perseguição às pessoas homossexuais (LGBTI+) por parte das forças da ordem da Ditadura Civil-Militar, mas também demonstrou a importância de uma rede de solidariedade na comunidade para sobreviverem.<sup>97</sup> Por conta do seu engajamento, a gravadora tentou mudar a música, procurando retirá-la da primeira faixa e substituir por um samba. Algo que não aconteceu, segundo Leci em entrevista ao Lampion da Esquina, em 1978. Como dito por ela, a empresa da música tinha medo diante do posicionamento explícito de Leci contra a ditadura e a perseguição aos LGBTI+ no contexto de abertura política no Brasil. Na mesma entrevista, Brandão denunciou a discriminação dentro da escola de samba que cresceu, a Mangueira. Como escrito na pesquisa, “a censura ditatorial acontece sobre as músicas de Leci por se tratarem de temáticas sociais”, entre as quais a crítica ao próprio regime político em voga. Mais do que isso, ela partiu de um lugar de enunciação<sup>98</sup> e de um “conhecimento situado e corporificado<sup>99</sup>, e se constituiu social e politicamente como “uma das primeiras mulheres a assumir a sua sexualidade no ambiente público e uma das primeiras a assumir a responsabilidade de falar sobre esse povo”.<sup>100</sup>

Notou-se em ambas as pesquisas o objetivo de visibilizar historicamente a participação das mulheres lésbicas na construção de uma outra sociedade, isto é, igualitária e antidiscriminatória, evidenciando seus amores, suas dores e suas demandas em diferentes esferas do cotidiano, seja na cultura, na política e/ou nos movimentos sociais. Entretanto, a emergência de mulheres lésbicas negras nos trabalhos historiográficos aparece de forma pontual, pois, como podemos constatar, as discussões inerentes aos documentos produzidos por esse segmento da população LGBTI+, estava, em grande medida, preocupada com as questões de gênero e sexualidade, sobretudo numa perspectiva cisheterossexual.

Além disso, as dimensões de localidade como aspecto importante da pesquisa em História, foram pouca debatidas ou evidenciadas. A historiadora branca brasileira, Maria Cruz Ferraz, na sua pesquisa sobre o movimento de mulheres lésbicas em Belo Horizonte, entre 1998 e 2014, procurou discutir a história da Associação de Lésbicas de

---

<sup>97</sup> Franca, Nayla Flavianne Borges Carvalho. *As lésbicas estão na História!!*: discutindo as narrativas escolares sobre a Ditadura Civil-Militar. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Universidade Federal de Goiás, 2022, p. 61.

<sup>98</sup> Curiel, Ochy. *La nación heterosexual*: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Edición Brecha Lésbica y En La Frontera, 2013, p. 34.

<sup>99</sup> Haraway, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução: Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu* (5), p. 22, 1995.

<sup>100</sup> Franca, *op.cit.*, p. 63.

BH (ALEM) à luz das fontes escritas (jornal, transcrições de audiências públicas, bibliografias) e fontes orais (trajetória de vida de Soraya Menezes) e, também, um aporte teórico produzido pelas intelectuais feministas, especialmente as negras latinas e estadunidense, e pelos estudos decoloniais.

A historiadora afirma que seu trabalho tem a primazia de falar do movimento de mulheres lésbicas e, assim, explicitar a “luta por visibilidade”, compartilhando “suas narrativas sobre experiências e contextos amplamente explorados pela historiografia recente”<sup>101</sup>, mas não visibilizaram essas mulheres, ou, provavelmente, não utilizaram chaves analíticas corretas que fizessem-nas emergir dos documentos históricos. Por esse caminho, objetivando “conhecer as várias visões do passado”<sup>102</sup>, Ferraz entra em contato com as fundadoras e as integrantes da ALEM, mas apenas Soraya Menezes, co-fundadora e principal figura pública do movimento lésbico de Belo Horizonte, aceita contar sua história e do movimento lésbico. Vale ressaltar que a militante é uma mulher lésbica, negra, socialista e periférica e se torna central na construção histórica do movimento lésbico belorizontino.

Semelhante ao que veremos nos capítulos seguintes desta tese, a historiadora mineira analisou as memórias de Soraya concernente às relações familiares, à infância e adolescência, ao processo de autorreconhecimento, à presença da lesbofobia no cotidiano do trabalho, as relações afetivas e os (res)sentimentos. Outros temas levantados na pesquisa trazem as relações intrínsecas entre questões socioeconômica (classe) e raça na vida de mulheres lésbicas. Acerca disso, Soraya conta para Ferraz como o “sair do Armário” foi/é distinto entre as mulheres lésbicas, citando o caso de uma “paquera” médica, que não era publicamente assumida, e quando os pais descobriram por meio de uma fotografia, terminou o relacionamento com Soraya e foi embora para os Estados Unidos da América (EUA) para fazer uma especialização. A partir dessa memória, Soraya levanta uma crítica dizendo que, quando se trata de mulheres lésbicas pobres e, porventura, negras, quando são “descobertas” ou se “assumem” para familiares, as chances de serem expulsas de casa e não ter onde ficar, são enormes, cujo impacto desse problema se constata nas diferenças de classe, isto é, quando “as outras não têm apoio

---

<sup>101</sup> Ferraz, Maria Cruz. *Em Busca da Visibilidade: o movimento de mulheres lésbicas em Belo Horizonte (1998-2014)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, 2021, p. 18.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 44.

nenhum, não têm nem dinheiro do ônibus”<sup>103</sup>, situação experienciada também por algumas colaboradoras desta pesquisa.

A análise de Ferraz demonstra que a vida de Soraya, militante negra lésbica mineira, sempre foi de “militância” diante das “barreiras sociais e de direitos”<sup>104</sup> que combateu. A dissertação, em última instância, trata da vida social e política de uma lésbica negra, que ao longo do trabalho recordava sobre o movimento lésbico e defendia a integração de outras lutas, pois as mulheres lésbicas eram/são trabalhadoras, são sujeitas que precisam de cuidados em saúde integral, necessitam da garantia da educação, renda, moradia, em suma, a intersecção de marcadores sociais que se materializam na prática da vida para aquisição de direitos básicos por meio do Estado: “nenhum evento analisado em que houve participação da ALEM, falou-se das mulheres lésbicas a partir de uma identidade única, homogênea e universal”.<sup>105</sup> Assim, a pesquisadora comprovou que o ativismo de Soraya e a ação política da Associação de Lésbicas de Belo Horizonte se constitui em: “Lutar por saúde, por educação, por igualdade de gênero e por emprego significa, na sua perspectiva, lutar pelos direitos de pessoas LGBTQs” de modo amplo e equânime.<sup>106</sup>

As produções historiográficas lesbianas (ou lésbica) brasileira demonstram que existir enquanto mulher lésbica numa sociedade construída sob o colonialismo é uma ameaça, pois, conforme a jornalista e cientista social brasileira branca, Ana Cláudia Macedo, as lésbicas questionam a heterossexualidade normativa, apresentam “possibilidades de não submissão” e objetivam “subverter a lógica da colonialidade da sexualidade”.<sup>107</sup> Ademais, como pudemos apreender na historiografia lésbica, não existiu/existe o ser “lésbica universal” pois, conforme constado nesse tópico, não é possível historicizar as existências e vivências de mulheridades lésbicas sem considerar “outras questões estruturais na formação identitária e social dessas mulheres, especialmente no que tange à matriz de opressões”.<sup>108</sup>

Por fim, o paradigma da interseccionalidade presente na história e na historiografia das mulheridades e feminilidades brasileiras, entre as quais as mulheres

---

<sup>103</sup> Ferraz, Maria Cruz. *Em Busca da Visibilidade: o movimento de mulheres lésbicas em Belo Horizonte (1998-2014)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, 2021, p. 140.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 155.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 231.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 241.

<sup>107</sup> Macedo, Cláudia. *Colonialidade da sexualidade: implicações sobre violências em relações lésbicas na América Latina*. Belo Horizonte: Letramento, 2024, p. 87.

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 88.

negras lésbicas, evidencia o funcionamento das relações de poder nas estruturas sociais que, em grande escala, procurou subordinar e apagá-las dos rastros da história, mas que as ações acadêmicas e políticas de algumas intelectuais, com uma lupa, rastrearam, analisaram e reconstruíram parte da pluralidade de identidades sociais e sua reconstrução mútua nas condições de sujeitas e pertencentes a uma comunidade, pois, conforme a socióloga negra brasileira, Luiza Bairros, “raça, gênero, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente”<sup>109</sup> e, a partir disso, consegui detectar a “necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça)”, rejeitando a separação de prioridades entre os movimentos sociais feministas, negros e LGBTI+, pois, como nos ensina Bairros, “não podem ser separadas, do ponto de vista da reflexão e da ação política, uma não existe sem a outra”.<sup>110</sup>

## 1.2 “Sou Preta”: colonialidade do poder e relações raciais

Bianca Santana, professora e ativista negra brasileira, certa vez disse que o “branqueamento apaga de nossas memórias as conquistas que nós, pessoas negras, temos tido ao longo da história do Brasil”<sup>111</sup>. Nisso inclui também o funcionamento do poder estratégico do sistema moderno-colonial sobre o corpo das mulheres negras e afro-indígenas pobres, com efeitos múltiplos, porque evidencia o processo de discriminação interseccionalizado que, ininterruptamente, reconstrói estratégias para desestabilizar qualquer possibilidade de afirmação e (re)construção de identidades sociais. Por isso, procurarei neste tópico compreender, teórica e epistemologicamente, o processo de construção das identidades raciais, especificamente a negra, a partir da autodeterminação das colaboradoras lésbicas negras e afro-indígenas. Ademais, analiso a presença do racismo nas suas trajetórias de vida, identificando as artimanhas produzidas por elas para contornar a discriminação racial cotidiana.

Nesse sentido, a partir de um conhecimento prévio das trajetórias de vida, das frentes de luta nos movimentos sociais e as representatividades das colaboradoras, conforme sugere Verena Alberti aos/às pesquisadores/as que utilizam a metodologia da

---

<sup>109</sup> Bairros, Luiza (1995). Nossos feminismos revisitados. *In.*: Hollanda, Heloísa Buarque. *Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 211.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 211.

<sup>111</sup> Santana, Bianca. *Quando me descobri negra*. São Paulo: SESI-SP editora, 2015, p. 15.

História oral, me preocupei com o aspecto da autodeterminação na construção do roteiro de entrevista e durante a relação dialógica com as entrevistadas.<sup>112</sup> Assim, além de perguntar nome e sobrenome, data de nascimento e local de nascimento, inerente à prática das historiadoras orais, busquei entender como se identificavam racialmente/eticamente, e elas me responderam da seguinte maneira:

Tiana: Eu gostaria muito, muito de me declarar afro-indígena por toda nossa localidade né, ancestral e de natureza mesmo, mas eu me considero uma mulher negra. Na verdade, eu me considero uma mulher mais negra do que indígena, mas a metade de mim é indígena, e a metade de mim é negra porque eu acho que essa simbologia, essa miscigenação que Amazônia nos propõe.<sup>113</sup>

Francy: Preta!<sup>114</sup>

Antônia: Olha, eu tenho ascendência negra por parte das minhas bisavós que vieram lá do Nordeste, e a maioria da minha família tem ascendência indígena. Então eu me declaro descendente de indígena.<sup>115</sup>

Diante disso, tanto Tiana quanto Francy se declararam enquanto mulheres negras, diferentemente de Antônia ao se autodeclarar descendente de indígena em virtude dos familiares, embora também tenha descendência negra por parte de bisavós negras. Tiana, por outro lado, construiu uma narrativa corroborativa e explicativa acerca da sua autodeclaração, considerando importante o aspecto geográfico, a natureza e a ancestralidade enquanto vetores significativos para o processo de constituição e reconhecimento da identidade negra. Contudo, Tiana expressou que gostaria de se autodeclarar afro-indígena diante desses pontos mencionados, porém se autoidentificou uma mulher negra. Na narrativa de Francy Junior, por sua vez, deslocamentos identitários e a necessidade de uma explicação acerca das identidades negras ou afro-indígenas não se fizeram presente, afirmando imediatamente ser “preta”.

Diante disso, me atrevo a questionar: nas três falas anteriores – as de Tiana, Francy e Antônia – há uma necessidade potencialmente política em torno dessas identidades raciais? Há um valor simbólico e material que talvez hierarquize, ou não, o

---

<sup>112</sup> Alberti, Verna. Histórias dentro da História. In.: Pinsky, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 3ª ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021, p. 172.

<sup>113</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 14 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>114</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>115</sup> Entrevista com a massoterapeuta e ativista, **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 25 de fevereiro de 2022, na Universidade Nilton Lins, Manaus.

“ser negra” do “ser afro-indígena”? A miscigenação amazônica contribuiu para uma relação de força, evidente na narrativa de Tiana?

Diante desses posicionamentos, é importante definir raça, tendo em vista o nosso interesse pelas autodeterminações enquanto dados relevantes para tentarmos compreender historicamente, ao longo do trabalho, a construção social e política das colaboradoras. Nesse ínterim, lanço mão da perspectiva do antropólogo brasileiro-congolês, Kabengele Munanga, indicando que raça “é um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação”<sup>116</sup>. Desse modo, a partir do século XVIII as relações de poder se estruturaram por meio do entendimento científico da racialização da humanidade, segundo critérios classificatórios morfológicos, a princípio, se expandindo para diferenciações morais, psicológicas, econômicas, sociais e históricas, ou seja, estruturaram hierarquicamente brancos, negros, amarelos, indígenas, cuja consequência dessas formulações no tecido social fora a legitimação da branquitude como raça “pura”.

Desde o início da expansão marítima e da colonização no final do século XV, os europeus se viram no direito de hierarquizar e de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele “e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta”.<sup>117</sup>

Considerando, então, a situação histórica de discriminação que pessoas negras sofrem baseadas numa constante desqualificação social, econômica, cultural, dizer-se negro/a numa sociedade racista constitui um ato político, se posicionando como sujeito histórico questionador do essencialismo e do determinismo atrelado à uma identidade racial em detrimento de outras subalternizadas. Sobre isso, o educador branco brasileiro, Tomaz Tadeu da Silva, assevera que identidades e diferenças são fabricações promovidas pelas relações culturais e sociais em determinado contexto histórico e geográfico. Nesse sentido, a materialidade da identidade e da diferença é instituída, a princípio, “por meio

---

<sup>116</sup> Munanga, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In.: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004, p. 5

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 5

de atos de fala”, sendo “resultado da criação de variados e complexo atos linguísticos que a definem como sendo diferentes de outras identidades”.<sup>118</sup>

Enquanto poder, afirmar-se como mulher negra/preta e indígena explicita, também, a diferenciação inerente às mulheridades, e essa afirmação implica o “desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais”. Simultaneamente, tal ato prático e narrativo constitui uma forma de “demarcação de fronteira”, aqui identificado enquanto possibilidades políticas inclusivas, que contribui para questionar e problematizar binarismos e classificações hierárquicas baseadas em gênero, classe, raça/etnia, sexualidade, localidade, dando margem para que indivíduos e grupos historicamente excluídos possam, assim, gozar de direitos sociais postos, ou que tais benesses possam ser construídas a partir da experiência coletiva.<sup>119</sup> Por isso, conforme o posicionamento racial das colaboradoras, evitar normalizações e naturalizações sem que haja um sentido político e público de mudança social, é reproduzir as estratégias organizadas pela branquitude para se tornar parâmetro:

Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa.<sup>120</sup>

Tomaz Tadeu prossegue explicando que a “identidade normal” é aquela, em grande medida, desejada e única para sociedades que passaram por processos de escravidão de pessoas negra e indígena e que, ao longo do tempo, sofreram com o embranquecimento da população por diferentes mecanismos ideológicos, denunciando a errônea ideia de que “ser” branco/a não constitui uma identidade racial, mas uma identidade normal, homogênea, naturalizada. Por outro lado, o Outro faz parte da construção dos sistemas de significação, social e simbólico, que dão materialidade às identidades, mutáveis e flexíveis que, ao mesmo tempo, dependem das diferenças para existirem.

Simultaneamente, situar-se como negra e/ou indígena se relaciona também ao sistema de representação e sua dimensão significativa, que dão sentido às identidades

---

<sup>118</sup> Silva, Tomaz Tadeu da Silva. A produção social da identidade e da diferença. In.: Silva, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014, p. 76-77.

<sup>119</sup> *Ibidem*, p. 82-83.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 83.

sociais e culturais, bem como é uma reação política à branquitude e é anticolonialista. Ademais, a representação liga identidade e diferença ao sistema de poder, que “define e determina a identidade”<sup>121</sup>, implicando, paradoxalmente, na possibilidade de questionamento dos sistemas identitários pelas sujeitas definidas pelo poder, causando instabilidades e indeterminações.

Por esse caminho, vislumbro como as ativistas lésbicas negras e afro-indígenas reconhecem suas posições e constroem suas identidades sociais como politicamente localizadas na diferença a partir de um contexto social de desigualdade racial. Isso então sugere que elas driblaram, em determinado momento da vida, o *complexo de inferioridade* enquanto negras e indígenas. Sobre essa problemática concernente a realidade psicológica de pessoas negras, especialmente nas vivências de “mulheres de cor”<sup>122</sup>, Franz Fanon, psiquiatra negro martinicano, argumenta que se existe o complexo de inferioridade, a princípio, ele é resultado de dois aspectos processuais, o econômico (classe) e a internalização “epidérmica” da inferioridade. Sobre esse último aspecto, Fanon mobiliza uma dupla reflexão igualmente importantes. A primeira se refere ao fato de que o colonialismo além de limitar fisicamente os colonizados, os transformou numa “espécie de quintessência do mal”, entendo-os não somente como destituídos de valores, pois nunca souberam o que seria, porque suas sociedades eram “sem valores”, como também sem ética e moral, fazendo dos colonizados o próprio “mal absoluto”.<sup>123</sup> A segunda, talvez a mais contundente, consiste na desumanização e, mais profundamente, na animalização de homens e mulheres colonizados: “a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica”.<sup>124</sup> Portanto, verificamos seu impacto na subjetividade – ressaltados as resistências ao mecanismo racista da colonização – de homens e mulheres negros, negras e indígenas ao longo da história.

Em seu processo de construção de memória, Andria Paula Rodrigues rememora o tratamento discriminatório dispensado a um colega de escola, quando criança, em virtude da sua cor:

---

<sup>121</sup> Silva, Tomaz Tadeu da Silva. A produção social da identidade e da diferença. In.: Silva, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Editora Vozes, 2014, p. 91.

<sup>122</sup> Mulheres de cor constitui um termo guarda-chuva que abarca as mulheres subalternizadas, principalmente aquelas que se encontram no sul global, ou seja, são mulheres negras, indígenas, trans, chicanas, latinas, africanas, orientais entre outras, em suas especificidades. LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 78.

<sup>123</sup> Franz, Fanon. *Os condenados da terra*. Tradução: Lígia Fonseca Ferreira; Regina Salgado Campos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022, p. 38.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p.39.

Teve episódios meus, assim, racistas porque eu enquanto negra, enquanto uma família toda de negra, eu era criada para ser racista [...] aí eu vou te contar o episódio da minha formação de alfabetização, da alfabetização não, do pré-escolar, primeira série [...]. Aí chegou o dia da grande festa da colação. Minha avó costureira fez a minha roupa, eu tenho até hoje a foto. Eu sempre gostei de vermelho e ela fez uma jardineira de Poá<sup>125</sup>. Lá na escola cada um tinha que ter um par, dentro da minha sala só tinha dois evangélicos, eu e esse rapaz, esse garotinho que ele era bem negro, bem negro, da pigmentação escura igual meu avô. E quê que acontece: na hora colocaram ele para ser meu par porque ele era o único evangélico e na hora eu fiz um show porque eu não queria ser par dele, eu não queria ser par dele. Minha vida toda é uma construção, uma desconstrução né? E aí a vovó não entendia, eu disse: “não, vó, com ele eu não quero não! Ele, não quero não!”. Depois que a ficha da minha vó caiu, a minha avó pegou a sandália do pé dela e me ameaçou de bater na frente de todo mundo, até hoje tenho a foto com esse meu coleguinha né? Isso falando a verdade mesmo, isso foram coisas, assim, horrível da minha história escolar, que eu não eu não faço questão de apagar, eu faço questão de mostrar o que eu fiz, e o que eu construí. Tive que avaliar.<sup>126</sup>

A experiência vivida de Rodrigues vai ao encontro com as análises de Fanon sobre o impacto subjetivo do racismo nas pessoas e nas sociedades que experienciaram o colonialismo europeu. Para Andria, a reprodução da discriminação contra pessoas negras iniciou no contexto familiar a partir dos avós paternos, em especial do avô que também era um homem negro e militar.<sup>127</sup> O reflexo dos comportamentos e da linguagem negativa sobre a população negra, possivelmente se impregnou nos ouvidos, na mente e na memória da colaboradora, cujo efeito fora a recusa em ter seu colega de classe como par na formatura da escola, lembrando o ato narrativo e incisivo: “com ele eu não quero, não!”. Ao final do excerto, a colaboradora reflete que essa memória se cristalizou e faz parte da sua história enquanto pessoa que foi moldada, de certa maneira, pelo seu contexto social, mas também alguém que ponderou e se desconstruiu em fase adulta.

---

<sup>125</sup> Poá trata-se de um tecido estampado com bolinhas (círculos), disposta em sequência ou de forma aleatória. Utilizado comumente em vestidos e saias.

<sup>126</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>127</sup> A historiadora brasileira, Cléria Botelho da Costa, ao refletir sobre a interpretação em história oral a partir da sua prática de campo com uma liderança do Movimento Sem Terra (MST), Rufino Silva, se deparou com a situação do entrevistado se colocar como negro, mas não se reconhecer como negro, inclusive demonstrando advir de uma cultura racista e preconceituosa apreendida no cotidiano familiar. No texto, Cléria traz alternativas, a partir da sua experiência, como o cultivar de uma sensibilidade na interpretação dos relatos orais; de reconhecimento dos limites de conhecimento das pesquisadoras e dos pesquisadores, portanto a necessidade de estudar temáticas que surgem nas entrevistas; e o cuidado com as marcas no emocional do narrador ante a interpretação de memórias sensíveis. Para melhor compressão, sugiro vivamente o artigo: Costa, Cléria Botelho. “A escuta do outro: os dilemas da interpretação. *História Oral*, v. 17, n. 2, p. 47-67, 2014.

O racismo, para o jurista negro brasileiro, Silvio Luiz de Almeida, corresponde à “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduo”<sup>128</sup> e/ou grupos racializados. A história de Andria com a questão racial nos mostra as assimetrias inerentes às relações raciais, tornando a fonte oral um meio para entendermos a presença das desigualdades numa perspectiva de raça, conforme narrado sobre o tratamento dado a ela e ao irmão por parte dos avós:

Minha família é toda negra, eu saí com essa tonalidade clara por conta da minha avó cearense [...branca], mas minha mãe é negra. Eu sou negra de uma tonalidade um pouco mais clara, por causa da minha avó. E meu irmão é negro da pigmentação bem escura. E aí já tinha meio que privilégios por causa da tonalidade clara sobre meu irmão (...) sempre era bem tratada e o meu irmão era meio que excluído por causa dessa cor, entendeu?<sup>129</sup>

A história de Andria mantém uma dialogia com as formulações de Fanon acerca do lugar social das pessoas negras e a reprodução das desigualdades raciais histórico e intrafamiliar. Diante disso, o pensamento do martinicano se ampliou e mobilizou pensadores/as latinos/as a desenvolver leituras críticas acerca da herança colonial nas estruturas sociais, culturais e políticas nas sociedades do tempo presente, levando em conta seus efeitos sobre os corpos e subjetividades das pessoas subalternizadas por esse *sistema moderno/colonial*, o que ampliou a perspectiva de “complexo de inferioridade” para pensarmos as formas de colonialidade do poder.

O sociólogo branco peruano, Anibal Quijano, importante intelectual do grupo modernidade/colonialidade, foi um dos principais teóricos a dizer que raça foi a expressão primordial da dominação colonial e, conseqüentemente, sua permanência nas relações sociais na contemporaneidade. Para o autor, raça se configura como uma “categoria mental da modernidade”, significando que as relações sociais foram fundadas, também, na produção de novas raças, a saber: pretos/as, pardos/as, indígenas, inclusive brancos/as, que não fogem à regra da racialização. Ainda para Quijano, a classificação racial da população, em primeira instância na América por meio da colonização europeia, produziu identidades sociais históricas que foram hierarquização por meio da configuração das relações de dominação. Esse padrão global e eurocêntrico também determinou,

<sup>128</sup> Almeida, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural*. Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 25.

<sup>129</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

hierarquicamente, “lugares e papéis sociais correspondentes” a cada grupo populacionais, naturalizando a inferiorização e a escravidão de grupos não brancos e não europeus.<sup>130</sup>

Para nossa realidade histórica, na América, especialmente a latina, “a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista”, ao mesmo tempo em que o conhecimento produzido legitimou “antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade” e, por conseguinte, fundamentando, junto com o capitalismo mundial, “todas as formas de controle e de exploração do trabalho”.<sup>131</sup> A colonialidade do poder realizou uma “distribuição racista de novas identidades sociais”, espaços de sociabilidade, funções nos mundos do trabalho, afetos e afetividades, produção de conhecimento legítima, formas de ser no mundo de acordo com os parâmetros eurocêntricos para cada sujeito e sujeita pertencente a grupos raciais distintos. A colonialidade, portanto, afetou/afeta de diferentes formas os grupos subalternizados/as – elenco mulheres e homens negros e indígenas, sujeitos que expressavam sexualidades e formas de ser a reboque de padrões hegemônicos –, “tornando-se um fenômeno mais amplo” atravessado pelo controle dos corpos, da (inter)subjetividade, do trabalho e sua produção, e também da “produção de conhecimento a partir do interior dessas relações intersubjetivas”.<sup>132</sup>

A psiquiatra negra brasileira, Neusa Santos Souza, ao investigar o problema da emocionalidade e autovalorização da população negra brasileira, evidenciou como o escravismo português transformou o africano, especialmente os advindo do sul do Saara, em negros e “demarcou seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado (...) e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior”.<sup>133</sup> Nesse sentido, o racismo desenvolvido a partir do conhecimento eurocêntrico e colocado em prática desde o colonialismo, muito latente no pós-abolição, ainda assujeita, nega e massacra um grande contingente da população negra brasileira.<sup>134</sup> Para demonstrar, trago para a análise histórica a experiência com o racismo vivida por Francy Junior, quando criança e junto com a sua irmã, por outros colegas no âmbito escolar e fora dele, nos anos 1970.

---

<sup>130</sup> Quijano, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In.: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 117

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 118.

<sup>132</sup> Lugones, Maria. Colonialidade e Gênero. In.: Hollanda, Heloísa Buarque de. (org.). *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 57.

<sup>133</sup> Santos, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 20221, p. 48.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 46.

no início, eu sofri bastante na infância por causa disso, e quando a molecada começou a crescer e saber... que aí já andava eu e a minha irmã, minha segunda irmã, e quando a molecada começou a descobrir os nossos caminhos eles tinham o prazer de esperar a gente no caminho... aí começava a xingar, a gritar: “olha o café Vitória de roupa nova”. (...) o pacote de café vinha uma Neguinha e um Neguinho né, bonitinhos, na embalagem do café. Então eles se referiam a nós a esse café né, “oh o café vitória tá de roupa nova”. Aí xingavam de macacas, de fedidas, de cabelo de bombril de todos esses apelidos, até hoje... até os dias de hoje outras crianças ouvem né, dentro da comunidade escolar.<sup>135</sup>

“Café Vitória”, macaca, fedida, cabelo de “bombril” são adjetivos racistas utilizados, historicamente, para inferiorizar a população negra e, aqui, para atingir violentamente a criança Francy Junior, nos anos 1970, em Manaus. A experiência com o racismo de Junior contribui na reconstituição de alguns aspectos da história da população afro-brasileira e africana no Amazonas. Para o antropólogo congolês Kabengele Munanga, a contribuição das teorias raciais e de instituições científicas do século XIX, como, por exemplo, a Sociedade de Etnologia e a Sociedade de Antropologia, ambas francesas, consolidou a inferioridade e a desumanização da população negra, associando a biologia (fisiologia) aos aspectos culturais. Para tanto, Munanga indica, entre vários cientistas do XIX, o médico e antropólogo francês, Paul Broca, para quem: “a cor da pele tendo à escura e o cabelo crespo estariam frequentemente associados à inferioridade, enquanto a pele clara, o cabelo liso e o rosto ortogônato seriam atributos comuns aos povos mais elevados da espécie humana”.<sup>136</sup> E os sujeitos com as características físicas atreladas à negritude foram/são essencializados como menos inteligentes, menos belos e imorais.

Por seu turno, Neusa Santos ao analisar o mito negro como representação forjada pelo sistema econômico, político e ideológico para “escamotear o real” e subordinar a população negra, explica que a utilização de “figuras representativas” como irracional, feio ou ruim, ao serem expressamente faladas, objetivam asseverar a “linearidade da ‘natureza negra’ enquanto rejeita a contradição, a política e a história em suas múltiplas determinações”, marginalizando a população negra diante de uma “cadeia de significantes”, isto é, tornando-se e sujeitas e sujeitos da/na história.<sup>137</sup>

<sup>135</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>136</sup> Munanga, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 4ª ed. 2ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p.30.

<sup>137</sup> Santos, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 20221, p. 57.

Além disso, é importante notar que o racismo, na experiência vivida das colaboradoras, também é generificado ao considerarmos a flexão no feminino das desqualificações racistas ditas por outras crianças ou adolescentes para marcar o corpo e a subjetividade de Francy e sua irmã. Em recente debate sobre a interseccionalidade, a socióloga negra estadunidense Patrícia Hill Collins explica a violência como um “problema social” que impacta desigualmente as pessoas e/ou grupos de acordo com raça, gênero, classe, sexualidade e outros marcadores. Desse modo, ações, omissões, palavras, gestos carregados do espectro racista generificado e sexualizado, por exemplo, se constitui naquilo que Collins nomeou de intersecção letal ou violência interseccional, que, em última instância, causa a morte ou a anunciação dela por meio da inferiorização e negação da humanidade baseada na cor, na textura do cabelo, na identidade de gênero ou sexualidade dissidente, potencialmente prejudiciais.<sup>138</sup>

As experiências de racismo vivenciadas por quase todas as colaboradoras, seja ao longo da vida ou pontualmente, são efeitos da formação social brasileira com o colonialismo, a escravidão e a modernidade. E nomear como violência racista tal vivência, escancara as múltiplas visões das “relações de poder, na qual as experiências de um indivíduo com a violência refletem as maneiras como as relações de poder são organizadas e aplicadas”.<sup>139</sup> Assim, para Patricia Collins, nomear e denunciar o racismo, considerando as correlações com gênero e sexualidade, “abre uma janela para a complexa ligação entre violência e relações de poder que sustentam a desigualdade social”.<sup>140</sup>

A influência do racismo generificado tornou a localização das mulheres negras e afro-indígenas, sejam lésbicas ou não, um ato ímpar porque trouxe dos escondidos da história de Manaus “pontos de vista distintos para sua análise da violência racial e generificada”.<sup>141</sup> Sebastiana Silva, ativista e colaboradora da pesquisa, entre seus dezenove e vinte anos vivenciou o desprezo da família por ser lésbica e o escárnio violento de sua “sogra” ao ser chamada de “preta safada” somada ao adjetivo “saboieira”, palavra atribuída preconceituosamente às lésbicas.<sup>142</sup>

---

<sup>138</sup> Collins, Patricia Hill. *Inteseções letais: raça, gênero e violência*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2024, p. 11-19.

<sup>139</sup> *Ibidem*, p. 11

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>141</sup> *Ibidem*, p. 13

<sup>142</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 14 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

O historiador negro brasileiro, Júlio Cláudio da Silva ao investigar e problematizar a presença de mulheres negras nas artes cênicas na primeira metade do século XX, por meio das narrativas orais de Léa Garcia e Ruth de Souza, demonstra o peso da (in)visibilização, a defesa da negritude e a denúncia do racismo na sociedade brasileira. As atrizes em foco foram sujeitas históricas que, no século XX, reivindicaram o direito de serem atrizes e “iluminar o universo das artes cênicas como espaço de luta contra o racismo no Brasil”, cujos espetáculos teatrais que compunham tinha a primazia de “denunciar o racismo nos palcos brasileiros”.<sup>143</sup> O machismo e o racismo sistemático sobre o corpo e a subjetividade das mulheridades negras causaram em Léa Garcia, em entrevista ao historiador, o evidente “incômodo ante a tentativa de enquadramento da imagem da mulher negra: ‘Irrita-me o falado ‘exotismo’ da mulher negra e a espontaneidade atribuída à nossa raça’”.<sup>144</sup> A percepção de dona Léa sobre as múltiplas formas de discriminação que mulheres negras passam cotidianamente não é isolada. O sistema interseccional de poder aguça os olhares e os ouvidos das pessoas racializadas ante a posição que ocupam, majoritariamente, nas relações de poder, produzindo análises e percepções “de baixo pra cima” de acordo como a “violência é vista e sentida por aqueles que a vivenciam”<sup>145</sup>, cujos projetos individuais e coletivos visam romper com os estereótipos sobre pessoas negras e a invisibilidade e marginalização aplicadas pelo Estado, historicamente.

Sobre isso, Júlio Cláudio ao analisar as memórias de Léa Garcia, em seu recente livro sobre a trajetória pessoal e artística da atriz, descortinou o projeto de respeitabilidade como um projeto de proteção, *quiçá* tentativa de ascensão social, perante o racismo e sua intensificação por ser uma menina negra, em meados do XX. Essa foi uma estratégia, entre muitas outras, usada por famílias negras, como de Garcia, para sobreviver, por exemplo, a prestação de serviço, no Rio de Janeiro, às “famílias abastadas daquela região e teceram redes de solidariedade para enfrentar e superar os desafios cotidianos” inerentes ao contexto social e econômico experienciados pela população negra no pós-abolição.<sup>146</sup>

---

<sup>143</sup> Silva, Júlio Cláudio da. Léa Garcia: narrativas de si e narrativas sobre uma dama negra do teatro e cinema 1952-1957. *Canoa do Tempo*, v.11, n. 2, p. 7, 2019. Silva, Júlio Claudio da. *Relações raciais, gênero e memória: a trajetória de Ruth de Souza entre o Teatro Experimental do Negro e o Karamuru House (1945-1952)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2011.

<sup>144</sup> *Idem*, p. 13, 2019.

<sup>145</sup> Collins, Patricia Hill. *Inteseções letais: raça, gênero e violência*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2024, p. 22.

<sup>146</sup> Silva, Júlio Cláudio. *Entre Mira, Serafina, Rosa e Tia Neguita: a trajetória e o protagonismo de Léa Garcia*. 1ª ed. Manaus (AM): Editora UEA, 2023, p. 30.

“Não ser uma menina de pés descalços”, em contraposição ao passado em que mulheres e homens negros escravizados andavam nessa condição, representa uma tentativa de guinada na melhoria de vida em meio a muitas dificuldades impostas pela modernidade. As redes de solidariedade e proteção ante a discriminação racial, localizada na história da atriz Lea Garcia, pode ser verificada nas histórias de Francy, Tiana e Andria também.

Foram muitas estratégias de sobrevivência delimitados por pessoas negras ao longo da vida. Isso se comprova na história de Francy por meio da raiva e do falar sobre a discriminação para a mãe, causada pela perseguição à sua irmã por parte de colegas por conta do fenótipo negro: “nós fomos aguentando tudo isso, a gente não levava problemas pra casa”, até que certa vez, em tenra idade, decidiu contar, porque em determinado dia:

xingaram demais minha irmã, aperrearam demais minha irmã, e a mim também né? Aí nesse dia eu cheguei bulhufas de raiva em casa e falei pra minha mãe: “mãe olha, tem uns meninos que eles perseguem a gente, ficam atrás da gente, meninas e meninos, apelidando com vários apelidos.”<sup>147</sup>

Na constituição de memória de Francy sua mãe foi lembrada como muito “braba”. No outro dia, levando Francy e sua irmã à aula, mostraram a mãe quem era o menino, chamado Augusto. Junior rememora que a mãe o pegou pelo jaleco escolar, o levantou com força a ponto de arrebentar os botões, possivelmente o questionou sobre os motivos de perseguir suas filhas e humilhá-las, levando-o em seguida até a diretoria e expondo a prática preconceituosa com as filhas negras. A intervenção da mãe de Francy na escola constituiu uma forma de proteção às filhas diante da estrutura racista em meados dos anos 1970 do século XX. Tal posicionamento antirracista da sua mãe surtiu efeitos na estrutura escolar, quando a diretora, Rosalina Pinheiro, construiu projetos contra o preconceito racial e suas múltiplas facetas, especialmente no horário de “educação cívico, que sempre todo dia de manhã ia pro pátio da escola”, para cantar o hino nacional e ter uma aula aberta para tratar de temáticas sobre convivência em sociedade, como o questão do preconceito racial.<sup>148</sup>

Sebastiana encontrou acolhimento nos enteados e em Sônia, primeira companheira, diante das discriminações racial e sexual da mãe de Sônia. Por certo tempo, Tiana viveu “clandestinamente” na casa de azimbre nos fundos do terreno de mãe de

---

<sup>147</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>148</sup> *Ibidem*.

Sônia. Pela manhã a colaboradora não podia se mexer na casa, pois era vigiada pela sogra, podendo transitar somente com a chegada das crianças que ligavam a televisão em som alto como estratégia de proteção de Tiana, sendo o momento para ela tomar banho, tomar café e fazer almoço. Contudo, a humilhação e o medo como produtos do racismo mais a lesbofobia, impactou na saúde mental da narradora, como conta sobre os seus dezenove anos: “não tinha minha mãe, não tinha minhas irmãs, eu não tinha emprego, eu não tinha educação”<sup>149</sup>. Após chorar compulsivamente durante a lembrança, continuou:

Nessa época eu fiz, assim, uma besteira (...). Aí eu peguei e botei uma corda no banheiro e eu tentei me matar; eu botei um banquinho, botei a corda e derrubei o banco. Eu tentei me matar (...) fiquei lá agonizando por um tempo. Aí a corda quebrou com meu peso, a madeira [da corda] quebrou (...) eu fiquei lá no chão por um tempo, pensando naquilo e eu disse: “o que que eu tô fazendo? Tá errado isso. Cheguei até aqui e vou ter que lutar, eu vou ter que enfrentar isso”.<sup>150</sup>

Por meio da história de Sebastiana, conseguimos interpretar a nutrição de afeto mútuo entre ela e as crianças, sendo chamada de “tia” por eles, do mesmo modo que Sônia e ela se amaram por muito tempo e contribuíram na educação dos meninos. Sônia e as crianças tornaram-se sua família e sua rede de solidariedade a ponto de construir um projeto de vida em ação contra o sistema racista e sexista na qual Manaus estava imerso na primeira metade dos anos 1990.

Os verbos “lutar” e “enfrentar” historicamente estiveram no horizonte de luta social das mulheres e homens negros e afro-indígenas. As correlações de raça, de gênero e de classe, encarnadas nos corpos de mulheres negras, promoveram nas suas vidas humilhações e violações, ao mesmo tempo em que potencializou as suas identidades individuais e coletivas, transformando-as em movimentos de solidariedade e respeito, e fomentando, assim, práticas de subversão contra as barreiras do racismo levantadas pelo sistema moderno/colonial.

Durante o século XIX, no Amazonas, a fuga de escravos era uma constante, principalmente pelas situações urbanísticas, epidemiológicas e de embaraços políticos e econômicos na capital, Manaus. As estratégias de resistência mapeadas pelos historiadores brasileiros, Ygor Olinto Cavalcante e Patrícia Melo, demonstram o quanto

---

<sup>149</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 14 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>150</sup> *Ibidem*.

as mulheres negras foram fundamentais na mobilização – muitas vezes sozinhas – por liberdade no sistema escravista que, com seu fim próximo na segunda metade do século XIX, reforçava o controle social de negros ou africanos (livres ou escravizados) e indígenas.<sup>151</sup>

A história de Joaquina é um dos muitos exemplos de fugas de mulheres negras escravizadas que, em companhia dos parceiros, decidiram os seus rumos para longe dos senhores. Como lembrando pelos autores, “Joaquina foi, no mínimo, corajosa ao colidir com um conjunto de estratégias das elites locais para coibir os movimentos e práticas de escravos, africanos livres e índios (...)”. Um tempo depois, Alexandrina fugiu com o João Mulato, seu amado, para o rio Negro. Em seguida, houve a fuga da cidade de Óbidos (PA) de Raimunda junto com o parceiro José Moisés. Em 1861, foi a vez de Benedita que fugiu juntamente com o “soldado mulato Francisco Lima”. No mesmo ano, Maria Crioula e seu companheiro Hipólito decidiram fugir após a morte do seu senhor Antônio Guerra, pois “a venda podia significar a desintegração dos laços com seus iguais, com seu mundo, sua historicidade, sua identidade social”.<sup>152</sup>

O desejo por autonomia, expresso na condição de “viver sobre si” e a manutenção dos laços familiares nutriam as ideias e ações daquelas mulheres. Ao mesmo tempo, é importante lembrar que as estratégias de juntar pecúlio para comprar a liberdade também era um modelo de sobrevivência de homens e mulheres escravizados no Amazonas, tendo em vista que “mais da metade dos alforriados são mulheres (56%; 95) (...) o aumento de concessão de cartas de liberdade coincidiu com o movimento ascendente de obtenção da alforria por mulheres nas décadas de 1860-70”.<sup>153</sup>

De acordo com Cavalcante e Melo, as fugas constituíram o “indicador mais importante da resistência dos escravos até os primeiros da década de 1870” em Manaus, pois as elites forjaram estratégias concretas e severas para “coibir os movimentos e práticas (...) que precisavam ser controlados e subordinados”<sup>154</sup>. As mulheres negras

---

<sup>151</sup> A historiadora negra brasileira, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira Costa, em sua tese de doutorado, investigou as formas de exploração e controle do trabalho exercidos por negros escravizados e indígenas no século XIX, no Amazonas, sendo proibido, desde o século XVIII, a escravização de indígenas. A pesquisa de Costa demonstrou o contrário, explicitando as redes de escravização ilegal de indígenas, sem exclusão de crianças, na segunda metade do século XIX. Para uma leitura arguta do tema, ver: Costa, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira Costa. *Liberdade Fraturada: As redes de coerção e o cotidiano da exploração na província do Amazonas (Brasil, século XIX)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Estadual de Campinas, SP, 2022.

<sup>152</sup> Cavalcante, Ygor Olinto Rocha; Sampaio, Patrícia Melo. História de Joaquinas: Mulheres, Escravidão e Liberdade (Brasil, Amazonas: séc. XIX). *Afró-Ásia*, v. 16, p. 106-112, 2012.

<sup>153</sup> *Ibidem*, p. 115.

<sup>154</sup> *Ibidem*, p. 109-110.

foram corajosas, como aponta os historiadores, cujas histórias de vivência e resistência ao sistema escravista, se entrelaça às histórias das ativistas lésbicas negras e afro-indígenas no presente, experienciando formas de racismo e machismo como novas estratégias de subordinação. Ao escaparem do cativo – uma das principais instituições da escravidão moderna/colonial e símbolo de desumanização e inferiorização da população negra – as mulheridades tinham o intuito de (1) “cuidarem de suas famílias” e, mais amplamente, (2) “tornarem -se senhoras da cidade”<sup>155</sup> e de si mesmas.

Posteriormente, no século XX, presenciamos outras formas de resiliência e valorização da negritude. O historiador negro brasileiro, Petrônio José Domingues, recorda que o Brasil, após a extinção da escravidão formal e a incorporação das teorias raciais nas estruturas sociais e políticas, experienciou a instituição de “movimentos de mobilização racial” por meio de grêmios, clubes e associações, concentrados, em sua maioria, no Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse processo, produziram periódicos próprios, como o *Imprensa Negra*, cujo foco eram “as mazelas que afetavam a população negra”<sup>156</sup>, o não acesso ao mercado de trabalho, habitação digna, educação formal, saúde, além do impedimento em frequentar determinados espaços públicos, como cinema e teatro. Assim sendo, o objetivo dessas organizações, em especial da Frente Negra Brasileira, criada em 1931, era a integração da população negra na sociedade.<sup>157</sup> Ainda na primeira metade de XX, criou-se o Teatro Experimental do Negro, em 1944, sob liderança de Abdias Nascimento. Teatro composto majoritariamente por negros e negras, produziu diversas peças teatrais com tons de denúncia do racismo estrutural, além de criar o próprio jornal chamado *Quilombo*. O TEN, como era conhecido, defendia “os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos” e, nacionalmente, “propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país”.<sup>158</sup>

Estas foram as principais incursões do movimento negro na primeira metade do século XX ante a produção de políticas públicas de branqueamento da população brasileira à revelia da vida precária vivenciada pela população negra. O impulsionamento de projetos em comum pela manutenção de vidas negras fora múltiplo ao longo do século passado. O Movimento Negro Unificado (MNU), inicialmente chamado Movimento

---

<sup>155</sup> Cavalcante, Ygor Olinto Rocha; Sampaio, Patrícia Melo. História de Joaquina: Mulheres, Escravidão e Liberdade (Brasil, Amazonas: séc. XIX). *Afró-Ásia*, v. 16, p. 112, 2012.

<sup>156</sup> Domingues, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, n. 13, p. 105, 2007.

<sup>157</sup> *Ibidem*, p. 104-105.

<sup>158</sup> *Ibidem*, p. 109.

Contra a Discriminação Racial (MUCDR), nasceu em 1978, em São Paulo, e é resultado de um processo de luta contra a discriminação racial e por acesso aos direitos civis, sob influência das lutas antirracistas nos Estados Unidos da América e as Lutas por Liberdade nos países africanos ante o colonialismo europeu. Em linhas gerais, o MNU tinha, entre seus líderes, a intelectual Lélia Gonzalez, cujo contexto de ditadura provou uma radicalização das ideias, as propostas e as ações ante a repressão e a ausência de direitos civis e políticos. Seu posicionamento antirracista reivindicava, segundo Domingues e Gonzalez, o fim do racismo e a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, “organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escola, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país”.<sup>159</sup>

Os movimentos sociais e outras modalidades de organização político-social, em especial o racial, historicamente tem na identidade e autoafirmação um papel relevante na sua formação. Yuderkys Espinosa Miñoso, filósofa feminista negra caribenha, assevera que o “agir identitário” é a “recuperação positiva da diferença” historicamente minorizada e hierarquizada, tornando-se, na esteira da história, excluídas de uma possível simetria social. Além disso, prossegue a Miñoso, as violências experienciadas por homens e mulheres “de cor” converteu-se no elo de identificação enquanto “pertencentes a um grupo com o qual a opressão e a exclusão são partilhadas”.<sup>160</sup> A opressão racial, como já foi escrito, tem seus atravessamentos de raça interconectados com gênero, classe e sexualidade, ao mesmo tempo que as pessoas com consciência de si e da sua identidade, muitas vezes, se reconhecem no cruzamento identitário e reforça o discurso interseccional como alternativa eficaz para uma mudança estrutural.

Se autoidentificar e afirmar-se como preta, negra e afro-indígena no tempo presente, como ocorreu com as narradoras durante as entrevistas, demonstra para sociedade amazonense, cujas negritudes foram invisibilizadas por discursos oficiais e extraoficiais: (1) a existência de pessoas negras no Amazonas. Embora para alguns pareça óbvio, Patrícia Alves-Melo, corajosa e habilidosamente, organizou uma coletânea<sup>161</sup> reunindo autores que pesquisavam, em diferentes áreas dos saberes, a presença, as

---

<sup>159</sup> Domingues, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, n. 13, p. 105, p. 114, 2007.

<sup>160</sup> Miñoso, Yuderkys Espinosa. *Escritos de uma lésbica escura: reflexões críticas sobre feminismo e política de identidade na América Latina*. Trad. Caroline Marim; Susana de Castro. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2022, p. 32.

<sup>161</sup> Alves-Melo, Patricia (org.). *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. 2ª ed. Rev. e ampli. – Curitiba: CRV, 2021.

andanças, as articulações coletivas, as lutas por políticas afirmativas, visibilização da cultura, dados quantitativos de professores/as negros na UFAM<sup>162</sup>, entre outras formas de viver e ser, de pessoas negras no passado e no presente da história do Amazonas;<sup>163</sup> (2) a valorização da mulheridade negra e afro-indígena em oposição à homogeneização da população negra presente nos discursos da colonialidade do poder, pois as histórias das lésbicas negras é inerente à história da população negra amazonense e brasileira, também. Por fim, as ativistas lésbicas negras e afro-indígenas carregam experiências vividas nas quais o racismo se concatena com o gênero e a sexualidade. Isso chama a atenção para a produção de uma historiografia que analise e reflita as histórias das mulheres de modo interligado com seus marcadores sociais, pois perceberam que suas histórias se constituíram em ferramentas de mobilização social e política de mudança em suas vidas e nas de todas as mulheridades e feminilidades no Amazonas.

### 1.3 Mulheridades em foco: colonialidade do gênero e sexualidade

Em 2020, a historiadora branca brasileira, Maria Luiza Ugarte Pinheiro, escreveu um artigo descrevendo o panorama das pesquisas historiográficas no Amazonas. Nele, os temas e abordagens se relacionavam diretamente aos estudos de gênero e, também, tangenciavam um objeto analítico mais amplo em suas pesquisas. Criticamente, a pesquisadora admite que as mulheres, historicamente, estiveram aquém da análise histórica dos primeiros historiadores e intérpretes do pensamento social amazônico, cuja “presença feminina na História nunca lhes interessou de fato”, porque “viam a história como resultado da ação exclusiva de indivíduos do sexo masculino, atuando na cena política” em detrimento do âmbito privado, alocando as mulheres, “fora do seu campo de visão e, portanto, fora também da História”.<sup>164</sup>

---

<sup>162</sup> No intuito de combater a ausência de dados sobre população negra amazonense, indico o livro cujo intuito foi organizar e analisar os dados quantitativos da Secretária de Segurança Pública do Estado do Amazonas (SPP-AM) em tipologias de crimes, entre os quais o de discriminação racial e injúria racial. Assim sendo, ver: Silva, Ellen de Moraes; Silva, Pamela Oliveira da; Cativo, Cássia Karimi Vieira; Oliveira, Criscyenne Andrade de. Violência étnica/racial no Amazonas. In.: Oliveira, Criscyenne Andrade de; Marques, Dorli João Carlos; *et.al.* *Retratos das violências no Amazonas*. Manaus (AM): Editora UEA, 2024.

<sup>163</sup> Para verificar o processo histórico de invisibilidade da população negra no Amazonas, ver: Alves-Melo, Patrícia. Rompendo o silêncio sobre a presença negra no Amazonas: um breve balanço historiográfico. In.: Queirós, César Augusto Bubolz (org.). *Historiografia amazonense em perspectiva*. Manaus: Editora Valer, 2020.

<sup>164</sup> Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. Caminhos da História das mulheres no Amazonas. In.: Queirós, César Augusto Bubolz (org.). *Historiografia amazonense em perspectiva*. Manaus: Editora Valer, 2020, p. 223-224.

Nesse percurso, Pinheiro pontua que, mais recentemente, os estudos de gênero – multidisciplinar – no campo da História está cada vez mais dinamizado e renovado, ampliando a reconstrução da “participação feminina na história amazonense” e trazendo à baila novas “facetas e dimensões totalmente desconhecidas do processo histórico regional”<sup>165</sup>, como as trajetórias de vida de ativistas mulheres lésbicas negras e afro-indígenas em Manaus. Dessa forma, seguimos rompendo os silenciamentos e a invisibilização das mulheridades, sendo lésbicas ou não, em diferentes dimensões das suas vidas. Por isso, neste tópico analiso as questões de gênero e de sexualidade numa perspectiva feminista negra e decolonial, utilizando as produções historiográficas e a interdisciplinaridade sobre/com lésbicas e seus feminismos, como também produções que levaram em consideração o protagonismo das mulheres negras nos movimentos sociais feministas. Com isso a autoafirmação como mulheres e lésbicas adquire uma dimensão política, positivando suas lutas sociais como legítimas num contexto em que a sub-representação e o silenciamento se faz presente.

Com efeito, quando do processo de entrevistas com as colaboradoras perguntei além da raça/cor outros questionamentos iniciais, e todas disseram que suas identidades de gênero eram mulheres cisgênera e a identidade sexual era lésbica. Recordo que a identidade social para as mulheres, especialmente para feministas e ativistas, é fundamental para construção e sustentação de objetivos de mudança estrutural de sociedades alicerçadas pelo patriarcado e o heterossexismo produzidos e mantidos pelo sistema capitalista colonial/moderno global.

Em *Colonialidade e Gênero*, a socióloga feminista branca argentina, Maria Lugones, critica e aprofunda as reflexões de Anibal Quijano sobre a colonialidade do poder, entendendo que raça e gênero são sistemas de poder que formam e são formados pela colonialidade, e que geram graus de privilégios e de opressão aos sujeitos e as sujeitas colonizadas. Ela cruza suas ideias, também, com os marcos analíticos da interseccionalidade, ferramenta conceitual das feministas negras, produzindo a partir do diálogo com os dois campos teóricos-epistemológicos, aquilo que chamou de “sistema moderno/colonial de gênero”.<sup>166</sup>

---

<sup>165</sup> Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. Caminhos da História das mulheres no Amazonas. In.: Queirós, César Augusto Bubolz (org.). *Historiografia amazonense em perspectiva*. Manaus: Editora Valer, 2020, p. 246.

<sup>166</sup> Lugones, Maria. Colonialidade e Gênero. In.: Hollanda, Heloísa Buarque de. (org.). *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 54.

Maria Lugones afirma que o pensamento de Quijano sobre colonialidade do poder está correta, evidenciando que a colonialidade do poder foi forjada por alguns eixos estruturais, como a colonialidade – “separação entre humano e o não humano”<sup>167</sup> –, o capitalismo global e a modernidade. Referente ao primeiro eixo, já foi dito na seção anterior ao dialogar com o sociólogo peruano, a colonialidade “permeia todos os aspectos da vida social e permite o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais”<sup>168</sup>, a saber, Europa, África, Ásia, América, indígena, africano, europeu, mouro, inclusive mulher e homem e suas variações. Essa classificação, de acordo com Lugones, foi “imposta à população do mundo”, sendo um profundo e permanente traço da “dominação colonial”.<sup>169</sup> Além disso, o eixo descrito como cerne da classificação social das populações, objetivava o controle “da autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade” e a exploração de toda forma de produção advinda da organização do sistema de poder colonial/moderno. Por conseguinte, o sexo, seus recursos e produtos foram, como a raça, um aspecto que organizou (e ainda organiza) a vida social desse sistema, criando conflitos pelo acesso ao poder e pelo controle do sexo, ou dos corpos sexuados. Isso se tornou fundamental para manutenção da necessidade cognitiva do capitalismo.<sup>170</sup>

Nesse sentido, as feministas decoloniais realizaram várias críticas à interpretação biologizante e a limitação do gênero e da sexualidade por Quijano<sup>171</sup> em seus escritos, ao secundarizar o sistema de gênero enquanto organizador do sistema capitalista eurocêntrico global, tornando-o uma disputa do acesso entre os homens aos corpos das mulheres colonizadas. Com isso, ignorou-se que as mulheres, inclusive as de cor, também estavam litigando a propriedade e o controle dos seus próprios corpos, historicamente em discussão. Portanto, a insuficiência analítica de Quijano sobre as questões de gênero, segundo a socióloga feminista branca hondurenha, Breny Mendoza, pode ser delimitada quando as ideias do pensador peruano:

permanece enclausurada no determinismo biológico; pressupõe o dimorfismo sexual onde não existia; naturaliza a heteronormatividade em culturas onde não se enxergava a homossexualidade nem como uma

<sup>167</sup> Mendoza, Breny. A colonialidade do gênero e poder: da pós-colonialidade à decolonialidade. Trad. Letícia Pilger da Silva; Sueliton de Oliveira Silva Filho. *Revista X*, v. 16, n. 1, p. 311, 2021.

<sup>168</sup> Lugones, Maria. Colonialidade e Gênero. In.: Hollanda, Heloísa Buarque de. (org.). *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 57.

<sup>169</sup> *Ibidem*, p. 57

<sup>170</sup> *Ibidem*, p. 58

<sup>171</sup> Cusicanqui, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax Utxiwa*. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón y Retazos, 2010, p. 58.

transgressão sexual ou social, e toma como certa uma distribuição do poder patriarcal em sociedades onde predominavam relações sociais mais igualitárias entre homens e mulheres.<sup>172</sup>

A redução da importância do gênero como marco analítico da história da colonização europeia nas Américas, foi questionada pelas feministas negras, pelas indígenas da América do Norte e do Sul, pelas feministas terceiro-mundistas e pelas decoloniais, apontando para o problema da separação categorial e seus prejuízos no entendimento da vida das mulheres “vitimizadas sob a rubrica das categorias ‘mulher’ e as categorias raciais “negra”, hispânica”, asiática” [...]”.<sup>173</sup> Maria Lugones aprofunda o debate das categorias identitárias ao afirmar que existem, inerentemente, sujeitos-normas. Esses sujeitos, por serem homogêneos, binários e hierarquizados, "selecionam um dominante". Ou seja, para a categoria 'mulher', a norma é a mulher branca heterossexual de classe média e sem deficiência; para a categoria 'homem', é o homem branco heterossexual de classe média; e para a categoria 'negro', é o homem negro heterossexual.<sup>174</sup>

Nesse processo, analisar separadamente as categorias “distorce os seres e fenômenos sociais”, como os grupos, indivíduos e a violência sobre os quais foram/são exercidas. Isso exclui aquelas que nem sequer foram incluídas como normas das categorias supracitadas, referindo-me especificamente, aqui, às mulheres negras e indígenas. O sistema de gênero moderno/colonial constitui uma “imposição colonial” e, por isso, estruturou, junto com a raça, o ordenamento político, jurídico, econômico e social que se organizou em dois eixos: o lado visível/iluminado e o lado oculto/obscuro. No primeiro, o visível, o gênero enquanto categoria social foi produzido, dando “forma ao significado colonial/moderno de ‘homem e ‘mulher’”, brancos, burgueses, cisgêneros e heterossexuais, relegando à ‘mulher’ as dimensões da pureza, passividade sexual e exclusão da “esfera da autoridade coletiva, da produção do conhecimento e de quase toda possibilidade de controle dos meios de produção”.<sup>175</sup> No lado oculto/obscuro se encontrou os/as colonizados/as das Américas, Áfricas e Ásia, cuja violência reduziu-os à animalidade, ao estupro das mulheres racializadas, a exploração nos mundos do trabalho,

---

<sup>172</sup> Mendoza, Breny. A colonialidade do gênero e poder: da pós-colonialidade à decolonialidade. Trad. Letícia Pilger da Silva; Sueliton de Oliveira Silva Filho. *Revista X*, v. 16, n. 1, p. 310, 2021.

<sup>173</sup> Lugones, Maria. Colonialidade e Gênero. *In.*: Hollanda, Heloisa Buarque de. (org.). *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, 60.

<sup>174</sup> *Ibidem*, p. 60.

<sup>175</sup> *Ibidem*, p. 78.

a pulverização, em grande escala, das relações comunais e da solidariedade entre os homens e mulheres negros e indígenas.<sup>176</sup>

*A colonialidade de gênero* deixa claro que o *gênero* concede um status de civilidade unicamente para aqueles homens e mulheres que habitam o campo do *humano*; aqueles que carecem de gênero estão sujeitos à cruel exploração e ao genocídio claro e simples.<sup>177</sup>

Oyèrónké Oyěwùmi, socióloga negra nigeriana iorubá, sinaliza que o sistema de gênero jogou as mulheres africanas – no caso as anafêneas das sociedades iorubás – “no fundo de uma história que não era delas”, porque a colonização inglesa no século XIX impôs o modelo de ser mulher europeia às africanas iorubás, procurando dominá-las à medida que as transformaram em “mulheres” e as assimilaram como negras.<sup>178</sup> Portanto, como relembra Oyěwùmi, a instituição colonial além de racista, “também foi um processo pelo qual a hegemonia masculina foi instituída e legitimada nas sociedades africanas. Sua manifestação definitiva foi o Estado patriarcal”.<sup>179</sup>

Nesse sentido, as categorias sociais generificadas e racializadas eurocêntricas foram sendo corporificadas, forjando diferenças, desigualdades, separações físicas e espaciais, cujas mulheres negras e indígenas nas Áfricas e nas Américas, respectivamente, foram as mais afetadas. Nesse sentido, historicizar o gênero e as interrelações construídas por meio do instrumento da colonização, evidencia a intervenção da colonialidade e seus eixos estruturais de poder nas formas de pensar e agir, “dando forma às relações sociais e políticas que permeiam todos os aspectos da vida no planeta”. Assim, neste primeiro momento procurei dialogar com algumas feministas intelectuais latinas e africanas, que defendem (e eu corroboro) a necessidade de reconhecer a longa “influência que a racialização e a generificação tiveram para compreender o passado, para os esforços de transformar o presente e visualizar as estratégias de um futuro diferente”.<sup>180</sup>

Compreendemos, então, a colonialidade do gênero como eixo do projeto capitalista eurocêntrico moderno/colonial, construtor de padrões de vida no tempo presente para demarcar as diferenças entre grupos populacionais. E esse eixo retroalimenta o sistema de hierarquias e desigualdades sociais junto com outros, entre

---

<sup>176</sup> *Ibidem*, p. 79

<sup>177</sup> Mendoza, Breny. A colonialidade do gênero e poder: da pós-colonialidade à decolonialidade. Trad. Leticia Pilger da Silva; Sueliton de Oliveira Silva Filho. *Revista X*, v. 16, n. 1, p. 311, 2021.

<sup>178</sup> Oyěwùmi, Oyèrónké. *A invenção das mulheres*: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de Gênero. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 227.

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 230.

<sup>180</sup> Mendoza, Breny. *Op.cit.*, 313.

eles a heterossexualidade, cerne da colonialidade da sexualidade, como controle da sexualidade das mulheres e dos homens, sobretudo gueis e lésbicas.

Dessa forma, trago a psicóloga trans negra brasileira, Jaqueline Gomes de Jesus (2012), como uma intelectual que conceitua a sexualidade relacionada à dimensão da atração afetivosexual, isto é, por quais pessoas nos atraímos corporal, sentimental e sexualmente. Existem, assim, gueis (homens, cis ou trans, que se relacionam amorosa e sexualmente com homens), lésbicas (mulheres, ciscgêneras ou trans, que se relacionam com outras mulheres), bissexuais (homens e/ou mulheres que se relacionam com todos os gêneros) e heterossexuais (aqueles que se relacionam com o gênero oposto ao seu).<sup>181</sup> Para o advogado branco guei brasileiro, Caio Benevides, a sexualidade também estabelece hierarquia social a partir do momento que determina os “normais”, de acordo com matriz heterossexual, instituindo “a heterossexualidade como requisito para o pleno gozo de direito e dificulta a construção de uma sociedade democrática”. Assim, a heterossexualidade torna-se a “expressão da normalidade sexual” em detrimento das outras sexualidades, compreendidas, por conseguinte, como “desviantes”.<sup>182</sup>

Um dos vários efeitos da supremacia heterossexual, como exemplo histórico, encontra-se na formação da principal base de dados da pátria, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quando somente em 2010 passou a incluir o marcador orientação sexual no Censo Demográfico para identificar os casais homoafetivos vivendo em domicílio. O levantamento é nomeado como “Censo da População LGBT”, o que, em verdade, não corresponde efetivamente à realidade, pois são “somente sobre famílias homoafetivas”, cuja composição é dois homens ou duas mulheres ciscgêneros, respectivamente. A invisibilidade se afunila com a ausência de dados sobre população transgênero brasileira, quadro revisto somente em 2024, quando o Instituto passou incluir identidade sexual e de gênero em todas as áreas do Censo.<sup>183</sup>

O silenciamento e a invisibilidade de sujeitos e sujeitas de sexualidades dissidentes, em diferentes tempos e espaços, pressupõe a heterossexualidade como “algo que precisou ser imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido à força”.<sup>184</sup> Desse modo, Adrienne Rich, feminista lésbica branca estadunidense, assevera

---

<sup>181</sup> Jesus, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012, p. 13.

<sup>182</sup> Pedra, Caio Benevides. *Direitos LGBT: a LGTBfobia estrutural e a diversidade sexual e de gênero no direito brasileiro*. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2020, p. 130.

<sup>183</sup> *Ibidem*, p. 139.

<sup>184</sup> Rich, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e outros ensaios*. Tradução Angélica Freitas e Daniel Lühmann. Rio de Janeiro: *A Bolha*, 2019, p. 64

que a heterossexualidade compulsória é uma das formas de manutenção do poder masculino, certificando que eles tenham, sem obstáculos, o direito de acessar e usufruir do “físico, econômico e emocional”. A partir da análise de Rich, posso enumerar alguns modos pelos quais esse poder se mantém historicamente nas experiências das mulheridades, a saber: *imposição da sexualidade masculina como natural, superior e de direito*, fazendo dos corpos e subjetividades das mulheres seus objetos, tomando-as por meio de estupro, violência doméstica, incestos, idealização do amor hetero em diferentes áreas de conhecimento, como as artes e literatura; *controle e exploração do seus trabalhos e produtos* por meio da distribuição desigual de gênero nos mundos de trabalho, desigualdade salarial, controle da maternidade; *restringir a criatividade das mulheres, privando-as de acessar grandes áreas de conhecimentos*. Assim, nesse último ponto, Rich alertava para o “‘Grande Silêncio’ em relação a existência das mulheres e especialmente da existência lésbica na história e na cultura”.<sup>185</sup>

Verifico, portanto, a heterossexualidade não apenas como uma sexualidade historicamente imposta como natural e real, mas uma instituição política de regulação e limitadora da autonomia, do poder e da vida das mulheridades e feminilidades. Diante disso, essa instituição não mediu esforços para tentar apagar os rastros de mulheres que amaram/desejaram outras mulheres. Conforme Rich, a partir da segunda metade do século XX houve uma intensa busca de escrever sobre as mulheres e seus vínculos afetivos por parte das “mulheres de cor em geral e de lésbicas em particular”, denunciando, em seu escrito de 1989, que as intelectuais lésbicas negras foram (e ainda são) apagadas dos “trabalhos acadêmicos feministas pelo duplo viés do racismo e da homofobia”.<sup>186</sup> Acrescento, ainda, além do apagamento da existência lésbica, também a privação da afetividade lésbica e do casamento formal, a permanência no armário da heterossexualidade nos mundos do trabalho – performando uma sexualidade padrão para sobreviver –, a privação da maternagem por intervenção jurídicas<sup>187</sup> e o estupro corretivo enquanto tentativa violenta de “retorno” forçado à heterossexualidade.

---

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 47.

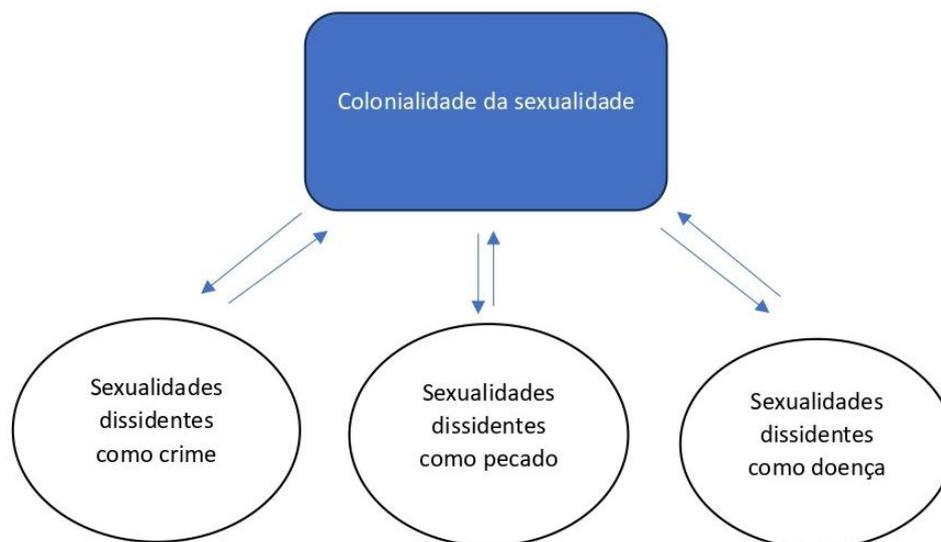
<sup>186</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>187</sup> Cito o caso “Atala Riffo e Crianças vs. Chile”, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2012, que “se relaciona com a alegada responsabilidade internacional do Estado pelo tratamento discriminatório e pela interferência arbitrária na vida privada e familiar que teria sofrido a senhora Atala, devido à sua orientação sexual, no processo judicial que resultou na retirada do cuidado e custódia das filhas M., V. e R”. O processo foi movimentado pelo pai, Jaime López Allende, após saber que Karen Atala Riffo, ex-mulher, estava se relacionando afetivamente com uma mulher. O caso evidencia a operacionalização da heterossexualidade como uma estrutura e ideologia que molda as instituições sociais e políticas para privar pessoas de sexualidades dissidente exercerem sua liberdade e dignidade humana completa. Para analisar o processo do caso na íntegra, ver: *Caso Atala Riffo y niñas Vs. Chile*. Disponível em:

Nesse sentido, a heterossexualidade constituiu a “imposição de um pensar-agir-sentir” nas experiências sociais e históricas de mulheres e homens, sendo a coluna de sustentação do que Cláudia Macedo chamou de Colonialidade da Sexualidade, um dos eixos, como a colonialidade de gênero, que “estrutura o sistema-mundo capitalista moderno colonial”.<sup>188</sup> Semelhante ao caminho analítico percorrido por Lugones para produzir o conceito de Colonialidade do Gênero, Macedo também partiu das reflexões críticas de Aníbal Quijano sobre a colonialidade do poder e seus eixos estruturantes, como o racismo, o capitalismo e a modernidade, para constatar que a Colonialidade da Sexualidade produziu imagens, discursos e estigmas sobre às sexualidade não-heterossexuais, e, paralelamente, ações legais para perseguir e condenar seus praticantes e oprimir seus desejos, garantindo, assim, a manutenção de padrões sociais, a saber: o casamento heterossexual, a composição familiar homem e mulher, maternidade patriarcal<sup>189</sup>, a heterossexualidade como natural e homogênea.

A sexualidade como um dos pilares do sistema moderno/colonial foi analisado pela intelectual lésbica branca da seguinte maneira:

**Figura 1 – Colonialidade da Sexualidade**



Fonte: elaboração da autora Michele Pires a partir da obra de Macedo.

O esquema da figura 1 apresenta os principais eixos que sustentam a colonialidade da sexualidade como parte de um sistema que domina, explora e condena

[https://www.corteidh.or.cr/ver\\_expediente.cfm?nId\\_expediente=207&lang=es](https://www.corteidh.or.cr/ver_expediente.cfm?nId_expediente=207&lang=es)

[https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_239\\_por.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_239_por.pdf)

<sup>188</sup> Macedo, Cláudia. *Colonialidade da Sexualidade: implicações sobre violência em relações lésbicas na América Latina*. Belo Horizonte: Letramento, 202, p. 57.

<sup>189</sup> Rich, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e outros ensaios*. Tradução Angélica Freitas e Daniel Lühmann. Rio de Janeiro: *A Bolha*, 2019.

grupos sociais e indivíduos que não se enquadram no sistema sexual e nos papéis sociais hegemônicos, e permanece organizando a vida social no tempo presente. Para esta pesquisa, a sociedade amazonense e manauense, formada historicamente e socialmente por preceitos conservadores e religiosos, visibilizou as mulheres lésbicas como um problema. Assim, me apego às reflexões de Cláudia Macedo para entender o fenômeno das mulheres lésbicas no Brasil e, mais especificamente, em Manaus/AM.

As vivências não heterossexuais foram criminalizadas mais fortemente no contexto histórico de colonização europeia nas Américas, com o objetivo de amplificar a heterossexualidade como modo de sexualidade padrão mundial. O antropólogo e historiador branco e gúei, Luiz Mott, aponta a prática homossexual – anterior à homossexualidade como identidade sexual mais recentemente – como ação presente nas Américas, ou em Abya Yala<sup>190</sup>, antes da chegada dos espanhóis e portugueses no final do século XV. Em seu escrito, Mott cita as passagens do cronista português, Pero de Magalhães Gândavo, quando presenciou o sistema social afetivo-sexual dos Tupinambás, distinta daquela inerente ao contexto europeu cristão católico, percebendo as relações entre algumas mulheres tupinambás como uma “subcultura lésbica nas aldeias”.<sup>191</sup>

Índias há que não conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem consentirão ainda que por isso as matem. Estas deixam todo o ofício de mulheres e imitam os homens e seguem seus ofícios, como se não fossem fêmeas. (...) cada uma tem mulher que a serve, como quem diz que é casada e assim se comunicam e conversam como marido e mulher.<sup>192</sup>

As experiências afetivas sexuais não-heterossexuais foram duramente condenadas pelos colonos por meio de instituições legais, como os Regimentos Internos da Inquisição, as Ordenações Manuelinas e Filipinas, condenando à fogueira e açoites os “sodomitas”. De acordo com Mott, entre os séculos XVI e XVIII, “cerca de duas centenas desses desviantes homossexuais foram efetivamente denunciados ou se autodelataram no

<sup>190</sup> “Na língua do povo Kuna, significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento e é sinônimo de América. O povo Kuna é originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia, tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na costa caribenha do Panamá na Comarca de Kuna Yala (...) Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto a América (...) objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento”, embora seja importante lembrar que cada população indígena atribui nomes próprios aos espaços, como Pindorama para o Brasil. Para saber um pouco mais sobre o termo, ver o site: <https://iela.ufsc.br/projeto/povos-originais/abya-yala/>.

<sup>191</sup> Mott, Luiz. História cronológica da homofobia no Brasil: das capitâneas hereditárias ao fim da Inquisição (1532-1821). In: Maior, Paulo Souto; Quinalha, Renan (orgs.). *Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil*. São Paulo: Elefante, 2023, p. 32.

<sup>192</sup> Gândavo, Pero de Magalhães. *História da Provincia Santa Cruz: Tratado da Terra do Brasil* (1576). p. 56.

Brasil inquisitorial”, onde sofreram condenações, na maioria das vezes publicamente em suas comunidades, objetivando “inibir novas delinquências”.<sup>193</sup> À exemplo histórico do funcionamento da colonialidade da sexualidade na atribuição criminosa das sexualidades dissidentes, cito o caso do indígena Tupinambá Tibira, assassinado como “bucha de canhão” no Maranhão, em 1614, por padres capuchinhos, por ter cometido o “crime” de lesa-majestade do nefando pecado da sodomia. Ou mesmo a famigerada Felipa de Sousa, mulher lésbica branca, advinda de Portugal e que viveu no Nordeste da América Portuguesa no final do século XVI. Nessa região, se envolveu amorosamente com seis mulheres, e, das vinte nove mulheres sodomitas encontradas nos documentos da Inquisição Portuguesa pela historiadora branca brasileira, Lígia Bellini, Sousa foi a que sofreu as mais severas sentenças impostas por aquele sistema condenatório das sexualidades e práticas “desviantes”, sendo açoitada publicamente e degradada para outra região sob domínio português.<sup>194</sup> Situação equivalente ocorreu com Francisca Luís, mulher negra livre de quarenta anos, e Isabel Antônia, mulher branca portuguesa, denunciadas à mesa do Santo Ofício por manterem uma relação afetiva publicamente conhecida. Após confirmação do fato, Francisca foi sentenciada ao degredo e sofreu penitências espirituais, porém, de alguma forma conseguiu que a deixassem permanecer em Salvador. Já Isabel, por outro lado, teve que sair de Salvador, em 1580, e posteriormente veio a falecer.<sup>195</sup>

Recordar a experiência histórica das lesbianidades evidencia que viver seus amores e seus afetos aquém da estrutura heterossexual, era correr o risco de ser pega, ouvida, dominada e morta por instrumentos que legalizavam tais atos. Embora a pena de morte de mulheres e homens não-heterossexuais ter deixado de existir em 1821 e a descriminalização no Código Penal do Brasil, em 1830, as mulheres lésbicas, sejam negras ou não, ainda vivenciam tentativas de aniquilação não-formais pela sociedade e pela inércia do Estado. Enquadrar as sexualidades dissidentes como crime não é, do meu ponto visto, estar tipificado nos códigos penais explicitamente, como ocorre ainda em países da América Central e Caribe, como Santa Lúcia, Trindade e Tobago e Jamaica,

---

<sup>193</sup> Mott, Luiz. História cronológica da homofobia no Brasil: das capitânicas hereditárias ao fim da Inquisição (1532-1821). In: Maior, Paulo Souto; Quinalha, Renan (orgs.). *Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil*. São Paulo: Elefante, 2023, p. 35.

<sup>194</sup> Bellini, Lígia. *A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil Colonial*. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 23

<sup>195</sup> *Ibidem*, p. 24.

mas a omissão diante da violência, com intuito de matar quem vivencia abertamente suas sexualidades.<sup>196</sup>

Na entrevista realizada com Izabel Cristina, mulher lésbica parda e trabalhadora de aplicativo, ela recordou a violência que sofreu ao retornar de uma Parada LGBTI+ em Manaus, na primeira metade do século XXI. A contadora de histórias narrou que se engajou politicamente por conta do sofrimento causado pela discriminação, reconhecendo seu “lado ativista” para enfatizar o impacto da violência em sua história de vida, transmitindo pela oralidade um evento marcante em sua vida: “estava lá na Eduardo Ribeiro, no centro. Eu comprei uma blusa do arco-íris e estava tendo parada gay por perto, tipo um desfile. Brinquei e me diverti quando passaram por mim cinco homens e falaram ‘olha essa machuda, essa machuda vai morrer’”. Um deles, inflamado pelas falas lesbofóbicas, jogou uma “lata de cerveja no meu nariz e começou a sair muito sangue, e eles diziam: tem que matar, tomara que tenha morrido”.<sup>197</sup> Após a tentativa de lesbocídio<sup>198</sup>, a colaboradora ao retornar para casa, percebeu que sua mãe estava lá e, para que não a visse machucada e sangrando, esperou por algumas horas o sangramento estancar para poder adentrar a casa.

É possível que a lembrança da violência de Izabel tenha outras nuances, pois o inchaço da agressão sofrida não desapareceu imediatamente, tão somente a coloração vermelha ou roxa provocada pelo impacto. Talvez a colaboradora tenha omitido a informação sobre a causa da violência (lesbofobia) para despreocupar a mãe acerca de uma sociedade discriminatória que desejava a morte dela em virtude da sua identidade sexual, ou também para evitar a sua revitimização sob a condição de provocadora da agressão por não viver a identidade heterossexual. Ademais, as falas dos homens – sujeito universal e identidade referência da heterossexualidade – para Izabel morrer e a tentativa de matá-la por meio da violência, demonstra a operacionalização da colonialidade da sexualidade contra os corpos de mulheres lésbicas na história do Amazonas contemporâneo.

---

<sup>196</sup> Macedo, Cláudia. *Colonialidade da Sexualidade: implicações sobre violência em relações lésbicas na América Latina*. Belo Horizonte: Letramento, 2024, p. 69.

<sup>197</sup> Entrevista com a autônoma e ativista **Izabel Cristina da Costa Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 24 de março de 2022, na praça de alimentação Hiper DB Nova Cidade, Manaus, AM.

<sup>198</sup> Em 2018 foi publicado o primeiro Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil. Neste documento, as organizadoras definem o lesbocídio “como morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica (...) os principais assassinos de lésbicas no Brasil são homens”. Peres, Milena Cristina Carneiro; Soares, Suane Felipe; Dias, Maria Clara (orgs.). *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017*. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018, p. 19.

Multifacetado, as sexualidades não-heterossexuais, em especial as lésbicas, também estiveram sob a mira do pecado que deveria ser condenado. As religiões judaico-cristãs de posicionamento conservador criaram mecanismos de controle de sujeitos que fugiam à ordem natural da sexualidade, se ancorando em um livro sagrado e em passagens específicas para criar medo, receio e humilhação às mulheres que amavam outras mulheres, e aos homens de mesma orientação afetivo-sexual. Os Regimentos Internos do Santo Ofício, no período colonial, foram produzidos pelo clero católico baseado em preconceitos formados por passagens inerentes à “sagrada escritura”, que confirmavam a abominação dos homens que se deitam com outro homem como se fosse mulher, dimensão interpretativa estendida também para as mulheres.

O pecado e a criminalização, então, são faces da colonialidade da sexualidade que visa, historicamente, subordinar e eliminar as mulheridades e feminilidades que experienciam seus desejos reais por outras mulheres. Macedo se utiliza do conceito de Colonialidade do Ser<sup>199</sup>, do filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres, para evidenciar o papel da Igreja Católica ao “criar e perpetuar o dogma da não heterossexualidade como pecado”<sup>200</sup>. Por isso, o assassinato e a violação de direitos de sujeitas não normativas: “tornam-se justificáveis a partir da existência do inferno e da negação do ser de pessoas que não tem seus conhecimentos reconhecidos e não se adequam às normas estabelecidas dentro do sistema mundo colonial”.<sup>201</sup>

Em 1994, aos dezenove anos, Sebastiana Silva sofreu agressões e foi expulsa de casa por ser lésbica, identidade escancarada por sua prima à toda família. Esse foi o estopim de opressão e internalização da sexualidade como pecado e, portanto, a recusa da percepção de si. No entanto, a experiência de Tiana em “esconder” a sua sexualidade foi passageira, porque a colonialidade da sexualidade escancara as dissidências sexuais que buscam o anonimato, objetivando ridicularizar, dominar e excluir socialmente. Além disso, intimamente imperou o medo da “descoberta”, como também o medo de ser “diferente”, uma aberração pecadora, valor propagado pela ideologia judaico-cristã.

---

<sup>199</sup> Maldonado-Torres, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In.: Castro-Gómez, Santiago; Grosfoguel, Ramon (coords.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

<sup>200</sup> Macedo, Cláudia. *Colonialidade da Sexualidade: implicações sobre violência em relações lésbicas na América Latina*. Belo Horizonte: Letramento, 2024, p. 73

<sup>201</sup> *Ibidem*, p. 74.

Na adolescência, Tiana começou a trabalhar e se inserir em grupos de mulheres no distrito industrial de Manaus, com culturas e experiências de vida diferentes da sua. Nesse sentido, notou que várias de suas amigas sentiam atração afetiva-amorosa-sexual por mulheres. E foram suas colegas durante um contexto de sociabilidade pós-trabalho, que disseram a Tiana que ela também sentia atração e desejo por mulheres, apenas não admitia para si. Por conta disso, a colaboradora procurou negar sua possível lesbianidade, quando notou seus sentimentos por duas colegas de trabalho, uma delas parecida com Lúcia Veríssimo<sup>202</sup>, segundo seus relatos: “não, isso tá errado! Isso não é coisa de... Eu to sendo pecadora! isso é pecado! Gente, pelo amor de Deus, a minha família jamais vai aceitar uma coisa dessa!”.<sup>203</sup> Sendo assim, a experiência vivida de Tiana com a faceta da não heterossexualidade como pecado constituiu aquilo que Paul Preciado nomeou de “castração heterocolonial” da “multiplicidade e das formas de produção de desejo e prazer do ser vivo”.<sup>204</sup>

Para o ensaísta branco guei brasileiro, João Silveiro Trevisan, a Igreja Católica do século XVI, impulsionada pela Contrarreforma, objetivou se aproximar, vigiar e espiar pelas frestas das portas e janelas os atos privados das pessoas, tanto na metrópole portuguesa, quanto nas suas colônias ultramarinas. Na América Portuguesa (Brasil Colônia), Trevisan argumenta que o medo do pecado e o temor ao Deus do cristianismo se intensificou com a chegada do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição em diversas partes do que viria a ser o Brasil, chegando nos confins da Amazônia na segunda metade do século XVIII. Essa instituição, como mencionado anteriormente, recebia as denúncias dos pecados, averiguava-as e aplicava as normas legais do reino. No entanto, o que antecede à punição era a internalização do pecado, por meio de procedimentos ritualísticos católicos, a publicação de autos de fé, juramento de fidelidade ao Senhor e as confissões e/ou denúncias para serem absorvidas do pecado ou punidas, pois o fim seria, caso o contrário, o famigerado inferno e o desprezo de Deus.<sup>205</sup>

---

<sup>202</sup> Lúcia Veríssimo de Araújo Silva é uma artista polifacetada, sendo autora, diretora, empresária e atriz de telenovela e cinema. Nasceu em 11 de julho de 1958, no Rio de Janeiro, estando atualmente com 66 anos. Entre seus últimos trabalhos estão a novela “Amor à Vida” (2013), a série “Resng Hits” (2022-2025) e o filme ‘Eu, Meu Pai e Os Cariocas’, dirigido por Veríssimo, em 2017. A atriz e diretora é casada, há 12 anos, com a produtora de TV, Tay Saad.

<sup>203</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, na Cafeteria do Largo, Centro de Manaus.

<sup>204</sup> Preciado, Paul B. *Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022, p. 14.

<sup>205</sup> Trevisan, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p. 132-133.

Trevisan afirma que a dominação ideológica católica teve como resultado: (1) a percepção de vigilância e controle implementados; (2) a compulsoriedade, pois as pessoas iam confessar seus crimes para garantir indulgência da instituição religiosa e minimizar os efeitos da punição; (3) a população tinha passe-livre para denunciar “aqueles que tivessem cometido faltas contra a fé e a moral católicas”<sup>206</sup>. À título de exemplificação histórica, tomemos o caso de Maria Roiz, ocorrido no final do século XVI, em Pernambuco, quando:

um lavrador contou ter ouvido ruído estranho na casa vizinha de parede-meia, e foi espiar pela porta alheia, quando então viu uma moça casada de nome Maria Roiz praticando o pecado nefando com Ana, uma menina parda de onze a doze anos, “e viu estar a dita Maria Roiz deitada de costas e sobre ela deitada de bruços Ana, ambas com as fraldas arregaçadas fazendo uma com outra como se foram homem com mulher”.<sup>207</sup>

Maria Roiz e Ana talvez entendessem que a prática sexual entre mulheres era proibida, imoral e pecaminosa segundo as determinações eclesiástica secular e, portanto, buscavam no privado, lugar historicamente determinado às mulheres, um espaço de desejo e de prazer. Me atrevo a ampliar a ideia para um lugar de encontro e acolhimento entre mulheres que amavam outras mulheres que, mesmo por pouco tempo, conseguiam ser elas mesmas em suas verdades, isto é, na fagulha da possibilidade de serem felizes em suas diferenças diante do padrão imposto pelo sistema moderno/colonial.

A homossexualidade e a lesbianidade vociferadas como pecado, atravessaram os tempos e os espaços vividos por Maria Roiz, Ana e Felipa de Souza, até atingir as vivências e as subjetividades de lésbicas negras contemporâneas, como Sebastiana Silva, que internalizou sua condição sexual como pecado. Porém, cabe questionar se a sexualidade, especialmente as “contra-natureza”, permaneceram sob o domínio dominador da Igreja Católica, ou houve uma ruptura, haja vista a mudança de paradigma dos discursos a partir da formação dos saberes científicos, especificamente da biologia e da medicina, na virada do século XVIII para o XIX.

De acordo com Michel Foucault, filósofo branco guei francês, no século XVIII ocorreu uma “fermentação discursiva” sobre o sexo, não mais numa lógica de pudor, mas o reconhecimento e de ampliação dos discursos na área do poder.<sup>208</sup> Para o intelectual, o

<sup>206</sup> Trevisan, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p. 135.

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 135.

<sup>208</sup> Foucault, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 22

sexo e, conseqüentemente a sexualidade, saiu de um lugar discursivo da condenação ou da tolerância, para a dimensão do “gerir, inserir, em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos [...]. O sexo não se julga apenas, administra-se”.<sup>209</sup> Por conta dessa explosão de vontades de entender a sexualidade e o sexo, o fim do século XVIII trouxe outras maneiras, sujeitos, perspectivas e lugares de fala sobre o assunto, para alcançar, como dito pelo filósofo, “outros efeitos”.

Diante disso, o Ocidente e seus agentes criaram “dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular”<sup>210</sup> sobre as sexualidades na “na ordem da economia, da pedagogia, da medicina e da justiça”, cujos séculos XIX e XX, para Foucault, se tornaram as idades da “multiplicação” das heterogeneidades sexuais. O interesse pelas sexualidades periféricas, na maior parte, ficou a cargo da psiquiatria e da psicologia, e o antigo sodomita, um sujeito disperso e “criminoso”, ganha no século XIX uma identidade, o homossexual, com um “passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida”.<sup>211</sup> Homens e mulheres dissidentes sexuais estiveram, a partir desse momento histórico, sob o julgo regulatório do saber médico, e, como lembrado pelo intelectual francês, as sexualidades não heterossexuais foram nomeadas pelos psiquiatras encarregados de estudá-las, considerando as anatomias, as fisiologias, as condutas sociais, as expressões, os jeitos, a sua “natureza singular”.<sup>212</sup>

Nesse sentido, as homossexualidades ficaram até o final do século XX sendo entendidos pelo prisma do transtorno mental. Não é à toa que a homossexualidade (anteriormente compreendida no termo homossexualismo) esteve até 1990 no Código Internacional de Doenças, da Organização Mundial da Saúde. Para o epidemiologista branco heterossexual brasileiro, Ruy Laurenti, o “homossexualismo” foi inserido no CID da OMS em 1948, na categoria “Personalidade Patológica” (320) e classificado na subcategoria como “Desvio Sexual”. Na revisão de 1965 dos CIDs, “homossexualismo saiu da categoria ‘Personalidade Patológica’ e ficou na categoria ‘Desvio e Transtornos Sexuais’ (302)”<sup>213</sup>, se tornando uma subcategoria específica de patologia até 1990.

O epidemiologista, ao mesmo tempo, traz uma outra informação igualmente importante para entendermos, historicamente, o funcionamento da sexualidade não

---

<sup>209</sup> Foucault, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 27.

<sup>210</sup> *Ibidem*, p. 34

<sup>211</sup> *Ibidem*, p. 43

<sup>212</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>213</sup> Laurenti, Ruy. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. *Rev. Saúde Pública*, v. 18, n. 5, p. 344, 1984.

heterossexual como doença – subeixo da Colonialidade da sexualidade – na vida de homens e mulheres dissidentes sexuais na contemporaneidade. Ele nos conta que a existência do “homossexualismo” no Código de Doenças da OMS se deu em virtude da procura de homossexuais, talvez homens e mulheres, por médicos, especificamente psiquiatras, para orientá-los, e somente deixaria de existir um código, mesmo com pressão dos movimentos sociais e apoio da sociedade civil, “quando não houver mais – em nenhum lugar do mundo – consultas motivadas pelo fato de ser homossexual”, cujo CID tem uma das primazias, portanto, de ser um “instrumento para codificar motivos de consultas em serviços de atendimento médico”.<sup>214</sup>

Para as mulheres lésbicas, considerando a mulheridade como foco desta pesquisa, a medicina brasileira da primeira metade do século XX apontou-as como pessoas com “problema mental específico”, tendo o médico Luiz de Paulo alegado que elas estavam nessa condição em virtude da “histeria”. Outro médico, Pires de Almeida, segundo a historiadora brasileira Cláudia Freitas de Oliveira, apontou que a causa da homossexualidade feminina eram resultados da masturbação, implicando na relação lésbica por “clitorismo a dois”.<sup>215</sup> Os tratamentos indicados para a “cura” da homossexualidade feminina, ou lesbianidade, “também carregava sentido moralizador”, pois receitavam duas formas de prevenção, a saber: a educação e o casamento. Portanto, a formação educacional correta das mulheres, com uma “boa educação sexual promovida por pais e professores, sob intermédio do médico”, era veementemente defendido por estes para evitar os desvios sexuais<sup>216</sup>. Igualmente o casamento heterossexual era compreendido como remédio, afastando as mulheres do “lesbianismo” por meio da satisfação sexual pelo marido e esse colocando sua esposa sob a dominação dos mandamentos do lar e da obediência defendidas pela sociedade patriarcal.<sup>217</sup>

A busca pela medicina, muito provavelmente, fez parte da vida de muitas mulheres e homens que vivenciaram dissidências sexuais, como lésbicas e gueis. No entanto, é inegável que o histórico de pressão e opressão contra os “desviantes sexuais”,

---

<sup>214</sup> Laurenti, Ruy. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. *Rev. Saúde Pública*, v. 18, n. 5, p. 345, 1984.

<sup>215</sup> Oliveira, Cláudia Freitas de. A Homossexualidade Feminina na História do Brasil: do esforço de construção de um objeto histórico ao desdobramento na construção da cidadania. *LES ONLINE*, v. 7, p. 9-10, 2015.

<sup>216</sup> Peixoto, Afrânio. *Eunice e a Educação da Mulher*. Vol. XX. Rio de Janeiro: Jackson Inc, 1947, p. 264.

<sup>217</sup> Oliveira, *op.cit.*, p. 10. Napolitano, Minisa Nogueira. *O Médico e a Mulher*. O discurso médico sobre os vícios femininos na sociedade carioca oitocentista. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de São Paulo - UNESP, 2005, p. 69-78.

seja por parte da Igreja, do Estado e da família, pois “não raro, pais ou responsáveis por crianças, ou próprio adulto homossexual, procuram serviços médicos, sendo o motivo da consulta o homossexualismo”<sup>218</sup>, se transformaram, com grandes chances, em instrumentos de análise clínica ao longo dos séculos XIX e XX.

Para o historiador guei brasileiro, Ailton José dos Santos Carneiro, a pressão dos movimentos gueis, a partir dos anos 1980, contra a classificação da homossexualidade como doença e desvio sexual, e seus efeitos positivos em maio de 1990, configuraram um momento histórico para a comunidade LGBTI+ no presente: o ato da Organização Mundial da Saúde (OMS), com base em suas atribuições jurídicas e médicas, retirou a homossexualidade da base de distúrbios mentais do Código Internacional de Doenças (CID), para compreendê-la como identidade sexual, “deixando de ser considerada um desvio ou uma condição relacionada a alguma forma de patologia”.<sup>219</sup>

Mesmo diante daquele feito histórico do movimento LGBTI+ transnacional e da Organização Mundial da Saúde, os agentes a serviço da colonialidade da sexualidade e do saber não mediram esforços para retomar a patologização das identidades sexuais e de gênero pelo mundo inteiro, inclusive no Brasil, em 2014, quando a Câmara dos Deputados propôs um Projeto de Lei com a finalidade de “reorientação” de LGBTI+ para a suposta condição natural da heterossexualidade por meio de psicoterapias.<sup>220</sup>

Ante a iminência da retomada da patologização das sexualidades e dos gêneros dissidentes no Brasil, Cláudia Macedo reafirma que a colonialidade da sexualidade deu as bases para a institucionalização da “heterossexualidade compulsória”, criando modelos normativos de casamento, de relacionamento afetivo-sexuais, de ser mulher e ser homem, de comportamentos sociais, da divisão binária dos lugares de trabalho, das formas de educação, da produção de políticas públicas, de governança e quem governa, formando, então, o que a antropóloga feminista lésbica afro-dominicana, Ochy Curiel, chamou de “nação hétero”.<sup>221</sup>

---

<sup>218</sup> Laurenti, Ruy. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. *Rev. Saúde Pública*, v. 18, n. 5, p. 345, 1984.

<sup>219</sup> Carneiro, Ailton José dos Santos. A morte da clínica: movimento homossexual e [a] luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). *Anais XXVIII Simpósio Nacional de História*: Florianópolis - SC, 2015, p. 1.

<sup>220</sup> Sobre essa questão histórica para a população LGBTI+ brasileira, ver o capítulo IV desta tese onde analisamos as memórias públicas das colaboradoras na imprensa amazonense, inclusive a repercussão midiática da proposta de Lei mencionada alcunhada de “cura gay”.

<sup>221</sup> Curiel, Ochy. *La Nación Heterossexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterossexual desde la antropología de la dominación*. Colômbia: Brecha Lésbica, 2013.

Neste tópico procurei, na medida do possível, contextualizar e articular o pensamento e a produção intelectual de teóricas e teóricos da colonialidade do gênero e das sexualidades para reconhecer a diversidade de mulheridades e feminilidades na sociedade pós-coloniais, em especial a brasileira, considerando as mulheres lésbicas negras e afro-indígenas amazonenses como sujeitas que demonstram a inseparabilidade de gênero, sexualidade e outros marcadores sociais na historicização da vida das mulheridades. Preocupou-me entender tanto a construção histórica da lesbianidade, quanto o sistema de sexualidade e de gênero moderno/colonial. Isso significa que nesse sistema foram produzidos dispositivos de regulação, hierarquização, invisibilidade e violência contra sexualidades não-hegemônicas, e as lesbianidades constituíram, numa perspectiva histórica e política, “tanto a ruptura de um tabu quanto à rejeição de um modo compulsório de vida”<sup>222</sup>, sendo eminentemente uma resistência ao patriarcado e um ataque contra o direito masculino sobre o acesso aos corpos das mulheres.

Haja vista o poder de mudança das mulheres lésbicas negras e afro-indígenas amazonenses, no próximo tópico objetivo mergulhar nas minhas reminiscências para apresentar as colaboradoras ativistas desta pesquisa a partir de uma (mini)biografia, mas também as minhas percepções sobre elas, o contexto social de realização das entrevistas, as razões de escolha de cada colaboradora, o processo de conexão, o espaço e o período em que foram produzidas as entrevistas, realizando um esforço de compreender as condições de sua produção, tendo como consequência uma tese comprometida com a escrita humanizada e ética.

#### **1.4. Nas malhas da cidade: (re)encontrando as colaboradoras**

Em alusão aos 30 anos da História oral como metodologia e disciplina, Ronald J. Grele, historiador oral branco estadunidense, admitiu que a História oral foi sendo concebida como um “meio para recriar a história daqueles que haviam sido ignorados no passado”, reconhecendo as vidas, as experiências e as contribuições socioculturais de indivíduos e grupos populacionais atravessados pela negritude, pelas questões de gênero e classe, entendidos social, histórica e politicamente como “marginalizados”.<sup>223</sup> No

---

<sup>222</sup> Rich, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas*, v. 4, n. 5, p. 36, 2010.

<sup>223</sup> Grele, Ronald. Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva à história oral. In.: Ferreira, Marieta de Moraes Ferreira; Amado, Janaina (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 271.

entanto, o historiador constatou alguns problemas adquiridos pela metodologia ao longo do tempo a serem ainda resolvidos, e entre as dificuldades estava a questão de avaliação do material acumulado pela História oral. Aqui o autor se referiu à revisão crítica das entrevistas realizadas pelos/as historiadores/as para não reproduzir banalidades, haja vista que o/a profissional deve constantemente observar o processo investigativo e questionar-se sobre a qualidade das entrevistas, se as questões não estão sendo tendenciosas, em qual espaço foi realizada, ou, caso ainda fosse ser feita, qual seria o melhor lugar para o encontro e onde as fontes orais serão guardadas para futuras verificações de informações. Grele nos chama atenção, portanto, para insistirmos na revisão dos trabalhos de história oral, inclusive entre nós mesmos, para que o saber histórico produzido em colaboração a partir da metodologia chegue “a um público maior”.<sup>224</sup>

Diante disso, me interessa, aqui, as avaliações e as realizações que o campo da História oral fez para o “estudo da história ficar mais emocionante”, ou seja, reconhecer e valorizar as experiências humanas, e esta tese com mulheres lésbicas negras e afro-indígenas de Manaus é uma das realizações emocionantes possibilitadas pela história oral. Assim, neste tópico apresento as colaboradoras da pesquisa, o percurso das entrevistas, considerando o primeiro contato, os lugares das entrevistas, as impressões e as inquietações sobre as memórias narradas, entre outros aspectos presentes no caderno de campo e o próprio sentido de campo, pois estão imbuídos de emoções, nos fazendo ter mais “apreço pelo estudo do passado”, como nos sugere o relato de Ronald Grele:

gosto do fato de meu trabalho me colocar frente a frente com as pessoas em suas casas, escritórios ou centro comunitários, da forma mais direta possível para um estranho. Fico entusiasmado com a constante abertura de novas perspectivas sobre o passado, e com as novas formas de encarar questões e de formular perguntas sobre as experiências.<sup>225</sup>

Instigamos, com aceite do entrevistado e da entrevistada, a ingressarem na história, rememorando e transformando as imagens do passado em palavras ditas no tempo presente; fazendo-os refletir e justificar determinadas decisões e omissões que outrora não foi uma preocupação e, por esse caminho, produzindo documento que trata de uma época investigada, mas que são fruto “do aqui e agora”.<sup>226</sup> Diante da rememoração do passado a partir da vivência no presente, Alessandro Portelli, historiador oral branco

---

<sup>224</sup> Grele, Ronald. Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva à história oral. In.: Ferreira, Marieta de Moraes Ferreira; Amado, Janaina (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 270

<sup>225</sup> *Ibidem*, p. 273.

<sup>226</sup> *Ibidem*, p. 276.

italiano, escreveu sobre as impreviões nos projetos de história oral (inclusive tomando o exemplo da narrativa inesperada da esposa de um operário italiano sobre seu bisavô). Ele afirmou que devemos ter em mente, ao longo de todo o trabalho dialógico, a possibilidade do inesperado, porque é: “a regra básica para qualquer pessoa que faça trabalho de campo – de certa forma, para qualquer que pesquise, porque é isso o que permite que você não encontre aquilo que esperava ou o que já sabia que encontraria”.<sup>227</sup>

Esta pesquisa de doutorado com mulheres negras e afro-indígenas lésbicas em Manaus mobilizou na historiadora travesti entusiasmos, desejo de conhecer suas histórias de vida e explorar as memórias das lutas sociopolíticas de outros tempos, mas considerando como parte do trabalho os imprevistos e as limitações específicas da história oral. Assim, relembro a escolha do objeto de estudo e a formulação do projeto em um contexto crítico para humanidade, em especial para sociedade manauense em meados de 2020 e 2021.

Como o restante do mundo, o Estado do Amazonas, entidade federativa do Brasil, localizada no Norte e com 3.941.613 habitantes, cuja capital é Manaus, sofreu com a negligência sanitária dos Governos Federal (ex-presidente Jair Bolsonaro) e Estadual (Governador Wilson Lima), levando a capital, principalmente, ao estado de calamidade diante da falta de respiradores nos hospitais, escassez de equipamentos médicos, desespero das pessoas com o falecimento de familiares e mortes. Recordo que os meios de informação e comunicação explicitaram que o Amazonas, à época, era o estado com as maiores taxas de incidência de COVID-19, e Manaus teve seu sistema de saúde colapsado.<sup>228</sup>

Em meio a esse contexto, grande parte da população estava isolada, inclusive minha família e eu no bairro Petrópolis, zona sul de Manaus. Advinda de uma família de pequenos comerciantes, não pudemos fechar o mercado – pois era o único meio de sustento –, mas passamos a nos proteger com equipamentos de proteção individual (EPI), sobretudo meus pais já em fase idosa. Meus irmãos e eu nos revezávamos no comércio. Neste espaço, numa mesinha de plástico com uma cadeira simples de escritório, eu escrevia a dissertação de mestrado, lia os textos para pesquisa, analisa as fontes e,

---

<sup>227</sup> Portelli, Alessandro. Posfácio: À espera do inesperado. *In.*: Hermeto, Miriam; Santhiago, Ricardo (org.). *Entrevistas imprevistas: Surpresa e criatividade em história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2022, p. 319.

<sup>228</sup> “AM compra respiradores 'inadequados' em loja de vinho e paga 316% mais caro”, portal UOL, 20/04/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/20/amazonas-compra-de-adequa-respiradores-inadequados-com-sobrepreco-de-316.htm>. Acesso em: 19 fev. 2025.

também, trabalhava nas atividades da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas.

No momento de isolamento e de imersão nos trabalhos, tive contato com muitas literaturas científicas produzidas no Amazonas que tratavam da temática de gênero e sexualidades. As experiências de exclusão das mulheridades e feminilidades, especialmente as dissidentes sexuais, de gênero e de raça, são múltiplas, não excluindo dessa lógica alguns movimentos sociais que estiveram inseridos no tempo histórico aqui analisado. Com este pensamento, pude identificar nas sombras das teses e dissertações a existência tímida das mulheres lésbicas na produção intelectual com pessoas LGBTI+ no Amazonas. As experiências das mulheridades subsumidas nas vivências de homens gueis nas bibliografias de outras áreas de conhecimento, me chamaram atenção para a necessidade de historicizar as experiências desse conjunto de mulheres amazonenses. Nesse sentido, minhas inquietações para a escrita do projeto de história oral foram motivadas, inicialmente, por lacunas na produção historiográfica que investigasse as experiências históricas de mulheres lésbicas, singularmente racializadas e do norte do Brasil. Meu posicionamento, assim, converge com o pensamento da professora lésbica estadunidense, Adrienne Rich, sobre a destruição dos registros históricos que continham as memórias dessas mulheres, constituindo uma forma de apagamento da existência política lésbica, relegando suas especificidades aos personagens homossexuais cisgêneros brancos.<sup>229</sup>

Dito isso, busquei construir um projeto articulando o pensamento feminista negro, o pensamento feminista decolonial e o pensamento lésbico com as produções historiográficas que traziam a temática LGBTI+. Os documentos orais, portanto, se tornaram a principal fonte desta pesquisa, cuja singularidade, consoante Verena Alberti,

decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. É neste sentido que não se pode pensar em história oral sem pensar em biografia e memória.<sup>230</sup>

A partir dos ensinamentos dos e das oralistas, imergi no trabalho de campo. Todavia, quais foram as estratégias para contactar as colaboradoras, informar o objetivo do projeto, em sequência realizar as entrevistas, vide o contexto sanitário cujos corpos não podiam se aproximar, em meados de 2021?

---

<sup>229</sup> Rich, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas*, v. 4, n. 5, p. 36, 2010.

<sup>230</sup> Alberti, Verena. *Manual de História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 31.

Os historiadores orais brasileiros brancos Ricardo Santhiago e Valéria Barbosa de Magalhães, deram uma importante contribuição ao refletirem sobre a possibilidade de produção de entrevistas *online*, tendo em vista os princípios da história oral. Nessa direção, ao sinalizarem para alguns resultados positivos possibilitados pela entrevista virtual em projetos de pesquisa em história oral, os autores alertaram para não haver uso indiscriminado, nem tampouco a “mera conveniência (...) deve ser tomada como justificativa plausível para sua adoção”.<sup>231</sup>

Como dito por Santhiago e Magalhães, ao utilizar as ferramentas, como aparelhos eletrônicos e aplicativos, como *Google Meet*, enquanto instrumentais importantes para produção de fontes orais em tempos pandêmicos, não devemos romper com os dispositivos éticos que tornam a história oral uma metodologia diferente, ajustada “com a criação e a preservação de novas fontes, a atenção e respeito ao entrevistado, a garantia de pluralidade de pontos de vista na pesquisa, a compreensão das implicações das circunstâncias de produção sobre a fonte”.<sup>232</sup>

Esse conjunto teórico e seus conhecimentos me ensinaram a construir um caminho para mapear as possíveis colaboradoras, entrar em contato, apresentar a proposta de pesquisa e produzir roteiro e termos de consentimentos para as entrevistas serem gravadas e utilizadas nesta pesquisa. Além disso, o principal desafio inicial foi onde realizar as primeiras entrevistas com as primeiras colaboradoras diante de uma crise sanitária, sendo indicado o uso do *google meet* como o lugar para construção das fontes orais através da abordagem da história de vida das ativistas.

### **Francimar Santos Junior – guardiã das memórias<sup>233</sup> das mulheres pretas manauenses.**

Diante das limitações para execução do trabalho de campo, outros métodos e ferramentas ajudaram na construção dos encontros com as ativistas lésbicas negras e afro-indígenas em Manaus. Meu primeiro contato foi com Francimar dos Santos Junior, conhecida publicamente como Francy Junior. Os ativismos e a participação em movimentos sociais e políticos de caráter identitário, possibilitaram a aproximação e a

<sup>231</sup> Santhiago, Ricardo; Magalhães, Valéria Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90*, v. 27, p. 11, 2020

<sup>232</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>233</sup> Para Angela Gomes, a guardiã ou guardião da memória é a pessoa considerada privilegiada por narrar as memórias dos grupos sociais que pertence, ou pertenceu, e a si mesma. Gomes, Angela de Castro Gomes. A guardiã da memória. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional* v.9, nº 1/2, p. 7, 1996.

construção de laços transformados em amizade, sobretudo quando Francy foi Gerente da Promoção da Igualdade Racial da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), entre 2019 e 2020. Como dito por Jéssica Dandara e Keyla Sankofa, no projeto “Direito à memória”, Junior “tem sua trajetória marcada pelo movimento comunitário e de mulheres negras, sempre empenhada na luta pelo bem viver coletivo”.<sup>234</sup>

**Figura 2 – Francimar Santos Junior**



Fonte: Arquivo particular da colaboradora.

Ainda em 2020, Francy concorreu à vereança de Manaus e, nesse período eleitoral, entrei em contato por *whatsapp* para apresentar minhas intenções com o projeto, os objetivos e a ética com a temática abordada na pesquisa. A futura colaboradora ficou bem animada pela proposta da pesquisa e feliz pelo convite, demonstrando o orgulho em ter uma travesti com expectativa de ser doutora. Convite aceito, porém retornaríamos o contato após o período eleitoral e os últimos meses de 2020. Todas as entrevistas com Francy Junior aconteceram virtualmente, por meio do *google meet*, totalizando mais de 6 horas de gravação. Durante as conversas, Francy não ligou a câmera, preocupada, talvez, com a qualidade da internet, tendo apenas uma foto sua com uma blusa branca e parecendo estar palestrando com um microfone em mãos.

Autoidentificada como uma mulher cisgênera preta e lésbica, Junior nasceu em 03 de janeiro de 1967, no atual Beco Chaves Ribeiro, nº 44, bairro São Geraldo. Vinda

<sup>234</sup> Sankofa, Keila Serruya; Dandara, Jéssica. Figuras importantes: Francy Junior. *Projeto Direito à Memória- outras narrativas*. Manaus, sem data. Disponível em: <https://www.direitoamemoria.com/francyjunior>. Acesso em: 22 fev. 2025.

de uma família volumosa, Francy lembra da avó, dos tios, do pai e da mãe como pessoas frequentadoras assíduas de religião de matriz africana, terreiro de Santa Bárbara no chamado Seringal Mirim. Sendo a mais velha de oito irmãos, entre seis mulheres e dois homens, Francy recorda uma infância “dura” pelas dificuldades socioeconômicas e pela violência doméstica presentes na sua casa. Porém, as dores se entrelaçam com as alegrias nas brincadeiras de infância e, quando era possível, nas relações de animosidade com os pais e os irmãos. A sua família preta e o Seringal Mirim foram e são lembrados com muito afeto por Francy, evidenciando a potencialidade da sua trajetória de vida para reconstrução de parte da história de uma Manaus dos anos 1970 e 1980.

A lesbofobia e o racismo são marcadores de desigualdade que surgiram na sua vida em tenra idade, seja por parentes que denunciavam traquejos masculinizados, seja pela violência racial perpetrada por alunos e alunas dentro e fora da escola onde ela e suas irmãs estudavam, a ponto de haver intervenção da mãe junto a direção para ter uma mudança na cultura escolar. Esses episódios e outros, talvez adormecidos na memória, mexeram com ela suficientemente para explorar suas vivências nas artes cênicas como atriz de teatro com apenas quatorze anos e, gradativamente, buscando se especializar e participar ativamente do Teatro Experimental Pombal, com peças que provocassem o público para a violência contra as mulheres, o racismo, o assassinato de povos indígenas, entre outros temas.

Além disso, Francy traz à tona seus afetos, as meninas e mulheres para quem, como lhe disse Dona Agá, do Movimento Maria Sem Vergonha, “tinha os olhos diferentes”<sup>235</sup>, com um olhar mais carinhoso. Entre a tia que gostava de estar perto ajudando de alguma forma, até os primeiros amores, especialmente com a prima Joana, Francy relembrou desses momentos de sua vida com muito afeto e risos, pois são lembranças que “nunca saiu da minha memória”<sup>236</sup>. Assim sendo, Francy trouxe à baila uma dimensão pouca explorada pela historiografia – amores, afetos e afetividades. Mais especificamente, suas experiências envolvendo relações afetivas sexualizadas entre mulheridades, redirecionaram os roteiros de entrevistas com as outras colaboradoras, passando a incluir a temática dos afetos e do amor que perpassam a vida de mulheres lésbicas, negras ou não, na história manauense.

---

<sup>235</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>236</sup> *Ibidem*.

Em fase adulta, Junior rememora a relação com os mundos do trabalho, especificamente em indústrias no Polo Industrial de Manaus, período que conheceu a luta sindical e, concomitantemente, se tornou mãe de um menino. Posteriormente ela procura outros rumos profissionais, como professora de história. Francy Junior é, como as demais colaboradoras desta tese, uma “biblioteca de boca”<sup>237</sup>, termo utilizado pelo carnavalesco Leandro Vieira, que denota uma trajetória de vida envolvente e com muitos aprendizados concatenados entre laços familiares (afetado por diversas formas de violências, afetos e cuidados), a educação enquanto forma de subversão, a arte como alternativa de resistência e, mais adiante, o movimento social como ação sociopolítica.

Em determinado momento da vida, Francimar decidiu ter seu canto, junto de sua primeira companheira afetiva, numa ocupação chamada Monte Pascoal. Neste lugar vivia sob pressão diante da crescente violência no espaço que se tornaria um bairro. O ápice ocorreu com o estupro de uma vizinha, numa madrugada, a caminho do trabalho, tendo como única alternativa pedir socorro na casa de Francy. Por conta disso, a colaboradora modifica sua vida em virtude do bem coletivo, utilizando o conhecimento crítico apreendido no Teatro Pombal, nos trabalhos de base no Partidos dos Trabalhadores (PT) e nas rodas de conversas sobre violência doméstica e outras opressões correlatas. Decide junto à comunidade fundar uma Associação de Moradores e ser a primeira presidente por dois mandatos, e co-fundar o Movimento Mulheres Negras, chamado Dandaras, no final dos anos 1990.

Ao longo das três entrevistas e outros documentos impressos, Francy demonstrou ser uma mulher multifacetada, uma ativista dos direitos humanos e uma feminista em constante “processo de aprender”<sup>238</sup>, disposta a defender todas as formas de mulheridade e feminilidades. Ademais, é uma crítica ferrenha dos movimentos sociais, especialmente feminista, que não abarcam as experiências de grupos em situação de minoria social, evidenciando que só há mudança social efetiva considerando as questões de gênero, sexualidade e raça nas reflexões, nos planejamentos de políticas e no enfrentamento público contra a opressão. Efeito disso são os sonhos e projetos de ampliação do Dandara: para se tornar um Instituto, garantir a qualificação e profissionalização gradativa das mulheres negras manauenses e, mais amplamente, de

---

<sup>237</sup> Programa Sem Censura. Exibido 12 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E2U2eHGIFSI>, Acesso em: 26 fev. 2025.

<sup>238</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

todas as amazonenses, e a construção de uma outra perspectiva de vida para elas e, futuramente, para seus filhos e filhas.

Os sonhos de Francy, expostos nas entrevistas, são coletivos, pensando no futuro dos netos, como o Gabriel, que surgiu em meio a um diálogo paralelo com Junior sobre a preparação do café da manhã, depois de ambos terem dormido tarde assistindo filmes em uma plataforma de *streaming*, e também a aplicação de insulina na avó como um gesto de cuidado em saúde. Em outro momento também havia diálogos com sua companheira afetiva e de ativismo, Antonia Barroso, que apareceu, em determinados momentos das entrevistas, como uma mulher de luta por Direitos Humanos, outrora participando indiretamente quando perguntada sobre algo referente ao movimento social, ou tendo que pausar o diálogo para ajudar Antônia na distribuição de cesta básica quando alguma beneficiária chegava.

Mesmo não nos vendo pela telinha eletrônica, pude imaginar e sentir a satisfação do trabalho de base que realizavam à época, garantindo certa subsistência para mulheridades e feminilidades que, em última instância, necessitavam de acolhimento entre suas irmãs, outras mulheres de carne e osso que faziam das suas vidas um fazer político cotidiano. Portanto, a História de vida de Francy, inscrita na história dos movimentos sociais e do feminismo negro brasileiro, foi analisadas com muita ética e respeito, nos ensinando que a resiliência e a participação social em conselhos e na organização social foram e são essenciais para que a democracia e o Estado de Direito não sucumbam.

**Andria Paula Rodrigues da Silva – “sou totalmente da luta, do ativismo, de tá nas ruas!”**

Andria Paula Rodrigues, comumente conhecida como Dry Silva, foi a segunda ativista a aceitar em colaborar com sua história de vida para esta pesquisa. Conheci Andria através de Francy Junior ao solicitar apoio para esta produção em uma rede social junto à outras mulheres lésbicas negras também ativistas. Desse modo, nos primeiros meses de 2021, Junior me encaminhou o contato de Dry Silva, afirmando que era uma ativista de longa data, especialmente no movimento de moradia em Manaus e que estava cada vez mais se aproximando do movimento feminista e de mulheres, especificamente o Fórum Permanente das Mulheres de Manaus.

Diante disso, ao entrar em contato informei qual era meu lugar situado e, como de praxe, apresentei a pesquisa e os objetivos, como fiz com todas as colaboradoras, bem como a atual fase de produção do projeto que, à época, estava em processo de conclusão

para submissão à seleção de doutorado no PPGH/UFAM. A entrevista com Andria Paula ocorreu via *google meet*, dia 11 de março de 2021, tendo uma duração de três horas e meia. Na ocasião, Andria vestia uma blusa azul turquesa com flores coloridas, com os cabelos pretos presos e maquiagem destacando o batom vermelho. Ao fundo, havia um tecido com quadrados pequenos distribuídos nas cores cinza e bege, ornando um cenário para a entrevista. Por minha vez, estava usando uma blusa rosa com escritos em inglês em letras pretas, com os cabelos ruivos soltos, fones brancos, com cenário fictício inerente ao aplicativo de reunião e gravação.

A longa da entrevista com Andria ela se deu conta de muitos temas de sua vida. Iniciou narrando sua identidade social e racial como uma mulher negra de pele clara e lésbica, nascida em 20 de fevereiro de 1984. Em seguida, falou um pouco da sua experiência no contexto de pandemia que, naquela altura ainda estávamos vivenciando, mencionando como as restrições provocadas pela pandemia a fizeram se sentir numa prisão. No entanto, seu porto-seguro foi encontrado um tempo depois quando ela e mais dois amigos, pastores, decidiram “levar comida a quem tem fome”<sup>239</sup>, aos que ficavam com seus parentes enfermos nos hospitais de campanha, para as pessoas em situação de rua, entre os quais LGBTI+ e outras pessoas em situação de vulnerabilidade. Esse momento para Andria foi um refúgio que encontrou na “[...] luta, de sensibilidade, de levar um pouco de conversa”<sup>240</sup> para as pessoas e, certamente, de ouvir também, se constituindo parte e fortalecendo uma “comunidade de escutadores”<sup>241</sup>, conforme defende a historiadora branca cisgênero brasileira, Marta Rovai.

A colaboradora, durante o processo de construção de memória, rememorou a infância e a adolescência ainda em Porto Velho, Rondônia, lugar onde nasceu. Filha de um garimpeiro e uma moça recém-adulta<sup>242</sup>, Andria recorda as migrações que fez ainda muito pequena, sendo entregue pela mãe aos avós maternos. Em seguida, ela e o irmão foram levados forçadamente pelo pai para Manaus e, em seguida, levados para serem criados pelos avós paternos em Monte Alegre, Pará. Aos 11 anos, sua mãe os encontrou com os avós no Pará e os trouxe para Manaus. Andria recorda que era muito bem tratada

---

<sup>239</sup> Mendonça, Ana. “*Coronavírus*: ONGS se unem para levar comida a quem tem fome”. Estado de Minas, 05/05/2020, tiragem virtual. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/05/05/interna\\_gerais,1144568/coronavirus-ongs-se-unem-para-levar-comida-a-quem-tem-fome.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/05/05/interna_gerais,1144568/coronavirus-ongs-se-unem-para-levar-comida-a-quem-tem-fome.shtml). Acessado em: 10 mar. 2025.

<sup>240</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>241</sup> Rovai, Marta Gouveia de Oliveira. A ética da escuta: o desafio dos pesquisadores em história oral. *Testimonios*, v. n. 4, 2015, p. 118.

<sup>242</sup> Segundo a colaboradora, sua mãe lhe teve com 18 anos e se separou de seu pai dois anos depois.

pelos avós quando estava no Pará, diferente de quando estava sob os cuidados de sua mãe, que a tratava de forma agressiva, refletindo que foi quando “eu vi a minha vida ela se destruir [...ir] por água abaixo”<sup>243</sup>, em virtude dos ciúmes aflorados pela relação com o marido, padrasto de Andria e seu irmão.

Andria Paula demonstrou desde nova ser uma pessoa destemida e muito estudiosa, aspecto passado pela sua vó paterna, sendo destacada em vários momentos. Em Manaus, vivendo com a mãe, sua história é marcada pela solidão, inclusive no processo de escolarização e profissionalização, se construindo desde cedo uma menina/mulher em que “eu mesmo me virava, como até hoje eu gosto de estudar”<sup>244</sup>.

Andria foi cristã evangélica e, posteriormente, católica. Teve o intuito de ir para o convento e ser freira, mas percebeu que não tinha vocação. No espaço católico, conheceu a teologia da libertação, onde entendeu as questões raciais e lutas de classe, como também se empoderou através das formações políticas. Além disso, aos dezessete anos, nesta configuração espacial, conheceu seu marido e seu primeiro relacionamento heteroafetivo. Por conta disso, da diferença de idade, foi forçada a casar imediatamente pela mãe. Ambos viveram juntos um bom tempo e tiveram três filhos, duas meninas e um menino. Entre altos e baixos, Silva relembra das dificuldades da gravidez do filho caçula e no pós-parto, tendo algumas restrições alimentares, sofrendo violência institucional quando tinha que interná-lo e acompanhá-lo, explicitando historicamente os dilemas da maternagem e do cuidado de quem cuida.

Rodrigues é uma mulher que reconhece a beleza de sua família e a certeza de seus filhos terem um bom pai, apesar da separação e, conseqüentemente, a sua saída de casa em busca de novos rumos. Advinda da luta de classes, foi pelo Partido dos Trabalhadores que Andria se engajou em outros caminhos de luta, como o LGBTI+ e de mulheres, e foi a partir dele que se autorreconheceu como negra e feminista. Diante dessas bandeiras de militância, se envolveu com a luta por moradia, participando de ocupações de terra e de espaços cuja função social não era cumprida. Por isso, ganhou projeção no Estado e dentro dos movimentos sociais e partidários, conquistando o respeito na condição de mulher ativista, cujo efeito foi, entre outros, ser coordenadora local das lutas por habitação, ser coordenadora das mulheres e secretária municipal das mulheres do PT.

---

<sup>243</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>244</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

Nesse percurso rememorativo, Andria Paula recorda seu processo de autorreconhecimento da sexualidade lésbica, especialmente quando conhece e se apaixona, novamente, pela sua atual companheira a quem eu, Michele, tive o privilégio de conhecer durante a entrevista. É uma oficial da polícia militar que, no momento da entrevista virtual, se preparava para trabalhar, dizendo “a sociedade me chama”.<sup>245</sup> O saber de Andria enquanto ativista impactou a vida de sua companheira à medida que passou a se autorreconhecer enquanto mulher negra também, e engajar, com limitações, algumas atividades dentro do partido dos trabalhadores, segundo a fonte oral.

Além disso tudo, Andria relata sua aproximação mais recente junto ao Movimento de Mulheres e Feministas de Manaus, contribuindo no fortalecimento da luta e do feminismo manauense. Isso legitima meu argumento sobre como as feministas/ativistas no Amazonas, especificamente em Manaus, são/foram multifacetadas ao levantarem muitas bandeiras e sustentá-las para uma sociedade com justiça social, e as reflexões de Andria evidenciam esse valor no seu cotidiano mnemônico dos ativismos praticados.

Termino a apresentação de Rodrigues constatando ser uma mulher cheia de sonhos e expectativas individuais e coletivas. No fim da nossa conversa, regada a muitas risadas sinceras e afeto, mesmo que virtual, pude conhecer o sonho de Andria-mãe que desejava um mundo sem desigualdade e menos opressor para os filhos, especialmente a liberdade de ser quem desejassem ser. Para a sociedade, a Andria-ativista narrou: “bom seria que nós não tivesse que lutar por nada, que todos os direitos fossem assegurados”<sup>246</sup>; para dizer que a prática ativista, individual ou coletiva, é contínua diante da presença latente do racismo, evidenciada quando dezenas de pessoas negras são mortas pelo “tom da pele dele”, e pela luta contra o fim da violência doméstica e do feminicídio que milhares de mulheres sofrem todos os anos. A diversidade reina na vida de Andria, e eu, enquanto historiadora e pesquisadora trans, pude vivenciar isso no contato dialógico com Silva e presencialmente em seu aniversário em fevereiro de 2024, conforme a figura

---

<sup>245</sup> *Ibidem*.

<sup>246</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

**Figura 3: aniversário de Andria Paula Rodrigues, fevereiro de 2024**



Fonte: arquivo particular da pesquisadora.

### **Sebastiana Correa da Silva (Tiana)**

**Figura 4: Entrevista com Tiana no Café do Largo, em novembro de 2021.**



Fonte: arquivo particular da pesquisadora.

Sebastiana Silva é uma mulher cisgênera, lésbica e afro-indígena. Nascida em 06 de fevereiro de 1975, num sítio da Costa do Pesqueiro, situado no sudoeste do

município de Manacapuru, Amazonas, no baixo rio Solimões.<sup>247</sup> Filha de dona Floriza Correia da Silva e criada por sua vó, dona Izolina Correia da Silva, a “mãe velha”. É a irmã caçula de Eliana, Cristina e Ana Lúcia. Uma família majoritariamente composta por mulheres. Filha de uma promessa, Tiana com poucos meses de vida “pegou doença de criança”<sup>248</sup>, uma meningite, sobreviveu diante da fé de sua Mãe Velha, entregando sua vida a São Sebastião para que fosse curada e sobrevivesse, ganhando o nome em homenagem ao santo: Sebastiana Maria

Conheci Tiana em reuniões do movimento social LGBTI+, em meados de 2015, quando eu estava experimentando os caminhos do ativismo. Sempre muito divertida e carinhosa, a colaboradora contagia com sua alegria e simplicidade as pessoas que se aproximam. Em 2021, Sebastiana estava morando em Salvador, Bahia, com seu filho e sua companheira. Pela proximidade e reconhecendo a trajetória política e social, apresentei a pesquisa e fiz o convite pelo *whatsapp*, no momento externou alegria pelo tema do projeto e a possibilidade de contribuir para construção de uma historiografia lésbica amazônica. Diante disso, marcamos de nos encontrar na sua vinda a Manaus em novembro de 2021, quando passaria o final de ano com a família. Assim sendo, poderíamos nos encontrar pessoalmente, conectarmos e valorizarmos nossa humanidade e colocarmos as informações dos movimentos sociais e perspectivas em dia.

Nossa primeira entrevista aconteceu em uma tarde quente de novembro de 2021, no Café do Largo, espaço de encontros para tomar café e comer bolos e salgados, com toques da culinária portuguesa. Marcamos as 16 horas. Cheguei antes do horário e, nesse momento, reencontrei um colega historiador, Davi Abreu, com quem pude passar o tempo e ter uma boa conversa sobre nossos dia-dia até a chegada de Tiana. Quando a colaboradora chegou, a abracei e apresentei ao Davi. Ela vestia uma calça jeans branca, uma blusa estampada de amarelo e azul, sapato beje, um colar preto, tendo os cabelos escuros e curtos penteados para o lado e bijuterias na mão e orelha. Elogiei-a e ela disse

---

<sup>247</sup> De acordo com o geógrafo Antônio Carlos Batista de Souza, a Costa do Pesqueiro é uma área costeira do município de Manacapuru subdividida em Costa do Pesqueiro I e II. Em 2010, estudou a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo do Socorro, localizada na Costa do Pesqueiro I. O autor identificou 104 famílias cuja base econômica era a produção agrícola nos períodos de vazante do rio Solimões e, nas cheias, a pesca tornava-se a principal atividade. Não foi possível identificar na narrativa de Tiana a localização exata onde nasceu e viveu até a adolescência na Costa do Pesqueiro, mas sabemos que sua família vivia da agricultura de subsistência no baixo Solimões. Souza, Antônio Carlos Batista de Souza. *Sítios na Várzea do Baixo Rio Solimões: rupturas e adaptações na Costa do Pesqueiro – Município de Manacapuru-AM*. Dissertação (mestrado em Geografia), Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2010, p. 59.

<sup>248</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

que estava de amarelo em homenagem à sua mãe Oxum. Antes de iniciarmos a conversa, fizemos pedidos de lanches: um café expresso para ela, e, eu, um suco de abacaxi. Posto isso, iniciamos a entrevista.

Conforme realizado com todas as outras entrevistadas, foi solicitado a autorização para gravar antes e durante a gravação da entrevista e uma breve apresentação social, isto é, nome completo, data de nascimento, idade, raça/cor, identidade de gênero, sexualidade. Para iniciar a conversa propriamente dita, procurei, como feito com todas, saber um pouco sobre a semana, ou mesmo o dia dela, talvez um assunto que atravessasse nossas realidades individuais, como a situação pandêmica experienciada. Com Tiana, busquei introduzir a conversa perguntando sobre a sua semana em Manaus e, a partir disso, trouxe na reconstrução de uma memória recente, lembranças que envolveram as dimensões culturais da região e o seu orgulho por ser amazonense.

Eu estou na cidade de Salvador por um período, mas assim sabe quando você vai andando pelos lugares e você vai matando a saudade, e você vai recordando, e você vai vendo a energia vai fluindo... Uma coisa que eu amo da nossa terra é as nossas comidas, o peixe, a farinha, a pimenta, o limão, sabe? Então eu aproveitei esses dias para ir na feira, para ir da zona leste e pra todas as zonas de Manaus.<sup>249</sup>

Ao final da narrativa, Tiana exalta a Amazônia adjetivando-a como “fantástica” e, por isso, em tom de brincadeira diz “eu queria ter muita grana, porque rica eu já sou”<sup>250</sup>, diante da riqueza natural inerente à região, mantendo viva na memória de Tiana a relação histórica com a terra, a agricultura, a pesca. Em suma, uma relação simbiótica percebida durante a construção de memória da colaboradora, sobretudo nas lembranças de infância e adolescência em Manacapuru. Lá experienciou o processo de plantio e cultivo, as brincadeiras de criança no sítio, mas também a aprendizagem de práticas domésticas como fundamentais para uma menina que, no futuro, teria que ser uma boa esposa, mãe e dona de casa conforme o modelo construído pela instituição heterossexual. Por outro lado, Sebastiana demonstrou desconforto a essas normatizações para meninas/mulheres, desejando fazer atividades delimitadas para o universo masculino, como pesca, ou melhor, zagaiar.<sup>251</sup>

---

<sup>249</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>250</sup> *Ibidem*.

<sup>251</sup> Segundo Sebastiana, em entrevista, zagair se refere a um tipo de pesca noturna.

Tal desconforto passou, ao longo da sua vida, a se materializar no corpo e na subjetividade, à medida que recusa relacionamentos afetivos com meninos e, conseqüentemente, volta seus desejos e amor para as mulheres no início da adolescência, simultaneamente sem entender o que acontecia consigo. Entre medos, receios e decepção, Tiana decidiu recusar sua sexualidade sob o prisma religioso cristão. Ela via isso como um desejo e uma prática pecaminosa, e também considerava uma possível decepção para seus familiares, especialmente sua mãe. Isso perdurou por muito tempo até Tiana se entregar, efetivamente, ao que realmente gostaria de ser.

A subversão de Tiana teve conseqüências. A ordem moral inerente aos múltiplos olhos vigilantes da cisheterossexualidade fizeram-na perder a atenção e o amor da mãe (sofreu violência física), perder a família (os irmãos não podiam falar com ela ou ajudá-la) e perder o lar (foi expulsa de casa sem ter para onde ir) aos dezenove anos de idade. Diante disso, a colaboradora narrou que foi acolhida por sua primeira namorada, que tinha dois filhos, e lá sofria por não poder sair de casa por conta de uma sogra lesbofóbica e racista, que a ameaçava explicitamente, colocando sua integridade física em risco.

Como contadora de histórias, Sebastiana também experienciou momentos felizes e alegrias em meio a dor. Conheceu a sociabilidade lésbica e conviveu com várias mulheres em boates e bares destinados à diversidade sexual e de gênero no final do século XX. Além disso, voltou a estudar e concluir o ensino básico na fase adulta, ao mesmo tempo vivenciando outras configurações dos mundos do trabalho, entre operadora de máquina, bicos e vendedora ambulante numa balsa no porto do São Raimundo. Alguns anos depois, a colaboradora vivencia sua primeira Parada do Orgulho LGBTI+ (anteriormente, parada gay). Se encanta, pois nunca tinha visto um evento com tanta diversidade de pessoas, ao mesmo tempo explicitando a suas diferenças de raça/etnia, classe social, gênero e sexualidade num único espaço. Por conta desse choque cultural e político, haja vista em sua trajetória ter tido a negação de si diante dos padrões sociais, a violência familiar por conta da sexualidade, do racismo vivido e das dificuldades econômicas baseadas em desigualdades de classe, se engajou no movimento homossexual no início dos anos 2000, em Manaus, na Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis – AAGLT.

Por meio da inserção no movimento social, Tiana se empodera e toma o discurso político e social como uma arma para se blindar e para atingir os objetivos de agendas voltadas para defesa e garantia dos direitos constitucionais para população LGBTI+ amazonense. A reconstrução da sua memória sobre o ativismo e a relação com os

movimentos sociais evidenciam os motivos e objetivos para fundação da Associação Amazonense de Mulheres Independentes Pela Livre Expressão Sexual – AAMILES (2003), e a sua visibilidade na condição de Gestora Pública da Gerência da Diversidade e Gênero da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC, entre 2012/2020. Igualmente, apresentou, rapidamente sua atuação como Secretária Executiva do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM (2005-2009) e Coordenadora do Fórum LGBT Amazonas, entre 2012 e 2014.<sup>252</sup>

Os diálogos com Sebastiana Silva foram atravessados por muitos risos e sorrisos, característica marcante da colaboradora. Tanto pelo teor da pesquisa e meu lugar enquanto pesquisadora, mas também a amizade que cultivamos, Tiana se sentiu à vontade para falar de suas dores, das suas feridas cicatrizadas, mas que ainda doem, e daquelas que nunca se fecharam com o tempo. Pude conhecer e conviver com os picos de vulnerabilidade causados pelas reminiscências que ainda doíam e, talvez, uma forma de começar a curá-las fosse falar sobre elas, num contexto de entrevista de pesquisa, para uma amiga e historiadora, demonstrando a confiança inerente a uma comunidade de escuta.

Em outros momentos das entrevistas, a raiva sobressaiu no tom de voz e na seriedade de Silva, sobretudo quando refletia sobre violência e ausência de direitos constitucionalmente seguros para a população LGBTI+ no Brasil, a proteção de meninas e mulheres vitimadas pela violência de gênero, sendo grupos populacionais para quem Tiana dedicou e dedica, ainda, boa parte do seu tempo em defesa dos direitos. Como a pequena Cláudia, narradora do romance *O olho mais Azul*, de Toni Morrison, que ao comprar doces Mary Jane na venda do sr. Yacobowski, percebe o desprezo dele por ela, pela negritude da sua pele, não tocando em sua mão para pegar as moedas. Isso desperta em Cláudia o sentimento de raiva, que diz para os leitores e leitoras atentos à leitura: “A raiva é melhor. A raiva dá a sensação de existir. É uma realidade, uma presença. Uma consciência de valor. Uma ardência deliciosa”.<sup>253</sup> E esse mesmo sentimento de existir por meio da raiva atravessou a relação dialógica com Tiana, comprovando o valor humanizado provocado pela metodologia da história oral, afetando a interrelação pesquisadora-colaboradora e as análises históricas ao longo desta tese de doutorado.

---

<sup>252</sup> Silva, Sebastiana. Gestão Pública Estadual e suas Nuances Lesbianas no Contexto Amazônico. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 4, n. 02, p. 160, 2018.

<sup>253</sup> Morrison, Toni. *O olho mais azul*. Tradução Manoel Paulo Ferreira. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 53.

## Antônia Maria Duarte Barroso: uma feminista sensível e plural

Figura 5: Antônia Barroso



Fonte: arquivo pessoal de Antônia Barroso.

Antônia Barroso, mulher cisgênera, lésbica e afro-indígena, foi a penúltima colaboradora a aceitar participar e ser entrevistada para esta pesquisa. Como Francy e Tiana, conheço Antônia há algum tempo por meio das reuniões e ações coletivas dos movimentos sociais LGBTI+ e de mulheres em Manaus. Não sei dizer exatamente o dia e o ano, mas me recordo e sinto o afeto e o carinho, sejam nos abraços e nas palavras, transmitidos a mim por Barroso nas vezes que nos encontramos. Por isso, a nomeei uma feminista sensível por entender e acolher as pessoas, sobretudo as mulheridades, nas suas diferenças e necessidades. E plural por se posicionar contra todas as formas de opressões de poder interseccionais experienciados pelas mulheres, LGBTI+, negros e indígenas no Amazonas, além de ser uma ferrenha defensora das florestas e dos rios.

A entrevistada, Antônia, escolheu o local e o horário para nos encontrarmos e realizarmos a entrevista. A primeira ocorreu na Universidade Nilton Lins, campus universitário localizado no bairro Parque das Laranjeiras, no final da tarde antes do início da sua aula no horário noturno. Em fevereiro de 2022, Antônia estava voltando ao curso de Licenciatura em Ciências Biológicas para terminar, pois teve que trancar no período da pandemia da COVID-19, e também por conta do trabalho em uma instituição de educação popular que lhe “tomava muito tempo”.<sup>254</sup>

---

<sup>254</sup> Entrevista com a massoterapeuta e ativista **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 25 de fevereiro de 2022, na Universidade Nilton Lins, Manaus.

Escolhemos uma mesa na frente de uma lanchonete nas dependências da universidade. Antônia usava um vestido preto até os joelhos, tendo algumas pulseiras nos braços, colar e um óculos de grau com armação redonda. Usava os cabelos escuros longos (com alguns fios brancos) soltos. Após nos abraçarmos, sentamos e expliquei novamente os objetivos da pesquisa, a importância histórica e política de sua escrita e a valiosa contribuição da colaboradora para a produção de uma historiografia lésbica amazonense. Antônia é uma mulher afro-indígena e lésbica, natural de Manaus, nascida em 05 de julho de 1969, contando 52 anos quando realizamos nosso primeiro encontro.

Assim como feito com as demais colaboradoras, perguntei a ela como foi a semana e/ou o dia, tornando assim a entrevista mais humanizada e franca. Ela contou sobre o medo do novo tempo de sua vida, talvez o retorno à sala de aula, mas também um novo momento diante da pandemia que devastou vidas e como ela teve que lutar para sobreviver e ajudar pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidade social. Por isso, segundo seu relato, ficou ansiosa e teve crises de choro diante do futuro.

Nossa relação dialógica me permitiu conhecer dimensões da sua infância e adolescência, os lampejos de memória familiar antes de viver no Rio de Janeiro, sob a falsa promessa de estudar em boas escolas por parte de uma tia. Na capital carioca, serviu como empregada, foi assediada moral e sexualmente pelos tios, aspecto que fizeram Antônia, durante a reconstrução de memória, cair em choro e lamento. Sendo a quinta filha de dez irmãos, sete mulheres e três homens, é provável que as lágrimas tenham sido de saudades e da impossibilidade de vivenciar a sua infância e adolescência perto dos irmãos e dos pais, seu Alamir Pereira Barroso e Dona Maria José Barbosa Barroso.

Antônia explora um pouco mais as relações familiares já na fase adulta, especialmente no contexto de pandemia, momento em que ela e seus irmãos se aproximaram mais para cuidar dos pais, mas lembra dos embates por questões políticas. Em meio ao caos, recordou suas memórias relativas à Francy Junior, companheira afetiva de longa data, e o carinho pelos netos de Junior. Duas famílias, dupla jornada de cuidado diante da pandemia.

Barroso é uma mulher com grande capacidade de articulação para garantir as benesses sociais para as mulheres e LGBTI+ de Manaus. Revelou sua atuação no Movimento de Mulheres Negras da Floresta – Dandaras, no Fórum Permanente das Mulheres de Manaus e no Espaço de Acolhimento Uri-Hí. Ela é a demonstração, na prática, da interseccionalidade como metodologia para alcançar a justiça social para todas as pessoas, sobretudo as mulheridades manauenses. Assim, as memórias de militância

de Antônia foram cortinas que se abriam e se fechavam, nos apresentando distintos espaços de atuação, suas origens, seus trabalhos e as beneficiárias, os conflitos internos, as disputas e as exclusões. Isso evidenciou que a sociedade civil organizada não é social nem politicamente homogênea. Pelo contrário, ela é formada de múltiplas ideias, ideologias, concepções políticas e modos culturais que, em um contexto de crise humanitária, precisaram deixar as diferenças de lado para garantir a sobrevivência de famílias. Essa ação foi uma resposta à inércia do Estado Amazonense em 2020, organizando e distribuindo cestas básicas, higiene e limpeza para mulheres-mães solas, lésbicas, transexuais e homens-pais solos.

Nossa segunda entrevista aconteceu em 23 de setembro de 2023, no Laboratório de História da Imprensa (LHIA), do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, pela parte da tarde. Nesse dia, Antônia trajava um vestido branco, cabelos soltos e usava algumas bijuterias. No processo de construção de memória, Antônia recordou do seu processo de autorreconhecimento enquanto mulher lésbica, as discriminações que sofreu, seja da família e de pessoas do movimento social. Posteriormente, se envolveu no véu da maternidade, lembrando dos seus três filhos, Alan, Lucas e Alec, nas escolhas dos nomes, o processo de educação e de cuidado, considerando na criação deles os conhecimentos e as práticas feministas e o diálogo sobre direitos humanos, especificamente o direito ao corpo, à vida e à identidade. A partir deles, entendeu que seu ativismo social visava uma mudança estrutural para todas as pessoas, para que pudessem viver numa sociedade brasileira e manauense menos desigual e violenta, conforme me contou:

Eu lembro que eu sempre falei para eles que não estaria fazendo isso, não só por mim, mas era por eles e por outras mulheres. [...] Eu quero contribuir de alguma forma para esse mundo ser menos cruel com as mulheres. Então eu dizia para eles: “o que eu puder fazer, o que eu souber, eu vou.”<sup>255</sup>

Ao final de quase três horas de conversa, Antônia finalizou advertindo-nos, especialmente ativistas protetores dos direitos das mulheres, LGBTI+, negros e indígenas, para as armadilhas que aparentemente vem unir, mas, muitas vezes, vem fragmentar as lutas sociais, fazendo-nos ignorar o contato pessoal, os afetos e o cuidado mútuo, como ferramenta de resistência contra as opressões. Barroso reflete, por fim, que devemos

---

<sup>255</sup> Entrevista com a massoterapeuta e ativista **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 23 de setembro de 2023, no Laboratório de História da Imprensa (LHIA), UFAM.

deixar as rivalidades e as hierarquias nos movimentos sociais de escanteio, porque, para termos efetivamente justiça social no Brasil e no Amazonas, “a gente precisa compreender mais e acolher mais”.<sup>256</sup> Assim, finalizamos nosso encontro nos abraçando e nos irmanando enquanto mulheres dissidentes da cisheteronormatividade e do padrão racial do norte global.

### **Izabel Cristina da Costa Barroso – “eu sou lésbica, e não estou só lutando por ser lésbica”**

Izabel foi, como Andria, uma ativista que não tinha tido contado antes da construção desta pesquisa. Izabel foi indicada por Francy Junior e Tiana Silva quando solicitado a possibilidade de conhecer outras ativistas conforme o perfil delimitado para esta investigação histórica. Nesse sentido, entrei em contato por telefone com Izabel, me identificando, situando meu lugar social e o intuito do projeto. Após o aceite, informei a possibilidade de escolha do local e horário, que fosse harmonioso, para realizarmos nosso encontro e a entrevista. Assim sendo, a Izabel decidiu pela praça de alimentação do Hiper DB do Nova Cidade.<sup>257</sup>

Nosso primeiro encontro ocorreu em 24 de março de 2022, por volta de 15h30, pois pela parte da manhã Izabel trabalhava como motorista de aplicativo. Muito simpática, Izabel me recebeu com sorriso e abraços. Ela vestia uma camisa preta com mangas e uma estampa de uma banda de rock, uma bermuda jeans, boné com aba e um sapato estilo coturno *adventure*. A praça de alimentação estava com pouco movimento, mesmo assim optamos por ficar em uma mesa mais distante dos quiosques de venda de alimentos e bebidas, para não interferir na nossa atenção e na inserção de sons na gravação.

---

<sup>256</sup> *Ibidem*.

<sup>257</sup> O Hiper DB é uma marca de hipermercados do Grupo DB. É a maior rede de varejo da Região Norte do Brasil, com sede em Manaus, e atende o Amazonas, o estado de Rondônia e Roraima.

**Figura 6: Izabel Cristina e Michele Pires em Workshop da Visibilidade Trans da ASSOTRAM**



Foto: Ciza Silva.

Após relembrar os intuitos da pesquisa e pedir autorização para gravar (antes e após iniciar a entrevista gravada em áudio). Izabel Cristina é uma mulher lésbica parda, natural de Manaus, nascida em 06 de fevereiro de 1968. Conforme as demais entrevistadas, procurei saber um pouco sobre o dia e a semana, como estava indo, o que fez, o que podia lembrar sobre essas memórias recentes. Verifiquei que a colaboradora se apresentou como uma mulher muito crítica, o que ficou evidente logo ao ser perguntada sobre a identificação de sua identidade sexual, dizendo que:

[...] eu nunca gostei de me reconhecer como lésbica, eu nunca e não acho até hoje, apesar dessa luta nossa, que uma mulher para lutar pela felicidade e pelo objetivo dela, eu acho que não precisaria ter rótulos, mas (...) tem que reconhecer na luta que a gente faz como ativista, como lésbica [...] <sup>258</sup>

O senso ativista e de justiça sobressaíram durante o processo de construção de memória de Izabel, apresentando seus interesses pessoais e como a política deveria ser conduzida, indicando a relevância de projetos sociais com a finalidade de acolher, proteger e garantir outro futuro para as mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e realizando, durante a entrevista, uma tipologia de

<sup>258</sup> Entrevista com a ativista **Izabel Cristina da Costa Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 24 de março de 2022, na praça de alimentação Hiper DB Nova Cidade, Manaus, AM.

situações com as quais as mulheridades e feminilidades se deparam cotidianamente: expulsas de casa por serem lésbicas; exploração sexual; pedofilia; drogadição.

Apesar de ter vivido uma “infância feliz” no bairro Praça 14, conforme lembrado por ela, experienciou muito nova a lesbofobia e o machismo, por alguns parentes, por alguns colegas de escola e, na fase adulta, por alguns chefes de trabalho. Ao ser perguntada da experiência racial, Izabel não recordou de nenhum episódio envolvendo racismo, porém inúmeras vezes demonstrou o impacto da lesbofobia em sua vida, afetando-a física e psicologicamente.

Talvez por conta dessas experiências de dor, cristalizadas em sua memória, Izabel desde muito nova pendeu para o lado humanitário de enxergar e defender as pessoas: na escola, defendeu a si e a colegas do “bullying”, em casa defendia as irmãs de valentões da rua. Na faculdade falava abertamente sobre a diversidade sexual e de gênero, e a valorização da população LGBTI+, inclusive nos estágios de docência nas escolas. Além disso, a colaboradora usou dos seus conhecimentos técnicos em informática para ensinar meninas e mulheres no bairro Mauzinho e algumas trabalhadoras terceirizadas com quem convivia. Portanto, a vivência de Izabel Cristina, ativista, mulher, lésbica, parda, atualmente com 57 anos, é de muita esperança num devir de mudanças radicais na vida social de sujeitas e sujeitos subalternizados.

A esperança, nascida da raiva e da solidariedade no senso de humanidade e da observação das mazelas, fez Costa se juntar ao movimento social LGBTI+ do início dos anos 2000, em Manaus, co-fundando a Associação Amazonense de Mulheres Independentes Pela Livre Expressão Sexual – AAMILES, ao lado de Sebastiana Silva e outras ativistas. E não se limitou a lutar por uma única ‘bandeira’, conforme o subtítulo que define sua seção. Objetivou fundar IARAS, um instituto de acolhimento de mulheres manauenses, com a finalidade de acolher e garantir o direito à educação e ao trabalho formal. Em seguida, sempre esperando, se uniu com outras mulheres para montar a Confraria, um coletivo de mulheridades, mas não somente, que promoviam ações sociais beneficentes para contribuir nos cuidados de saúde de mulheres, sobretudo lésbicas, com câncer. Em verdade, o foco eram as mulheridades e a população LGBTI+, entretanto nunca ignorou os homens que precisavam de ajuda. Isso é, de fato, ser ativista e fazer ativismo numa sociedade, como a manauense, que carece de empatia e solidariedade.

Por meio do processo de construção de memória de Izabel, pude (re)conhecer e aprender sobre aspectos comuns as relações afetivas das mulheres lésbicas, seus amores, sabores e dessabores, isto é, as formas de resistências para garantirem uma

respeitabilidade. Ela demonstrou que o amor, por um lado, ajudou a superar muitas mágoas, mas, por outro lado, criou muitas tristezas. Bel, como é conhecida no movimento social manauense, nos ensina o sentido do afeto como arma contra as opressões interseccionais, nunca esquecendo que a “nossa vida é muito dura” em virtude da discriminação racial, lesbofóbica e das desigualdades de classe.<sup>259</sup> Por isso, nunca esquecerei as palavras ditas a mim na primeira vez que nos falamos:

falei que era um orgulho para mim, porque para você estar fazendo doutorado, eu imagino o que você batalhou. Imagina Michele uma pessoa como você se tivesse tido outras oportunidades... o que eu tu podes fazer com o doutorado?! O que tu podes passar para outras pessoas, está entendendo? E foi isso que me trouxe a fazer a entrevista com você.<sup>260</sup>

Assim, enquanto uma travesti historiadora, produzindo conjuntamente as escrevivências de mulheres lésbicas negras e afro-indígenas aguerridas, tomo este trabalho de tese como uma grande responsabilidade afetiva pelas/com as memórias dessas mulheridades que me permitiram conhecer e historicizar suas experiências vividas na Manaus do tempo presente. Por isso, procurei, neste tópico, apresentar brevemente um pouco das colaboradoras, como nos conhecemos, as suas impressões sobre a pesquisadora, as minhas como historiadora, o meu lugar de “aprendência pela escuta”<sup>261</sup> como uma jovem cientista e ativista diante de múltiplas experiências dentro e fora das organizações sociais e associações, pois elas construíram conhecimentos, métodos e ações para derrubar as estruturas históricas do racismo, da misógina, da lgbtfobia e das desigualdades de classe. Por isso, a História Oral, metodologia empregada aqui, evidencia que nas histórias de vida – abordagem escolhida por mim – existem diversas histórias e temáticas e, os próximos capítulos analisam em profundidade temas elencados nesse preâmbulo das vidas de Francy Junior, Andria Paula, Tiana Silva, Antônia Barroso e Izabel Cristina da Costa.

---

<sup>259</sup> Entrevista com a ativista **Izabel Cristina da Costa Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 24 de março de 2022, na praça de alimentação Hiper DB Nova Cidade, Manaus.

<sup>260</sup> *Ibidem*.

<sup>261</sup> Vasconcelos, Vânia Nara Pereira. A aprendência da escuta como insurgência epistêmica a partir das narrativas de uma mulher do sertão baiano. *História Oral*, v. 25, n. 2, p. 13-30, 2022.

## CAPÍTULO II - DIFERENÇA E DESIGUALDADE SOCIAL NAS EXPERIÊNCIAS LÉSBICAS NEGRAS E AFRO-INDÍGENAS

### 2.1 “Essa menina diferente... que quer ser diferente”: memória, violência e políticas de familiaridade

Era final da tarde de 13 de novembro de 2021, momento histórico onde os corpos puderam se encontrar presencialmente, ainda com restrições, após um período grave de pandemia. Foi neste contexto que me encontrei com Sebastiana Silva no Largo de São Sebastião, no Centro Histórico de Manaus. Tiana, como é publicamente conhecida, trajava uma calça branca, uma blusa amarela de algodão e sapatos fechados. As cores das roupas, segundo ela, simbolizavam Oxum, sua mãe e Orixá dos Rios. Após um breve diálogo sobre o lugar para realizar a entrevista nesse primeiro encontro, decidimos pousar na Cafeteria do Largo, espaço aconchegante de frente para o histórico Teatro Amazonas.

Para efeitos de localização, Manaus, espaço geográfico delimitado para esta pesquisa, é uma cidade que se encontra nos limites fronteiriços “oriental marítima e da fronteira ocidental da vasta rede hidrográfica”, mobilizadora de arranjos de diálogo entre os diferentes centros urbanos e rurais da Amazônia, constituindo-se um polo relevante de movimento contínuo de produtos (gêneros de lavoura, peixes e outros produtos que abastecem o mercado local), e de pessoas, num balanço de chegadas e permanências para a capital quanto para irradiação dos passantes para o restante do país.<sup>262</sup>

A configuração do tecido urbano por onde grupos dissidentes transitam – em especial mulheres lésbicas e negras – tem historicidade e guarda muitas memórias invisibilizadas, haja vista que desde o século XIX havia a preocupação da classe dominante político-econômica no ordenamento da cidade de Manaus e na disciplinarização do espaço urbano. Isso se deu, efetivamente, com a incorporação de aspectos eurocêntricos, algo que outras cidades estavam seguindo tendo como “marca fundamental (...) a exclusão de antigos moradores e trabalhadores pobres”. Por conta dessa desigualdade e exclusão social, sinalizamos que há diversas cidades invisíveis que circundam os projetos de cidade vendidos pelo governo municipal, criando a imagem de

---

<sup>262</sup> Schor, Tatiana; Oliveira, José Aldemir de. Reflexões metodológicas sobre o Estudo da Rede Urbana no Amazonas e perspectivas para análise das cidades na Amazônia Brasileira. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, p. 18, 2011.

um lugar onde há somente e tão somente boas aventuras.<sup>263</sup>

“Sexta cidade mais rica do Brasil”, “principal centro financeiro e corporativo da Região Norte”, “décimo maior destino de turistas no país”. (...) esse acelerado processo de crescimento e transformação, como sabemos, tem uma lógica central nos movimentos de expansão do capital sobre as atividades e os territórios da cidade.<sup>264</sup>

A produção de discursos qualificando a espacialidade objetiva a inscrição permanente na lógica neoliberal e capitalista, procurando meios que legitimem o alisamento de estruturas consideradas marginais e inadequadas. Assim, mesmo diante dos planos de cidade pensados, articulados e executados sem a presença das pessoas comuns, notam-se os resíduos e as ações humanas na paisagem manauense. Isso é nítido nos traços corpóreos das pessoas, na mistura cultural e nos saberes populares, no fato de um terço dos atuais habitantes de Manaus serem migrantes, tendo um aumento populacional de 139 mil, em 1950, para mais de 2 milhões e 219 mil, em 2020.<sup>265</sup>

Esta é Manaus, “uma sociedade fragmentada em guerra consigo mesma”. E nessa batalha encontram-se os movimentos de sociabilidade; os movimentos de sentimentos de esperança e medos que ligam, intimamente, os sujeitos e sujeitas aos grupos sociais que (re)produzem a cidade cotidianamente. Desta feita, as memórias e as experiências vividas na cidade possibilitam a “transmissão no presente para aqueles que não estiveram na cidade do passado (...) o testemunho de sobreviventes de um outro tempo, de habitantes de uma cidade que não existe mais”. Caminhando pelo chão manauense, construído e reconstruído pelos pobres de ontem e de hoje, que “não tinha e não tem lugar para eles”, é que nos deparamos com fragmentos de memórias. São reminiscências de mulheres lésbicas negras e afro-indígenas, Damas do Tempo, que ajudam a traduzir palimpsestos de silenciamento e exclusão causados pelo heterossexismo, pelo racismo e pela lesbofobia, que implicam, por meio das memórias, a repolitização do espaço urbano.<sup>266</sup>

<sup>263</sup> Silva, Patrícia Rodrigues da. *Disputando espaços, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM, 1967-2010)*. Manaus-AM: EDUA, 2016, p. 100.

<sup>264</sup> *Ibidem*, p. 100.

<sup>265</sup> “Com 2,2 milhões de habitantes, Manaus tem 53% da população do AM”. *Amazonas Atual*, 27/08/2020, online. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/com-22-milhoes-de-habitantes-manaus-concentra-53-da-populacao-do-am/>. Acesso em: 16 fev. 2022. OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, Edna (org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008, p.89.

<sup>266</sup> Arantes, Antônio. *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999, p. 129. Pesavento, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades modernas. *Revista Brasileira de História*, v.27, n. 53, p. 14 e 20, 2007. Schor, Tatiana; Oliveira, José Aldemir de. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: Castro, Edna (org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 93.

Nesse sentido, elegemos para este trabalho a modalidade de história oral de vida, pois “têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história [...] contém, em seu interior, diversas entrevistas temáticas”<sup>267</sup>. Por isso, neste capítulo, reconstruo por meio das memórias das colaboradoras lésbicas, os lugares sociais das mulheridades lésbicas negras e afro-indígenas nos espaços familiares, de sociabilidade, das efetividades e da maternagem, descortinando as diferenças e a estruturação das desigualdades sociais na cidade de Manaus e área metropolitana.

Após pedirmos um café e um suco de abacaxi, Sebastiana Silva iniciou o processo de construção de memória<sup>268</sup> retornando à sua infância, encontrando-se, através das reminiscências, em contato com a floresta, com as águas e a fauna da comunidade da Costa do Pesqueiro, no município de Manacapuru, espaços e energias constituintes da sua identidade social, “uma vida ribeirinha, cabocla”<sup>269</sup>. Criada por sua avó, dona Izolina Correa da Silva, carinhosamente chamada de Mãe Velha, Tiana foi ensinada por sua avó:

a tratar peixe, a pescar, a plantar mandioca, fazer farinha. Ela criava galinha, pato. A gente subia nas árvores então, assim, todas as frutas que a gente tem na Amazônia, a gente tinha no nosso sítio. Cupuaçu, cacau, açaí, abacaba, abacate, laranja, limão, lima, sabe? Melancia minha vó plantava, a gente foi muito criado com essa coisa da fartura.<sup>270</sup>

Sendo a quinta filha, entre quatro irmãs, Tiana afirmou ser sua família constituída majoritariamente por mulheres, estando numa lógica matriarcal<sup>271</sup>, mas que, ao mesmo tempo, a presença da divisão generificada do trabalho no sistema ocidental patriarcal pululavam das narrativas e práticas sociais das mulheres que compunham a família. Segundo a colaboradora, sua Mãe Velha reproduzia as divisões dos papéis de gênero nas atividades a serem exercidas pelos meninos e meninas do sítio (primas/os, tias/os, padrinhos/madrinhas, etc.).<sup>272</sup> Assim, ela narra esse cotidiano para as mulheres, segundo sua avó, da seguinte maneira:

<sup>267</sup> Alberti, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.175.

<sup>268</sup> Pollak, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 207, 1992.

<sup>269</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>270</sup> *Ibidem*.

<sup>271</sup> Oliveira, Fernanda Chamarelli de. O matriarcado e o lugar social da mulher em África: uma abordagem afrocentrada a partir de intelectuais africanos. *Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB*, v. 3, n. 6, 2018.

<sup>272</sup> Stearns, Peter N. *História das Relações de Gênero*. São Paulo: Editora Contexto, 2007. Silva, Márcia Alves da. Discutindo gênero através do trabalho artesanal. In: *IX Seminário da Pesquisa em Educação da Região Sul/ANPEDESUL*, Caxias do Sul, 2012.

a minha avó dizia que a gente tinha que aprender, a mulher tinha que aprender a tratar peixe, a mulher tinha que aprender a lavar roupa, a mulher tinha que aprender a fazer café, e a minha avó era muito rígida, entendeu?<sup>273</sup>

Entre o aprendizado de tarefas domésticas e a rigidez de dona Izolina – nordestina que veio para o Amazonas aos treze anos de idade casada – demonstra claramente o percurso que as mulheres que lhe rodeavam deveriam percorrer, ou seja, os limites dos marcadores de gênero estabelecidos pelo patriarcado para o gênero feminino: casar com um bom homem, reproduzir e cuidar de filhos, filhas e marido, exercer as atividades domésticas apreendidas em tenra idade com maestria e, se possível, exercer algum outro trabalho para “ajudar” na manutenção do lar. Ao mesmo tempo era ensinado à Tiana e suas irmãs a valorização da natureza e das suas possibilidades de existência, do trabalho na agricultura familiar e, mais importante, dos princípios éticos e morais transmitidos por sua Mãe Velha, implicando, com isso, no fato de que “eu sei me virar muito bem, muitas coisas, sabe?”.<sup>274</sup>

Em meio à natureza do sítio, ocorriam as brincadeiras entre as crianças. Contudo, segundo Tiana, esse era um dos espaços onde se reforçavam os estereótipos de gênero-sexualidade. Além de utilizar as varas de *maniva*<sup>275</sup> para montar as casinhas, a colaboradora conta que as bonecas eram feitas de sabugo de milho: “pegava o milho, tirava, desbulhava todo e aí fazia as bonequinhas. Aí eu tinha duas, três”. Contudo, Tiana rememora que o espectro da família heteronormativa hegemônica representados nos momentos de diversão, não lhe agradavam, pois seu interesse não era ser a mãe das filhas (bonecas), mas ser o pai.<sup>276</sup> Ao mesmo tempo construiu críticas àquelas práticas reproduzidas por sua vó sobre o comportamento e as atividades atribuídas às mulheres, explicitando também seus desejos subterrâneos na infância:

Eu não queria aprender a lavar roupa, fazer café, fazer comida. Eu queria pescar, eu queria jogar malhadeira, eu queria está com a linha e o anzol pescando, eu queria flechar pirarucu entendeu? Eu queria fachear, que é zagaier que a gente chama que é um tipo de pesca noturna, aí eu queria fazer isso. Eu queria sair com meus primos atrás de macaco, aqueles macaquinhos de cheiro (...) minha velha não

<sup>273</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>274</sup> *Ibidem*.

<sup>275</sup> Maniva é formada pelo caule e os ramos da mandioca.

<sup>276</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

deixava, que ela dizia que isso era coisa de menino e não de menina.<sup>277</sup>

Como “arestas tortuosas”, os desejos e as intenções de Tiana eram imediatamente podados com a simples, mas potente asserção: “é coisa de menino!”. Talvez qualquer tentativa de ultrapassar o limiar imposto naquele espaço de sociabilidade intrafamiliar, desencadearia reações das mais diversas, lançadas pelos olhares vigilantes e involuntários da ordem social de gênero por aqueles/as vigilantes involuntários/as da ordem de gênero e sexualidade. Por fim, a colaboradora lamentou não ter podido jogar peteca, ou brincar de peão, e encerra a narrativa dizendo que gostaria de ter produzido seu próprio remo, sob ensinamento do seu padrinho, mas que não foi possível, porque, novamente, “tinha que aprender a cozinhar, lavar e passar”.<sup>278</sup>

Nos mundos do trabalho, é importante observar como as narrativas de Tiana visibilizam esse espaço como (re)produtores de identidades sociais, de gênero e de sexualidades, hegemônicas ou não, avigorando a dominação masculinista sobre os corpos e as forças que emanam das mulheres amazônicas. Segundo a pesquisadora Iraildes Caldas Torres ao voltarmos nossos olhos (e ouvidos) para as atividades das mulheres, poderemos compreender, finalmente, que “o trabalho assume também o lugar de subalternização, num flagrante dominação de gênero [...cujas] relações de gênero servem de base para ancorar a divisão social do trabalho fundada nos papéis ditos masculino e feminino”.<sup>279</sup>

É notória ao longo da narrativa de Tiana, a percepção dessa divisão dos espaços e das relações sociais baseadas em gênero e sexualidade. Durante o processo de construção de memória, Silva determinou pontos na sua trajetória de vida para dar coerência à sua lesbianidade, no presente. Além dos desejos sobre práticas consideradas, naquele contexto, como masculinizadas (pescar ou produzir remo), a colaboradora contou que na sua puberdade, por volta dos doze anos de idade, tinha o hábito de pegar as revistas que suas tias e sua mãe traziam dos seus respectivos trabalhos, recortava as fotos mais bonitas, passava goma (cola) e pregava nas paredes da casa, ou talvez no canto que considerava seu. Com o resto da revista tampavam os buracos no assoalho e das paredes das casas para evitar carapanã, chamando isso de *calafetar*. No entanto, as fotos que Tiana

---

<sup>277</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>278</sup> *Ibidem*.

<sup>279</sup> TORRES, Iraildes Caldas. O trabalho das agricultoras da Amazônia: um olhar para os direitos humanos. *Saberes da Amazônia*, v. 04, n. 09, p. 121, 2019.

particularmente colava eram, segundo ela, da “Malu Mader, a Lúcia Veríssimo, a Angélica, a Xuxa (...) eu achava lindo por demais aquelas mulheres!”. E acrescenta, com risadas, que dizia para si mesma nesse período, que a atriz Lúcia Verissimo era sua namorada.<sup>280</sup>

Em 1988, aos treze anos de idade, Tiana foi prometida em casamento a um jovem chamado Jansei, em Manacapuru. A colaboradora reconstrói essa história sob risos, dizendo que sua Mãe Velha havia realizado esse acordo com a família do jovem e, quando completasse quinze anos, ambos se casariam. Em tom de alívio, ela disse: “ainda bem que ela [a vó] faleceu, eu tava com quatorze [anos]. Então, eu tinha casado, tinha mando”. Em seguida assevera que não conseguia compreender os motivos de “enamorar” as famosas das revistas: “não sabia que era minha orientação sexual”; porém, ao mesmo tempo, entendia que não sentia atração afetivo-sexual por figuras masculinas, inclusive por seu suposto pretendente. Aos quatorze anos, após o falecimento de Dona Izolina, a colaboradora foi viver com sua mãe em Manaus, e Jansei decidiu ir atrás de Tiana na “cidade grande” para reivindicar sua mão: “dona Izolina me deu a mão dela, eu quero casar com ela”. No entanto, o sentimento de Tiana, àquela época, era outro:

Menina, não adiantava, o menino queria conversar comigo ali na frente de casa e ele vinha pegar na minha mão, me dava um negócio muito estranho. O menino queria me cheirar eu não deixava, menino queria me beijar, eu não deixava. E ele: *poxa, mas eu te amo, eu quero ficar contigo, nós vamos casar, ter nossos filhos né, nossa casa, eu quero que você me dê uma prova de amor. Eu digo: mano não vai dar certo não, para com isso! Eu não te amo, eu não gosto, não gosto de você e eu não vou te iludir. Esse menino toda a noite ia lá na porta de casa, toda noite, mas não adiantava, eu não conseguia.*<sup>281</sup>

Em tom de indignação, a colaboradora demonstra o incômodo que sentia com a presença do forçado pretendente e sua persistência em querer tocá-la, cheirá-la e tentar beijá-la. Historicamente as famílias mobilizavam arranjos para casar as meninas e as mulheres solteiras, seja com interesses políticos e/ou econômicos, conferindo, consequentemente, uma “segurança moral para a mulher”.<sup>282</sup> No entanto, não se sabe em

---

<sup>280</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus. Lucía Veríssimo Santarelli é uma atriz de televisão e teatro, escritora e empresária, nascida em 11 de julho de 1958, no Rio de Janeiro.

<sup>281</sup>*Ibidem.* (Grifo meu).

<sup>282</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de. Fazendo o bem, olhando a quem: órfãs e dotes de casamento nas misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII). In: Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (orgs.). *Tomar Estado: Dotes e Casamentos (Séculos XVI-XIX)*. Porto, Lisboa: CITCEM, 2010, p. 377.

que medida “dar a mão” de Tiana ao Jansei levava em consideração as dimensões culturais e socioeconômicos que normatizavam o binarismo de gênero, mas não excluimos o fato que, em tenra idade, a colaboradora performatizava trejeitos de uma sexualidade dissidente e, talvez por isso, o casamento forçado e a possível formação de uma família heteronormativa fosse uma maneira de “salvá-la” de um *devir* lésbico.

Para Judith Butler, a construção histórica dos gêneros é, concomitantemente, a produção da heterossexualidade.<sup>283</sup> Isso significa que se construir enquanto homem ou mulher conseqüentemente deve materializar aspectos, modos e performatividades da heteronorma, cujo casamento, ao fim e ao cabo, constitui um dos mecanismos de controle que enclausura e produz normativas de reprodução social das mulheres em relação aos homens e sua prole. Além disso, a heterossexualidade delimita características que, socialmente, naturaliza e normatiza as verdadeiras engrenagens que organizam a instituição hétero: “mulheres são levadas a pensarem sua preferência sexual e atração pelos homens como naturais [... e] a lesbianidade torna-se perigosa para o domínio masculino”.<sup>284</sup> Sob perigo e tensão, a inscrição de signos da lesbianidade no corpo mobiliza duas características-problema:

[Primeiramente] podem ser compreendidas enquanto resistência na medida em que são reivindicação do próprio corpo em uma recusa àquilo que lhes é imposto enquanto disciplina. [Em segundo] a performance masculina demonstra que foi cruzada a fronteira entre a norma e o desviante: a pura presença do corpo passa, então, a expor as mulheres à violência.<sup>285</sup>

As primeiras percepções de si de Tiana ocorreram aos dezesseis anos, no contexto social de trabalho, quando encontrou uma menina semelhante a uma das suas musas enamoradas: “do mesmo jeito da Lúcia Veríssimo, aquele cabelão, aquela feminilidade da Lúcia Veríssimo, que é uma feminilidade meio brusca né, meio caminhoneira”. Como uma reivindicação do próprio corpo, Tiana, paulatinamente, começava entender a sua sexualidade e recusá-la, pois, para a adolescente daquela época, era algo ruim, pecaminoso e imoral. A atração por outra mulher, portanto, despertava na

<sup>283</sup> Butler, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

<sup>284</sup> Oliveira, Vanilda Maria de. Precisam as lésbicas de identidade? In: Soares, Mayana Rocha; Brandão, Simone; Faria, Thais (orgs.). *Lesbianidades Plurais: outras produções de saberes e afetos*. Salvador: Devires, 2019, p. 113.

<sup>285</sup> Ribeiro, Nathália Drago; Ramalhão, Simone Aparecida. Da política de esquecimento à pluralidade narrativa: memórias de mulheres lésbicas. In: Soares, Mayana Rocha; Brandão, Simone; Faria, Thais (orgs.). *Lesbianidades Plurais: outras produções de saberes e afetos*. Salvador: Devires, 2019, p. 75.

colaboradora uma “neura”, pois a família e a religião eram dimensões valiosas da sua vida e não podiam sofrer qualquer decepção: “não, isso tá errado! Isso não é coisa de Deus! Eu tô sendo pecadora, isso é pecado. Gente, pelo amor de Deus, a minha família jamais vai aceitar uma coisa dessa! A minha mãe vai me matar!”.<sup>286</sup>

Ao terminar o fio de lembrança com a narrativa – “a minha mãe vai me matar”, para se referir a improbabilidade de respeito e aceitação da lesbianidade por parte da sua mãe, demonstra para esta pesquisa, o funcionamento e o impacto do machismo e da lesbofobia, muito bem estruturados nas diversas camadas sociais, nas vivências das lésbicas, cuja desigualdade sexual (e aqui nos referimos às identidades sexuais) inicia no ambiente familiar.<sup>287</sup> Através da narrativa de Tiana, podemos verificar que a primeira forma de violência contra sujeitos de gênero e sexualidade dissidentes é a psicológica, cujo autoflagelo, o medo e as “dores” que podiam/podem causar aos familiares, resultam o silenciamento forçado e a permanência no “armário”, configurado, segundo Eve Sedgwick, como uma forma de proteção do próprio corpo.<sup>288</sup>

Num movimento memorativo passado-presente, Silva explicita que, à época, negava sua realidade por preconceito, por medo das represálias e das magoas baseadas em concepções religiosas. E prossegue narrando:

mas até os meus 16 anos eu não sabia lidar com isso. Como é que eu vou falar isso pra minha mãe? Como é que eu vou falar isso pra minhas irmãs? Como é que eu vou conversar isso com alguém, porque as nossas famílias não foram preparadas... era um tabu muito grande.<sup>289</sup>

Para a teórica queer estadunidense, Eve Sedgwick, o “armário é a estrutura definidora da opressão gay do século XX”. E, nesse sentido, sair do armário não é,

---

<sup>286</sup>Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>287</sup> Sabendo-se da rejeição que adolescentes e crianças dissidentes sofrem, apresento uma outra perspectiva sobre o fato a partir dos dossiês produzidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, sinalizando que a família pode ser um lugar de escuta atenta e de acolhimento para pessoas trans – expandindo o olhar para as mulheres lésbicas, homens gueis e bissexuais, racializados ou não – encontrando uma abertura para expressar suas identidades sexuais e de gênero com segurança em tenra idade; igualmente, tornam-se adultos “(...) com melhoras na qualidade de vida, nas relações sociais, no desenvolvimento educacional, com impactos positivos na saúde mental”. Desse modo, a proteção e a defesa de pessoas LGBTI+ na infância e adolescência contribui na minimização de violências e de violações de direitos humanos. Benevides, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023, p. 38-39.

<sup>288</sup> Sedgwick, Eve Kosofsky. *A epistemologia do armário*. *Cadernos Pagu*, v. 28, 2007.

<sup>289</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

segundo autora, algo equilibrado, mas, pelo contrário, pode ser “mais volátil e até violento”. Assim, Tiana ao questionar a reação da mãe e das irmãs quando “descobrirem” sua sexualidade, deixa evidente que as pessoas não estão preparadas para temas lidos como sensíveis, compreendidos como tabus, indiscutíveis, cujo “assumir-se” para familiares imersos numa cultura homofóbica e transfóbica, “é com a consciência de um potencial de sério prejuízo”.<sup>290</sup>

O armário como uma ferramenta do *heterossexismo*<sup>291</sup> foi, na infância e adolescência de Tiana, uma realidade concreta de opressão da sua sexualidade, entre os dezesseis e os dezenove anos, momento de percepção de si, relembra: “foi um tabu para mim dentro da minha família (...) eu vivia uma vida escondida”.<sup>292</sup> Rememorar o passado, para Tiana, é iluminar momentos de dores e frustrações no contexto familiar, promovendo até certo ponto, estratégias resilientes para se manter no “armário” como uma forma de evitar “prejuízos”. Entretanto, isso não foi suficiente. Os problemas vieram. Tendo a porta do armário escancarada por uma prima, Tiana teve que encarar a verdade de si em casa. Sob tons de violência, foi forçada a traçar novos caminhos em sua vida sem o apoio e a proximidade da família, sendo necessário construir a sua própria história de uma outra maneira.

Quase contemporânea de Tiana, Izabel Cristina – mulher lésbica e parda, 54 anos e trabalhadora de aplicativo – reconstruiu sua história de vida sentada no centro de convivência do DB da Nova Cidade. Iniciando pelas memórias de criança, me diz: “Eu tive uma infância muito feliz!”. Filha de doméstica e de mecânico, a ativista nasceu e cresceu no bairro Praça 14, lugar onde se divertiu e brincou bastante, especialmente de futebol e barra-bandeira. Pequeno e culturalmente rico, o bairro da Praça 14, localizado na zona sul de Manaus:

sempre foi uma comunidade, as pessoas se respeitavam. E depois começou mudando quando começou a se marginalizar. A Praça 14 começou a se marginalizar depois que virou um bairro comercial. Antigamente você ia até a Vitória-Régia, então a gente ia pra lá e tinha briga de rua e foi quando começou a vim as autopeças. A Praça 14 hoje

---

<sup>290</sup> Sedgwick, *op. cit.*, p. 39.

<sup>291</sup> Collins, Patricia Hill. Collins, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 225.

<sup>292</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

é um bairro que eu não reconheço mais, e nós perdemos as origens.<sup>293</sup>

Vinda de uma família composta por sete mulheres e dois homens, Izabel narra que seu pai sempre prezou pela educação dos filhos e pela harmonia da família com a vizinhança. Sendo a primeira casa a ter televisão, se constituiu como um espaço de sociabilidade com os vizinhos próximos para assistir alguma programação: “todo dia tinha gente lá”. A memória familiar de Izabel apresenta uma afetividade forte pela figura paterna, apresentando-o como alegre e descontraído, com muitos amigos, amante de “banhos” na área metropolitana de Manaus e apreciador de festas, especialmente juninas: “ele botava um monte de criança dentro do carro, comprava um monte de foguete e a gente brincava muito”.<sup>294</sup>

Durante a construção de memória, Izabel relembra dos atos lesbofóbicos<sup>295</sup> vivenciados com os irmãos. Apesar de ter tido uma infância, em certa medida, feliz e divertida, havia momentos de dores que cristalizaram em sua memória. Nesse sentido, a colaboradora apresenta a retração próximo das meninas, a ponto de ser excluída de brincadeiras, situação que não enfrentou entre os meninos do seu bairro, tornando-se muito próxima deles e, talvez por isso, reproduziu papéis de gênero vinculados a uma masculinidade hegemônica, que afirma a fragilidade das mulheres e a necessidade de proteção: “eu comecei a fazer parte de defender minhas irmãs, onde tinha problema, eu estava em questão de defesa delas”. Simultaneamente, “quando eu me vi lésbica”, o medo tomou de conta, pois havia uma “opressão muito grande por parte da minha família”, sobretudo dos irmãos e irmãs no espaço do lar.<sup>296</sup>

Com falas violentas que atingiam direta e indiretamente Izabel, seus irmãos repudiavam as mulheres e as meninas que demonstravam comportamentos “masculinizados”. Nesse sentido, Izabel apontou narrativas que a impactaram profundamente, como “bate nessa machuda”, ou quando ouviu seu irmão falando para um amigo: “‘tá vendo esse um monte de machuda? Deveria por num navio e mandar bombardear tudo logo’. Mas, uma vez eu fiquei me perguntando: ‘será que a irmã dele

---

<sup>293</sup> Entrevista com a ativista **Izabel Cristina da Costa Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 24 de março de 2022, na praça de alimentação Hiper DB Nova Cidade, Manaus.

Vitória-Régia é uma tradicional Escola de Samba de Manaus.

<sup>294</sup> *Ibidem*.

<sup>295</sup> Atos lesbofóbicos ou lesbofobia é um conjunto de práticas e discursos discriminatórios contra mulheres lésbicas, com a finalidade de desqualificar e agredir as vivências e afetos, reforçando a normatização binária, conservadora e colonialista.

<sup>296</sup> Entrevista com a ativista **Izabel Cristina da Costa Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 24 de março de 2022, na praça de alimentação Hiper DB Nova Cidade, Manaus.

não poderia estar dentro daquele navio?”<sup>297</sup>.

Haja vista que o discurso constitui o poder, Michel Foucault aponta a sexualidade enquanto alvo e objeto desse poder, mobilizando formas de regulação e controle para que “não escape” ao ordenamento social e jurídico. Nesse sentido, ao forjar o dispositivo de sexualidade, o filósofo francês evidencia os efeitos das práticas e dos discursos para inferiorização, anulação e assujeitamentos de indivíduos considerados “desvirtuantes” de uma sexualidade hegemônica e eurocêntrica, construindo mecanismos de “interdições”:<sup>298</sup>

De que modo o poder viria a exercer sua mais alta prerrogativa e causar a morte se o seu papel mais importante é o de garantir, sustentar, reforçar, multiplicar a vida e pô-la em ordem? Para um poder desse tipo, a pena capital é, ao mesmo tempo, o limite, o escândalo e a contradição (...) são mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros.<sup>299</sup>

Ora, isso demonstra, para o/a leitor/a, que o limite do poder concernente às possíveis “falhas” do controle regulatório para manter homogênea a sociedade manauense é a exclusão e a morte do sujeito-outro-problema. As memórias narradas por Izabel, nesse sentido, evidenciam como a heterossexualidade, enquanto parte do biopoder, impregna e estrutura os comportamentos, os desejos, as relações familiares. Por isso, a afirmativa sobre colocar as mulheres lésbicas num navio e bombardear para eliminá-las, causou na colaboradora, durante a infância e adolescência, um processo de encapsulamento de si e da sexualidade, evidenciando a contenção no excerto: “eu sempre saía muito só”.<sup>300</sup>

Os problemas de sexualidade nas experiências de mulheres lésbicas negras perpassam por questionamentos da própria humanidade – “quem eu sou? Por que sou assim?” – como pudemos encontrar nas experiências de Tiana e de Izabel. Conforme ocorrido com Sebastiana em outro momento da sua “escrevivência”, Izabel se perguntava: “Por que eu não sinto nada?”; ao perceber os suspiros das irmãs pelos homens bonitos e charmosos de passagem pelas ruas da Praça 14: “quando passava aqueles caras bonitos na rua, aí elas falavam: ‘Nossa, homem lindo!’ Aí começou aquele questionamento na

---

<sup>297</sup> Entrevista com a ativista **Izabel Cristina da Costa Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 24 de março de 2022, na praça de alimentação Hiper DB Nova Cidade, Manaus, AM.

<sup>298</sup> Foucault, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Carneiro, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2005, p. 10.

<sup>299</sup> Foucault, *op. cit.*, p, 148.

<sup>300</sup> Entrevista com a ativista **Izabel Cristina da Costa Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 24 de março de 2022, na praça de alimentação Hiper DB Nova Cidade, Manaus, AM.

minha cabeça, ‘por que eu quero usar um blusão?’”. Nota-se, nesse sentido, o funcionamento da colonialidade da sexualidade, que impõe “um pensar-agir-sentir da heterossexualidade” a-histórico, reproduzindo um status natural/normativo e, assim, uma compulsoriedade sobre àqueles/as que experienciam uma sexualidade não-hetero.<sup>301</sup> A colonialidade da sexualidade não se refere exclusivamente às dimensões da afetividade, mas como a sexualidade constituiu/constitui o sistema mundo moderno, ou seja, estabelecendo os humanos e não-humanos, o ser e o não-ser, o pensamento Hétero e a sua presença nas esferas familiares, educacionais, relações sociais e afetivas e trabalho.<sup>302</sup>

Ao reconstruir suas memórias, Izabel justapõe família e educação para compreender o impacto da discriminação na infância e na adolescência. O espaço escolar reflete as práticas e percepções da sociedade do seu tempo. Nesse sentido, experienciando a escola num contexto de repressão política e social, cujo pensamento heteromoral ressoava aos quatro cantos do Brasil, Izabel relembra que estudou até a quarta série na Escola Estadual Luís Nascimento, bairro Praça 14; em seguida foi para a escola Farias Brito, no centro, onde finalizou seu ensino básico. Para a colaboradora, as discriminações de modo direto iniciaram neste último colégio: “lá eu já sofri muito, porque lá começou aquele negócio de ‘Vai, Machuda!’”. Embora tenha construído uma rede de solidariedade como estratégia de resistência, a consolidação da amizade deu-se pela “aceitação” da diferença da colaboradora por parte das amigas.<sup>303</sup> No entanto, a resistência da jovem Izabel tinha prazo de validade e iria expirar caso não houvesse uma reviravolta em sua trajetória:

(...) houve um momento que eu não quis ir mais pra aula, tanto é que minha irmã... se eu chegasse em casa, ela falava: "tá vendo como é o jeito que ela anda?". Eu não achava que andava masculina, eu colocava uma calça e uma blusa e esse era o meu jeito. Eu tentei até mudar: “vou prender o cabelo e vou passar o batom”, mas não era eu, era como se eu botasse um tênis e no outro dia um salto.<sup>304</sup>

O ambiente escolar e familiar, em grande escala, constituiu-se enquanto instituições que elevam obstáculos de dificuldade para os/as sujeitos/as dissidentes

---

<sup>301</sup> Entrevista com a ativista **Izabel Cristina da Costa Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 24 de março de 2022, na praça de alimentação Hiper DB Nova Cidade, Manaus. Macedo, Ana Cláudia Beserra. *Colonialidade da Sexualidade: uma análise comparada e colaborativa sobre violência em relações lésbicas em Bogotá, Brasília e Cidade do México*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília - DF, 2020, p. 48.

<sup>302</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>303</sup> Entrevista com a ativista **Izabel Cristina da Costa Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 24 de março de 2022, na praça de alimentação Hiper DB Nova Cidade, Manaus.

<sup>304</sup> *Ibidem*.

sexuais e de gênero. Assim, a experiência de Izabel é uma gota de vivência em um rio de opressão experienciado pela população LGBTI+ no Brasil e, mais especificamente, em Manaus. Diante disso, a educadora travesti negra, Megg Rayara de Oliveira, ao escrever acerca das vivências de gays, bichas e viadinhos negros na educação, aponta as facetas cis-heteronormativas que o ambiente escolar reproduz para que, crianças e adolescentes com trejeitos afeminados ou masculinizados, sejam contidos e, assim, encapsulá-los e enquadrá-los aos padrões da sociedade de caráter colonial/moderna, implicando em uma “evasão escolar involuntária”.<sup>305</sup>

Essas crianças não deveriam existir e, por isso mesmo, precisam ser eliminadas rapidamente. Controlar seu gestual, seu vocabulário, suas vestimentas, seus atos, enfim, controlar o próprio sujeito é fundamental para assegurar um futuro sem gays, viados e bichas [...e sapatões].<sup>306</sup>

Lamentando a quase saída da escola por conta da discriminação, a colaboradora Izabel Cristina, então, passa tomar medidas de resistência num espaço que também era seu por direito. Para isso, pegou uma faca, levou para escola e disse aos colegas que praticavam lesbofobia: “Quem me ofender, já sabe!”. Embora estivesse preocupada com a reação da sua mãe por ter levado uma faca para escola, Izabel afirma que, para sua mãe, começar uma briga e apanhar seria muito pior em casa, ou seja, apanharia mais ainda por não ter resolvido os problemas externos ao ambiente do lar. Certo dia, na saída da escola, um aluno chamou: “Vai, Machuda!”; naquele instante Izabel pensou: “ou eu resolvo agora, ou não resolvo mais”. Nesse interim, ela subiu as escadas da escola e o viu conversando com outras pessoas após ofendê-la: “eu o peguei e joguei lá de cima”; E disse, olhando pra baixo: “Agora eu quero ver quem vai me chamar de machuda (...) Dá próxima vez que você me chamar disso, vai ser pior! Ainda bem que não aconteceu nada sério com o garoto” [risos].<sup>307</sup>

Levada para a diretoria e sendo suspensa, a jovem Izabel Cristina narra para sua

---

<sup>305</sup> Segundo a educadora Luma Nogueira de Andrade, a evasão involuntária atribuída ao contexto escolar remete ao processo de sujeição simbólica e discursiva ao qual educandos/as são submetidos pela comunidade escolar e, por conta da pressão, acabam abandonando a escola e enxergando-a como um espaço opressor. Nogueira ainda aponta as táticas da gestão escolar para “livrar-se” dos possíveis prejulgamentos da sociedade, sobretudo numa perspectiva moral, como também alçando meios oficiais para que o/a aluno/a não retorne àquele ambiente. Para melhor aprofundamento no debate, ver: Andrade, Luma Nogueira de. *Travestis na Escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012, p. 247.

<sup>306</sup> Oliveira, Megg Rayara Gomes de. *Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero*. 1ª edição. Salvador: Editora Devires, 2020, p. 90.

<sup>307</sup> Entrevista com a ativista **Izabel Cristina da Costa Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 24 de março de 2022, na praça de alimentação Hiper DB Nova Cidade, Manaus.

mãe o ocorrido tendo em vista o fato dessa sempre prezar pela verdade, mas entendo a mãe enquanto influenciadora das decisões serem tomadas ao calor do momento. Sua mãe, nesse sentido, compreendeu a situação e entendeu que a colaboradora estava no direito de se defender das ofensas, usando inclusive da agressão física. Apesar disso, a colaboradora experienciou a lesbofobia e o machismo em ambos os espaços sociais, pois não correspondia às expectativas de gênero, isto é, não se atraía por meninos, não tinha uma expressão de gênero feminina padrão (não usar salto, batom, vestidos); e às expectativas de sexualidade, pois seus desejos afetivo-sexuais na adolescência eram voltados para as meninas/mulheres.

Historicamente, as opressões baseadas em gênero, sexualidade, raça e classe não se dão na mesma intensidade na vida de mulheres lésbicas marcadas pela variável raça, como podemos verificar até o presente momento nas experiências das colaboradoras dessa tese. As memórias familiares tanto de Tiana, quanto de Izabel Cristina, demonstram a operacionalização da colonialidade da sexualidade sobre seus corpos e subjetividades e as percepções, em tenra idade, da opressão familiar e escolar acerca das suas identidades lésbicas.

Para a ativista e historiadora lésbica preta, Francy Junior, a sexualidade não era algo tão preocupante, quanto o eram as variáveis raça e gênero em sua vida. Seu relato explicita situações de racismo no âmbito escolar:

[quando] eu cheguei na escola, não tinha pessoas do pigmento da pele que nem a minha, eram pessoas do pigmento diferente, tanto é que no início eu sofri bastante na infância por causa disso, né? Aí começava a xingar, a gritar: “olha o café Vitória de roupa nova!”.<sup>308</sup>

Nesse sentido, intervenções como o racismo, o sexismo e a LGBTIfobia “não operam da mesma maneira e com a mesma intensidade” na vida de mulheres lésbicas, bissexuais e transgêneras negras e indígenas, contudo “estarão presentes ao longo de suas vidas, como uma sombra que se transmuta no que se refere ao tamanho e à forma na medida em que se movem”.<sup>309</sup>

Em sua narrativa sobre a infância e adolescência, Francy reconstrói as memórias ligadas à variável sexualidade, mas também sobre experiências associadas a uma

<sup>308</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>309</sup> Oliveira, Megg Rayara Gomes de. *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2017, p. 49.

linhagem familiar e sociabilidade religiosa referenciada às religiões de matriz africana. Parte dos familiares de Francy moravam em um grande terreno denominado como Seringal Mirim, próximo ao terreiro de Candomblé Santa Bárbara, do qual eram participantes. Nesse sentido, podemos afirmar ser o espaço onde Francy nasceu e cresceu um lugar de memória ancestral.

No Seringal Mirim nós tínhamos todas as tias pretas que moravam por lá né, as lavadeiras conhecidas da minha vó, e a gente teve essa infância muito ligada ali ao terreiro de Santa Bárbara, que era o terreiro onde minha vó frequentava, onde meu pai, meus tios tocavam, minha mãe também frequentava, enfim, toda nossa família era muito assídua naquele terreiro que até hoje existe, mais de cem anos que esse terreiro existe por lá!<sup>310</sup>

Ao elaborar a narrativa de si, Francy relata informações sobre a ocupação do espaço do Seringal Mirim. Ainda que não fique claro se as tias são referências ao parentesco ou a vizinhas mais velhas, em relação à pequena Francy, seu relato parece indicar a presença de moradores negros no local, assim como a ligação de sua linhagem familiar ao Terreiro de Santa Barbara.

Ao narrar o lugar onde morou e sua composição humana e cultural, Francy evidencia que os espaços lembrados são “lugares vivos (...) um entroncamento onde se cruzaram diferentes caminhos de memória”, sendo, portanto, “um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações”.<sup>311</sup>

Dentro dessas significações que guardam o terreno do Seringal Mirim, sobretudo por ter sido uma infância difícil, cheia de dificuldades, mas que tinha seus momentos de felicidade, Francy narra que sempre foi olhada diferente, pois seu “pescoço virou pro outro lado” pelo olhar “carinhoso” que tinha pelas mulheres! Em torno disso, Francy recorda que seu primeiro beijo foi com sua prima Maria Joana, filha do Tio Joaquim.<sup>312</sup>

ela veio passar um tempo na casa do pai dela. Então ela foi a primeira pessoa que me beijou, eu lembro isso muito bem, foi dentro da casa da minha vó ainda por cima. Eu estava deitada pra dormir, ela veio pra me fazer dormir e aí me beijou, já era moça, já era grande. E isso nunca saiu da minha memória, então eu falava sempre que eu era apaixonada

<sup>310</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>311</sup> Hartog, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. 1.ed; 3. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 165. Nora, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução: Yara Aun Houry. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 27, dez. 1993.

<sup>312</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

por ela!<sup>313</sup>

Entre o beijo que nunca esqueceu e o processo de amadurecimento, havia a vigilância familiar sobre o comportamento de “*machuda*” de Francy. Ela narra que seu pai e sua mãe eram pessoas que praticavam todos os tipos de brincadeiras com seus filhos/as, entre empinar papagaios de papel e jogar bola, sem haver exclusões baseada em gênero. Contudo, outros familiares, como avó, tias e primas, tinham posicionamentos conservadores quanto às divisões binárias das brincadeiras e de outras práticas corporais, como:

Eu assobiava e a prima da minha mãe falava: “olha, não deixa essa menina aí que quer ser diferente”. Ela falava assim: “essa menina diferente... que quer ser diferente, ficar assobiando, porque menina que fica assobiando, ela vira outra coisa!”; ela falava assim mesmo: “virar outra coisa”.<sup>314</sup>

Provavelmente as falas da prima materna se configuraram em represálias sobre o corpo e a subjetividade da entrevistada, como ser “obrigada na minha época a tomar benção dela”<sup>315</sup>. Diante dessas assertivas sobre Francy, pergunto: afinal, o que seria essa “outra coisa” que Francy viraria por assobiar, ou por jogar bola, ou por empinar papagaio de papel? Por que essa “outra coisa” (a lesbianidade) causava tanto medo e, ao mesmo tempo, uma constante vigilância?

Para Michel Foucault, os discursos vigilantes têm por finalidade construir mecanismos pedagógicos para a reprodução de uma norma mais rigorosa, ao mesmo tempo silenciosa, objetivando disciplinar os corpos que apresentassem dissidências. Nesse sentido, o poder regulatório não tem por objetivo a anulação ou interdição das sexualidades periféricas, mas “diversificar suas diversas formas”, marcando no corpo e subjetividade uma “forma de especificação dos indivíduos”, como ocorreu com Francy Junior quando criança, que por assobiar ou praticar atividades tidas como masculinas, foi marcada pela interferência de um tipo de poder.<sup>316</sup>

De igual maneira, o psiquiatra austríaco-americano, Wilhelm Reich, aponta que a repressão sexual sobre a sexualidade das crianças e adolescentes torna “a criança medrosa, tímida, submissa, obediente, ‘boa’ e ‘dócil’, no sentido autoritário das

---

<sup>313</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>314</sup> *Ibidem*.

<sup>315</sup> *Ibidem*

<sup>316</sup> Foucault, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 39.

palavras”. Além disso, os efeitos possíveis dessa forma de controle sobre as crianças são vários: da impossibilidade de impulso vital, como a formação de pensamento crítico, aos efeitos patológicos. Ao fim e ao cabo, a família cisheterossexual como instituição social do sistema patriarcal ocidental autoritário, procura criar sujeitos/as submetidos/as à mesma ordem autoritária; isso significa que a criança deve aprender a “se adaptar, como uma preparação para o ajustamento geral que será exigido dela mais tarde”.<sup>317</sup>

Apesar de vivenciar as linhas infinitas do poder que acessaram sua infância por meio do discurso, não sei em que medida tais narrativas afetaram Francy durante o processo de percepção de si. No entanto, durante a construção de memória sobre a adolescência, narrou: “não ligava muito pra minha afetividade, minha sexualidade nesse período. Não namorava, não tinha namorada. Meu negócio mesmo era estudar (...) e fazer teatro, né?”. E era nos palcos do teatro amazonense, onde atua desde os quatorze anos, que Francy tornou público as formas de discriminação que experienciou, dizendo: “era onde eu mostrava toda essa carga que eu via, que eu vivenciava para o palco, o racismo, hoje nós conhecemos como racismo, mas na época era preconceito”. Ao mesmo tempo, a colaboradora assevera que naqueles tempos era um ser interessante, pois aprendia as letras musicais de Vinícius de Moraes e declamava “pras colegas que tinha um amor platônico, na qual *eu virava o pescoço* também pra colegas”.<sup>318</sup>

Ecoa das fontes orais produzidas com Tiana, Izabel Cristina e Francy a percepção da incompreensão, na infância e adolescência, sobre os sentimentos, os desejos, as atrações que, gradativamente, aumentavam com o passar dos tempos. Ao mesmo tempo, muito provavelmente possuíam consciência dos eventuais problemas para si e seus familiares decorrentes do atendimento a esses impulsos.

Sobre isso, Paul B. Preciado compreende que, para sociedades modernas-coloniais, “a criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto. A polícia de gênero vigia o berço dos seres que estão por nascer, para transformá-los em crianças heterossexuais”. Por isso, Preciado nos inquire, com razão:

quem defende o direito das crianças diferentes? Da menina que sonha em casar com a sua melhor amiga? Os direitos à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança de

<sup>317</sup> Reich, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. Tradução Maria da Graça de Macedo. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 41-45.

<sup>318</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

crescer num mundo sem violência sexual e de gênero?<sup>319</sup>

A metáfora “virar o pescoço” ou “virar o pescoço para o outro lado” é evocada por Francy Junior para dar significado à sua identidade sexual, respingando também na trajetória de Tiana Silva e Izabel Cristina. De todo modo, as variáveis sociais mencionadas durante a construção de memória das colaboradoras se entrelaçam e dão substancialidade às suas identidades sociais e políticas no tempo presente. Além disso, apontamos como outros marcadores sociais estão presentes, dando materialidade e significado ao amor e ao afeto-sexualizado pelas mulheres que virariam o pescoço.

## 2.2 “Ela cuidou muitos anos da minha vida”: memórias e histórias de amor profundo

Neste tópico direciono meu foco para historicizar as narrativas orais das ativistas lésbicas negras sobre as relações afetivas e o amor profundo construído ao longo de suas vidas, relacionando as noções de afetividade sexualizada e afetividade não sexualizada, verificando suas agências e a autonomia sobre si e seus corpos, promotores do empoderamento por meio múltiplas formas de afeto construídos pelas mulheres lésbicas negras e afro-indígenas.

Assim, retornamos à segunda metade dos anos 1980, quando Francy Junior começou dar passos mais largos além do âmbito escolar e familiar. Ou seja, conheceu espaços de sociabilidade lésbica, especificamente o famoso Bar da Lili, um lugar que acomodava mulheres que buscavam contatos e afetos em outras mulheres, desde o final dos anos 80.<sup>320</sup> Para a colaboradora, foi naquele bar que se afirmou como lésbica efetivamente, pois foi onde “eu me encontrei, né? Com namoros, com amassos e tantas outras coisas”. Já inserida nesse universo, ela viu, ouviu e sentiu vários afetos, em suma, “vivi muito nessas coisas, na noite”, mas reflete que “sempre tratei meu corpo como espaço sagrado, meu corpo não era pra qualquer pessoa tá passando a mão, tocando”. Por fim, concluiu a reflexão se questionando se essa privação era por medo, ou por que desejava se apaixonar e viver “um amor mesmo, porque eu acreditava que a gente tinha

<sup>319</sup> Preciado. Beatriz (Paul B. Preciado). Quem defende a criança queer? *Revista Jangada*, Viçosa, v. 1, n. 1, p. 98, jan./jun. 2013.

<sup>320</sup> Segundo as transativistas Rebeca Carvalho e Camila Dantas, o bar da Lili localizava-se no bairro São Jorge, Zona Oeste de Manaus. Era uma “casa que tinha na frente um chapéu de palha, tinha várias mesas (...) tinha um palco”. É possível afirmar que o bar da Lili era frequentado majoritariamente por lésbicas, porém outros LGBTI+ também tinham acesso a ele nos anos 80. Ver o trabalho de Lima, Michele Pires. *Senhoras do Tempo: cotidiano, trabalho e ativismos de travestis e transexuais em Manaus (1992-2019)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus, 2021.

que se dar pra pessoa que a gente amava”, significando que “amar a outra é amar também para dentro, amar a si mesma”.<sup>321</sup>

Durante a relação dialógica, foi possível extrair que Francy se apaixonou diversas vezes por muitas mulheres, comprometidas ou não, o que não as impedia de serem amigas. Nesse caminho, após ter se envolvido afetivamente com José Augusto, o Zezinho, e engravidado, Francy decidiu se afastar da Companhia de Teatro Alternativo Pombal para trabalhar no Distrito Industrial e, assim, sustentar seu único filho.

Francy, então, se tornou naquele momento dos anos 1990 industriária na *Philco*, mesma empresa onde sua mãe trabalhava, e onde conheceu outras pessoas, tendo contato com o movimento sindical e se aproximando da “luta de classe do trabalhador e da trabalhadora”. Nesse espaço laboral, conheceu Líbia na linha de produção e se encantou por ela. Segundo seu relato, o encontro foi “bem romântico, mas ela era casada”. Sobre essa mulher, Francy narra que ela nunca havia se envolvido afetivamente com uma mulher, mas que “já tinha esse pescoço virado. Já tinha um pouco esse pescoço virado, mas por conta da criação, foi casando. Já era o segundo casamento”.<sup>322</sup>

Historicamente, as condições de possibilidades para que mulheres pudessem construir relações afetivas sexualizadas entre elas foram negadas. Aquelas que ousassem ultrapassar o limiar da heteronormatividade foram/são consideradas “suja, imorais e baixas, mesmo em espaços ‘femininos’”.<sup>323</sup> O projeto social ocidental constrói as mulheres:

Para servir ao homem e de que o objetivo de vida daquela é, ainda hoje, encontrar o ‘marido dos sonhos’, inclusive para que se estabilize seu emocional com o apoio indispensável do falo, assegura que mulheres lésbicas sejam duplamente oprimidas: por negarem o papel da feminilidade e por dedicarem seu afeto a outro ser – como ela – desprezível.<sup>324</sup>

Desse modo, sobre as mulheres negras e afro-indígenas lésbicas, os mecanismos de opressão regularmente têm bom desempenho por meio do controle dos desejos, ou

---

<sup>321</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus. Gomes, Eduardo Lamanes. Entre elas: relações afetivo-sexuais entre mulheres negras em “beijos na face” e “Isaltina campo belo”, de Conceição Evaristo. *Anais V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades: 10 anos*. Bahia, 2017, p. 10.

<sup>322</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>323</sup> Gomes, Eduardo Lamanes. Entre elas: relações afetivo-sexuais entre mulheres negras em “beijos na face” e “Isaltina campo belo”, de Conceição Evaristo. *Anais V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades: 10 anos*. Bahia, 2017, p. 6.

<sup>324</sup> *Ibidem*.

seja, se aproveita das “forças dos sentimentos profundos para concretizar os desígnios da dominação”. Sendo assim, quando Francy Junior saiu da *Philco* e foi trabalhar na empresa *Xerox*, ela continuou “apaixonada por essa pessoa e sempre dialogando com essa pessoa, indo visitá-la (...), mas nunca, nunca rolar nada, mas sempre apaixonada por ela”.<sup>325</sup> Talvez a colaboradora entendesse que era necessário, naquele momento, se proteger e amar pequeno, haja vista que o direito ao amor era considerado mais para um grupo do que para outro.<sup>326</sup>

Em 1994, Líbia, mulher por quem Francy foi perdidamente apaixonada, revelou que estava separada e então a convidou para fazer parte da ocupação Monte Pascoal, localizada na Zona Norte de Manaus, liderada pela irmã Helena.<sup>327</sup> De pronto, ambas se mudaram para ocupação e passaram a se “fazer companhia, mas nada sério”, pelo fato de Líbia ser namoradeira. Contudo, mesmo ambas morando juntas e com seus filhos, não havia um relacionamento efetivo e monogâmico, ou talvez houvesse uma “amizade afetiva” que estava no limiar entre relacionamento afetivo sexualizado e não-sexualizado. Porém, esse quadro muda quando Francy foi acometida por uma meningite, sentido a princípio como uma “fisgada no pescoço”, depois fortes dores de cabeça e vômito, tendo que ser “carregada daqui de casa já com a porcaria da meningite. Fiquei internada e em isolamento”.<sup>328</sup>

Nesse período que passou internada tratando da doença, Francy diz que Líbia finalmente “parece que acordou”, ou seja, a iminência da morte a rodear Junior e a assombrar o imaginário de Líbia, talvez a tivesse impulsionado a estreitar laços amorosos efetivos com a colaboradora da pesquisa, rejeitando o “mundo oferecido pelas opressões” em contraposição a uma autonomia erótica e uma agência sexual para desestabilizar o

---

<sup>325</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>326</sup> Collins, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019, 256-257.

<sup>327</sup> Helena Augusta Welcott, mais conhecida como irmã Helena, é filha de Lorenzo Walcott e Clarissa Knights, barbadianos que migraram para o Brasil para trabalhar na construção da estrada Madeira Mamoré, em Rondônia. Caçula de sete irmãos/ãs, Helena nasceu no Brasil onde, desde muito nova, ligou-se aos trabalhos sociais da Igreja Católica. Ao migrar para Manaus, irmã Helena se engajou na luta por moradia na Compensa, Zona Oeste, tendo atuado na constituição de outros dez bairros espalhados pela zona norte, leste, centro-oeste e sul. Irmã Helena é uma personagem emblemática para História da Cidade de Manaus, sobretudo pela força e coragem em enfrentar as grandes elites políticas e econômicas da cidade para que grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica tivessem direito a terra e à moradia digna, sofrendo atentados e exílio na década de 90 do século XX. Cf. Bentes, Ariel. A luta da mãe dos sem-teto, irmã Helena. *Amazônia Real*, 26/06/2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/a-luta-da-mae-dos-sem-teto-irma-helena/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

<sup>328</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

poder de dominação presente em diversas instituições sociais.<sup>329</sup>

graças a Deus fiquei boa, eu fui morar na casa da minha mãe, aí ela foi lá na casa da minha mãe e disse que era pra eu vir pra cá, que ela ia cuidar de mim. E eu vim pra cá de volta, ela cuidou durante muitos anos da minha vida, cuidou de mim, e a gente viveu aí um tempão.<sup>330</sup>

Ao teorizar as diversas formas de amor e de amar, entre elas as situações de romance e perda, a teórica feminista estadunidense Bell Hooks, afirma que tememos a morte em vez de amá-la e entendê-la como parte da vida, e, ao passo que estamos próximos/as de perder alguém que amamos e/ou apreciamos sem que isso esteja explícito, em especial “quando confrontados com doenças que colocam em risco”, passamos a amar a vida, tendo a morte enquanto “possibilidade (...de) coragem para olhar de frente a falta de amor”, implicando, assim, numa transformação de perspectiva e sentimento, e promovendo uma “celebração da morte em uma celebração da vida”.<sup>331</sup>

Mais recentemente, com a pandemia da COVID-19, Francy Junior foi acometida pelo vírus, que a deixou demasiadamente debilitada, sendo a morte uma possível realidade na vida das pessoas do mundo inteiro, entre os anos de 2020 e 2021. Antônia Barroso, atual companheira de Francy e colaboradora, em entrevista cedida a mim, lembra que muitas atividades e instituições paralisaram, mas que o movimento social, não. Pelo contrário, tiveram que se readequar ao contexto da pandemia e mobilizar instrumentos para garantia de subsistência das pessoas e dos grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as mulheres e LGBTI+ pobres.

Como Francy e Antônia são ativistas do Fórum Permanente de Mulheres de Manaus e do Movimento Dandaras, em determinado momento tiveram que paralisar seus trabalhos abruptamente, porque Francy “pegou a covid e aí eu me isolei com ela em casa (...) eu fiquei três meses acompanhando a Francy e as crianças”.<sup>332</sup> Por esse ângulo observo a construção de vivências-afetivas autônomas e compartilhadas, se utilizando de ensinamentos feministas, como a sororidade e a dororidade<sup>333</sup>, para promoverem outra

<sup>329</sup> Collins, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 257; 284.

<sup>330</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>331</sup> HOOKS, Bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Elefante. 2021, p. 189.

<sup>332</sup> Entrevista com a ativista e massoterapeuta **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 25 de fevereiro de 2022, na Universidade Nilton Lins, Manaus.

<sup>333</sup> Conceito cunhado pela professora e escritora Vilma Piedade. Cf. Glória Maria. O que é “dororidade”? *Projeto Colabora*, 05/07/2022. Disponível em: <https://projetcocolabora.com.br/ods5/o-que-e-dororidade/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

dinâmica nos relacionamentos amorosos, havendo a resistência como impulsionador para vivenciarem “sua sexualidade de forma autônoma, denunciando os mecanismos sociais” de dominação masculinista, branca e heterossexual.<sup>334</sup>

Essas experiências vividas, portanto, procuram interpelar o presente sobre a necessidade de se reestruturar a historiografia, especialmente a amazonense, observando atentamente as “sociabilidades fluídas que inventam espaços de autonomia (...) onde parece só haver controle e disciplina”.<sup>335</sup>

Contribuindo para uma “desobediência epistêmica”<sup>336</sup>, Tiana Silva contou que, após o falecimento da sua Mãe Velha, foi morar com sua mãe em Manaus, onde, por volta de quinze para dezesseis anos, começou a trabalhar como industriária no Polo Industrial de Manaus por intermédio da sua irmã mais velha, Eliana, que já trabalhava como alimentadora de linha de produção na CCE<sup>337</sup>. Nesse ambiente fabril, a colaboradora se deparou e conheceu profundamente a diversidade de pessoas que ali transitavam, dizendo que foi no Polo Industrial que passou a sentir, na prática, desejos por outras mulheres, especialmente uma:

quando eu vi aquela vez tinha uma menina igual à Lúcia Veríssimo lá, do mesmo jeito da Lúcia Veríssimo, aquele cabelão, aquela feminilidade da Lúcia Veríssimo, que é uma feminilidade meio brusca né, meio caminhoneira, aí eu ficava lá suspirando por aquela menina.<sup>338</sup>

Entre (des)interesses e suspiros, Tiana Silva narrou que havia uma rotatividade de atrações e desejos, assinalando que algumas dessas mulheres tornaram-se suas amigas, como a que foi comparada à Lúcia Veríssimo. Durante a relação dialógica, ela afirmou que se oprimia por estar, à época, desenvolvendo e percebendo as atrações afetivo-sexuais dissidentes. Se agarrando aos valores judaico-cristãos internalizados, Tiana conta que

<sup>334</sup> OLIVEIRA, Vanilda Maria de. Precisam as lésbicas de identidade? In: SOARES, Mayana Rocha; BRANDÃO, Simone; FARIA, Thaís (orgs.). *Lesbianidades plurais: outras produções de saberes e afetos*. Salvador: Editora Devires, 2019, p. 117.

<sup>335</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo. Reflexões sobre a história do tempo presente: uma história do vivido. In: REIS, Tiago Siqueira. *et al* (orgs.). *Coleção história do tempo presente: volume I*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019, p. 22-23.

<sup>336</sup> Walter Mignolo, semiólogo argentino, escreve que a crítica da desobediência epistêmica se trata de um desprendimento de epistemologias e conceitos fabricados pelo norte global e espalhadas em mundo na condição de únicos modos de análise da realidade humana. Não se trata de deslegitimar ou excluir campos teóricos e analíticos como o marxismo, lacanismo, foucauldianismo, mas a “co-existência” de outras epistemologias forjadas no sul global, como a decolonialidade, o pensamento feminista indígena e negro latino-americano. Mignolo, Walter D. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Trad. Ângela Lopes Norte. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, p. 287-324, 2008.

<sup>337</sup> Comércio de Componentes Eletrônicos (CCE).

<sup>338</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

pensava: “não, isso tá errado! Isso não é coisa de Deus, eu tô sendo pecadora, isso é pecado!”.<sup>339</sup>

De fato, a colaboradora tinha clareza das percepções e dos comportamentos culturais conservadores da sua família, resultando disso a sua expulsão de casa e a exclusão do circuito familiar aos dezenove anos, quando sua sexualidade dissidente e o relacionamento lesbo-afetivo que estava construindo foram colocados em evidência. No entanto, antes de imergir nessa parte das memórias de Tiana, devo constatar o processo de percepção de si enquanto mulher lésbica.

Inserida numa rede de amizade com outras mulheres do Distrito Industrial, a colaboradora se deparou com sujeitas que experienciavam afetos não-normativos que, *a priori*, ela condenava. Num momento de descontração no *point das entendidas*, na Sorveteria Glacial do Centro de Manaus, uma de suas amigas de trabalho revela que iria desistir do casamento, pois viveria uma mentira, revelando que sentia atração e desejos por mulheres. Tiana não conformada a repreendeu, dizendo: “mana, isso não é coisa de Deus não, isso é coisa errada, isso é coisa do demônio! Isso não é certo, duas mulheres se esfregando, que coisa feia!”. Em seguida, Tiana ouve que esses desejos e sentimentos são as coisas mais normais do mundo, reforçando “coisas” em sua cabeça. Após isso, Débora, uma das mulheres que compunha esse círculo, se direcionou para Silva e, de modo contundente, asseverou: “não sei por que você tá falando isso, porque você também é!”. Tiana retrucou: “eu? Deus me livre de eu ser um negócio desse! Minha mãe me mata, e minha família jamais vai me aceitar”, gerando, portanto, discussão e mal-estar entre as amigas.<sup>340</sup>

Nota-se que a colaboradora, à época, não se “aceitava” e buscava expor esse sentimento nas constantes repressões às amigas lésbicas (ou bissexuais). Ademais, sobre os espaços de sociabilidade lésbico, Tiana pontou que, além da Sorveteria Glacial no centro, frequentava também a boate da Lili (mencionada anteriormente por Francy Junior), a boate *Buterfly*, próximo ao Amazonas Shopping, a boate Havaí, na Ponta Negra, entre outros, chamando nossa atenção para a casa “Balança Mas Não Cai”, localizada no bairro Compensa, gerenciado por Eliana, que era “uma sapatão das antigas”. Diante dessas informações, pergunto: será que Tiana percebia, durante o processo de

---

<sup>339</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>340</sup> *Ibidem*.

“descoberta” da sua sexualidade, na adolescência, que frequentava espaços reconhecidamente de sociabilidade lésbica? Esses espaços foram fundamentais para que ela, assim como Francy, Izabel, Antônia e Andria, percebessem a si enquanto sapatonas e produzissem suas identidades sexuais? Até que ponto esses espaços foram relevantes para circulação de afetos, saberes e proteção para as lésbicas manauenses das últimas décadas do século XX e primeiras do XXI?

Tiana, então, rememorou que ia “fugida” para esses lugares de sociabilidade lésbica, pois era onde podia ser de fato ela e, claro, onde podia se divertir e dançar. Sendo uma assídua frequentadora, entre os dezesseis e os dezenove anos, Tiana lembrou que foi o período que conheceu e se encantou por Sônia – uma mulher branca, mãe de duas crianças, trabalhadora da saúde e divorciada –, com quem ficou casada por quatorze anos. Contudo, o início do relacionamento não foi fácil: primeiro, ambas não eram assumidamente um casal homoafetivo<sup>341</sup>; segundo, as famílias de Tiana e Sônia também não tinham conhecimento público das suas sexualidades dissidentes.

Essa menina era 10 anos mais velha que eu. E ela trabalhava na área de saúde: eu tava com 19 anos e ela tava com 29. Essa menina ela tava com seis meses que ela tinha saído de um casamento heteronormativo: o marido dela batia nela, ela tinha dois filhos, ela foi violentada várias vezes por ele. Então a gente conversava muito e, aí assim, ela foi se sentir fortalecida comigo né? E a gente acabou se envolvendo depois.<sup>342</sup>

Nesse sentido, por volta de 1994 o relacionamento entre Tiana e Sônia foi “descoberto”. Buscando tirar proveito disso, a prima da colaboradora passou a chantageá-la, ameaçando contar para a mãe de Silva caso não atendesse seus pedidos:

Aí com 19 anos de idade minha prima descobriu que eu estava me envolvendo com uma moça. Aí ela começou a me chantagear, chantagear a mim e chantagear a menina, e se eu não desse para ela o que ela queria... por exemplo, ela queria sapato, roupa, um dinheiro, assim, trocadinho, sabe? ela ia contar para mamãe que ela tinha me visto me beijando com mulher.<sup>343</sup>

Passando muito tempo sob o julgo das chantagens psicológicas de Márcia<sup>344</sup>,

<sup>341</sup> Segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001, p. 102), afetividade constituiu-se como conjunto de “fenômenos psíquicos que são experimentados e vivenciados na forma de emoções e de sentimentos”. Para Gabriela Maranhão, *homoafetividade* defini as “às relações de afeto existentes entre pessoas do mesmo gênero”. Maranhão, Gabriela. *Relações Homoafetivas: uniões de afeto*. Editor Ministério Público do Estado da Bahia, p. 3, 2011.

<sup>342</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>343</sup> *Ibidem*.

<sup>344</sup> Nome fictício solicitado pela colaboradora.

Tiana então deu um basta, ocorrendo aquilo que mais temia: desprezo da família, sobretudo de sua mãe.

Eu cheguei em casa, a mamãe estava na cozinha lavando a louça, aí ela disse: “Venha cá, sua filha de uma puta, a Márcia falou que você tava se beijando com a Sônia, aquela mulher, aquela saboeira safada”. Aí ela já foi tirando o cinto e foi me batendo e eu fui caindo no chão; ela me deu uma surra que eu fiquei arriada no chão. As minhas irmãs conseguiram tirar minha mamãe de cima de mim, ela disse: *pegue suas coisas e vá embora, a partir de hoje você não tem família, esqueça que você tem mãe, e se alguém daqui de casa ajudar você em alguma coisa, vou expulsar de casa também.*<sup>345</sup>

Para Mariluce Vieira Chaves, a família e o conjunto religioso, moral, cisheterossexista, que a constituem, intervêm diretamente nas vivências de mulheres lésbicas, sobretudo no contexto de apresentação pública da sexualidade, quando procuram mecanismos possíveis para desestimular, “colocando a lésbica em situação de invisibilidade”. Para mais, corroboro com a assertiva de Chaves acerca de que “a lésbica sofre mais preconceito junto à família e aos conhecidos (...) do que entre pessoas desconhecidas”. Assim, nenhuma forma de segurança é ou foi garantida a essas mulheres à medida que ultrapassaram o limiar dos padrões cisheteronormativos, e Tiana prova isso a partir da sua experiência, sendo acolhida por Sônia num momento de extrema violência e de rompimento forçado dos laços familiares.<sup>346</sup>

A condenação e as ameaças de violência chegaram ao lar de Sônia também. Tiana contou que a mãe de companheira cultivava ódio em relação à sua presença no terreno, apesar das casas separadas. Após ser forçada a sair de casa, o cotidiano de Silva mudou drasticamente, especialmente por ter sido vista como uma ameaça. Segundo a colaboradora, seus dias transcorreram da seguinte maneira:

Para *mim* sair da casa dela, eu tinha que sair ou quatro horas da manhã para ninguém me ver, e eu só podia entrar depois de meia-noite, uma hora da manhã, para ninguém me ver. Por quê? Porque a mãe dela dizia assim: “eu quero saber se tu tá com essa saboeira, com essa sapatão, com essa machuda. Cadê o seu Sebastião tá aí contigo?” – era desse jeito que eles me tratavam – “se eu pegar essa preta safada aí dentro, eu vou dar uma terçadada nela”. Ela botava vassoura assim atrás da porta, o terçado, que se ela me visse passar, ela ia me tacar. A gente enfrentou

<sup>345</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>346</sup> CHAVES, Mariluce Vieira. Do ódio ao medo: lésbicas e variações de um preconceito. In: SOARES, Mayana Rocha; BRANDÃO, Simone; FARIA, Thaís (orgs.). *Lesbianidades plurais: abordagens e epistemologias sapatonas*. Salvador: Editora Devires, 2019, p. 22.

muita dificuldade.<sup>347</sup>

Historicamente, as relações amorosas entre mulheres no Brasil foram condenadas como “pecado nefando” ou “sodomia feminina” a partir da Primeira Visitação do Santo Ofício. O trabalho da historiadora Ligia Bellini demonstra que no final do século XVI, cerca de trinta mulheres foram condenadas, sob denúncias ou confissões, pela prática afetivo-sexual com outras mulheres no Nordeste, advindas da camada social média e a maioria mestiça e negra. Bellini chama atenção para o caso de Felipa de Sousa, por ter tido seis parceiras afetivas, sendo também a que sofreu as piores punições, ou seja, “foi presa, sentenciada, açoitada publicamente e, finalmente, condenada ao degredo”.<sup>348</sup>

A coragem de Felipa e de tantas outras mulheres ao enfrentar a colonialidade do poder, do ser, do gênero e da sexualidade, num contexto em que expressar publicamente modos, desejos e verdades de si tinha como consequência severas condenações, torna as colaboradoras, atravessadas por diferentes marcadores sociais, herdeiras dessa determinação e ousadia ancestral.

Entre a negação de ser quem era e os obstáculos para amar sua namorada, esse período foi definido por Tiana como espaço-tempo de “muitas dificuldades”. Como Felipa, Tiana sofreu múltiplas punições por parte da mãe de Sônia, ou seja, a lesbofobia (saboeira<sup>349</sup>, sapatão, machuda), o racismo (preta safada) e a desqualificação de gênero (seu Sebastião), incluindo no bojo a iminência de agressão física, que causava a privação de liberdade.

Durante seu processo de construção de memória, Tiana contou que viveu cerca de quatorze anos com Sônia, tornando-se uma figura importante na criação dos dois filhos da ex-companheira. Foi junto dela que voltou a trabalhar vendendo água, refrigerante e cerveja num balde de suco com gelo, na balsa do São Raimundo, zona oeste de Manaus. E progrediram. Conseguiram alugar um quartinho, longe da mãe de Sônia, depois compraram um terreno onde puderam montar um restaurante próximo à Praia Ponta do Amor e, em seguida, comprar um flutuante no Cacau Pirera, como também um carro e um sítio.

---

<sup>347</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>348</sup> Bellini, Lígia. *A coisa obscura*: mulher, sodomia e inquisição no Brasil Colonial. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 20-24.

<sup>349</sup> Segundo o dicionário informal, saboeira é um adjetivo nascido no Nordeste, que significa mulher que namora outras mulheres, com amasso e carinhos. Também significa produtora de sabão. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/saboeira/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

Com o apoio de Sônia e dos dois filhos, Sebastiana Silva pode se reconciliar com a família. Esse episódio ocorreu numa segunda-feira, momento de lazer na praia, com um bom peixe assado e a melhor cerveja, quando as crianças avistaram a senhora que eles chamavam por “Vó”. Mal sabia Tiana que essa vovozinha que caminhava em sua direção, com uma sombrinha, era sua mãe, e não a mãe de Sônia. Ao avistá-la, Sônia disse para Tiana: “levante e vá abraçar sua mãe!”.<sup>350</sup>

eu fiz uma carta contando para minha mãe, quando eu me assumi. Fiz uma carta dizendo [...] que eu sentia falta dela, que ela tinha me deixado para *mim* ser criada pela minha avó, que ela não me amava como ela amava minhas outras irmãs [...], mas naquele dia que ela foi lá comigo, eu esqueci tudo, porque tudo que eu queria era o abraço dela, era o olhar dela [...]. Eu passei pela violência, eu sei o que é uma lgbtfobia dentro da família, mas eu sei que também essa família ela não foi preparada para me receber, para me aceitar, sabe? Para entender isso, porque é muito difícil um pai e uma mãe que introjeta nos seus filhos um sonho deles, que não é dos seus filhos, é isso que eles têm que entender.<sup>351</sup>

Em quatorze anos de apoios, afetos, compartilhamentos, aprendizagens mútuas, superações, intrigas e amor, a relação estável entre Tiana e Sônia chegou ao fim. A colaboradora contou que o casamento estava desgastado em decorrência dos excessivos maus tratos, virando um “relacionamento abusivo, um relacionamento de violência à gente, sabe? E aí eu disse não, não dá mais certo, você vai viver sua vida [...e] eu vou viver a minha”. Sônia concordou e continuou morando em Iranduba, enquanto Tiana voltou para casa da mãe, em Manaus.<sup>352</sup>

No dia da entrevista, Tiana narrou que namorou mais duas mulheres após Sônia: Eva com quem passou oito anos e, atualmente, Bárbara, há seis anos. Esta última é uma soteropolitana que despertou um poderoso sentimento na colaboradora, decidindo “juntar as escovas de dente” e morar em Salvador, Bahia, junto de sua nova amada.

As narrativas orais das afetividades e das relações amorosas entre mulheres demonstram como o sistema cisgênero<sup>353</sup> e heterossexista opera na cultura brasileira,

---

<sup>350</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>351</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>352</sup> *Ibidem*.

<sup>353</sup> Pessoas cisgêneras são aquelas que se identificam e vivenciam o gênero que lhes foi conferido ao nascimento. Contudo, também asseveramos os modos particulares de experienciar as cisgeneridades, levando em conta as funcionalidades e o reconhecimento. JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012, p. 11

“perseguido” aquelas que ousam transpassar o limbo da instituição da heterossexualidade para vivenciarem seus afetos, sejam eles sexualizados ou não. As histórias de amor entre mulheres, enquanto preocupação de pesquisa, visa preencher as lacunas deixadas pela destruição dos registros históricos que continham as memórias lesbianas, uma forma de apagamento da existência cotidiana, cultural e política lésbica.

Além disso, Tiana levanta em seu processo de construção de memória a problemática da masculinidade e da virilidade interconectadas com a violência contra as mulheres. A socióloga transexual australiana, Reawyn Connell, afirma que as masculinidades são “feitas e refeitas” no processo histórico, demonstrando uma pluralidade conforme as mulheridades e feminilidades. No entanto, a autora aponta que “algumas versões da masculinidade têm uma posição hegemônica culturalmente central e ligada à subordinação social das mulheres”<sup>354</sup>, sendo as sociedades impregnadas pela masculinidade hetero viril muito resistentes às mudanças ante a igualdade de gênero. Essa resistência, segundo Connell, está relacionada, entre outras, à “defesa ideológica da supremacia masculina” retroalimentadas pela “[...] religião, biologia, tradições culturais ou missão organizacional”.<sup>355</sup> Por isso, essas ideias e práticas não podem ser analisadas historicamente enquanto ideologia arcaica ou desatualizada, pois ainda são ativas nas sociedades, como a amazonense, que as renovam e as modernizam para manter a hierarquia e os privilégios da masculinidade hegemônica e viril, ao mesmo tempo que masculinidades marginalizadas advém para contrapor a ordem de gênero estruturada pelo sistema de gênero e sexualidade moderno/colonial.<sup>356</sup>

Escovando a contrapelo a história<sup>357</sup> de invisibilização das lésbicas negras e afro-indígenas em Manaus, a ativista e historiadora Andria Paula rememora o seu processo de reconhecimento enquanto mulher lésbica e, concomitantemente, sua história de amor dissidente. Após divórcio de um casamento heterossexual, a colaboradora contou sobre a percepção da sua sexualidade: “um negócio muito rápido, tão rápido que nem eu... eu tento explicar e não consigo muitas vezes”; Desse modo, preocupada como poderia transmitir as suas memórias afetivas, acentua: “bora por partes”:

---

<sup>354</sup> Connell, Reawyn. Prefácio. In.: Vigoya, Mara Viveiros. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Trad. Allyson de Andrade Perez. Rio Janeiro: Papeis Selvagens, 2018, p. 9

<sup>355</sup> Connell, Rawwyn. *Gênero em termos reais*. Trad. Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016, p. 101-102.

<sup>356</sup> *Idem*, 2018. p. 9

<sup>357</sup> Benjamin, Walter. *Magia e técnicas, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sergio Paulo Rouanet. Editora Brasiliense, 1985 p. 225.

quando eu estava no quarentão, o quarentão era uma escola que tinha muito LGBT. Como eu te falei, meus melhores amigos eram LGBT, e tinham meninas que mexiam muito comigo, mexiam que eu falo dar em cima, paquerar, entendeu? E aí eu achava bonito aquilo ali, achava despertar bacana. Só que eu nunca, não sei se eu não tinha coragem, se eu não queria, se não me despertava vontade, mas eu achava bonitinho as cartas, me interessava, achava bacana, não me dava ódio, não me dava raiva, achava bonito. Eu acho que aí já tinha... já tinha um pontozinho, alguma coisa assim.<sup>358</sup>

Notamos na narrativa de Andria Paula a histórica relação de amizade e afeto com as pessoas LGBTI+, enfatizando a escola enquanto um espaço onde se encontra diferentes sujeitos sociais, sejam os “normais” e os “desviantes”.<sup>359</sup> Andria recorreu à sua memória para demonstrar, que na adolescência já recebia investidas afetuosas de mulheres lésbicas, ou *porventura* bissexuais, a partir de “cartas de amor” e paqueras, entendendo isso como algo “bonito”, puro talvez, sem lhe despertar qualquer sentimento de raiva, insegurança, ou provocasse autoflagelo, sugerindo, durante a relação dialógica, haver algum “pontozinho”, ou uma “minúscula cápsula de corante amarelo”, que precisaria dos estímulos do tempo para estourar e colorir a existência da colaboradora.

Ao tomar a metáfora da cápsula da poeta lésbica negra, Audre Lorde, apreendo que o processo de percepção de si enquanto lésbica, seja na fase adolescente, ou adulta, constitui, *a priori*, um núcleo que necessita de provocações, sejam de amigos, de familiares, de colegas de trabalho, para poder ser liberado. Como diz Lorde a partir da sua experiência: “Quando liberado de sua vigorosa e restritiva cápsula, ele flui e colore a minha vida com uma energia que ele sensibiliza e fortalece todas as minhas experiências”.<sup>360</sup>

Promovendo um salto no tempo da memória, Rodrigues retornou a narrativa para depois da separação do ex-companheiro, com quem teve dois filhos, e quando conheceu uma amiga que lhe acolheu e sugeriu: “por que tu não vai namorar? Por quê tu não faz que nem eu, namora uma mulher?”. Sem reprimir sua vontade e desejo, a colega lhe apresenta uma mulher, que tinha um “‘queixo’ tão bonito”.<sup>361</sup> Assim, após um tempo de diálogo e não tendo qualquer relação afetiva, o encantamento de Andria por outra mulher implicou questionamentos: “Será que eu gosto de mulher?”. A resposta para esta pergunta

<sup>358</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>359</sup> Wittig, Monique. *O pensamento hétero e outros ensaios*. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, p.45.

<sup>360</sup> Lorde, Audre. *Irmã Outsider: ensaios e conferências*. Tradução: Stephanie Borge. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 72.

<sup>361</sup> Popularmente, *queixo* significa saber seduzir por meio da conversa e presença.

viria em 2013, trabalhando em salão de beleza como manicure no bairro São Jorge, Zona Oeste de Manaus, se deparou com uma mulher estonteante: “quando eu olhei para ela me apaixonei perdidamente, perdidamente, loucamente que eu digo”.<sup>362</sup>

Tanto as colegas de trabalho, quanto a chefe/amiga, ficaram afetadas pela admiração de Andria por aquela que viria ser sua companheira um dia.<sup>363</sup> Em tons de curiosidade, lhe inquiriram: “mas tu é lésbica?”. Diante do questionamento inquisitorial, Andria não se coloca, a princípio, enquanto lésbica, afirmando para as colegas que “só gosta de uma mulher”. Inconformadas com a resposta, prosseguem questionando, enfatizando: “Mas, Andria, como é que não é lésbica e gosta de uma mulher?”; e a colaboradora, diante disso, joga para as suas interlocutoras a responsabilidade para defini-la, nomeá-la e, assim, atribuir algum tipo de identidade, dizendo “não sei não como é que vocês vão definir isso aí”. Depois eu mudei essa fala né?”.<sup>364</sup>

Verifica-se que Andria, a princípio, não estava preocupada com a produção de uma identidade lésbica, entendendo conscientemente tratar de uma mulher que ama outra mulher. O breve diálogo no salão de beleza, majoritariamente frequentado por mulheres e feminilidades para produção de uma performatividade, aponta para três caminhos interpretativos: primeiramente, as identidades sexuais, diferentemente das identidades de gênero dissidentes (travestis e transexuais, por exemplo), em grande escala, não apresentam marcadores de identificação no corpo, cuja sociedade heterossexista imediatamente identifica e aponta enquanto lésbica.<sup>365</sup> Em segundo, a memória de Andria sobre a não identificação com o termo lésbica e seu significado, dizendo que somente gosta de mulher, revela a “invisibilidade das relações entre mulheres” como lesbianidade e o estigma produzido e perpetuado, sobretudo pelo conservadorismo judaico-cristão, por ter considerado enquanto crime de sodomia e “abominável pecado nefado”, ao mesmo tempo desqualificando a sexualidade das mulheres, menosprezando-as pela ausência do “falo” nos atos sexuais e nos afetos

<sup>362</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>363</sup> Nome fictício solicitado pela colaboradora.

<sup>364</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>365</sup> Entre as colaboradoras, Tiana Silva e Izabel Cristina são as únicas que produziram uma performatividade e se identificaram como sapatão, ou como “boyzinho”, respectivamente, elencando o uso de camisas e calça comprida larga, bota ou tênis como partes da suas construções identitárias. No entanto, os usos de tecnologias do universo feminino ou masculino citados por si só não determinam a identidade lésbica de uma mulher, necessitando da autoafirmação como uma chave operacional importante. Para efeitos de compreensão das categorizações inerente à experiência lésbica, ver: Rich, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas*, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

mútuos, o que revela “uma faceta da misógina então reinante na cultura letrada ocidental”.<sup>366</sup> Um terceiro ponto de constatação corresponde ao último trecho dialógico de Andria no salão, em meados de 2013, ao dizer: “não sei não como é que vocês vão definir isso”; demonstrando que, além da estigmatização sobre o termo lésbica, há uma ausência de debates que positive e visibilize a identidade lésbica, visto que “a ausência de um termo específico revela a condição de não existência das mulheres lésbicas no decorrer da história, fadadas a uma “política de esquecimento” que é fruto da norma heterossexual presente nos registros historiográficos”.<sup>367</sup>

“Descolonizando seu corpo”<sup>368</sup>, a ativista Andria Paula se entregou ao desejo e decidiu direcionar seu “amor profundo” para Maria, com envio de cartas explicitando seus sentimentos e afetos, e flores. No entanto, em outro momento Andria é questionada sobre sua sexualidade, dessa vez pela futura companheira, em virtude ter vivenciado um relacionamento heteroafetivo: “mas tu gosta de mulher?”. De acordo com a construção de memória de Andria, o relacionamento iniciou de modo distante, a partir da produção de um namoro “virtual”.

Aí foi para *mim* namorar com ela presencialmente: eu namorei com ela três anos online. três anos sem sexo, sem beijo, sem amor, sem se encontrar, três anos eu namorei com ela. Aí era aquele namoro, eu mandava rosas, flores, e todo dia conversava né?<sup>369</sup>

A experiência do namoro à distância com Maria, gerou incomodo na comunidade LGBTI+ ao qual Andria estava inserida, apontando para possível engano da colaboradora em relação às intenções da amada. Diante dos chamamentos de atenção dos amigos, a colaboradora decidiu cobrar presença de Maria em sua vida, que, em 12 de junho – dia dos namorados – convidou-a para conhecer sua casa e terem um jantar para, enfim, apaziguar as incertezas e definir um relacionamento entre mulheres:

Ela disse: “eu te amo! Eu quero ficar contigo! vem dormir aqui em

<sup>366</sup> Vainfas, Ronaldo. Homoerostismo feminino e o Santo Ofício. In: Del Priore, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 138.

<sup>367</sup> Silva, Gabriela Boldrini da. Conjugalidades lésbicas: reflexões acerca do amor entre mulheres. In: Alves, Bárbara Elcimar dos Reis; Fernandes, Felipe Bruno Martins (org.). *Pensamento lésbico contemporâneo: decolonialidade, memória, família, educação, política e artes*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2021, p. 297. Swain-Navarro, Tânia. *O que é lesbianismo?*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

<sup>368</sup> Em outro momento da entrevista, Andria Paula conta que mudou seu pensamento acerca da lesbianidade e buscou amigas LGBTI+ para se entender efetivamente, assinalando que era necessário estar inserida na comunidade, e ser aceita para produzir um conhecimento mais profundo sobre a sexualidade dissidente. Clarke, Cheryl. Lesbianism: An act of resistance. In: Moranga, Cherrie; Anzaldúa, Glória (Eds.). *This bridge calleed my back: Writings by radical woen of color*. London: Persephone Press, 1981.

<sup>369</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

casa”. Isso era 12 de junho, aí quando eu cheguei aqui tinha um vinho, tinha uma maquiagem, eu dormi aqui e nunca mais fui embora daqui. E já faz... morando com ela, cinco anos, e relacionamento online três, então são oito anos.<sup>370</sup>

As antropólogas brasileiras Nádia Meinerz e Maria Luiza Heilborn, respectivamente, apontam em suas pesquisas sobre relações amorosas e homoeróticas entre mulheres, cujas mulheridades, colaboradoras dos seus trabalhos, manifestavam uma compreensão padronizada quando se tratava da dimensão conjugal, buscando relacionamentos estáveis e, na prática, “pulando” etapas consideradas particulares das relações afetivas heterossexuais (ficar, namorar, noivar, casar). Estes namoros imediatamente se tornavam relacionamentos estáveis. Além disso, outro dado importante que dialoga com esta pesquisa, é o fato que as mulheridades lésbicas, racializadas ou não, enfatizarem o companheirismo, a fidelidade, o amor profundo e a amizade na construção de seus relacionamentos afetivo-sexuais. Isso demonstra, portanto, outras configurações das histórias de amor e afeto para além das limitadas interpretações históricas sobre a temática. Negando-a, as lésbicas racializadas promovem uma “autonomia do erótico”, do seu poder de sedução e de entregas afetivas de modo livre das amarras históricas da colonização, que encaminham os desejos das mulheridades e feminilidades de modo compulsório para os homens cisheterossexuais.<sup>371</sup>

Mais adiante, Andria Paula rememorou acerca das problemáticas da visibilidade do seu relacionamento com Maria, enfatizando o processo de discriminação que esta poderia sofrer em virtude da sua profissão e a instituição que trabalha: militar.<sup>372</sup>

pelo fato dela ser mulher, ela também sofre um preconceito dentro da instituição porque ela não assume lésbica. Eu nunca pude postar uma foto minha dizendo “ah, meu amor, minha paixão”. Se fosse uma mulher em outra profissão eu poderia né, porque senão ela vira meme, vira bagunça, ela perde a moral dentro da instituição e como ela é Comandante lá, aí que que acontece: ela tem que se sobrepor com voz ativa, tanto dentro da instituição, porque é mulher. Ou ela se sobrepõe, ou os caras vão para cima.<sup>373</sup>

<sup>370</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>371</sup> Heilborn, Maria Luiza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. Meinerz, Nádia. *Entre Mulheres: etnografia sobre relações homoeróticas femininas em segmentos médios urbanos na cidade de Porto Alegre*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

<sup>372</sup> Mesmo utilizando nome fictício para a companheira de Andria Paula, decidimos resguardar as informações sobre o perfil profissional. Assim, preferimos utilizar apenas “militar” sem deixar claro qual instituição de segurança Maria exerce a profissão.

<sup>373</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

Comprova-se a partir da narrativa de Andria Paula, o “deslegitimado e forçado a se esconder” da qual Boldrini Silva se referia ao investigar acerca da conjugalidade lesbiana. Não apenas isso. Tanto a sua companheira, quanto o relacionamento construído, são levados a se esconderem, ou “retornarem para o armário”, em virtude dos problemas sociais que enfrentariam no espaço militar, majoritariamente masculinista e patriarcal, por conta da sexualidade dissidente. Outro ponto corresponde ao lugar de comando ocupado por Maria, espaço onde impera certa respeitabilidade associada ao comportamento masculinista hegemônico, ou seja, ter “voz ativa” e modos viris, em que uma desconfiança ou a publicização afetiva com outra mulher, implicaria na deslegitimação da mulheridade por haver uma “falha” na experiência afetivo-sexual com homem”.<sup>374</sup>

Em entrevista ao portal de Jairo Carioca, a socióloga e psicanalista Letícia Lanz, evidencia como a produção de valores do sistema de gênero e sexualidade reduz as histórias de vida e de trabalho das pessoas LGBTI+ ao ostracismo. Nesse sentido, partindo do ponto de vista de Lanz sobre sua própria trajetória, passando de uma consultora empresarial renomada a uma “morte solene” provocada pela decisão de assumir-se transexual e passar pela transição de gênero aos cinquenta anos, ajuda a decifrar os horizontes das normas e enquadramentos normativos evocados nas memórias de Andria Paula acerca do campo minado que Maria, sua companheira e comandante militar, enfrentou/enfrenta para manter-se “visível” e “respeitável” diante da vigilância das forças da ordem, produto da matriz de opressão colonial.<sup>375</sup>

Outro espectro das “histórias íntimas” que pulularam das memórias de Andria Paula, foi a influência do seu ativismo sobre a vida de Maria, para que esta produzisse uma identidade negra. Paula descreve esse feito dizendo que ambas viviam/vivem uma relação tranquila, conseguindo levá-la para reuniões no Partido dos Trabalhadores (PT) e no Movimento Nacional de Moradia – Seção Amazonas. Foi nesses espaços, e a partir das formações políticas oferecidas, que Maria pode entender-se enquanto mulher negra, da mesma forma que o movimento social organizado proporcionou esse ponto de vista crítico à colaboradora Andria, no passado: “eu participo do partido... eu consegui levar ela. Consegui dar algumas formações para ela, entendeu? Hoje ela se reconhece negra,

<sup>374</sup> Silva, Gabriela Boldrini da. Conjugalidades lésbicas: reflexões acerca do amor entre mulheres. In: Alves, Bárbara Elcimar dos Reis; Fernandes, Felipe Bruno Martins (org.). *Pensamento lésbico contemporâneo: decolonialidade, memória, família, educação, política e artes*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2021, p. 299.

<sup>375</sup> Oliveira, Jairo Carioca de. *Trans(formar) pelo afeto – Projeto Mulheridades*. Youtube, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aQXGR4f5L3U&t=2518s>,. Acesso em: 06 set. 2023.

ela é ativista na luta, ela é contra qualquer tipo de forma truculenta que o militar age”.<sup>376</sup>

Haja vista que a interpretação dos relatos orais dos ativismos das lésbicas negras e afro-indígenas manauenses ocorra no próximo capítulo, constatamos a importância da luta por direitos sociais na vida das colaboradoras a ponto de influenciar e proporcionar novas cosmopercepções<sup>377</sup> para familiares, amigos e parceiras afetivas-sexuais. Cléria Botelho da Costa ao pesquisar acerca da luta agrária no Centro-Oeste a partir das histórias de vida de trabalhadores/as rurais, se deparou com a fragilidade de um colaborador, Rufino, acerca do não reconhecimento da negritude. Os diálogos e a aproximação simétrica entre pesquisadora e colaborador, garantiu a Botelho certa confiança para incentivá-lo a participar de cursos sobre a história dos negros no Brasil, oferecidos pelo Movimento Sem-Terra (MST), sugestão convertida em realidade e que, em outro momento, o trabalhador rural e negro se desfez do estranhamento sobre a raça/etnia e disse à historiadora: “Agora me sinto negro de verdade!”; assim como Maria - companheira de Andria Paula – em determinado momento de sua vida.<sup>378</sup>

Assim, embora a interseccionalidade das variáveis sociais estejam presentes no corpo e na subjetividade das colaboradoras, procurei reconhecer, nesta seção, os efeitos históricos do sistema patriarcal e da heterossexualidade compulsória enquanto obstáculos que se cruzam para impedir, ou atrasar, a percepção das mulheres sobre suas sexualidades periféricas, dificultando a seus interesses afetivos e o direcionamento de paixões para outras mulheres, tendo em vista a sexualidade lesbiana como componente do poder capaz de desestabilizar a estrutura de opressão construída pelo sistema moderno/colonial.

Ademais, o uso imprescindível da história oral possibilitou reconstruir<sup>379</sup> as memórias dos afetos das ativistas lésbicas negras e afro-indígenas, haja vista os sentidos e os significados atribuídos aos sacrifícios e aos silenciamentos dos desejos e da intimidade, não perdendo de vista as condições de possibilidade em amar e ser amada por outra mulher em contextos sociais que, timidamente, visibilizavam mulheres não-heterossexuais. O cuidado e a importância dada à história dos afetos contada pelas colaboradoras, transborda sensibilidade e atinge pesquisadores/as e leitores/as sobre

---

<sup>376</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>377</sup> Oyěwùmí, Oyèrónké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo: 2021, p. 29.

<sup>378</sup> Costa, Cléria Botelho da. *A escuta do outro: os dilemas da interpretação*. *História Oral*, v. 17, nº 2, p. 65, 2014.

<sup>379</sup> Bosi, Éclea. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

temáticas consideradas “sem importância” para uma historiografia conservadora e fechada à problemas históricos ausentes das fontes oficiais, como a maternidade e o amor lésbico. Por esse motivo, questiono: Como as colaboradoras interpretam suas maternagens? Qual o valor histórico e social que atribuem? De que modo relacionam suas identidades sexuais e a possibilidade de serem mães? O que é ser uma ativista lésbica negra e mãe no contexto manauense?

### **2.3 “Eu sou uma sapatão com instinto maternal”: maternidade como prática de afeto e resistências**

Conceição Evaristo, ao navegar pelas histórias contadas por mulheres insubmissas, nos apresenta *insights* para iniciarmos o diálogo nesta seção. Dentre várias mulheres negras que narraram suas experiências vividas para autora, em contextos geográficos diversos, nos apegamos à Isaltina Campo Belo, a qual por muito tempo se sentiu um menino em corpo de menina, mas que, em determinado momento da sua vida, percebeu que não havia “nenhum homem dentro de mim”<sup>380</sup>, quando, em verdade, era uma mulher lésbica.

A história de Isaltina se entrelaça com as vivências das colaboradoras desta tese para além da dissidência sexual, me referindo sobre o fato de serem mulheres de carne, osso e muito sentimentos, produtoras de afetos maternos para com seus respectivos filhos/as. Como dito por Campo Belo, como preferia ser chamada por Evaristo, ao ter a filha (advinda de um processo de estupro corretivo), reconheceu nela a felicidade e o “vento da bonança”, mesmo que tudo em si “estivesse adormecido, menos o amor por minha filha”. Simultaneamente, teve outro chamamento à vida junto de Miríades, professora da sua filha e futura companheira, demonstrando a contribuição de ambas para resistir: “Tamanha foi a nossa felicidade. Miríades, Walquiria e eu. Minha menina, se pai não teve, de mãe o carinho foi em abundância, em dose dupla”.<sup>381</sup>

A escuta sensível de Evaristo para a narração de histórias e sua transmissão na escrevivência, pois muitas histórias não cabem num peito só, alimentam a dignidade não apenas de quem narra as memórias, mas de quem observa e escuta meticulosamente. A escuta atenta de Evaristo para Campo Belo também atingiu Salina ao transmitir suas memórias de desejos subterrâneos para com outra mulher, cujo medo da verdade se

<sup>380</sup> Evaristo, Conceição. *Insubmissa Lágrimas de Mulheres*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020, p. 66.

<sup>381</sup> *Ibidem*, p. 67.

instalava na perda dos filhos numa disputa com a instituição heterossexualidade: “O que fazer? Que cuidados e providências tomar no momento? A quem recorrer? E as crianças? Não, ela não ia desistir delas. Seus filhos eram uma opção que ela fizera para sempre”.<sup>382</sup>

Campo Belo e Salina, para além da sexualidade dissidente e dos amores forjados com mulheres, manifestam maternidades políticas e resilientes. As memórias contadas a Evaristo relacionam-se intimamente com as histórias de mulheres lésbicas negras e afro-indígenas, que participam desta tese, implicando, nesta seção, na historicização dos sentidos e significados da maternidade nas memórias individuais narradas das ativistas, cujas fontes impressas não alcançam visceralmente.

Descansando os cotovelos no peitoril da janela de madeira e com o celular nas mãos, em Arembepe, litoral da Bahia, Tiana Silva reconstruiu suas memórias da maternidade, contando: “eu sou uma sapatão com instinto maternal”. Para ela, o sentimento da maternidade tem seu marco cronológico a partir do momento que se tornou madrinha de Rayane, filha da única prima que nunca perdeu o contato e o acolhimento após a expulsão de casa em virtude da orientação sexual e a relação afetiva construída com Sônia.

Então, toda manhã, seis e meia/ sete horas, eu pegava o carro e ia comprar o pão e a minha afilhada ia comigo. Então era todo dia ela esperava “madinha!, madinha! posso ir contigo?”, aí eu pegava ela todos os dias. Michele, era coisa sagrada: chovia, fazia sol, mas todo dia ela ia comigo. Criança tem um sentimento muito puro né, ela não vê maldade, é uma criança de 5 anos.<sup>383</sup>

No entanto, mesmo após dez anos distante e o “resgate do respeito” da família, a lesbofobia ainda constituía uma ideologia inerente ao contexto familiar. Isso se materializa quando uma das primas de Tiana interrompe a rotina matinal com sua afilhada sob a justificativa de uma suposta preocupação com a influência da colaboradora sobre o crescimento social e cultural de Rayane. Como uma memória cristalizada, ou selecionada por tabela<sup>384</sup>, Silva reinterpreta a fala contundente da irmã da prima, ao questioná-la sobre o motivo da proibição: “por que eu não quero que ela se torne igual a você, eu não quero que ela ande com você!”.<sup>385</sup> A ação persecutória infligida sobre Tiana surtiu efeito

<sup>382</sup> Evaristo, Conceição. *Olhos D'água*. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016, p. 57.

<sup>383</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 16 de junho de 2023, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>384</sup> Pollak, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 202, 1992.

<sup>385</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 16 de junho de 2023, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

adverso do que talvez se esperava, cuja família não tolerou, especialmente a mãe da afilhada, mantendo-se firme ao dizer:

Eu dei a Rayane pra você ser madrinha, porque eu sei o carinho e o respeito que você tem com a minha filha. Eu sei que jamais a minha filha vai ser desrespeitada por você! Então ela pode falar o que ela quiser, mas é minha filha! Você pode pegar a Rayane a hora que você quiser e levar pra passear, pra comprar pão, o que você quiser, a Rayane é a sua afilhada, *você é a segunda mãe da Rayane.*<sup>386</sup>

A lesbofobia, como se observa na experiência da ativista, foi estudada por diversos/as autores/as preocupados com os rompimentos de laços e os efeitos sociais e históricos dos discursos e práticas de ódios contra mulheres lésbicas. Marina Maria Teixeira ao investigar a construção da identidade materna nas experiências de mulheres lésbica negras pernambucanas, evidencia e, corroboro com a autora, o impacto dos discursos desqualificadores, que marginalizava mulheres lésbicas num contexto familiar onde havia crianças e adolescentes. Sob a égide discursiva de “proteção da família” e de manutenção da instituição heterossexual, parentes LGBTfóbicos não percebem “que essa influência é comum em nossa sociedade – criamos crianças e jovens para se tornarem heterossexuais, e ainda assim a homossexualidade existe, o que nos leva a questionar o poder dessa influência” e, por isso, “o receio de que crianças tornem-se LGBTIs não se sustenta”.<sup>387</sup>

A partir desses embates, Tiana começou a enxergar a maternidade como um novo projeto de vida, tornando-se mais potente a partir do contato com a afilhada e a internalização de ser considerada a sua “segunda mãe”. Conjecturo, ainda, que a maternidade socioafetiva não bastava, haja vista a criança não ser efetivamente sua filha, em que pudesse educar, brincar e direcionar afagos, ou seja, se construir um comprometimento. Diante disso, a ativista propõe metas para concretização do objetivo: a primeira foi a imposição dos trinta anos de idade como ano-limite para sua reprodução. Em segundo, o diálogo com a companheira, Sônia, para concretizar o desejo, haja vista o fato desta ter tido filhos e a contribuição de Tiana na educação e criação dos meninos junto dela. Em terceiro, buscar alternativas médicas, desconsiderando, *a priori*, qualquer contato com homens cisgêneros para tal propósito.

Antes de rememorar o diálogo e os acordos internos com Sônia, Tiana retomou

---

<sup>386</sup> *Ibidem.*

<sup>387</sup> Silva, Mariana Maria Teixeira da. *A identidade e a vivência da maternidade lésbica negra em Recife/PE*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Universidade Federal de Pernambuco, 2017, p. 109.

o terceiro ponto para relacionar o público e o privado às implicações da maternagem na experiência de mulheres lésbicas em Manaus. Segundo seu relato, entre 2000 e 2003, foi um período em que as discussões em torno da reprodução assistida e adoção de crianças por casais homoafetivos começava a borbulhar publicamente, ainda que de modo incipiente. A alternativa da inseminação artificial, para a época, custava uma pequena fortuna de acordo com a ativista. Além disso, em Manaus, havia apenas uma clínica particular que realizava o procedimento, ou seja, a *Fleming*.<sup>388</sup> No entanto, isso não recrudescer o desejo de gestar, procurando informações acerca do processo na rede pública de saúde da cidade de Manaus, onde se deparou com uma enorme fila de espera. Assim, ao final do relato, a entrevistada lamentou as dificuldades, no passado e no presente, em que lésbicas e pessoas trans eram/são lidas como “subcidadãs” quando se trata de acesso à saúde: “há dez anos atrás não era uma coisa tão simples. Nem pra nós mulheres lésbicas que querem ter filhos, nem pras manas trans que optavam por fazer o processo de harmonização, de próteses, aquela coisa toda”.<sup>389</sup>

As dificuldades, as grandes filas de espera, o descaso com a saúde pública e o não acesso universal e equânime para mulheres lésbicas, negras ou não, são características históricas de invisibilidade e marginalização da saúde integral dessas mulheridades; e, por isso, a construção de obstáculos para “impedir” o objetivo de lésbicas racializadas e de baixa condição econômica de serem mães. A interface dessa lógica de poder vai ao encontro com as histórias de mulheres negras, livres ou escravizadas, que atravessaram diversos obstáculos, alguns superados e outros não, para exercerem suas maternidades antes do pós-abolição, sendo possível resumir essa problemática dos dois grupos de mulheridades, advindas de contextos sócio-espaciais e temporais diferentes, com a seguinte assertiva de Maria Helena Machado e Alexandre Isidio Cardoso: “mulher escravizada nunca teve seus direitos maternos reconhecidos”<sup>390</sup>, nem as lésbicas brasileiras, haja vista que a adoção homoparental – uma das alternativas para maternagem de lésbicas – ocorreu tardiamente com a decisão do Supremo Tribunal Federal, em

---

<sup>388</sup> Fleming foi uma clínica e maternidade particular fundada em agosto de 1992 pelo oncologista e empresário, Candido Pinheiro Koren de Lima, proprietário da rede Hapvida. A instituição localizava-se na Rua Tapajós, Centro de Manaus. Atualmente, a razão social não existe, tendo sido substituída por Hospital Rio Negro.

<sup>389</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 16 de junho de 2023, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>390</sup> Machado, Maria Helena Toledo; Cardoso, Antônio Alexandre Isidio. Geminiana e seus filhos: escravidão e morte; maternidade e infância na São Luís (MA) da década de 1870. In: Machado, Maria Helena [et. al] (orgs). *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Editora Unesp, 2021, p. 93.

2015.<sup>391</sup>

Apesar das inflexões concernentes ao projeto maternal de Tiana na primeira metade do século XX, outros caminhos foram pavimentados para concretizar a vontade de ser mãe. Assim, o segundo ponto consiste nos diálogos e acordos com Sônia, sua companheira à época, considerada não apenas um porto de segurança e afeto, mas a percepção da cumplicidade e do respeito construído entre ambas, por certo tempo. De acordo com a colaboradora, antes da companheira viajar para Boa Vista – sendo impossível saber os motivos da viagem nas entrevistas – conversaram da seguinte maneira:

um belo dia, eu e minha companheira, a gente conversou e ela disse olha: “a gente pode entrar num acordo, você quer ter seu filho, você tem o direito de ter seu filho, e faça da maneira tradicional, mas eu não quero saber quem é o pai”; porque ela sente ciúme né? é natural isso, é compreensível isso. Eu disse “tá bom, agora como é que eu vou fazer eu não sei”.<sup>392</sup>

O excerto demonstra que a narradora não sabia por onde ir e com quem conversar para ter um cúmplice nessa “aventura”. Ao mesmo tempo, Tiana reafirma a sua identidade sexual, como forma de recusar qualquer suposição interpretativa sobre sua lesbianidade, dizendo: “eu não sou bissexual!”. Retomando o fio narrativo, a colaboradora decide conversar com os amigos gueis, com timidez e, talvez até temerosa, sobre seu “sentimento maternal forte”. No entanto, imediatamente recusaram o pedido de Silva e disseram: “eles acharam que era uma brincadeira minha né? Eu muito sapatão, estereotipada, todo aquele jeitão assim”. Entretanto, acreditamos que a negativa, em tom de brincadeira, tendo como explicação o jeito “sapatão” não foi suficiente, pois a amizade também estaria em jogo. Ademais, “o senso comum costuma colocar a mulher lésbica em um lugar de não-mulher e a maternidade está inserida em um contexto de intensa adesão ao ‘feminino’ – o que explica essa compressão de que a maternidade seria algo incompatível”.<sup>393</sup> Por fim, a memória de Tiana recua no tempo e recorda da relação que teve com um homem cisgênero para concretização do desejo materno.<sup>394</sup>

<sup>391</sup> Recurso Extraordinário Constitucional nº 846.102. Diário da Justiça Eletrônico – STF, nº 52/2015, p. 156.

<sup>392</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 16 de junho de 2023, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>393</sup> Silva, Mariana Maria Teixeira da. *A identidade e a vivência da maternidade lésbica negra em Recife/PE*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Universidade Federal de Pernambuco, 2017, p. 130.

<sup>394</sup> Acreditamos que os detalhes narrados por Tiana sobre a saga em busca de um parceiro afetivo-sexual, não acrescentam significativamente para o debate acerca dos sentidos e significados sociais da maternagem nas experiências lésbicas negras, como também acreditamos ultrapassar os limites da intimidade pessoal da

A constante sinalização sobre a maternidade e a constituição familiar foram/são sentimentos muito fortes em sua vivência. Dessa forma, Tiana dá sentido ao seu processo de gestação, de direção do amor e comprometimento com o filho por ser “muito desafiador ser mãe”. O desafio, segundo Silva, estava nas problemáticas sociais costuradas pelo conservadorismo, a violência, o racismo, a lesbofobia. Por outro lado, contou-me: “a gente não nasce, a gente se torna”; significando a sua construção social enquanto mulher lésbica e mãe. Para ela, o nascimento do filho, período que estava como ativista no movimento LGBTI+ amazonense, influenciou uma nova força de luta para “quebrar paradigmas e romper essas barreiras” da discriminação e garantir o máximo de proteção à criança; e, concomitantemente, continuar acreditando nas mudanças que o ativismo social e a defesa de direitos humanos podem construir para: “a gente viver uma sociedade diferente, semear atitude diferente”. Ou o pior das ideias, naturalizar e ficar à mercê da violência cotidiana. Finalizando, a colaboradora lembrou sobre os caminhos que precisou seguir: “eu tenho uma escolha, eu tenho dois caminhos aí. E eu escolhi lutar por isso. Eu transformei a minha vida, a minha história, e essa parte de ser mãe, o meu ativismo, como uma forma de fazer com que as pessoas façam uma reflexão”.<sup>395</sup>

Constata-se, então, a maternidade na vivência de Tiana Silva enquanto um processo de transformação de si, que rompe as correntes do sistema heterossexista, ideologia que captura, assimila e aliena as mulheres, em grande escala, para a maternidade como uma obrigação, reprodutora de força de trabalho e da hegemonia patriarcal ocidental. O chamamento para a reflexão, proposta por Silva, produz nesta pesquisa mais questionamentos, do que respostas, a saber: a qual conjunto de pessoas a paternidade e a maternidade é possibilitada? Quais mulheres-mães sapatonas a história encobriu? Quem protege as famílias LGBTI+? E as mães racializadas, pobres e lésbicas? E suas crianças, quais foram/são os mecanismos de proteção existentes ante o conservadorismo?

Durante o processo de rememoração, a colaboradora afirmou que a proteção da criança é, primeiramente, realizada pela mãe. E reitera o desafio da maternagem, pois deve “saber lidar, porque essa cria ela tem uma opinião, vai formando o cidadão (...) que vai defender esse direito” e a sua cidadania quando adulto. Entendo, assim, que a

---

colaboradora. Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 16 de junho de 2023, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>395</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 16 de junho de 2023, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

percepção do “fazer-se mãe”<sup>396</sup> na experiência de Tiana se encontra, por um lado, nas estratégias para educar o filho para uma cidadania plena e, conseqüentemente, um sujeito defensor desta cidadania e dos seus direitos sociais, haja vista a formação de um senso antidiscriminatório e antirracista. Por outro lado, pela trajetória no ativismo social, a criação também constituiu a formação de um sujeito companheiro e solidário tanto com a condição da mãe, mas também com as problemáticas interseccionais que atravessam as mulheridades e feminilidades manauenses.

Declarando-se “uma mulher abençoada pelas deusas, pela minha mãe Oxum” por ter-lhe concedido a experiência da maternidade e produção de um filho parceiro, Tiana reorganizou as memórias da narrativa de gratidão do filho, atualmente encontrando-se já adulto no contexto que a entrevista foi realizada, em 2023:

mãe, obrigado por a senhora me mostrar... a senhora me levar pras discussões do movimento de mulheres com 7 anos (...) eu entendo, antes eu achava chato, hoje eu entendo a importância de eu não ficar só dentro do ensino regular, só da escola e aprender (...) aprender que nos dias da mãe eu tinha duas, no natal eu tinha duas mães, nas festas junina eu tinha duas mães.<sup>397</sup>

A relação maternidade e ativismo pairou nas memórias da ativista, Antônia Barroso, quando perguntada sobre o processo de inserção nos movimentos sociais organizados em Manaus, em meados dos anos 2000. Para ela, sua intenção de engajamento social e político era, com outras ativistas, “(...) combater, de estar junto e acolher diante da violência que as mulheres sofriam na periferia”. Assim, para Barroso, um dos principais motivos de “estar atuando” consistia na construção de “um futuro mais justo e menos violento para os meus filhos”.<sup>398</sup>

A verbalização deste sentimento profundo sobre as crianças se tornou uma lembrança profunda e cristalizada, como algo que nunca esqueceu, pois foi um momento importante de diálogo acerca das atividades em defesa de Direitos humanos que a mãe, Antônia, praticava/pratica. Além disso, a relação de conversa acerca dos caminhos do movimento social com os filhos, consistia em uma forma de educação antidiscriminatória, ou seja, forjando neles um sentimento de resiliência, respeito às diferenças e uso da “raiva” contra o sistema estruturalmente produtor de desigualdades sociais e,

---

<sup>396</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 16 de junho de 2023, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>397</sup> *Ibidem*.

<sup>398</sup> Entrevista com a ativista e massoterapeuta **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 25 de fevereiro de 2022, na Universidade Nilton Lins, Manaus.

consequentemente:

para que eles não reproduzissem as violências que estavam expostas. Eu lembro que mesmo com uma formação teórica, eu tinha essa compreensão de eu falar para os meus filhos da importância de estar neste espaço, porque eu não ia criar filhos simplesmente por criar, eu queria criar eles para que eles tivessem uma compreensão da vida e que tivessem que promover justiça.<sup>399</sup>

Gerando três filhos quando estava num casamento heteroafetivo, Antônia narrou que já estava separada quando ingressou no movimento social organizado, apontando a relação otimista com o ex-parceiro, com quem foi casada por dezessete anos, e um incentivador da luta da colaborada. Nota-se este incentivo ao mencionar o percurso que fazia em relação às crianças quando tinha que participar de compromissos que envolviam o movimento social: “os deixava com o pai deles, com segurança, para eu ir às reuniões, para acompanhar as mulheres que sofriam violência e levava para a delegacia, IML, fazer exames”; pois, para ela, a segurança dos filhos era primordial, pois não concordava em deixá-los “largados, de qualquer jeito”, justamente pelo compromisso e afeto materno. Por esse motivo, questiono: a maternidade, tanto para Antônia, quanto para Tiana, constituiu uma nova bandeira de luta? É possível entender que a maternidade, na vida de mulheres lésbicas negras e afro-indígenas, tornou-se um marcador social da diferença, que produz dores e formas de resiliências sobre/por si? Diante de uma sociedade, como a manauense, historicamente assentada na desigualdade e na violência contra pessoas negras, LGBTI+, mulheres, conforme demonstrado pelo ponto de vista das colaboradoras, “como criamos filhos para lidar com essas realidades?”<sup>400</sup>

Para um diálogo com o feminismo negro e lésbico, acionamos a intelectual Audre Lorde, que propõe apreendermos o mundo e transmitir aos filhos “um retrato preciso do mundo como conhecemos”, para haver o fortalecimento das “armas mais eficientes para a sobrevivência e o crescimento”, pois, do contrário, “retiraremos as motivações deles para a mudança social”. Lorde se refere, então, à produção de uma consciência crítica como parte do processo educacional familiar dos filhos, para se compreenderem, primeiramente, “como integrantes de comunidades étnicas e raciais (filhos racializados das colaboradoras), que vivem historicamente sob cerco”. Segundamente, como parte de uma comunidade LGBTI+, pois experienciam a

---

<sup>399</sup> Entrevista com a ativista e massoterapeuta **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 25 de fevereiro de 2022, na Universidade Nilton Lins, Manaus.

<sup>400</sup> *Ibidem*.

maternagem de mães lésbicas, que reconhecem em diferentes medidas a discriminação baseada no fato de amarem outras mulheres e, conseqüentemente, os filhos se tornam alvos da lesbofobia.<sup>401</sup>

Sobre este último ponto, Lorde assevera que as mães lésbicas negras precisam “descobrir formas” de ensinar os filhos a canalizarem e usar a raiva, efeito subjetivo fomentado pela matriz de opressão, para alimentar ações efetivas e, assim, “participar do futuro, da mudança social”.<sup>402</sup> Nesse ínterim, tanto as memórias de Antônia, quanto as lembranças da narrativa do filho de Tiana, corroboram a “virada” de perspectiva acerca da maternagem de Audre Lorde:

Sabemos que todo nosso trabalho neste planeta não será realizado durante a vida, talvez nem mesmo durante a vida de nossos filhos. Entretanto, se fizermos o que viemos fazer, nossos filhos levarão isso ao longo de sua existência (...) porque estamos criando uma visão enraizada na capacidade humana e no crescimento, uma visão que não se apequena diante da adversidade.<sup>403</sup>

Para a intelectual negra estadunidense, Patrícia Hill Collins, ao problematizar a maternidade nas experiências de mulheres negras afro-estadunidense, argumenta que a maternidade “promove o crescimento pessoal (...) e serve de catalisador para o ativismo social”.<sup>404</sup> Isso cimeta nas experiências de Tiana e Antônia as suas intenções nos movimentos de mulheres e LGBTI+ e a importância de levar os filhos para socializar, com as outras ativistas e com seus respectivos filhos/as. Lutar por justiça social em uma cidade desigual e violenta contra as corporeidades dissidentes, promoveu nos filhos das ativistas feministas e lésbicas, “autonomia e independência, assim como a crença no empoderamento”. No entanto, a partilha do conhecimento crítico e ações comprometidas e afetuosas com os filhos, não foi fácil, como ambas as colaboradoras narraram. Mas, pelo contrário, sempre foi um desafio cotidiano.

Viver e trabalhar com crianças e adolescentes é um desafio. Eu criei três meninos, eu tenho três filhos (...) já são adultos (um de 31, outro de 27 e um de 25). São solteiros e os três moram na própria casa comigo, mas eu sei como é esse desafio de cuidar de criança em todas as fases. A minha relação é muito boa, assim, além de ser uma mãe exigente, mas eu não “pego no pé”, se eu ensinar algo é isso, se eu falo algo é isso: “(...) mas eu, como mãe, estou te dando um norte, mas vocês são

<sup>401</sup> Lorde, Audre. *Sou sua irmã: escritos reunidos*. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Ubu Editora, 2020, p. 23.

<sup>402</sup> *Idem, Ibidem*, p. 24.

<sup>403</sup> *Idem, Ibidem*, p. 24.

<sup>404</sup> Collins, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

livres”. E sempre dei essa liberdade para eles decidirem as coisas. Então além de ser mãe, a gente tem uma relação de amizade muito forte, de afeto: de manhã eles estavam querendo, antes de eu sair para minha mãe eles falaram: “não, mãe, fica na cama”. É porque eles me veem entrando e saindo. Eles fazem as coisas para mim quando eu estou muito cansada. Ontem eu cheguei muito cansada da faculdade e uma hora da manhã meu filho estava fazendo pão de aveia com maçã, pra eu comer alguma coisa antes de dormir. Então minha relação com eles é muito boa, muito gostosa, assim como eu quero ter autonomia sobre a minha vida, eu também quero que eles tenham autonomia sobre a vida deles também.<sup>405</sup>

A partir das narrativas orais de Antônia e Tiana, podemos verificar os sentidos e os significados da maternagem para além do âmbito privado, considerando o espaço público dos movimentos sociais na qualidade de lugares de acolhimento, educação e produção de consciência crítica nas crianças e adolescentes. Além disso, outro elemento inerente às narrativas das colaboradoras consiste no cuidado, tanto com os filhos, em contextos geracionais diferentes, quanto dos filhos para com as mães, já em fase adulta. Para tanto, dialogo com a cientista social canadense, Joan Tronto, para quem o ato de cuidar mobiliza afetações, seja para quem cuida, quanto para quem está sob cuidados. Para quem exerce a atividade de cuidado, especialmente a partir de uma perspectiva de gênero, o afeto ocorre por precisar “se envolver com o outro”; já para quem está sendo cuidado, os efeitos se dão a partir do reconhecimento das “suas necessidades e porque ela deve, de alguma forma, responder ao cuidado oferecido e aceitá-lo”.<sup>406</sup>

A partir de uma perspectiva feminista, o cuidar liga-se de modo profundo com as circunstâncias próprias, sejam as afetações e os efeitos particulares, considerando, conforme Tronto, as construções históricas e sociais.<sup>407</sup> O processo de construção de memória das colaboradoras lésbicas negras e afro-indígenas sobre suas maternagens evidenciam diversas singularidades e dimensões comuns. Para a colaboradora Andria Paula, as memórias da maternagem se relacionam intimamente ao cuidado e proteção dos filhos, sobretudo o mais novo, que foi diagnosticado com uma doença, ainda bebê. Durante a relação dialógica, Andria evidenciou a relação trabalho e maternidade, por sempre gostar de trabalhar, especialmente na área da gastronomia, seja em restaurante, ou trabalhando autonomamente com guloseimas na frente do comércio do ex-marido, no

---

<sup>405</sup> Entrevista com a ativista e massoterapeuta **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 25 de fevereiro de 2022, na Universidade Nilton Lins, Manaus.

<sup>406</sup> Tronto, Joan. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre moralidade a partir disso? In: Jaggar, Alison M.; Bordo, Susan R. (orgs.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução: Brita de Freitas. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 196.

<sup>407</sup> *Idem, Ibidem*, p. 201.

bairro Petrópolis, Zona Sul de Manaus. Transparecendo suas múltiplas facetas ordeiras, a colaboradora em certo momento da sua vida decide “dar um tempo” dos trabalhos que exercia, inclusive vendendo remédios caseiros nos municípios interioranos do Amazonas para se dedicar ao exercício dos cuidados da filha mais velha. Porém, a gravidez da primeira filha, para ela, foi complexa e dolorosa, pois adquiriu alguns problemas de saúde como eclampsia, e por conta disso o: “médico quis fazer laqueadura eu ainda bem nova”. Não foi possível verificar os reais motivos para o procedimento cirúrgico não ter se sucedido, por isso conjeturo que houve uma interferência do ex-companheiro, haja vista que o mesmo tinha o desejo de ter outros filhos, segundo Andria.<sup>408</sup>

Preocupada com a saúde e o aviso dos riscos de uma nova gravidez, Andria se viu num contexto de (o)pressão em relação ao sistema patriarcal e heterossexual, definindo que sua mulheridade se limitava à procriação. Diante disso, a colaboradora adotou uma criança, Cláudia<sup>409</sup>, pelos “desejos” paternos disfarçados que lhe rodeavam. Foi neste mesmo período que, na segunda metade do século XXI, percebeu uma mudança em si, seguida de dores e mal-estar. Preocupada, buscou diagnósticos médicos que lhe diziam ser um problema no fígado. Não satisfeita, foi consultar uma benzedeira para verificar o seu estado de saúde:

“Você não tá doente do fígado não, vizinha, a senhora tá é grávida”. Eu disse “como que o médico disse que eu não engravidado mais?”, vai no hospital fazer um exame. Aí eu fui no hospital com 5 meses e meio de gestação e não sabia. E aí a gente tinha adotado a menina e já tinha a Roberta, Cláudia. Estava no sexto mês.<sup>410</sup>

Entre a surpresa com a gravidez inesperada e a criação de duas filhas com cinco anos, Andria rememora um trauma ocorrido no momento de exercício do cuidado com as crianças. Dando comida “na boca” para as duas filhas antes de irem para escola, à tarde, Andria se deparou com a ingrata surpresa de dois homens, armados, empurrando abruptamente sua janela perguntando por um homem chamado André. Segundo a entrevistada, no terreno de sua casa havia quartos de aluguel, onde, num deles, morava um rapaz chamado André que tinha um suposto envolvimento com o tráfico de drogas na região sul de Manaus. Assustada, a colaboradora pegou as filhas para se protegerem e fugiu em direção aos fundos da sua casa, relatando: “tinha mais dois caras na moto,

---

<sup>408</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>409</sup> Nome fictício da segunda filha.

<sup>410</sup> *Ibidem*.

armados, na porta de trás, estava cercada”. Encontrando-se naquela situação, as forças se esvaíram por conta da tensão do evento e Andria foi encaminhada para o hospital, especialmente para a UTI<sup>411</sup>, encontrando-se entre o dilema morrer ou viver.

Sobrevivendo ao trauma e os seus efeitos, o filho nasceu aos seis meses de gestação. Andria assevera que seu bebê nasceu com asma e intolerância à lactose. Estando com dez meses de nascido, novamente a colaboradora enfrentou as problemáticas que envolvem a maternidade, pois sua criança: “começou a definhar em três dias: vômito, diarreia. Ele ficou só pele e osso”. Objetivando a melhora do filho indo ao pronto atendimento, a criança foi encaminhada para a urgência e, ao mesmo tempo, a equipe hospitalar acionou o Conselho Tutelar para a colaboradora, sob suposta negligência por parte da narradora. Andria, durante a entrevista, se questionou “por que o conselho tutelar?” e, em seguida, explica para si como uma forma de reafirmar a excelência de sua maternagem resumida aos cuidados do outro: “meu filho era tão bem cuidado. Trabalhava com meu filho no colo, no carrinho e a família todinha me ajudava”.<sup>412</sup> No entanto, a explicação não convenceu o conselheiro tutelar no hospital Joãozinho, sendo necessário o testemunho de outras pessoas para validar e legitimar o discurso de Andria e sua conduta enquanto mãe: “não tem como! Essa moça aí é a melhor mãe que a gente conhece. Essa moça dá a comida da criança direitinho, cuida, como é que vai ser maus tratos?”<sup>413</sup>

Como uma atividade moral distinta, o “cuidar de” crianças historicamente foi marcado por julgamentos, sobretudo quando se levava em consideração “a relação de quem o presta e de quem o recebe”. Joan Tronto ao evidenciar a atividade do cuidado enquanto prática orientada pelas relações de gênero, explicita as mulheres como as principais detentoras da execução do exercício, sendo até desproporcional em relação aos homens. Desse modo, ao exemplificar por meio de metáfora as assimetrias e modos de julgamentos moral em torno do cuidado, Tronto aponta: “uma criança suja não é uma preocupação moral para muita gente; mas poderíamos desaprovar moralmente a mãe de tal criança que, em nossa opinião, pode ter falhado em sua obrigação de cuidar”. Por esse motivo, prossegue a autora, “o que faz o ‘cuidar de’ ser tipicamente percebido como moral não é a atividade em si, mas como essa atividade se reflete sobre as obrigações

---

<sup>411</sup> Unidade de Terapia Intensiva.

<sup>412</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>413</sup> *Ibidem*.

sociais atribuídas a quem cuida”.<sup>414</sup> A desaprovação de Andria por parte de alguns servidores do sistema de saúde e do conselho tutelar pode ser explicada pela a ótica de uma moralidade radicalizada fomentadora do sentido romantizado de maternidade, implicando, assim, constrangimentos na experiência vivida da colaboradora.<sup>415</sup>

Após quinze dias no Pronto Socorro da Criança “Joãzinho”<sup>416</sup>, Andria Paula e o filho foram transferidos para o Hospital Infantil Dr. Fajardo”.<sup>417</sup> Por cerca de um mês, a colaboradora passou, “dormindo no chão, um mês levando rallo; um mês os médicos em cima de mim”. Observando a opressão por parte da equipe do hospital e o sentimento de impotência por não descobrirem o problema de saúde do filho, perguntei a Andria quais sentimentos rondavam os pensamentos e o sentir dela enquanto mulher-mãe num contexto de extrema pressão, em meados de 2010. Imediatamente, a colaboradora responde que foram os piores sentimentos, pois:

você não sabe o que a criança tem, aí as pessoas não sabem o que é que tu passa. Eu enjoei [d]a comida do hospital. O banheiro de tomar banho ficava embaixo, o meu filho ficava no andar de cima, eu não tinha como levar ele para o banheiro, porque ele era de colo. Eu tava um mês ali naquele Hospital dormindo embaixo do berço e sendo hostilizada pelos próprios enfermeiros.<sup>418</sup>

Além da opressão por parte dos enfermeiros, conforme relatado pela ativista, havia a intimidação e a produção do medo no eu ex-companheiro, forjando denúncias de que Rodrigues dormia, quando deveria estar atenta aos cuidados do filho enfermo.

A preocupação da sociedade com as crianças é ideologicamente multifacetada, mas quando direcionamos nossos olhos para quem cuida, especialmente as mulheridades-mães, a mesma atenção, proteção e cuidados não é uma prioridade, muito menos uma

<sup>414</sup> Tronto, Joan. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre moralidade a partir disso? In: Jaggard, Alison M.; Bordo, Susan R. (orgs.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução: Brita de Freitas. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 189.

<sup>415</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>416</sup> O Hospital e Pronto-Socorro da Criança Jõazinho, fundado em 2001, é uma unidade da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES/AM) e localiza-se na Zona Leste de Manaus. A instituição é multiprofissional com serviços de média e alta complexidade, atendendo crianças e adolescentes. Disponível em: <http://www.hpsjoalucio.am.gov.br/visualizar-noticia.php?id=3428>. Acesso em: 16 de out. 2023.

<sup>417</sup> O Hospital Infantil Dr. Farjado, é uma instituição vinculada à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES/AM) e integra o Sistema Único de Saúde (SUS). Fundado em 1922 pelo médico preventivo Samuel Uchôa, a unidade preocupa-se, desde o início, com a saúde de crianças e pré-adolescente de Manaus. O centenário hospital, atualmente, possui estrutura de média e alta complexidade, como ambulatórios e internação. Disponível em: <https://www.saude.am.gov.br/unidades-de-saude/hospital-infantil-dr-fajardo/>. Acesso em: 16 de out.2023.

<sup>418</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

política pública. Ademais, a pressão psicológica, física e o terror em perder o filho, mobilizaram Andria a se apegar a outros meios de cura que, para ela, seriam coerentes para que o filho pudesse melhorar. A partir da sua fé, Andria buscou em diversas religiosidades a saúde do filho, mas também um alento para sua agonia enquanto mulher e mãe, que sofreu com os apontamentos de uma suposta negligência e ausência de amor. Nesse sentido, decidiu, a princípio, levar um “pastor, eu levei Padre, eu levei mãe-de-santo. Aí toda vez levava um pastor, era aquela confusão, levava um padre, aquela confusão; no dia que eu levei a mãe de santo, foi mais confusão”.<sup>419</sup> Em determinado momento, tanto o trabalho de uma médica, quanto a fé e o amor de Andria, descobriram a causa da enfermidade do filho de dez meses de nascido. Apesar das dificuldades posteriores, haja vista a criança ter uma doença autoimune, a colaboradora relembra que foram momentos muito difíceis, estando no entre-lugar da vida e da morte com sua criança pequena, mas também os ataques silenciosos e explícitos dos ramos pontudos do tronco patriarcal contra os corpos e subjetividades das mulheres-mães, sobretudo as que estavam/estão em estado de vulnerabilidade: “eu me sentia impotente ali naquele hospital, sendo hostilizada, sofrendo dia e noite. Tinha dias que eu passava dois, três dias sem tomar [banho], fedia mesmo porque não tinha como eu descer para tomar banho (...) só comia quando o pai dele chegava lá, uma vez no dia”.<sup>420</sup>

As experiências narradas de Andria, Antônia e Tiana demonstram, em diferentes medidas, o amor materno enquanto mito. Para efeitos de esclarecimento desta constatação, utilizo as reflexões críticas da historiadora brasileira Marcela Boni Evangelista, que evidencia, historicamente, a experiência da “maternidade adversa” em contraste à falsa imagem da maternagem enquanto reprodução, procriação, dedicação e abnegação de si em virtude da cria. Desse modo, Boni sinaliza para a questão da ausência de problematização dos dilemas em torno da experiência da maternagem de mães, sejam cisgêneras, trans, racializadas, de identidades sexuais diversas e de classes sociais diferentes, pois é imperioso que os/as historiadores/as deem atenção para “a interpretação acerca deste papel social que é muito mais idealizado do que se supõe”.<sup>421</sup>

Longe de uma maternidade “explorada pela publicidade”, as vivências das

---

<sup>419</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>420</sup> *Ibidem*.

<sup>421</sup> Evangelista, Marcela Boni. Ser mãe ou não ser: afinal, qual é a questão? Rovai, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *História oral e história das mulheres*: rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 127.

colaboradoras trazidas para dialogar neste tópico, demonstra uma realidade materna atravessada por dificuldades, medos, reprovações e muitos desafios, em especial para aquelas mães-lésbicas, que vivem sob o jugo de um discurso moralizante que reafirma a influência negativa sobre a educação e os cuidados dos filhos/as, podendo “transformá-los” em sujeitos sexualmente dissidentes. Como dito por Boni Evangelista, quando a função social da mãe não corresponde “com o plano de êxito almejado pela família e pela sociedade, são normalmente (...) responsabilizadas e estas as que tomam as medidas necessárias para tentar resolver a situação”. De fato, as experiências narradas por Andria, analisada nesta tese, comprovou os desígnios, as cobranças e as punições que mulheres-mães sofrem por não seguirem, inconsciente ou não, as determinações do sistema de gênero colonial/moderno. E isso, do meu ponto de vista, duplica quando se trata de mulheres lésbicas, que decidiram ter filhos/as e formar uma família a contrapelo do padrão de família heterossexual cristã.<sup>422</sup> As histórias de vida de mulheres lésbicas negras e afro-indígenas manauenses no que tange os seus processos de maternidade, seja em contexto de relacionamento heteroafetivo, seja homoafetivo, desconstroem a essencialização da maternagem enquanto finalidade natural das mulheridades e feminilidades. Simultaneamente, expõe que as colaboradoras, em seus passados, não exerciam exclusivamente a função de cuidado, mas tinham tripla jornada: eram/são ativistas, trabalhadoras (in)formais, donas de casa que, em vários momentos, levaram seus filhos/as aos movimentos sociais, moldando-os, intencionalmente ou não, para o caminho da defesa dos direitos sociais e humanos, produzindo um amaternar resiliente.

Em 2014, o Amazonas vivenciou uma abundância de denúncias pública de exploração sexual de crianças e adolescente no interior do Estado. Foram arrolados diversos grupos, entre os quais políticos de vários escalões que se “beneficiaram” do esquema. Diante da efervescência, as mulheres envolvidas com o movimento de mulheres e feministas passaram a cobrar o Estado e o Judiciário para que houvesse além da punição dos perpetradores do crime de pedofilia, como também medidas de cuidado com as meninas vítimas. Conforme demonstrado até aqui, o movimento social de mulheres também é uma rede social preocupada com a proteção e com os direitos das meninas, seja criança ou adolescente, implicando no desenvolvimento de atos públicos para chamar atenção da sociedade manauense e, mais amplamente, amazonense para o descaso e o auto índice de violência sexual praticados contra o gênero feminino em diferentes idades

---

<sup>422</sup> *Ibidem*, p. 134.

e localidades.<sup>423</sup>

Em abril de 2014, um grupo de mulheres realizou um protesto na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas como forma de alertar a inércia do legislativo, do executivo e do judiciário para as fatalidades descritas anteriormente. De acordo com a notícia publicada pelo jornal *A Crítica*, a manifestação das ativistas se legitimou conjuntamente aos dados fornecidos pela delegacia especializada em crimes contra crianças e adolescentes: “De acordo com a Delegacia Especializada de Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente (DEAPCA), 1.211 crianças e adolescentes foram abusadas e exploradas sexualmente somente em 2012, na capital”.<sup>424</sup>

O trecho apresenta dados apenas da capital, Manaus, coletados até 2012, quase dois anos antes do ato público das ativistas e da denúncia pública de pedofilia no Estado. Isso demonstra o histórico de descuido dos governos estaduais para a humanidade das pessoas dos municípios interioranos, e, mais especificamente, para com a vida de meninas e meninos fora do eixo Manaus. As mulheridades presentes na manifestação, sob forte chuva, trajavam mortalhas, manchadas com figuras de mãos pequenas e vermelhas, simbolizando o sangue das crianças vitimadas pela exploração sexual – com escrito “femicídio”:

**Figura 7: Mulheres cobram a ALE**



Fonte: Jornal *A Crítica*, abril de 2014.

Nota-se na imagem a materialização da práxis crítica da qual tratam, com

<sup>423</sup> “Mulheres cobram ALE”. *A Crítica*, 2 de abril de 2014, p. A5.

<sup>424</sup> “Mulheres cobram ALE”. *A Crítica*, 2 de abril de 2014, p. A5.

profundidade, as feministas negras, tornando claro a intersecção de opressão contra os corpos e subjetividades das meninas e das mulheres, sujeitas das lutas das ativistas do movimento de mulheres de Manaus. Vale ressaltar a ausência dos nomes das mulheres da foto, trazendo à tona os perigos possíveis de *ser* ativista em um contexto de denúncia de graves violações de direitos humanos. De qualquer modo, retomo as memórias de Antônia, neste tópico, acerca da sua maternagem tanto como prática de afeto, como forma de resistência. De fato, o lugar mãe-ativista lhe mobilizou para o engajamento político, constatando sua participação na manifestação de 2014, apresentando sua indignação contra o feminicídio e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Apesar de Antônia não ter dado entrevista ao jornal, ela estava presente reivindicando proteção, cuidado e justiça para as meninas menores de idade. Por outro lado, a colaboradora Francy Junior não aparece na imagem, mas demarca seu lugar de revolta na notícia, a saber:

“Estamos unidas para dizer não à pedofilia, não ao descaso que o parlamento e a sociedade como um todo, vem dando aos choros e ao sangue derramado de crianças, adolescentes e mulheres do Amazonas. As nossas roupas estão sujas do sangue que alguns parlamentares e empresários ajudaram e ainda ajudam a derramar. O Amazonas não merece ser conhecido como a terra da pedofilia, e nem como a terra de homens que violam os direitos humanos de menores de idade. Aqui, nós estamos num ato pacífico, mas não estamos aqui para silenciar. Nós estamos aqui para gritar e fazer com que os nossos gritos ecoem”.<sup>425</sup>

“Silenciamento”, “gritar”, “ecoar vozes”, “união”, são verbos e substantivos extraídos do excerto narrado por Francy, que ajudam a entender histórica e politicamente o lugar social das mulheres negras e afro-indígenas na luta por direitos no Amazonas. Combater as violações de direitos humanos contra grupos e sujeitos em situação de minoria socioeconômica, dando ênfase para as mulheridades e feminilidades LBT<sup>426</sup>, negros e negras, de idades e espaços geográficos diferentes, são práticas que atravessam suas histórias enquanto mulheres, mães, lésbicas, negras e trabalhadoras. Assim sendo, a função social da maternidade não estava separada dos mundos do trabalho, nem do exercício do ativismo e das relações afetivo-eróticas, configurando-se enquanto agentes históricos que sustentam múltiplos fios de atuação social e política para uma guinada

<sup>425</sup> “Mulheres cobram ALE”. A Crítica, 2 de abril de 2014, p. A5.

<sup>426</sup> Nesse momento, preferi retirar a Sigla G (Gays ou Gueis) para enfatizar os lugares social e político das mulheridades e feminilidades lésbicas, bissexuais e transgêneros, considerando a transversalidade das variáveis de raça/etnia e classe pois o senso comum homogeneiza a população LGBTI+ e reduz toda complexidade inerente à figura do homem cisgênero e guei.

estrutural em direção à superação da desigualdade em Manaus.

### CAPÍTULO III - SUSTENTAR MÚLTIPLOS FIOS: A ATUAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DE MULHERES LÉSBICAS RACIALIZADAS NA URBE

#### 3.1 “Ter esse olhar para a vida das mulheres”

Françoise Vergès, historiadora reunionês, ao buscar definir a principiologia do feminismo decolonial, considerando as experiências de luta das mulheres racializadas do eixo Sul-Sul, afirma que este campo epistemológico considera a “análise multidimensional da opressão”, pois o racismo e o sistema heterossexista criam “não apenas exclusões precisas na intersecção das dominações, mas molda todas as proposições sociais e subjetivas”.<sup>427</sup>

Nesse sentido, prossegue Vergé, as mulheres que lutam contra as opressões devem questionar aquilo “que não enxergam” e “reaprender a ouvir, ver, sentir para poder pensar”, individual e coletivamente”, pois sabem “que a luta é coletiva (...) que há dificuldades, tensões, frustrações, mas também alegria(...)”<sup>428</sup>. Por isso, neste capítulo interpreto nas circunstâncias nas quais as colaboradoras iniciaram seus ativismos, seja junto de um movimento organizado e/ou solitariamente.

Nesse decorrer, analiso os ativismos coletivos e individuais presentes nas memórias pessoais das colaboradoras, pois apreendo que o ativismo não se constrói exclusivamente a partir da inserção em uma coletividade organizada politicamente, mas à medida que os sujeitos reivindicam para si a garantia de direitos sociais e humanos, realizando um esforço de observação da existência de fios de experiências que se conectam e foram/são sustentados pelas ativistas, e quais são eles, tomando o cuidado para “evitar hierarquização das lutas fundada em uma escala de urgência”.<sup>429</sup>

Puxando o primeiro fio de experiência de ativismo, Francy Junior lembrou, durante a relação dialógica, que todos os dias no silêncio da madrugada dos anos 90, homens e mulheres caminhavam pelas vielas da comunidade Monte Paschoal, em Manaus, em direção ao trabalho. Um lugar que “não tinha luz, não tinha nada, água nem nada”. Andavam temerosos, mas procuravam se proteger contra qualquer ataque. Era 1997, quando em um amanhecer uma mulher sofreu uma emboscada por três homens:

---

<sup>427</sup> Vergès, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020, p. 46-48.

<sup>428</sup> *Ibidem*.

<sup>429</sup> *Ibidem*.

“estupraram, violentaram, fizeram tudo que você possa imaginar”.<sup>430</sup> Correndo atordoada na escuridão do bairro, a casa de Francy Junior se tornou o refúgio da vítima diante da sua dor. Segundo a entrevistada,

foi quando essa mulher bateu [...na porta] e a gente socorreu, fomos chamar um amigo que era o N., que ele era... ele tava fazendo estágio em direito, e foi quando, com o carro dele, entrou aqui na comunidade e a gente conseguiu... eu e ele, imagina, conseguimos identificar os três caras, os três jovens. Nós conseguimos identificar os três e eles baixaram na penitenciária.<sup>431</sup>

Após denunciar e identificar os violadores da sua vizinha, Francy narra que nunca havia vivenciado esse tipo de experiência diretamente, qualificando a prática de estupro como “barbárie”. Prossegue, dizendo que na companhia de teatro que trabalhava, havia uma professora que discutia gênero e as múltiplas dimensões da violência contra as mulheres, mas que nunca tinha vivenciado outros tipos de violência além da agressão doméstica do pai contra sua mãe (ver capítulo II). Impactada pelo ocorrido, Junior se questiona acerca do nível de violência no bairro que escolheu morar, “entrando e saindo” de um espaço onde os moradores, sobretudo as mulheres, são as mais vulnerabilizadas. O nível de perigo é percebido na narrativa da colaboradora, ao dizer: “Pra você ter uma ideia a gente saía com a faca na mão aqui, né, pra pegar o ônibus pra ir trabalhar. Era um perigo, um perigo. Naquela época, era o que era conhecida como as “Galeras”, tinha galera de mulheres, galera de homens né”<sup>432</sup>.

Esse fato tensionou Francy para diferentes sentimentos que aflorariam, dali em diante, para uma militância mais consistente e interseccional. Conforme dito por ela: “foi quando eu comecei a perceber a comunidade que eu morava, aí eu vi que aqui tinha um número bem grande de pessoas pretas, de homens e de mulheres”. Picada pelo “bichinho militante”<sup>433</sup>, a colaboradora, então, objetivou reconfigurar a realidade do bairro onde morava/mora. Para isso, acionou a rede de sociabilidade e solidariedade, como professores da UFAM, profissionais da companhia de Teatro Pombal, do Partido dos

---

<sup>430</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus. O bairro Monte Paschoal localiza-se próximo ao bairro Montes das Oliveiras, periferia da Zona Norte de Manaus.

<sup>431</sup> *Ibidem*.

<sup>432</sup> *Ibidem*. Para compreender a história das galeras e galerosos em Manaus nas últimas décadas do século XX, ver: Oliveira, Marcos Roberto Russo de. *Amizades, porradas, facadas e caseiras fumegantes: uma história das galeras de Manaus (1985-2000)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, 2017.

<sup>433</sup> Lima, Michele Pires. *Quando o "bichinho da militância" toca: ativismos trans em Manaus/AM (1992-2019)*. *Revista Espaço Acadêmico*, 21, 44-56.

Trabalhadores, entidades e sujeitos que possuíam os instrumentos necessários para criar um ambiente seguro para viver. Esses instrumentos não são ditos, mas consistem nos conhecimentos e nas *práxis* adequadas para instrumentalizar politicamente os/as moradores/as a reivindicar seus direitos sociais, como segurança, moradia digna, saneamento básico, saúde.

Para entender a realidade, Francy conta que fizeram primeiramente o mapeamento do perfil sociocultural dos residentes, e percebeu que boa parte dos ocupantes eram migrantes, advindos do Maranhão, da Bahia e do Pará. Ademais, a composição racial era majoritariamente negra e havia muitas mulheres mães solas que “moravam só com os filhos, deixavam os filhos trancados pra trabalhar”. Então, o aguçamento do olhar e da escuta de Francy se estenderam, captando a existência e as especificidades tanto das mulheres, quanto dos homens que viviam no Monte Pascoal. Ter uma visão diferente para essas vidas a partir da violência física e psicológica sofrida por sua vizinha lhe afetou para necessidade coletiva, implicando na criação de uma Associação de Moradores, tendo Francy Junior como sua primeira presidente.<sup>434</sup>

Para a fundação e o fortalecimento da associação, composta tanto por mulheres, quanto por homens, em sua maioria negros/as, foi necessário a formação política para incentivar e informar “às pessoas que só a luta coletiva ia trazer os benefícios para a nossa comunidade”. Entre as demandas encaminhadas para a gestão municipal de Alfredo Nascimento, eram: ponte de ligação entre bairros, asfaltamento, expansão da rede elétrica, lixeira comunitária e uma escola municipal.

Assim, segundo a colaboradora, com a estruturação urbana do bairro, houve uma diminuição da violência e das galeras que atormentavam outros moradores. Com seus feitos enquanto presidente da Associação, Francy foi reeleita por volta dos anos 2000: “Aí o meu nome estava à disposição, eu fui reeleita e a luta continuou, depois desse mandato a gente viu... ‘olha, temos que trazer outras pessoas também para ser da associação’ e aí foi assim que caminhou aqui...”. Esta realização foi publicizada na imprensa da época com o título: “Decidido”.

---

<sup>434</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

**Figura 8: Decidido**

Fonte: Acervo pessoal de Francy Junior.

Conforme decidido em votação direta, Francy foi reeleita para o cargo de Presidente da Associação de Moradores do Monte Pascoal por mais dois anos. Dois fatos são importantes a serem observados no recorte: primeiramente, é a única mulher encabeçando uma chapa, sendo as outras duas composta por homens. Em segundo, chama atenção a discrepância dos votos recebidos, onde Francy obteve, segundo a notícia, 220 votos, significando 45 votos a mais, somando os votos das chapas 1 e 3. Muito provavelmente as iniciativas pelos/com moradores em haver uma organização do bairro, a sensibilização com as mulheres e os enfrentamentos públicos pelo direito à cidade, implicaram diretamente na sua reeleição.

O episódio de estupro de Maria no Monte Pascoal serviu como um divisor de águas na vida da colaboradora e como ela veria o mundo dali em diante, dando atenção para as vidas vulnerabilizadas, especialmente das mulheres à época. Ligada à igreja católica, sobretudo às pastorais sociais, Francy foi convidada para coordenar o Movimento Comunitário Vida e Esperança – MCVE, embora se interessasse muito mais “de estar na base, de estar organizando, de tá fomentando as coisas”. Contudo, foi como assessora da Cáritas Arquidiocesana, uma entidade sem fins lucrativos, onde “começou a ver com outros olhos, outra linha, todo esse processo político que a gente já vivia. Foi na

Cáritas que a gente fundou o Fórum Permanente das Mulheres de Manaus com esse olhar, em 2005”.<sup>435</sup>

No processo de construção de memória, a Cáritas Manaus tinha diferentes frentes, contribuindo no processo de construção de diferentes coletivos, como, por exemplo, o movimento de catadores e catadoras e o movimento de moradia. Embora a Cáritas não seja o foco deste trabalho, a presença dela nas memórias de Junior torna-se um excelente exemplo do funcionamento da interseccionalidade como práxis. Isso significa que esta organização atuava/atua em diferentes espaços, com diferentes públicos, ou seja, contribuiu para o processo organizativo de catadores, de moradia, de mulheres, levando em consideração as dimensões de classe, gênero, geração, raça. Para Patrícia Collins, “o uso do conhecimento adquirido por meio da prática para orientar ações subsequentes na vida cotidiana” implica na identificação dos problemas e na construção de resoluções. Mas, para isso, é necessário levar em consideração que “o pensar e o fazer (...) estão intimamente ligados e moldam um ao outro”, fabricando uma política de solidariedade, ou seja, produção de coalizações para lidar com opressões inter-relacionadas.<sup>436</sup>

Nesse interim, Francy narra a importância da Cáritas para produção do debate e de “dar força” no mapeamento de coletivos de mulheres para “compor o conselho daquela época, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher”. Esse conselho, segundo a narradora, foi aprovado em finais dos anos 90 e somente foi efetivamente ativado, em 2005:

porque a lei do conselho foi aprovada desde a época que a Vanessa Grazziotin foi vereadora, uma das primeiras gestões da Vanessa e nunca tinha saído do Papel, foi aprovado, mas nunca tinha saído do Papel. Só em 2005 com os grupos de mulheres fomentando, e também ajudaram ao Serafim ser eleito na época, que era o prefeito aí foi que conseguimos tirar do papel.<sup>437</sup>

Diante disso, o Fórum se tornou um lugar de coalização, de relacionalidade, objetivando o desmoronamento das opressões inter-conectadas, fomentando, enquanto

---

<sup>435</sup> Historicamente, a igreja católica vem contribuindo com a construção e consolidação dos movimentos sociais de diferentes interesses de luta em Manaus. Um exemplo emblemático se encontra no trabalho de Andreza Michelle Alves sobre a influência da igreja católica na formação do movimento nacional de defesa dos direitos humanos no final do século XX. Para uma leitura aprofundada acerca do tema, ver: Alves, Andreza Michelle dos Santos. *Comunidades eclesiais de base e teologia da libertação: experiências, memórias e resistências*. (MANAUS, 1980/1990). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

<sup>436</sup> Collins, Patricia Hill; Bilge, Sirma. *Interseccionalidade*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 66.

<sup>437</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

ferramenta das mulheres/feministas, a “escolha das conselheiras municipais” para propor, construir e fiscalizar os direitos das mulheridades da capital amazonense. Ao mesmo tempo, Francy reafirma a necessidade de criações de fóruns de movimentos sociais enquanto mecanismo de manutenção da democracia e da participação popular, dando exemplo de outros conselhos cujos membros “não sabem quem é e aí vai qualquer pessoa”.<sup>438</sup>

Embora a discussão sobre o papel dos conselhos e das conselheiras lésbicas e negras seja no capítulo IV, torna-se imperioso para entender a institucionalização dos conselhos gestores na Constituição Federal de 1988, inscritos nos artigos 198, 204 e 206. Nesse sentido, a constituição garante aos/às cidadãos/ãs:

participar dos conselhos de gestão de saúde (Art. 198º - III), assistência social (Art. 204º - II), e educação (Art. 206º - VI), cooperar por meio de associações no planejamento municipal (Art. 29º - XII), receber informações das autoridades (Art. 5º - XXXIII), promover ações judiciais e representações (Art. 5º - LXXIII).<sup>439</sup>

Para além de priorizar as áreas de saúde, educação e assistência como parte da garantia de existência humana, o Estado criou novos conselhos gestores e participativos, como o das mulheres e LGBTI+, por exemplo. Contudo, vale ressaltar que a presença de representantes da sociedade civil não pode estar esvaziada, simbolicamente, do espectro da representatividade, fomentada através da política de coalizção. Como dito por Francy anteriormente, esses espaços de controle social e produção de políticas não podem ser ocupados por qualquer pessoa ou entidade, “que não tem essa sensibilidade, não tem essa luta mesmo dos direitos da mulher, só vai lá para ser um trampolim”, ou seja, usar do cargo/cadeira para realização de interesse individual. Nesse sentido, o Fórum enquanto aglutinador dos movimentos de mulheres/feministas de Manaus tem a primazia de indicar e, conseqüentemente, fiscalizar o próprio Conselho Municipal dos Direito da Mulher.<sup>440</sup>

Além do Fórum de Mulheres, para o qual a colaboradora Francy contribuiu na fundação, uma outra organização anterior foi gestada por Francy e outras ativistas entre os finais dos anos 90 e início dos anos 2000: o Movimento de Mulheres Negras da Floresta – Dandara. Essa organização, segundo a colaboradora, nasceu em 1997: “com a

---

<sup>438</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>439</sup> Madrigal, Alex. *Os Conselhos de Políticas Públicas à luz da Constituição Federal de 1988*. Disponível em: Os Conselhos de Políticas Públicas à luz da Constituição Federal de 1988 - Jus.com.br | Jus Navigandi. Acesso em: 07 abr. 2023.

<sup>440</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

associação de moradores, nós também já pensamos um grupo de mulheres negras daqui da nossa comunidade, o grupo de mulheres negras, já com o movimento de mulheres negras da Floresta Dandara”.<sup>441</sup>

O processo de construção de memória de Francy deste momento envolve tanto o seu protagonismo ao vocalizar “eu acolhi”, quanto a presença de outras sujeitas que passaram a realizar trabalho de pares, ou seja, captando as mulheres pretas de outros bairros, como “Praça 14, lá da Matinha e algumas pretas do São Jorge para gente começar a discutir, porque as mulheres pretas elas só eram o que a gente chama de servil, de doméstica”.<sup>442</sup> Desse modo, formou-se o Movimento de Mulheres Negras, aqui em Manaus, que objetiva entender, questionar e promover estratégias contra a limitação das mulheres pretas ao trabalho doméstico. A colaboradora prossegue dizendo que não tinham conhecimento, à época, de mulheres pretas no âmbito universitário, movendo, assim, mais questionamentos sobre a exclusão delas desse espaço lido como democrático.

As reflexões e problematizações de Junior no que tange alguns motivos que promoveram a criação do Movimento de Mulheres Negras da Floresta – Dandara, explicitam o processo histórico de exclusão da população negra dos espaços de debate e decisão públicas, da educação, do direito no Brasil. Desse modo, é importante retomar, em primeiro lugar, a perspectiva de Francy sobre a relação trabalho doméstico e mulheres negras. Segundo a historiadora Beatriz Nascimento, a escravidão essencializou as mulheres negras enquanto produtoras de trabalho, isto é, não eram exclusivas e limitadas ao trabalho doméstico, servindo aos senhores brancos e sua família, mas também eram alocadas, quando necessário, nas atividades de campo, seja rural ou urbano, e que de qualquer modo exerciam diferentes funções, inclusive como (re)produtoras da força de trabalho escravista a partir da maternagem: “ a mulher negra é uma fornecedora de mão de obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro”<sup>443</sup>.

A função social e jurídica das mulheres negras até a abolição da escravidão estava encerrada ao cuidado da família branca, ao zelo da casa dos senhores, ao trabalho externo como vendedoras, auxiliar de comércio, lavadeiras, demonstrando que exerciam múltiplas funções naquele contexto. No pós-abolição isso não é tão diferente, apesar da reconfiguração dos mundos do trabalho, Nascimento afirma que as mulheres racializadas

---

<sup>441</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>442</sup> *Ibidem*.

<sup>443</sup> Nascimento, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Ratts, Alex (Org.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 56.

ainda vivenciam “a herança escravocrata”, experienciando, em grande medida, “papeis que lhes foram atribuídos desde a escravidão”:

Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação [...] mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante.<sup>444</sup>

Um segundo ponto de contestação levantado por Francy Junior diz respeito à exclusão de mulheres negras da educação formal e, conseqüentemente, a ausência de representatividade no mundo acadêmico. A restrição das mulheres negras na educação formal tem como resultado a limitação nos mundos do trabalho, como dito anteriormente. Assim, considerando as perspectivas de Beatriz Nascimento acerca dessa questão, a autora aponta a educação como um “fator de pressão dos grupos subordinados, visando melhores condições de vida e ascensão social”. E acrescenta: “é um requisito para o acesso à melhores ocupações na hierarquia de empregos” e de remuneração.<sup>445</sup>

A resistência de pessoas negras frente ao acesso à educação formal é uma luta histórica, como pode ser notado na Constituição de 1824, que proibia a inserção de negros/negras aos espaços educacionais. Por outro lado, as resistências negras produziram frestas no tecido social e político do Império brasileiro. Um grande exemplo encontra-se em Manoel Monteiro Lopes, jurista e deputado negro, nascido em 1867, de pais negros livres, que finalizou o ensino básico – o ginásio – em 1883, ano matriculado na faculdade de Direito, em Pernambuco. Além disso, dando destaque para as mulheres negras, o historiador Juarez Clementino da Silva Junior, aponta a formação superior dos irmãos de Lopes, entre os quais há duas mulheres negras professoras, Taciana e Maria Júlia Lopes.<sup>446</sup>

Ademais, posso citar mulheres negras que transpassaram o limbo da domesticidade, ao longo do século XX, como Ruth de Souza, atriz de teatro, cinema e televisão, que acessou não somente a educação formal, mas também as artes cênicas e a profissionalização por meio de bolsa de estudo nos Estados Unidos da América e, conseqüentemente, o feito de ser a primeira atriz brasileira indicada à uma premiação

---

<sup>444</sup> Nascimento, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Ratts, Alex (Org.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 58.

<sup>445</sup> *Ibidem*, 58-59.

<sup>446</sup> Silva Junior, Juarez Clementino da. *Um negro de poder no Amazonas da primeira república: Monteiro Lopes, o jurista e deputado (1892-1910)*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História), Universidade Federal do Amazonas, 2016, p. 45-48.

internacional, especificamente ao Festival de Veneza, em 1954.<sup>447</sup> Ou mesmo a colaboradora Francly Junior, com muita resiliência diante do racismo e do machismo nas escolas nos anos 1980, finalizou o ensino básico ao mesmo tempo que se tornava atriz de teatro no Amazonas.

Assim, apontar esses sujeitos-fissuras tem por intuito demonstrar as exceções diante das desigualdades socioeconômicas e históricas da população negra. Nesse sentido, os dados quantitativos dos anos 90 do século XX, demonstra assimetricamente o acesso e permanência entre discentes pretos, pardos e brancos no ensino básico, antes das políticas de cotas raciais no Brasil. A pesquisa do economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ricardo Henriques, acerca da desigualdade racial no Brasil na década de 90, aponta um desequilíbrio de escolaridade entre negros e brancos. Isso é nítido quando em “1999, 8% dos jovens negros entre 15 e 25 anos são analfabetos, mas 3% entre os brancos; 5% dos jovens negros de 7 a 13 anos não frequentam a escola e somente 2% dos jovens brancos dessa faixa de idade não o fazem”.<sup>448</sup> Sobre a população jovem/adulta, Henriques aponta que 83% dos negros não finalizaram o ensino secundário (ensino médio), uma disparidade significativa em relação aos jovens brancos, 63% não terminariam o ensino médio.

Essa realidade no ensino básico reverbera na inserção, ou não, no ensino superior. Isso significa que 89% dos brancos, na faixa etária de 18 a 25 anos não acessaram o ensino superior, enquanto que para os/as negros/as da mesma idade tal realidade é quase impossível, excluído quase que totalmente, sendo 98% fora da universidade nos anos 1990.

Ao longo do trabalho é possível notar as lacunas negativas de escolaridade e desempenho entre pessoas negras e brancas, significando a desigualdade de oportunidades, de acesso a direitos básicos e de cidadania. Apesar das diferenças, para o autor houve uma mínima melhora acerca desses indicadores de educação formal para pessoas racializadas, e conjecturo que isso somente foi possível em virtude da Constituição de 1988, especificamente partir do seus Art. 3 e Art. 205, cujos objetivos fundamentais são reduzir e erradicar as desigualdades sociais e qualquer forma de discriminação, inclusive baseada em cor, gênero e sexualidade, e declarar a educação

---

<sup>447</sup> Silva, Júlio Cláudio da. *Uma Estrela Negra no teatro brasileiro: Relações raciais e de gênero nas memórias de Ruth de Souza (1945-1952)*. Manaus: UEA Edições, 2017.

<sup>448</sup> Henriques, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2001, p. 28.

como um direito social de todas as pessoas e dever dos Estados, das famílias e com participação da sociedade civil, respectivamente.<sup>449</sup>

A partir das desigualdades sociais que afetaram as pessoas negras, sobretudo as mulheres, motivou-se a fundação do Movimento de Mulheres Negras da Floresta, entidade membro do Fórum Permanente das Mulheres de Manaus, no intuito de produzir uma nova realidade baseada em justiça social e garantia de direitos sociais para mulheres pretas amazônidas. Esse movimento social, segundo Francy Junior, é o único no Amazonas, até o presente momento, que leva em sua nomenclatura “mulheres negras”.

Sobre tal fato lembrado, a colaboradora me questiona se eu tinha conhecimento desse fato, falando com orgulho e preocupação por se tratar de um coletivo de mulheres/feministas autodeclaradas negras, proporcionando com isso um importante questionamento, cuja resposta se sustenta na invisibilidade da negritude no Amazonas<sup>450</sup>: por que é a única organização da sociedade civil no estado, formada por mulheres feministas, que autorreconhecem a afrodescendência?

Entendidas por Francy enquanto “articuladoras”, este movimento tem por preocupação fundamental, ou mesmo missão, a “qualificação das mulheres pretas na luta contra o racismo, (...) elas sejam respeitadas, de tentar fazer com que as meninas pretas tenham pão todos os dias para não serem abusadas (...)”, como também possibilitar que haja representatividade de mulheres pretas, de diferentes sexualidades, nos conselhos participativos/gestores.<sup>451</sup> Por esses e outros problemas que acometem pessoas negras, especialmente as mulheres negras (pretas e pardas) que o movimento foi fundado no final dos 90 do século XX, ganhando força e visibilidade no XXI.

Diante disso, surge uma questão: de que modo o movimento de mulheres negras, de onde Francy possui um “lugar situado”, tensiona o marcador social da sexualidade, visibilizando a existência das lésbicas nos movimentos feministas e de mulheres?

Essa problemática vem à tona à medida que esta pesquisa tem por primazia compreender os tensionamentos que mulheres negras lésbicas realizam na sociedade civil organizada para construção de políticas públicas de modo interseccional. Sendo assim,

<sup>449</sup> Brasil. *Constituição Federal do Brasil*. Brasília, Distrito Federal, 1988.

<sup>450</sup> Segundo a concepção de Césaire, a Negritude constitui-se enquanto uma forma de “consciência-posicionamento” pela valorização da forma de “ser, de pensar, de atuar e de se conceber” em oposição ao racismo e toda forma de hierarquização e exclusão do Outro. Césaire, Aimé. *Discurso sobre a Negritude*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010, p. 37.

<sup>451</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus. Para entender o funcionamento dos conselhos populares, gestores e a participação da sociedade civil em âmbito federal, estadual e municipal, ver: Gohn, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Francy, de modo espantada, afirma que a problemática das sexualidades dissidentes nunca foi uma pauta discutida entre as mulheres do Dandaras, narrando:

a gente nunca teve assim bate-papo sobre essa questão, porque às vezes eu acho que isso nem é uma, não sei, não é questão que não seja importante discutir isso, é por que a problemática da mulher preta é tão cruel, eu acho que não dá nem para a gente ter preocupação nessa linha, entendeu?<sup>452</sup>

Entre risos, a colaboradora demonstra surpresa ao rememorar que a sexualidade, até aquele momento da entrevista, não tenha sido considerada nos trabalhos desenvolvidos pela organização, procurando explicar que as urgências da mulher negra se encontram na crueldade das desigualdades socioeconômicas. A crueldade pode ser lida simultaneamente às discussões feitas até aqui, ou seja, a precariedade trabalhista e educacional, o racismo estrutural, o machismo, em suma, a subcidadania e a desumanização.

Megg Rayara de Oliveira, em *O diabo em forma de gente*, aponta que as intervenções do racismo, do machismo e da LGBTfobia “não operam da mesma maneira e com a mesma intensidade” na vida de mulheres lésbicas, homens gueis e pessoas trans racializadas. Contudo, “estarão presentes ao longo de suas vidas, como uma sombra que se transmuta no que se refere ao tamanho e à forma na medida em que se movem”.<sup>453</sup> Desse modo, a narrativa de Francy, situada no movimento de mulheres negras – Dandaras, opera a partir do combate às desigualdades fomentadas pelas dimensões racial, de gênero e de classe, haja vista o lugar situado da periferia onde se assenta a organização e a sua composição social, tendo como efeito a reconstituição da autoestima e a emancipação das mulheres e dos homens “de cor”.<sup>454</sup>

“Você me fez pensar”<sup>455</sup>, foi a maneira como a colaboradora expressou a importância de inclusão da variável sexualidade nas reflexões coletivas, como também a sua ausência e marginalização no debate público. Ao mesmo tempo, *fazer pensar*, do

<sup>452</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>453</sup> Oliveira, Megg Rayara Gomes de. *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2017, p. 49.

<sup>454</sup> Entendo que a construção da autoestima perpassa diferentes níveis da subjetividade, como a beleza, implicando no empoderamento de si enquanto agente da própria história. Desse modo, indico alguns trabalhos fundamentais para que problematizem o processo de inferiorização da população negra e uma nova perspectiva sobre a subjetividade. Xavier, Giovana. *História social da beleza negra*. São Cristão, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

<sup>455</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

nosso ponto de vista, é uma das principais características movidas pelo trabalho com história oral, ou seja, a entrevista que humaniza tanto o pesquisador (ouvinte), quanto o entrevistado (narrador). A compreensão da colaboradora acerca da temática da sexualidade nas experiências das mulheres negras inseridas no Dandaras, apresenta “maneiras particulares de pensar, de ver o mundo e a si mesmos” que, em certa medida, podem ser “compartilhadas pelo grupo social” inerente à memória narrada sobre o movimento social e sua prática ativista.<sup>456</sup>

Contar de uma maneira inesperada constitui, no pesquisador, um exercício de sensibilidade, respeito e escuta atenta ao que as colaboradoras têm a dizer e da forma como desejam narrar, reforçando nosso interesse pela historicidade dos elementos da memória narrada, do que “pela verdade dos acontecimentos históricos”: “Elas não devem ser vistas como elementos menores ou desimportantes, uma vez que expõe vestígios de seus processos de significação das experiências, inclusive, de sua identidade”.<sup>457</sup>

Para a colaboradora Antônia, mulher afro-indígena, lésbica, ativista ecofeminista, o Movimento Dandara é reconhecido não somente no Amazonas, mas é referência internacional, sobretudo na América Latina. Antônia demonstra esse reconhecimento ao informar a *live* que Francy Junior participaria, em meados de fevereiro de 2022, junto de outras lideranças da América Latina para tratar da luta das mulheres na Amazônia, “ela sempre referendando como Dandara”.<sup>458</sup> Além disso, Antônia complementa uma informação que Francy apresentou acerca da linha feminista seguida pelo Dandaras, ou seja, o pensamento e as ferramentas do feminismo negro, e a respeitabilidade garantida “tanto de movimento negro, quanto de movimento de mulheres. É muita responsabilidade e é muito trabalho”.<sup>459</sup>

Inseridas no Fórum Permanente de Mulheres de Manaus – FPMM, representando o Movimento Dandaras, Antônia e Francy são como os rios amazônicos, possuindo diferentes malhas, alcançando vários territórios com o objetivo de sedimentar, levar nutrientes e proporcionar o florescimento dos feminismos, dos ativismos LGBTI+ e negro. É nesse sentido que Antônia apresenta suas memórias e “seu olhar para a vida

---

<sup>456</sup> Porto, Carla Lisboa. Sobre metodologia e a escuta como lugar sensível. In: Rovai, Marta Gouveia de Oliveira; Santhiago, Ricardo (orgs.). *História oral como experiência: reflexões metodológicas a partir de práticas de pesquisa*. Teresina: Cancioneiro, 2021, p. 26.

<sup>457</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>458</sup> Entrevista com a ativista e massoterapeuta **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 25 de fevereiro de 2022, na Universidade Nilton Lins, Manaus.

<sup>459</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

das mulheres”. Ela informa que o Dandaras é um de vários movimentos de mulheres que se articula, dizendo que é dentro do lugar maior, no FPMM, que floresce um desejo antigo de criar um espaço terapêutico feminista, chamado Uri-Hí: “ele já tinha sido pensado antes, mais efetivo mesmo tem oito anos. Mas antes disso, dentro do próprio fórum, a gente já havia algumas companheiras e já vínhamos pensando num espaço”.<sup>460</sup>

Junto de outras companheiras, como a antropóloga negra, Luiza de Marilac Mileo, e a historiadora negra, Francy Junior, o espaço feminista foi gestado para acolher e empoderar as mulheres de sexualidades e gênero dissidentes, reforçando o valor e a importância das identidades sociais. Rememorando sua jornada para concretização do sonho, Antônia conta que, em primeiro lugar, o espaço Uri-Hí deveria expressar como os membros se viam e como as mulheres, que quisessem participar, também pudessem se identificar. Além disso, como mencionado, foi um lugar feito por/para mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, atuando prioritariamente, como dito pela colaboradora, na “linha de identidade”. Em terceiro, como consequência das prioridades do espaço, o debate político a partir dos femininos, sobretudo do ecofeminismo. Em linhas gerais, o espaço feminista Uri-Hí objetivou a “formação, o fomento ao debate e suprir minimamente a necessidade básica”.<sup>461</sup>

Pensar e construir um espaço acolhedor e de cuidado para as mulheres e feminilidades manauenses; fomentar o debate em torno da construção, valorização e importância da identidade; formar as sujeitas politicamente por meio do movimento e atuação dos feminismos, constituem as principais características sociais e históricas das fundadoras, como também da construção de um lugar social para as mulheres, tendo como efeito aquilo que chamamos de empoderamento.

Nesse contínuo, Joice Berth aponta que o empoderamento enquanto ação e teoria, constitui uma ferramenta relevante nas “lutas emancipatórias de minorias sociais, sobretudo de cunho racial e de gênero”.<sup>462</sup> Para isso, é necessário apreender o empoderamento não exclusivamente como um ato de autonomia sobre si, desconsiderando a contribuição de outros/as sujeitos/as para esse fim, mas também a partir da coletividade enquanto junção de muitas personagens que se reconhecem a partir de um ou mais elementos comuns. E prossegue refletindo:

---

<sup>460</sup> Entrevista com a ativista e massoterapeuta **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 25 de fevereiro de 2022, na Universidade Nilton Lins, Manaus.

<sup>461</sup> *Ibidem*.

<sup>462</sup> Berth, Joice, *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019, p. 53.

Indivíduos empoderados formam uma coletividade empoderada e uma coletividade empoderada, conseqüentemente, será formada por indivíduos com alto grau de recuperação da consciência do seu eu social, de suas implicações e agravantes.<sup>463</sup>

Ademais, é por meio do empoderamento que são criados espaços de acolhimento e cuidado entre as mulheres, conforme demonstrado pelas memórias de Francy e Antônia. Entre elas, o agir identitário perpassa pelo entendimento de si enquanto sujeitas históricas e de direitos, desconstruindo “as imagens negativas com as quais sua diferença havia sido carregada” podendo encontrar nos grupos e sujeitas à margem, “a opressão e a exclusão” partilhadas.<sup>464</sup> Portanto, os movimentos sociais organizados, especialmente de mulheres, LGBTI+, negro, necessitam da construção e afirmação identitária para dar materialidade às demandas, isto é, não exclusivamente políticas públicas, embora sejam pertinentes, mas demandas de diálogo que possa ser correspondida entre elas: afetos, (auto)cuidado, proteção, escuta atenta, garantindo a construção da consciência de si enquanto sujeito histórico e político.

Outro ponto importante narrado pelas colaboradoras é o valor do cuidado entre as mulheres-outras, uma das pautas dos feminismos latino-americanos. Afinal, até que ponto estamos, de fato, *enredadas*?<sup>465</sup> A ética do cuidado, segundo Yuderkys Miñoso, está relacionada ao processo de confiança entre e com as mulheres. Para a autora, historicamente, as mulheres foram ensinadas, pelo patriarcalismo, a desconfiarem uma das outras, inclusive no âmbito familiar, a ponto de produzir rivalidades e inimizades, assimilando que a fidelidade devia ser depositada na figura masculina (avô, pai, irmão, amigos), dificultando qualquer possibilidade de ideia e prática de comunidade feminizada.

As feministas passaram a desconfiar e problematizar aquela dimensão histórica e cultural entre mulheres e homens. Assim, produziram conhecimentos de enfrentamento à estrutura que coloca as mulheres no lugar de inimigas. As italianas produziram o conceito de *affidamento*, que consiste “na lealdade, compromisso, confiança e cuidado

---

<sup>463</sup> Berth, Joice, *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019, p. 52.

<sup>464</sup> Miñoso, Yuderkys Espinosa. *Escritos de uma lésbica escura*: reflexões críticas sobre feminismo e política de identidade na América Latina. Coleção Pindorama. Tradução: Caroline Marim e Susana Castro. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2022, p. 32.

<sup>465</sup> Situo a palavra *enredadas* para compreender os feminismos latinos (decoloniais, negros, indígenas, transfeminismo) a partir de uma política de coalizção, de emaranhamento, coletivo, haja vistas as especificidades, todas se encontram no limbo do sistema capitalista moderno-colonial.

primário entre as mulheres” tendo como resultado “reconhecer na outra uma interlocutora válida, uma fonte de conhecimento legítimo”.<sup>466</sup>

Igualmente, as lésbicas-feministas passaram a construir suas próprias ferramentas de combate ao patriarcado e seus tentáculos, ou seja, produziram o *continuum* lésbico enquanto prática de relação entre mulheres sem a interferência masculina, como, por exemplo, a formação de espaços que fogem “do olhar e da onipresença” masculinista, como o Espaço Feminista Uri-Hí, o Movimento Dandaras, o Fórum Permanente de Mulheres. O *continuum* lésbico, presente em todo o estudo, trata-se da solidariedade entre as mulheridades e feminilidades a partir das suas dores causadas pelo sistema moderno/colonial, (re)produtor do racismo, do machismo, da transfobia, da lesbofobia, entre outras desigualdades interseccionais.<sup>467</sup>

Historicamente, os movimentos sociais de mulheres negras, indígenas, LGBTI+, entre outros de embate por justiça social, ressignificam e fornecem “novos significados e valores” e “novos modos de ser e de estar no mundo”, recorrendo também:

Para uma ética do cuidado entre as mulheres é um imperativo da política feminista, pois somente construindo espaços de cumplicidade, amor e confiança fora da lei paterna podemos caminhar pontes de maior autonomia para todas.<sup>468</sup>

Durante o processo de construção de memória, Antônia narra que os espaços feministas, de luta de mulheres, devem ser inclusivos e sensíveis, rememorando as disputas de espaço no Fórum Permanente de Mulheres de Manaus, ou mesmo a hierarquização de opressão por parte de algumas ativistas/militantes. Simultaneamente, a colaboradora assevera a importância de incomodar, balançar as pessoas dos seus lugares de certeza e conforto para pautas e demandas sensíveis, que atingem as mulheres negras e LBT:

Mas quando tinha um debate ou uma demanda sobre mulheres LBT, algumas companheiras começavam a se “coçar” toda e a gente sabia que estava mexendo com aquilo que não queriam que mexesse, e como disseram uma vez, [...mas] não falaram pra gente não: “o fórum de mulheres só tem machuda”.<sup>469</sup>

---

<sup>466</sup> Miñoso, Yuderlys Espinosa. *Escritos de uma lésbica escura: reflexões críticas sobre feminismo e política de identidade na América Latina*. Coleção Pindorama. Tradução: Caroline Marim e Susana Castro. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2022, p.144.

<sup>467</sup> *Idem, Ibidem*, p.143-144.

<sup>468</sup> *Ibidem*, p.145.

<sup>469</sup> Entrevista com a ativista e massoterapeuta **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 25 de fevereiro de 2022, na Universidade Nilton Lins, Manaus.

A demonstração de desconforto e anti-empatia para as vivências das mulheres lésbicas, bissexuais e transgêneras por parte de algumas integrantes do movimento de mulheres/feministas, do ponto de vista de Antônia, é uma gravidade e afronta ao epíteto “ativista de Direitos Humanos”. Para ela, embora seja importante os momentos particulares de cada movimento social organizado, sejam nas ONGS, associações e coletivos, para pensar, analisar e colocar em prática estratégias de construção e defesa de direitos, é necessário, por outro lado: “a gente precisar estar juntos até mesmo para gente se sentir o outro/a”, respeitar as individualidades e compreender, minimamente, a dor do outro/a. Nesse sentido, Antônia toma como exemplo o fato de ser uma mulher lésbica cisgênera e ter uma colega de movimento social, também lésbica e cis, porém com características masculinizadas, que sofre “diretamente mais preconceito e homofobia”, que a própria colaboradora, pois só saberiam da sua identidade sexual se falar, demonstrando, com isso, a importância de tornar a sororidade como prática recorrente nos movimentos de mulheres/feministas.<sup>470</sup>

Então para a gente essa sororidade, essa empatia, ela tem que acontecer quando você proporciona esse espaço em conjunto, eu pelo menos penso assim, a gente não precisa estar junto para gente escutar, a escuta é muito importante. Você sentir e se colocar como se você estivesse na vida dele, como é você sofrer homofobia, como é que esse impacto?<sup>471</sup>

Antônia, ao narrar sobre sua atuação e percepções sobre as organizações sociais em que estava inserida, rememora a importância da interrelação entre sororidade e alteridade, ou outriedade<sup>472</sup>, enquanto força motora de transformação social na vida das mulheres e feminilidades. O “você sentir e se colocar” e a “empatia”, são aspectos feministas explicitados pela narradora para demonstrar o papel social e político dos movimentos sociais feministas no fomento da solidariedade política e na manutenção de uma rede de proteção. Assim, a empatia, faculdade inerente à alteridade, constitui-se enquanto “percepção de que a existência do ‘eu’ está diretamente relacionada (à) ao

<sup>470</sup> Entrevista com a ativista e massoterapeuta **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 25 de fevereiro de 2022, na Universidade Nilton Lins, Manaus. Embora compreenda-se a sororidade enquanto conceito forjado pelas feministas em meados de 1970 para revelar a importância da irmandade entre as mulheres, Audre Lorde aponta a ilusão do conceito ao evidenciar a não hegemonia da experiência das mulheres, consequentemente a ausência de apoio na exclusão de uma em relação às outras, ou a hierarquização das condições de opressão que algumas sofrem em detrimento de outras. Para superar essa deficiência, considero pertinente o conceito de Dororidade criado pela pensadora preta brasileira, Wilma Piedade. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 14.

<sup>471</sup> Entrevista com a ativista e massoterapeuta **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 25 de fevereiro de 2022, na Universidade Nilton Lins, Manaus.

<sup>472</sup> Nascimento, Leticia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

‘outro(a)’ numa dimensão que exige respeito, ou seja, olhar e escuta atentos”, como narrado por Antônia ao identificar a escuta enquanto ferramenta relevante para haver efetivamente uma rede solidária feminista.<sup>473</sup>

Os olhares multifocais de Francy Junior e Antônia Barroso às situações de vulnerabilidade social que as mulheres vivenciam em Manaus implicou, como visto, na formação e fortalecimento de movimentos sociais feministas e de mulheres que discutissem e trabalhassem em defesa dos direitos humanos e sociais dessas sujeitas, como as mulheres negras, lésbicas, transexuais e travestis, bissexuais, advindas dos bairros periféricos, entre o final da década de 90 e as primeiras duas décadas do XXI.

Conforme os recortes temporais desta tese, 2020 constitui-se enquanto um ano atípico para toda a humanidade em decorrência da Pandemia da COVID-19<sup>474</sup>, afetando, sobretudo, os grupos sociais mais vulnerabilizados, como mulheres pobres e LGBTI+. Nesse sentido, ativistas do Fórum de Mulheres de Manaus, desenvolveram estratégias para manter, de algum modo, o funcionamento das atividades, como também ajudar nas subsistências das famílias, sobretudo de mulheres-mães solas, negras e LBTIs, em decorrência das políticas sanitárias para conter a pandemia.

Além de Antônia e Francy Junior, mais três ativistas não “pararam” nesse período, produzindo projetos de captação de recurso para compra de alimentos e produtos de higiene e mobilizando uma campanha, um mês após o decreto de *lockdown* no país, intitulada “solidariedade a mulheres com COVID”.<sup>475</sup>

Segundo Antônia, mesmo que uma das políticas sanitárias fosse a permanência em casa, viram a necessidade de ajudar e/ou cuidar das pessoas mais vulnerabilizadas economicamente. De acordo com a colaboradora: “qual era o nosso foco? Era mulheres, mães solas ou não, mulheres trans e desempregadas, mulheres lésbicas desempregadas (...) mulheres héteros”, onde conseguiam recursos para custear aluguéis, doar medicamentos e, também, a compra de gás de cozinha. Mesmo que as representantes do Dandaras, do Espaço Uri-Hí e do FPMM tivessem como prioridades as mulheres

<sup>473</sup> ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Sob nossa pele e com nossas vozes: feminilidades transbordantes do sul mineiro*. Teresina: Cancioneiro, 2022, p. 59

<sup>474</sup> “Pandemia é um termo que designa uma tendência epidemiológica. Indica que muitos surtos estão acontecendo ao mesmo tempo e espalhados por toda parte. (...) Cada um deles pode ter intensidades, qualidades e formas de agravo muito distintas e estabelece relações com as condições socioeconômicas, culturais, ambientais, coletivas ou mesmo individuais. Uma pandemia pode até mesmo se tornar evento em escala global”. MATTA, Gustavo C., REGO, Sérgio, SOUTO, Ester. P., and SEGATA, Jean. (orgs.). Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, p. 15.

<sup>475</sup> Entrevista com a ativista e massoterapeuta **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 25 de fevereiro de 2022, na Universidade Nilton Lins, Manaus.

racializadas, LBT e mães solas, não “negava ajuda” para outras famílias que estivessem necessitadas, desejando “conseguir minimamente dá um suporte e um apoio para esse público”.<sup>476</sup>

Igualmente, Izabel Cristina, ativista lésbica e negra, rememora que todas as pessoas foram afetadas, porém as mulheridades foram as mais atingidas:

Principalmente mães, não vou nem generalizar e colocar no lado LGBT, mas as mães foram as mulheres mais afetadas (...) tirar o seu sustento de uma hora para outra, não tem mais comida, não tem mais sustento, ninguém vai chegar perto de você, eu acho que as pessoas mais afetadas foram essas, mulheres mães, no geral todas as mulheres foram afetadas, sensibilidade da mulher é muito grande.<sup>477</sup>

Nesse sentido, a Pandemia da COVID-19 escancarou as desigualdades de gênero, mas também de sexualidade e raça, havendo emergências que o Estado necessitava suprir. A sensibilidade, os olhos de ver e ouvidos de escutar, mobilizaram as ativistas feministas lésbicas a minimizarem as dores e anseios das suas irmãs. Segundo a pesquisa realizada pelas *Sempreviva Organização Feminista e Gênero e Número*, entre abril e maio de 2020 (período que as colaboradoras iniciaram as campanhas solidárias), acerca das experiências vividas pelas mulheridades na pandemia, apresentou que 50% das mulheres passaram a ter práticas de cuidado, especialmente com idosos, crianças e pessoas com deficiências, tendo uma significativa expressão de mulheres negras, isto é, 52% se responsabilizaram por alguém. Além disso, 58% das mulheres desempregadas eram pretas e pardas, seguindo de 39% de brancas. Mesmo diante dessas taxas de desemprego, as entrevistadas apresentavam alguma fonte de renda, como, por exemplo, a economia solidária, tendo uma expressão de 61% de negras que utilizaram dessa estratégia de solidariedade para sobrevivência.<sup>478</sup>

Tomando alguns princípios da econômica solidária, tal como a valorização da solidariedade e cooperação e o papel das mulheres no funcionamento da economia e do cuidado, as colaboradoras desta tese produziram uma econômica solidária feminista objetivando valorizar a vida das mulheridades e feminilidades que tiveram seus empregos parcial ou totalmente comprometidos, ou que a carga de reprodução da vida (trabalho

<sup>476</sup> Entrevista com a ativista e massoterapeuta **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 25 de fevereiro de 2022, na Universidade Nilton Lins, Manaus.

<sup>477</sup> Entrevista com a ativista **Izabel Cristina da Costa Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 24 de março de 2022, na praça de alimentação Hiper DB Nova Cidade, Manaus.

<sup>478</sup> ZELIC, Helena; BIANCONI, Giulliana, et. al. *Pesquisa Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. São Paulo: Gênero e Número; SOF, 2020, p. 11-16.

doméstico e cuidado) dobraram durante a pandemia. Nesse sentido, entre muitas dificuldades, as ativistas buscaram realizar esse trabalho, conforme dito por Antônia:

eu ainda estava saindo para entregar os ranchos, mas esses dois anos a gente teve sempre essa dinâmica de elaborar projetos, receber recursos, ir comprar os alimentos e montar as cestas básicas, quando a gente não conseguia comprar elas prontas, a gente ia fazer as cestas. Pedir lista do pessoal, entregar nos pontos-chaves para essas pessoas distribuírem para essas famílias que já estavam pré-cadastradas. Então essa dinâmica foi muito pauleira, foi muito difícil.<sup>479</sup>

Apesar da distribuição de cestas básicas e/ou custeio de aluguel por meio de captação de recurso particular e público terem se encerrado no período que a entrevista com Antônia Barroso ocorreu, isto é, primeira metade de 2022, a colaboradora narrou que um outro projeto chamado “cozinha solidária” ainda estava vigente. Nascido no contexto pandêmico, o projeto visava a produção e distribuição de marmitas para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica: “Antes era de segunda a sexta, depois mudou para 3 dias na semana e agora está 2 vezes na semana. Então isso também é uma campanha que veio com essa demanda da pandemia de ajudar as famílias que não tinham”.<sup>480</sup>

“Campanha permanente de ajuda” é a forma como a colaboradora identificou as atividades mobilizadas pelos movimentos sociais de mulheres e feministas para minimizar as dores da fome, da ausência de renda fixa, ou o não acesso imediato aos auxílios emergenciais. A preocupação primaz do movimento feminista naquele momento, segundo as perspectivas das colaboradoras, era garantir segurança, alimentação e moradia para as mulheridades e feminilidades tanto do movimento social, quanto de fora, aquelas que não possuíam qualquer contato com o ativismo e a militância, mas que se irmanavam pelos problemas comuns, ou seja, a desigualdade de gênero, raça, classe.

Envoltas de alunas e alunos que passavam por nós, sentadas numa mesa de madeira, na Universidade Nilton Lins, Antônia com olhos fixados em mim informou que o Movimento de Mulheres Negras – Dandaras e o Espaço Feminista Uri-Hí, em especial, floresceram da “necessidades” que mulheres amazônicas passavam/passam cotidianamente, e que na pandemia da COVID-19, a missão, os objetivos e valores foram intensificados, com o intuito de “juntas poder fazer algo por todas”, tendo que deixar as

---

<sup>479</sup> Entrevista com a ativista e massoterapeuta **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 25 de fevereiro de 2022, na Universidade Nilton Lins, Manaus.

<sup>480</sup> Entrevista com a ativista e massoterapeuta **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 25 de fevereiro de 2022, na Universidade Nilton Lins, Manaus.

formações políticas e o debate de lado, para “suprir minimamente a necessidade básica”. E a colaboradora aponta um dado importante quando se trata dos “corpos pouco importantes” explicitados nesse contexto histórico, de fissura no tempo:

não adianta falar no processo de formação (política) se nós estamos passando por um momento de falta de tudo, de passar fome mesmo, de não ter uma casa (...). Eu não vou falar com a Maria da comunidade, que é mãe solo, lésbica, que está sem trabalho e precisando de alimento para ela e o filho, (...) não vou falar de processo de luta, (...dizer que tem) que se posicionar, se antes a gente não conseguir matar a fome.<sup>481</sup>

Diante das ações sociais promovidas pelas colaboradoras a partir de uma observação, escuta e análise cuidadosa das vidas das mulheridades e feminilidades em Manaus, construindo organizações sociais fundamentadas nos princípios feministas, nos levam a corroborar com a assertiva de Maria da Glória Gohn, de que “os movimentos geram solidariedade social e coesão” e mobilizam ações concretas para haver “mudanças sociais diversas”<sup>482</sup>, conforme demonstrado até aqui pelas ativistas lésbicas negras. Ao mesmo tempo, denunciam as mazelas sociais e históricas que essas mulheres experienciam cotidianamente, cujo contexto de pandemia – contexto de diálogo e produção das fontes orais – escancarou a miséria, o racismo, as violências de gênero e suas desigualdades.

Por esse caminho, em 20 de abril de 2020, o *A Crítica* noticiou: “Confinamento acentua a desigualdade de gênero”. A medida protetiva obrigatória, segundo o periódico, evidenciou as múltiplas funções exercidas pelas mulheres e sua intensificação nesse contexto particular, misturando os “afazeres da moradia e os do emprego no emendar das horas do dia e da noite”. Para a ativista Francly Junior, entrevistada do *A Crítica* à época, as mulheres, como outros grupos em situação de minoria social, foram revitimizadas por uma “histórica da acumulação e riquezas”<sup>483</sup>, pelo “processo do poder econômico e dessa sociedade extremamente machista”, acumulando e buscando dar conta da casa, dos filhos (que tinham) e seu trabalhos escolares e “cuidar dos parentes que estão fora de domicílio”. A entrevistada informa que as mulheres que garantiram seus empregos, fizeram em *homo office*, contudo aquelas que perderam e ficaram desempregadas, ou as que já estavam, ficaram num espaço emocional e comum de desespero: “preocupação de conseguir o

---

<sup>481</sup> *Ibidem*.

<sup>482</sup> Gohn, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 7. Ed. – Petrópolis-RJ: Vozes, 2013, p.40-41.

<sup>483</sup> Vergès, Françoise. *Um Feminismo Decolonial*. Tradução: Jamille Pinheiro; Raquel Camargo. São Paulo: Ubu editora, 2020, p. 52.

auxílio emergencial em que a maioria ainda não teve retorno. Outras estão em busca de instituições que possam contribuir com uma cesta básica”.<sup>484</sup>

Nesse sentido, as preocupações com a sobrevivência dos demais membros da família, sobretudo das crianças, fez com que as mulheres periféricas, em grande medida racializadas e algumas lésbicas, bissexuais e transexuais, procurassem as organizações sociais ou instituições do Estado para garantir, pelo menos, a segurança alimentar. A narrativa de Francy Junior, com tom de angústia, enfatiza a invisibilidade e a desqualificação histórica dos esforços das mulheridades e feminilidades acerca do cuidado com outras pessoas, que não sejam elas mesmas, ou seja, “como se não percebessem como a mãe, a avó e a tia se desdobram para cumprir as atividades de casa e fora de casa”. Invisíveis, são elas que “abrem a cidade”, colocam ordem e assepsia, para que as instituições governamentais e não-governamentais funcionem, exercendo atividades subqualificadas, mal pagas e com a saúde sempre em risco, vitimadas por uma “colonialidade que institui uma política de vidas descartáveis”.<sup>485</sup>

A contrapelo dos silenciamentos intensificados pelas políticas de isolamento a partir de 2020, as colaboradoras, neste tópico, demonstraram alguns dos números de ações sociais executadas por elas e seus respectivos movimentos sociais em defesa das mulheridades racializadas e de gênero e sexualidades dissidentes. Nas vielas das memórias menos iluminadas, as colaboradoras rememoram suas primeiras movimentações, os objetivos, os seus ativismos interseccionais em defesa dos direitos humanos aos desumanizados pela colonialidade do poder e do ser, apontando a necessidade de termos, desse lado de cá, “olhos de ver”<sup>486</sup> diferenciado para a vida das mulheres e LGBTI+ manauenses. Não se aquietam e jamais se aquietarão diante da barbárie e da exploração, como dito pela jornalista e professora universitária, Ivânia Vieira, “não aceitam o projeto devorador de vida” e, por esse motivo, “estão em lutas cotidianas, reinventam estratégias e permanecem firmes na outra construção do sonho e da utopia”.<sup>487</sup>

---

<sup>484</sup> “Confinamento acentua desigualdade de gênero”. *A Crítica*, 24 de maio de 2020, p. A3.

<sup>485</sup> Vergès, Françoise. *Um Feminismo Decolonial*. Tradução: Jamille Pinheiro; Raquel Camargo. São Paulo: Ubu editora, 2020, p. 42.

<sup>486</sup> Rovai, Marta Gouveia de Oliveira. *Sob nossa pele e com nossas vozes: feminilidades transbordantes do sul mineiro Teresina*: Cancioneiro, 2022, p. 62.

<sup>487</sup> “Confinamento acentua desigualdade de gênero”. *A Crítica*, 24 de maio de 2020, p. A3.

### 3.2 De um movimento homossexual ao Protagonismo lésbico manauense

Em 1995, o *Jornal do Comércio* noticiou que “lésbicas negras vão lutar contra o racismo”. Passando-se em contexto carioca, o escritor aponta que as mulheres lésbicas e negras historicamente foram minorias e se sentiam discriminadas nos movimentos sociais, referindo-se, em particular, ao movimento negro e ao “homossexual”. Além da opressão praticada pela “sociedade branca heterossexual”, sinalizam que “o movimento negro é lesbofóbico e há um profundo racismo dentro do movimento homossexual”. Segundo a entrevistada para a notícia, a ativista e professora Neusa Pereira, “a rejeição que as lésbicas negras sentem é reflexo (...) de um ‘racismo que existe em toda a sociedade’”. Entre experiências de racismo e lesbofobia, como ouvir “além de negra, é lésbica”, ou perceber em espaços festivos que “a negra é sempre a boba da corte nas festas”, Neusa considerou que, até aquele momento, houve um avanço no que tange às discussões acerca das pautas de negras lésbicas em congressos nacionais e internacionais, como as promovidas pela Liga Internacional de Lésbicas e Gays – ILGA e a urgência da integração de grupos minoritários.<sup>488</sup>

As desqualificações de ativistas lésbicas e negras denunciadas no periódico foram/são baseadas em hierarquizações de gênero/sexualidade racializadas, originárias do processo de escravidão que imperou oficialmente nas Américas até o século XIX, cuja estrutura ainda permanece por meio da colonialidade do poder, do ser, do saber, do gênero e da sexualidade. Diante disso, neste tópico historicizo os ativismos de Tiana Silva e Izabel Cristina, fundadoras do primeiro movimento lésbico de Manaus, a Associação Amazonense de Mulheres Independentes pela Livre Expressão Sexual – AAMILES. As memórias individuais das colaboradoras evidenciam tensionamentos, angústias, lamentações, alegrias e, principalmente, esperança na justiça social para a população LGBTI+ amazonense. Por isso, faz-se as seguintes problematizações: como foi o processo de inserção das colaboradoras no movimento LGBTI+ amazonense? Quais memórias apresentam das interioridades das organizações LGBTI+ que estiveram presentes? Quais foram os anseios, as dúvidas e as necessidades para criação da primeira organização de/para mulheres lésbicas em Manaus?

Em meados de 2000, Sebastiana Silva, ativista lésbica negra manacapuruense, conheceu as lideranças do movimento homossexual, especialmente Adamor Guedes, e se interessou em participar da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis –

---

<sup>488</sup> “Lésbicas negras vão lutar contra o racismo”. *Jornal do Comércio*, 1995, nº 36.711, p.10.

AAGLT. Para a colaboradora, sua participação se deu em virtude da perspectiva de mudança social diante do processo de discriminação sofrido ao longo da vida, inclusive por parte da família, destacando a condição de liberdade alcançada apenas entre os 30 e 35 anos, quando “eu começo a me entender” enquanto lésbica, por meio do ativismo social. A reflexão feita por Tiana sobre liberdade foi antecedida pela narrativa acerca das atividades que realizou nos seus primeiros anos no movimento social: “que eu tô dentro da construção da parada, desde a primeira parada em 2000 né? 2000 e 2001. E eu tava como um participante, 2002 já tô na coordenação né?”<sup>489</sup>

Além da dimensão do sofrimento emplacado pela discriminação sexual, transformado em ferramenta de luta, Tiana Silva realiza um processo de memória pendular, isto é, indo e retornando no tempo da memória privada e pública, ela narra fatos da sua vida que a encaminhou para o ativismo político: mencionando o falecimento de sua vó e as Diretas Já<sup>490</sup>, a migração para Manaus e sua atuação no Distrito Industrial, entre 1992 e 1997, dizendo que era um momento que estava “passando pela minha puberdade, pela adolescência, entrando na juventude, entendeu? (...) há uma lacuna muito grande”.<sup>491</sup>

A possível lacuna à qual a colaboradora se refere esteja relacionada à ausência da percepção de si enquanto lésbica, tendo pouca experiência afetiva com mulheres, ou mesmo tendo acessado algum conhecimento concernente às sexualidades dissidentes, naquele contexto espacial e temporal. Assim, aos 25 anos, Tiana decide ir para a I Parada do Orgulho Gay (Parada do Orgulho LGBTI) de Manaus, se encantou pela diversidade, quase como uma descoberta de si enquanto parte de algo maior, coletivo: “você vê aquela explosão de alegria, de cores, de fantasia, de pessoas se sentindo livre, amando quem elas querem né?”<sup>492</sup>

---

<sup>489</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus. A colaboradora se refere a Parada do Orgulho LGBTI+ (nomenclatura recente), que foi iniciada em 2000. Na imprensa, encontramos notícias do evento a partir de 2004, embora anos anteriores fosse realizado o Gay Pride.

<sup>490</sup> Segundo a historiadora Lucília Delgado, as “Diretas Já” foram campanhas de mobilização contra o regime civil-militar, pedindo o “retorno das eleições diretas para presidência da república”. Além dos partidos políticos PT, PMDB, PDT, PCB e PC do B, movimentos da sociedade civil também se organizaram e foram às ruas em apoio à campanha. Para mais informações sobre o contexto histórico que sucedeu as “Diretas Já” nos anos 1980, ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *A Campanha das Diretas Já: narrativas e memórias*. ANPUH – *XXIV Simpósio Nacional De História* – São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2007, p. 2-3.

<sup>491</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>492</sup> *Ibidem*.

Para o advogado e ativista dos Direitos Humanos, Renan Quinalha, são históricas as mobilizações da população LGBTI+ no mundo, sinalizando que no Brasil é considerado o marco da Parada do Orgulho LGBTI\_ o mês de junho de 1997, em São Paulo. Nesse sentido, apontada como a maior manifestação das diferenças LGBTI+ do mundo, mobilizando em grande escala a população brasileira e mundial, as Paradas têm a finalidade de:

Afirmação da cidadania, a educação para a diversidade e o combate à LGBTfobia são as questões centrais e predominantes durante esse tempo todo, evidenciando como reivindicações múltiplas se atualizam e se recolocam em ciclos diversos do movimento.<sup>493</sup>

Nesse sentido, a partir dos anos 2000, a população de gueis, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (e posteriormente Intersexos e outras identidades), não estava mais interessada pela normalidade “perante a sociedade”, mas pelo respeito e pela afirmação das diferenças, tendo a Parada do Orgulho um “vetor da existência pública e mote das ações políticas”<sup>494</sup>. Sendo assim, os caminhos da sensibilidade, da alteridade e da justiça mobilizaram Tiana para conhecer a AAGLT e somar na luta comum com seus semelhantes.

Engajada politicamente na Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis, entre 2000 e 2005, Tiana rememora eventos históricos que contribuíram para as políticas públicas em defesa da população LGBTI+ local e nacional, que foram invisibilizadas e vitimadas pelas narrativas da colonialidade interna e pelas disputas de memória, como também evidencia episódios que a levaram se distanciar desta organização, fundando, junto com outras mulheres lésbicas, o movimento de lésbicas no Amazonas.

Em 2003, Manaus sediou o XI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (EBGLT), o maior evento de ativismo do país, onde reuniu ativistas e organizações da sociedade civil brasileiras, incluindo ativistas de países da América Latina.

Aí quando foi em 2003, que o Lula ganha, nós realizamos aqui o 11º Encontro EBGLT. Nesse ano, nós tivemos, foram 572 delegados, mais cinco países vizinhos. Eu falo para você, porque eu estava na

---

<sup>493</sup> Quinalha, Renan. *Movimento LGBTI+*: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, p. 128.

<sup>494</sup> *Ibidem*, p. 98.

coordenação (...) junto com Guedes, junto com Bruna LA Close, junto com a Rebeca, junta com a Weydma, com a Kellen.<sup>495</sup>

O Encontro inicialmente rememorado pela colaboradora, ocupou a página de Entretenimento e Negócio do *Jornal do Comércio*, em 11 de novembro de 2003. Apreendido como cultura alternativa, este evento de caráter político, ocorreu no Teatro Chaminé, entre 11 e 14 de novembro, objetivando “discutir políticas públicas voltadas à população homossexual”, especialmente no campo dos direitos humanos e da saúde, conforme noticiado. Evento nacional que ocorria de dois em dois anos, o jornalista destacou a disputa do Amazonas com outros estados, entre eles, Santa Catarina e Rio de Janeiro, afirmando, inclusive, que “essa é a primeira vez [...que] o Norte do país sedia o Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis”, mencionando o empenho e apoio internacional da Organização das Nações Unidas e da UNESCO.<sup>496</sup>

Diante de um novo cenário político, o Encontro contou com representantes do governo federal, entre eles o Subsecretário de Promoção e Defesa de Direitos Humanos, Perly Cipriano<sup>497</sup>, e o Secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda<sup>498</sup>. Por outro lado, a memória de Tiana Silva excluiu, durante a relação dialógica, as lembranças dessas duas personagens mencionadas pelo periódico, narrando da seguinte forma: “foi a primeira vez que o governo federal manda um representante da Presidência da República, quem veio foi o Doutor Evair”.<sup>499</sup>

ele ficava desesperado! Quando a gente chegava, dizia: “como é que vocês conseguiram se organizar? Como é que vocês têm recursos para isso? Como é que vocês têm... sabe? E foi uma junção: o movimento das redes nacionais ajudando aqui e a gente fazendo os ofícios, a gente mandando, articulando, aquela coisa toda. Então, a partir dali começa a

<sup>495</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>496</sup> “Estilo GLS é somente dos que sabem viver”. *Jornal do Comércio*, nº 38.950, 11 nov.2003, p. 23.

<sup>497</sup> Perly Cipriano nasceu em agosto de 1943 no município de Aimorés, MG. É um político, militante dos direitos humanos e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi preso político da Ditadura Civil-Militar, escrevendo posteriormente livros sobre o período de dez anos que passou preso, entre eles “Fome de Liberdade”. Além de vereador de Vitória (ES), Cipriano foi Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos no Primeiro Governo Lula (2003-2007).

<sup>498</sup> Nilmário Miranda, nascido em 11 de agosto de 1947, em Minas Gerais, é um ex-deputado estadual e federal, filiado ao Partido dos Trabalhadores. Ex-preso político durante a Ditadura Civil-Militar, Miranda escreveu famoso livro “Dos filhos deste”, sobre os mortos e desaparecidos políticos da Ditadura brasileira. Por conta da sua militância e engajamento em Defesa dos Direitos Humanos, Nilmário foi Secretário de Direitos Humanos no Primeiro Governo Lula, pasta que tinha status de Ministério.

<sup>499</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus. Buscando informações mais precisas sobre o Dr. Evai, mencionado pela colaboradora, não obtive nenhuma informação acerca do personagem. Ademais, talvez seja possível que Tiana estivesse se referindo a um dos dois personagens visibilizados pela notícia do *Jornal do Comércio*.

nossa política, foi aqui em Manaus que nascia o programa Brasil Sem Homofobia.<sup>500</sup>

Contando com a presença de treze organizações não-governamentais do Brasil, além das advindas da América Latina, estiveram presentes personagens históricas que deram sustentabilidade ao movimento social LGBTI+ à época, entre elas, as ativistas do Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas. Conforme supracitado por Tiana, acerca da sua participação como uma das coordenadoras do evento e, durante as falas das ativistas lésbicas advindas de outros estados, atinou para os problemas de invisibilidade das mulheres lésbicas no movimento social do Amazonas, ou seja, estavam como voluntárias – sem voz e voto nas pautas do encontro, atribuição apenas de delegados/as eleitos em encontros realizados internamente nos Estados.

No Teatro Chaminé, local do grandioso evento, houve questionamentos e críticas do movimento nacional lésbico: “cadê as lésbicas de Manaus? Não têm lésbica em Manaus? Não tem sapatão em Manaus? Vocês são organizadores do evento e não têm uma lésbica (d) aqui como delegada?”. Assim, as lésbicas da AAGLT foram questionadas por uma das ativistas presentes, Rosângela Castro: “Quem são vocês dentro da associação?” Tiana, de modo acanhada, responde: “a gente tá aqui como voluntária”, despertando em Castro, de acordo com a colaboradora, um enraivecimento: “ficou puta nesse dia”.<sup>501</sup>

Percebendo que as mulheres lésbicas precisavam ser protagonistas e ter representatividade política no movimento social LGBT à época, Rosângela Castro lhe chamou para o canto e falou:

Daqui a três dias o evento acaba, nós vamos embora para nossos estados, vocês vão ficar aqui. Então, vocês que são protagonistas, vocês têm que dizer para os gueis, para as trans, para os bis qual é a necessidade de vocês, mulheres lésbicas e bissexuais. Vocês têm que levantar esse discurso!<sup>502</sup>

---

<sup>500</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus. O Programa “Brasil sem Homofobia” foi um projeto nascido da articulação entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada, lançado em 2004, objetivando a “ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania” da população LGBTI+ no país; além disso, outros intuítos centrais do programa foram a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos, de modo interministerial. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

<sup>501</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>502</sup> *Ibidem*.

Após ouvir atentamente o chamamento de atenção da ativista Rosângela, Tiana entendeu o processo de invisibilização, silenciamento e hierarquização das mulheres lésbicas e bissexuais, sobretudo as racializadas, dentro do movimento social no início do século XXI. Ao mesmo tempo, a entrevistada afirma que desde que pisou na AAGLT, em 2003, “venho nessa luta”<sup>503</sup> de inserir nas pautas de debate e ações sociais contra violência de gênero e doméstica entre casais homoafetivos, a violência intrafamiliar e violência sexual.

Além da luta cotidiana pela existência, contra a lesbofobia, o machismo e racismo, a colaboradora narra a luta dentro do movimento LGBTI+, à época chamado GLT, para ser ouvida e ter suas pautas levadas em consideração pelos outros membros da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT), única ONG em defesa dos direitos humanos e sociais de pessoas de gênero e sexualidade dissidente no Amazonas, até 2004. Acerca disso, o filósofo amazonense, Denis da Silva Pereira, no livro *Violência contra LGBT em Manaus*, aponta que a AAGLT foi marcada pela “proeminência de gays e travestis”, reafirmando a quase ausência de mulheres lésbicas nesse espaço de decisão coletiva. Além disso, a ativista Dinká, colaboradora de Pereira, denuncia que a organização tinha “caráter de exclusão das lésbicas”, tendo seu apogeu de insatisfação e quebra de silenciamento quando se descobriu que, entre 1998 e 2004, o movimento social enviava mulheres heterossexuais, na condição de delegadas, para o Seminário Nacional de Lésbicas, implicando, com isso, a fundação do “primeiro grupo organizacional composto somente por mulheres lésbicas no estado”.<sup>504</sup>

Para a advogada e ativista sapatão, Raíla de Melo, apreender se os lugares que mulheres lésbicas e negras acessam, especialmente movimentos sociais, “reproduzem ou não desigualdades é essencial, à medida que se realiza o entrecruzamento dessas categorias identitárias”, relegando-as, em grande medida, a “posições e condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica de dominação”<sup>505</sup>. Diante disso, as ativistas manauenses enxergaram a necessidade de constituir um movimento social lésbico no Amazonas, onde as mulheres lésbicas pudessem se inserir e se sentirem seguras “para o

---

<sup>503</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>504</sup> Pereira, Denis da Silva. *Violência contra LGBT's em Manaus: resistência e enfrentamento*. Manaus: EDUA, 2020, p. 207-208.

<sup>505</sup> ALVES, Raíla de Melo. *Sapatonas Negras: potências em movimento*. Belo Horizonte: Letramento; Temporada, 2022, p. 41.

desenvolvimento de suas consciências subjetivas [...e identidades sociais, pois...] sem comunidade não há liberdade”.<sup>506</sup>

No processo dialógico questiono acerca do processo histórico da fundação da primeira organização social de lésbicas no Amazonas, mais especificamente na capital. E Tiana, sorrindo, narrou com detalhes essa ação:

A primeira organização que nós criamos aqui no Amazonas, de fato, mas de fato e não de direito, se chama Associação Amazonense de Mulheres Independentes pela Livre Expressão Sexual (AAMILES). Nos reunimos aqui no Aleixo, numa boate chamada *Zoom*, ela fechou, ela é da Lene, da Lene Santos, que foi dona do Jaqueirão, que era um *point* também LGBT, que existia de 98... tu até acho que 2006, aqui na Praça 14, que era Jaqueirão né, depois Lene vai para *Zoom*. Então nós reunimos ali na *Zoom*, trinta e duas mulheres lésbicas e bissexuais. Foi a primeira vez que a gente consegue organizar uma reunião para falar sobre a nossa pauta.<sup>507</sup>

Foi em um espaço majoritariamente LGBTI+, a boate *Zoom*, que nasceu a AAMILES, a partir da iniciativa de mulheres preocupadas com suas demandas, necessidades individuais e coletivas, com políticas públicas também voltadas para o segmento L. “Falar sobre nossa pauta”, para Tiana, era tornar pública a violência doméstica, a violência intrafamiliar, as prevenções e sensibilizações em saúde, especialmente IST/HIV/Aids para as mulheres lésbicas e bissexuais. Sobre esse último, Tiana rememora a ação de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis para mulheres lésbicas do Ministério da Saúde, como uma política pública que excluiu as mulheres que se relacionam afetiva-sexualmente com mulheres, ou seja, uma violência de gênero e de sexualidade.

O kit era uma sacola que vinha: cortador de unha ou uma tesourinha, um sabonete, um lençol elástico, camisinha masculina, uma dedeira e uma luva cirúrgica. Esse era o kit para as lésbicas, enquanto para os gays era o preservativo e o gel lubrificante. A política de prevenção à AIDS não foi feita para o gênero feminino, não foi feito, e muito menos para nós, lésbicas, entendeu?<sup>508</sup>

Em seguida, Tiana Silva conta um possível contexto afetivo-sexual entre mulheres para ironizar a política nacional de prevenção às ISTs e HIV para lésbicas e bissexuais: “pera que vou pegar meu kit. Não, deixa eu cortar a unha aqui; não, pera, vou

<sup>506</sup> *Idem, Ibidem*, p. 38.

<sup>507</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>508</sup> *Ibidem*.

botar minha luva; pera aí que vou colocar a dedeira”.<sup>509</sup> E de forma incisiva, questiona a sociedade civil e o governo: “vamos falar de prática sexual entre lésbicas? Mas de que prática que a gente tá falando?”, demonstrando, em seguida, a lesbofobia inerente às políticas públicas, em especial de saúde, que exclui do diálogo as próprias comunidades que usufruiriam do serviço, supondo que “só pega AIDS quem tem pau (...) isso é um mito, entendeu?”<sup>510</sup>

Questionamentos, denúncias e proposições de mudanças para alçar equidade e justiça social, são características de ativistas comprometidos/as com os problemas experienciados, cotidianamente, pelos grupos e indivíduos em situação de minoria social, como as mulheres lésbicas pretas e pardas no Amazonas.

As ações políticas de Tiana, em conjunto com outras mulheres na AAMILLES, impactou a cena manauense. Ao se tornar agente do Estado<sup>511</sup>, na Secretária de Justiça e Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC, em 2015, enquanto Gerente da Diversidade Sexual e Gênero, sob o Governo Mello, Tiana pode ampliar as ações políticas iniciadas no movimento social LGBTI+. Como dito pela colaboradora sobre esse lugar de poder: “a gente vai estar ajudando alguém, sabe? A gente vai poder fazer com que outras não passem pela violência que nós passamos, ne? (...) e isso que é o mais desafiador para todos nós (...) para que a gente possa viver livremente”.<sup>512</sup> Flexionando o verbo ir no presente do indicativo, Tiana trouxe para o momento da entrevista, em 2021, as aspirações de ativista ocupando um cargo público destinado para sensibilização, mobilização e construção de políticas para população LGBTI+ amazonense.

A partir desse espaço e mantendo estreito diálogo com o movimento social LGBTI+, Tiana contribui na articulação do I Workshop da Visibilidade Lésbica, em 2015. Embora a colaboradora mencione essa ação, não aprofunda mais detalhes, por isso buscamos notícias da imprensa para compreender historicamente a visibilização das demandas das mulheres lésbicas manauenses, mas também o estreitamento de diálogo com o Estado para fins de construção de políticas públicas para a população LGBTI+.

---

<sup>509</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião.

<sup>510</sup> *Ibidem*.

<sup>511</sup> Pereira, Denis da Silva. *Violência contra LGBT's em Manaus: resistência e enfrentamento*. Manaus: EDUA, 2020.

<sup>512</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

Comemorado em 29 de agosto, o primeiro evento preocupado em debater com as mulheres lésbicas ocorreu em 2015, no auditório da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC). Sob um tema amplo, *Quebrando Paradigmas, Construindo Cidadania*, o momento objetivou não apenas fortalecer a luta das lésbicas, mas provocar o poder público para construção de uma agenda ampla e efetiva a partir das áreas de saúde, educação, mundos do trabalho e segurança pública, considerando as especificidades de gênero e sexualidade, experienciados pelas lésbicas amazonenses.

Apesar da notícia ser breve, é muito rica em informações. Explicita narrativas de três lugares sociais diferentes: do Governo, representado pela Secretária Titular, Graça Prola; da Sociedade Civil Organizada, na pessoa de Sebastiana Silva e, por fim, da Universidade, com o psicólogo Jhon Elton Santos.

Sabemos que as *mulheres lésbicas são invisíveis* perante as políticas públicas e sofrem preconceito e discriminação no dia-a-dia. Esse debate foi o início de um projeto que visa atender essa população com mais atenção nas instâncias do Governo do Estado e provocar um estreitamento entre o poder público e os movimentos. Portanto, vamos trabalhar para que a sociedade as enxergue *como cidadãs com direitos e deveres* – Graça Prola.

Discutir essa temática de forma clara e transparente é importante para começarmos a fazer reflexão. Porque quando não falamos à sociedade quais são nossas angústias e anseios e como o serviço público pode nos atender, nós mesmos, estamos tirando nosso direito. Isso reforça que independente de condição sexual *somos cidadãs e temos direitos* – Sebastiana Silva.

Temos uma dívida social com a população LBT porque não discutimos e nem fomentamos com mais intensidade as questões relacionadas a esse público. Esse conhecimento tem que ser compartilhado e multiplicado para que esse assunto não seja mais tabu – John Elton.<sup>513</sup>

Apesar de falarem de lugares sociais e políticos distintos, os sujeitos entrevistados para o Portal Xibé, carregam uma preocupação histórica comum, ou seja, a ausência de políticas públicas para as mulheres lésbicas. Esta ausência ocorre pela discriminação cotidiana, pela invisibilidade social, negação do debate sobre as especificidades, histórico processo de silenciamento e marginalização, resultando, assim, naquilo chamamos de *subcidadanização*.<sup>514</sup>

<sup>513</sup> “Mulheres lésbicas vão construir agenda de demandas”. Portal Xibé, 29 ago. 2015 (tiragem online). Disponível em: <https://www.portalxibe.com.br/cms/mulheres-lesbicas-va-construir-agenda-de-demandas/>. Acessado em: 20 jun. 2023.

<sup>514</sup> Jaqueline Gomes de Jesus explica que a subcidadania é um paradigma na realidade de muitos grupos brasileiros, uma vez que as pessoas desses grupos são impedidas de acessarem todos os direitos sociais e suas benesses, como também os efeitos plenos dos esforços trabalhados que “são usurpados de si. Isso tudo

Como dito por Sebastiana, colaboradora desta tese, quanto por Graça Prola, o intuito final é a cidadania. Entretanto, nota-se uma diferença narrativa entre a fala de uma representante do movimento social e uma representante do governo. Enquanto Graça afirma que a cidadania só é garantida pela relação entre Estado e Movimentos sociais, conhecendo as demandas e, conseqüentemente, atendendo e garantindo os direitos, o que implica na sociedade a visibilidade destas sujeitas enquanto cidadãs. Tiana, por outro lado, assevera “somos cidadãs e temos direitos”, evidenciando que a cidadania não passa – ou deveria passar – por um crivo social, determinando quem é ou não é cidadã/cidadão, independente de gênero, raça/etnia, classe, sexualidade, variável mencionada por Sebastiana.<sup>515</sup>

A fala assertiva de Tiana traz um outro dado importante, característico das ações políticas: a verbalização dos problemas sociais. Historicamente, as “mulheres de cor”<sup>516</sup> utilizam da palavra falada para denunciar os funcionamentos da matriz de opressão colonial/moderna que as afetam e moldam as estruturas da sociedade, que (re)cria, cotidianamente, formas de desigualdade para impedir a construção e o acesso aos direitos e a justiça social. Assim, promover a fala corajosa, segundo Bell Hooks, possui significativos efeitos na realidade, criando uma consciência crítica que desafia tanto o pensamento e práticas patriarcais, irrompendo com as correntes do silenciamento, quanto encorajando outras mulheres e LGBTI+ a erguer a voz contra a dominação.<sup>517</sup>

Por outro lado, é importante demarcar o receio que as mulheridades não-brancas, sejam lésbicas ou não, têm ao perderem benesses, como a segurança, para produzir uma fala destemida ante o sistema de dominação. Conforme Hooks, “o medo da exposição, o medo de que os sentimentos mais profundos e os pensamentos(...) fossem desprezados como meros devaneios” é uma realidade vigente nas experiências das mulheridades, protegendo-se através da negação de suas próprias vozes, tornando-se urgente superar esses obstáculos por meio de uma comunidade solidária.<sup>518</sup> Por isso, a entrevista de Tiana

---

impede de vivenciarmos plenamente o potencial da nossa humanidade”. Pedra, Caio Benevides. *Cidadania Trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020.

<sup>515</sup> “Mulheres lésbicas vão construir agenda de demandas”. Portal Xibé, 29 ago. 2015 (tiragem online). Disponível em: <https://www.portalxibe.com.br/cms/mulheres-lesbicas-vao-construir-agenda-de-demandas/>. Acessado em: 20 jun. 2023.

<sup>516</sup> Mulheres de cor constitui um termo guarda-chuva que abarca as mulheres subalternizadas, principalmente aquelas que se encontram no sul global, ou seja, são mulheres negras, indígenas, trans, chicanas, latinas, africanas, orientais entre outras, em suas especificidades. Lugones, María. *Colonialidade e Gênero*. In: Hollanda, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 78.

<sup>517</sup> Hooks. Bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019, p. 19

<sup>518</sup> *Ibidem*, p. 34.

para o Portal, conclamando as mulheres a não se calarem e falarem sobre suas “angustias e anseios” perante o funcionamento da engrenagens do Estado, ou melhor do governo à época, de forma inadequada, injusta e desrespeitosa diante das diferenças das pessoas-clientes, reforça a agenda feminista ao incentivar as mulheridades e feminilidades subalternizadas a se manifestarem, lutando lado a lado, como “um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento” à contragosto das políticas do anonimato.<sup>519</sup>

Além do workshop, Tiana rememora que vieram outros eventos com a finalidade de discutir e implementar políticas públicas para as mulheres lésbicas, parceria entre Estado e Sociedade Civil organizada. Relembra outras ações políticas realizadas enquanto estava gerente da Diversidade Sexual e Gênero do Amazonas, resultado, segundo ela, das discussões dos workshops. Um deles é a “Parada L”, promovida entre os anos 2014, 2015, 2016. A realização dessa ação, segundo a colaboradora, se deu em virtude da ausência de outras mulheres lésbicas que “não se sentiam contempladas dentro da Parada do Orgulho LGBT”, mas que se encontravam em atividades culturais e esportivas também promovidas por essas parcerias, como torneios de futebol:

Lili Lilica que fez o primeiro torneio diversidade feminina, que era um torneio com vinte times femininos. Eram vinte times de mulheres lésbicas e bissexuais, que a gente conseguiu fazer o torneio. Cada time com doze meninas e todas essas meninas são lésbicas e bissexuais. Então, assim, a gente consegue ver essa equação mudar o movimento, as meninas se organizarem né, então a gente pode conseguir. Há uma diferença no movimento lésbico, porque assim elas conseguem se reunir nos espaços de sociabilidade.<sup>520</sup>

Os interesses das mulheres lésbicas, segundo Tiana, estavam mais inclinados para práticas que não envolviam o “fazer” política para a garantia de direitos. Porém, não é possível perder de vista o valor político inerente à cultura e ao esporte, haja vista a negação do acesso a esse direito básico para grupos e sujeitos em situação de minoria social, sendo necessário a sociedade civil construir estratégias para realização de torneios de futebol para mulheres lésbicas e bissexuais, demandando um esforço físico, mental e econômico para garantir uniformes, medalhas/troféus, transporte e prêmios, em grande

---

<sup>519</sup> *ibidem*, p. 3.

<sup>520</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

medida sem recursos do Estado para efetivação e tornar tal prática uma tradição dentro da população LGBTI+.

Paralelamente a essa perspectiva, Tiana narra o pouco engajamento das lésbicas nos movimentos sociais. Durante a relação dialógica, a colaboradora informa que, quando são chamadas para participar de atividades dentro da “associação (...) elas ficam meio arredia”. Com pouca adesão, “elas participam, vão para uma oficina, participa de uma roda de conversa”, contudo não há um “assumir essa identidade como uma identidade política”.<sup>521</sup> Ademais, Silva aponta que tornar uma identidade sexual em uma identidade política passa pelo processo de empoderamento, de articulações e mobilizações, proporcionadas em grande medida pela presença e aceitabilidade de um indivíduo num grupo politicamente engajado.

O ativismo e a defesa de direitos não possuem “tempo de validade” para os ativistas. Desse modo, num tom preocupado, Tiana explicita a necessidade de haver novas lideranças lésbicas para que diálogos sobre saúde, educação, empregabilidade e segurança não se percam e as demandas especificadas dessa comunidade sejam contempladas. Por isso, insistir para “fazer com que as mulheres lésbicas se apropriem desses espaços para discutir” é um exercício constante, é uma ação política para garantir a defesa da liberdade e autonomia, igualmente para àquelas que desejam, por algum motivo, adentrarem o movimento social organizado.

Nesse sentido, a partir do reconhecimento dos episódios de lesbofobia e machismo sofridos ao longo da vida, resultou no engajamento de Izabel Cristina, mulher parda e lésbica manauense, a se tornar ativista, se apropriar do espaço do movimento social organizado, mas também fazer as suas próprias articulações individuais em defesas das mulheridades e da população LGBTI+. Realizando um processo de reconstrução de memória sobre seu processo de empoderamento, Izabel retoma o passado-presente:

como já fui muita ofendida e sofri muito preconceito, então eu comecei a ver o lado ativista. O dia que eu estava lá na Eduardo Ribeiro, no centro, eu comprei uma blusa do arco-íris, e estava tendo parada gay por perto, tipo um desfile, brinquei e me diverti e quando passaram 5 homens por mim e falaram: “olha essa machuda, essa machuda vai morrer!”. Eles pegaram e jogaram uma lata de cerveja no meu nariz e começou a sair muito sangue, e eles diziam “tem que matar, tomara que tenha morrido”.<sup>522</sup>

---

<sup>521</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 13 de novembro de 2021, nas dependências da Cafeteria do Largo São Sebastião, em Manaus.

<sup>522</sup> Entrevista com a ativista **Izabel Cristina da Costa Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 24 de março de 2022, na praça de alimentação Hiper DB Nova Cidade, Manaus.

Tendo que sair às pressas do evento promovido pela comunidade LGBTI+ por conta do ataque, a colaboradora chegou em casa e precisou aguardar o sangue estancar fora do ambiente, por conta da presença da mãe, que, certamente, tomaria medidas de segurança. A violência, para Izabel, foi um marco para “militar”, asseverando: “tudo que for em relação à defesa das mulheres, eu me meto”.<sup>523</sup>

De acordo com a intelectual lésbica negra estadunidense, Audre Lorde, o sentimento de raiva, proveniente de humilhações e limitações estruturais, “pode se tornar uma poderosa fonte de energia a serviço do progresso e da mudança (...) sobre os quais nossas vidas são construídas”. Para isso, é necessário fazer um esforço de tradução acerca das diferenças, dos aliados/as e dos “verdadeiros inimigos”, que devem ser combatidos. Tal inimigo não se refere às pessoas, mas a matriz de opressão que se mantém materializada nas práticas concretas de discriminação e de subjugação nas relações humanas.<sup>524</sup>

Izabel Cristina, nesse sentido, tornou suas dores e raiva em ação criativa e política, objetivando “alterar todas as condições repressoras” em defesa das mulheridades e feminilidades.<sup>525</sup> O efeito desse engajamento individual perpassa a: “existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos”.<sup>526</sup> Nesse sentido, tomando a experiência como essência importante para articulação política, também lançamos mão das reflexões da historiadora estadunidense, Joan Scott, ao expor as problemáticas que ocorrem ao procurarmos tornar visíveis experiências de vida sem haver um potencial analítico em torno do “sistema e a historicidade”, exemplificando com a ideia de que, mesmo sabendo que existem diferenças entre os indivíduos e grupos sociais, devemos entender as funcionalidades de cada um.<sup>527</sup>

Durante a relação dialógica, Izabel explicitou uma atuação tímida nas organizações sociais, pouco evidenciando sua participação na AAMILES, na Associação Orquídeas LGBT e as presenças em conferências nacionais e locais de gêneros e

---

<sup>523</sup> *Ibidem*.

<sup>524</sup> Lorde, Audre. *Irmã Outsider*. Tradução: Stephanie Borges. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 159-160.

<sup>525</sup> *Ibidem*, p. 160.

<sup>526</sup> Honneth, Axel. *Luta por reconhecimento*. A gramática moral dos conflitos sociais. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 258.

<sup>527</sup> SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, v. 16, n.1, p. 304, 1998.

sexualidades, como a Conferência Nacional LGBT, em 2008, com alguns feixes de luz sobre os debates, embates e decisões políticas estabelecidas a partir das demandas. Ao contrário disso, explicitou seus desgostos e preocupações com comportamentos e perspectivas de membros do movimento social, ou seja, atitudes que, do seu ponto de vista, “estragava” e comprometia a positividade de uma luta histórica, implicando no seu afastamento, em alguns momentos de sua vida, da luta coletiva.

Entretanto, o empoderamento e o ativismo construídos ao longo da vida, nunca foram abandonados, ou deixados de lado por um momento. Com forte presença nos mundos do trabalho, Izabel Cristina construiu mecanismos de acolhimento e de luta em defesa das vidas das mulheres e da população LGBTI+, fortalecendo e dando outros sentidos ao que estamos chamando de “ação política”.

Por esse caminho, a colaboradora narra diversos projetos com o objetivo de contribuir na manutenção da vida das mulheres, em especial as lésbicas. Um projeto social que inúmeras vezes ela relembra, é a feijoada beneficente, realizada para “meninas lésbicas com câncer”. Segundo Dona Izabel, já foram realizadas 15 feijoadas com o objetivo de angariar valores para custear os cuidados das mulheres vítimas de câncer. Além do objetivo final, Izabel conta que nesses encontros ela convida oncologistas e/ou enfermeiros para falar acerca das políticas de prevenção, sensibilização e encorajamento para “fazer exames como preventivo (...) sempre bato na tecla da importância de sempre fazer esses exames”.<sup>528</sup>

E a partir daí veio a ideia de fazer a feijoada e trazer pessoas para palestrar sobre câncer e conseguir levar os exames para feijoada também: unir o útil ao agradável. E eu informava o Fórum sobre a feijoada, e assim o convite era passado para população LGBTQIA+, para saber sobre os problemas e como funcionava e de que forma poderia ajudar essas garotas. Das quinze feijoadas que eu fiz para quinze pessoas, pelo menos 3 morreram de câncer.<sup>529</sup>

A narrativa da ativista Izabel Cristina, ratifica uma das hipóteses desta pesquisa ao provar a sinergia conhecimento e *práxis* para alcançar mudanças sociais concretas na vida de LGBTI+, especialmente as mulheres lésbicas e bissexuais. As articulações políticas para trazer um/a profissional de saúde para discutir o que é, como identificar e formas de tratar cânceres que vitimam, em grande escala, mulheres cisgêneras e homens transgêneros e, ao mesmo tempo, chamar tanto o Fórum Permanente de Movimentos

---

<sup>528</sup> Entrevista com a ativista **Izabel Cristina da Costa Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 24 de março de 2022, na praça de alimentação Hiper DB Nova Cidade, Manaus.

<sup>529</sup> *Ibidem*.

LGBTI+, quanto Fórum Permanente das Mulheres de Manaus, fazendo desse espaço de troca de conhecimentos e dúvidas, também um lugar de sociabilidade e aproveitamento cultural, constituindo, assim, não somente uma ação sociopolítica de valorização da vida das mulheridades e feminilidades, mas da vida de um modo geral, especialmente as negligenciadas pelo Estado.

Objetivando historicizar essa ação, Izabel narra que iniciou com um trabalho em torno de venda de peixes, chamado Confraria do Peixe, realizado por ela e outras mulheres para arrecadar um dinheiro para diferentes necessidades. O trabalho com mulheres vivendo com câncer iniciou quando uma amiga chegou e disse que a Maria, uma cantora independente, estava com câncer e não tinha condições econômicas para arcar com os custos do tratamento, e perguntou da possibilidade de movimentar essa rede para promover a feijoada. E Izabel disse “Bora fazer”: “E falaram ‘chama as meninas da confraria para te ajudar’”. Aí disseram “poxa, se é para estar fazendo todo o mês uma feijoada, por que que a gente não monta uma associação, a gente não precisa mais estar fazendo feijoada para elas”.<sup>530</sup>

De fato, o sonho de Izabel era poder montar uma associação que trabalhasse exclusivamente com mulheres, focando especialmente nas lésbicas e bissexuais. Paralelamente, com a fundação de uma organização também seria possível visualizar novas estratégias para garantir a integridade moral daquelas mulheres, seja com captação de recurso de entidades não-governamentais ou governamentais, pois até o momento da entrevista, a colaboradora lamentava a necessidade da exposição para angariar recursos para concretização da ação:

eu queria chegar um dia, que essas meninas não precisassem ficar se expondo. E se eu for estar pedindo uma feijoada para você, ninguém vem. Se eu botar você em cima de uma cama e divulgar a imagem para ajudar em alguma coisa: “aí eu vou ajudar”. Eu sempre perguntei se eu posso botar o nome.<sup>531</sup>

Diante disso, a colaboradora e outras mulheres tentaram construir o Instituto de Acolhimento das Mulheres Amazonense – IARA. Tinha como marca uma sereia, com características indígenas, levantando um arco e uma flecha, simbolizando uma guerreira. Embora tenham conseguido realizar “muita coisa” enquanto mobilizadoras do IARAS, por outro lado não conseguiram vingar efetivamente enquanto instituição social. Segundo

---

<sup>530</sup> Entrevista com a ativista **Izabel Cristina da Costa Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 24 de março de 2022, na praça de alimentação Hiper DB Nova Cidade, Manaus.

<sup>531</sup> *Ibidem*.

Izabel, “começou muito bem, mas aí começou a dar problema com todo mundo e teve briga e não conseguia montar associação”.<sup>532</sup>

Preocupada com o destino das mulheridades e feminilidades dissidentes, a colaboradora, numa visão de futuro, vislumbra os diálogos e a formação de parcerias possíveis, por meio da IARAS, com instituições como o SEBRAE<sup>533</sup> e SENAI<sup>534</sup> para garantir formação profissional para àquelas que foram expulsas de casa por serem lésbicas, por serem trans, ou por outra razão. Nesse sentido, a contação de história sobre IARAS enquanto possibilidade, mas também ações concretas de mudança social, são efeitos positivados das discriminações, das agressões e demissões de trabalho baseadas em preconceito sofridas por Izabel.

Durante a relação dialógica, a colaboradora demonstrava e explicava o seu compromisso com a causa e a luta por justiça social, utilizando o conhecimento adquirido, seja o técnico e o empírico, para ajudar a alavancar a autoestima e autovalorização das mulheres e LGBTI+: “eu me sinto muito bem, Michele, em passar conhecimento para as pessoas. O que eu aprendo, eu passo, porque assim me sinto bem e me sinto gente, porque eu passo uma coisa de boa para as pessoas”.<sup>535</sup>

Faz parte dos objetivos deste capítulo iluminar “formas menos visíveis” de resistência e de ação política nos ativismos de mulheres lésbicas e negras em Manaus e, apesar do ocultamento do protagonismo de Izabel inerente às organizações sociais já mencionadas e historicizadas, nos apresenta um outro formato de ação ligado, talvez, a um ativismo solitário ou individual a partir de uma “luta pela sobrevivência do grupo” para produzir autonomias, coalizações entre os grupos e, por fim, as comutações institucionais.<sup>536</sup>

Para adensar nossa reflexão acerca das ações e mobilizações políticas de negras lésbicas manauenses, a feminista Patricia Hill Collins, em *Pensamento Feminista Negro*, visibiliza os escamoteamentos produzidos pelas ciências sociais e humanas ao ignorarem os múltiplos formatos de luta e resistência das ativistas negras – e ampliamos para

---

<sup>532</sup> Entrevista com a ativista **Izabel Cristina da Costa Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 24 de março de 2022, na praça de alimentação Hiper DB Nova Cidade, Manaus.

<sup>533</sup> Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

<sup>534</sup> Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

<sup>535</sup> Entrevista com a ativista **Izabel Cristina da Costa Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 24 de março de 2022, na praça de alimentação Hiper DB Nova Cidade, Manaus. Ressalvo alguns momentos elencados pela memória da colaboradora, como ensinar informática às trabalhadoras de serviços gerais, no horário de almoço, na UFAM. Ou ensinar algumas trabalhadoras da Mineração Taboca, a ler e escrever.

<sup>536</sup> Collins, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, p. 339.

ativistas lésbicas racializadas –, por meio de “definições mais comuns de resistência e ativismo político que não compreendem o sentido desses conceitos no dia a dia das mulheres”. A socióloga assinala:

A pesquisa em ciências sociais [...e humanas] costuma se concentrar nas atividades políticas públicas, oficiais ou visíveis, ainda que esferas não oficiais, privadas e supostamente invisíveis da vida e da organização social sejam igualmente importantes (...). Essa definição limitada também influencia negativamente a análise das ações de mulheres negras nas lutas de resistência.<sup>537</sup>

Em vista disso, as opressões de gênero, sexualidade e classe experienciadas por Izabel Cristina e Tiana Silva, mobilizaram-nas para a costura de ações sobre os fios das desigualdades vivenciadas e presenciadas cotidianamente, designando alternativas de luta para valorização, autonomia e emancipação das populações defendidas pelas colaboradoras: “fazer a diferença, é questão de você não olhar para a pessoa, é ver a pessoa e a dificuldade dela”.<sup>538</sup>

Interessada em historicizar os múltiplos fios de luta sustentados pelas ativistas lésbicas negras de Manaus, que navego em direção às outras histórias de ativismos dedicados à garantia de direitos sociais e à sobrevivência. Assim, conectadas pelas narrativas de dor, de alegrias e de coalização políticas, adentro à luta por moradia da ativista lésbica negra, Andria Paula, e perguntamos: qual a relação da população LGBTI+ e das mulheres com a luta por moradia? De que modo as variáveis gênero, sexualidade e raça estão presentes nessa configuração de ativismo? Qual o papel de Andria Paula na mediação entre essas populações e moradia?

### 3.3 “Eu me encontrei nas lutas de movimento de moradia”

Historicamente, em Manaus, a luta por direitos sociais vem sendo protagonizado, majoritariamente, pelas mulheres, sobretudo as pretas, pardas e indígenas. Em uma perspectiva de gênero, raça e classe, tem-se como símbolo a personagem histórica, Irma Helena Augusta Walcott, desempenhando um papel importante na luta por moradia e por terra, desde meados dos anos 70 do século XX.<sup>539</sup>

<sup>537</sup> *Idem, Ibidem.* p, 330

<sup>538</sup> Entrevista com a ativista **Izabel Cristina da Costa Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 24 de março de 2022, na praça de alimentação Hiper DB Nova Cidade, Manaus.

<sup>539</sup> Helena Augusta Walcott, mais conhecida como irmã Helena, é filha de Lorenzo Walcott e Clarissa Knights, barbadianos que migraram para o Brasil para trabalhar na construção da estrada Madeira Mamoré, em Rondônia. Caçula de sete irmãos/ãs, Helena nasceu no Brasil onde, desde muito nova, ligou-se aos

Nesse sentido, as atitudes de irmã Helena, uma mulher negra, filha de barbadianos migrantes, para garantir moradia popular em Manaus, sobretudo para as mulheres, repercutiu e transformou a vida de pessoas, fazendo brotar a partir da sua história – direta ou indiretamente - o sentimento de ativismo naquelas/es preocupados com os direitos humanos. Fruto dessa história de encontros e sobrevivências, Andria Paula Rodrigues, mulher lésbicas e negra, se engajou na luta por moradia em Manaus em meados do século XXI. Por isso, nesta seção interpreto os sentidos e os significados do ativismo de Andria Paula Rodrigues, enquanto defensora dos direitos sociais e humanos desde a adolescência, evidenciando sua atuação pública junto ao Movimento Nacional de Luta por Moradia, seção Amazonas, relacionando suas memórias individuais com as questões de gênero, sexualidade, raça e classe.

Nesse interim, o processo de construção de memória de Andria remonta à sua primeira frente de engajamento: luta por moradia.

Eu entrei através do Partido dos Trabalhadores nas lutas, nas lutas eu não levanto, não levantei a bandeira do LGBT tão rápido, entendeu? Sempre lutei né, para que a gente tivesse acesso, para que a gente pudesse ser livre para fazer nossas escolhas. Eu fui militante do movimento de moradia durante anos (...) me incomodava a falta de moradia dentro da cidade de Manaus.<sup>540</sup>

O seu incômodo e, concomitantemente, sua construção enquanto ativista por moradia, se deu em virtude do término do casamento heteronormativo. Saindo de casa e deixando os filhos com o ex-marido, Andria se percebeu num dilema comum entre muitas pessoas: onde morar? Como pagar o aluguel estando desempregada? Foi assim que “eu mesma e mais 60 pessoas ocupamos um prédio, e nesse prédio nós moramos dois anos lá”.

Se apaixonando e cada vez mais entendendo a luta por moradia, depois de um tempo Andria se tornou coordenadora de um dos principais movimentos preocupados com habitação e redistribuição de terra em Manaus. Entre diversas reuniões por toda a

---

trabalhos sociais da Igreja Católica. Ao migrar para Manaus, irmã Helena se engajou na luta por moradia na Compensa, Zona Oeste, tendo atuado na constituição de outros dez bairros espalhados pela zona norte, leste, centro-oeste e sul. Irmã Helena é uma personagem emblemática para História da Cidade de Manaus, sobretudo pela força e coragem em enfrentar as grandes elites políticas e econômicas da cidade para que grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica tivessem direito a terra e à moradia digna, sofrendo atentados e exílio na década de 90 do século XX. Cf. Bentes, Ariel. A luta da mãe dos sem-teto, irmã Helena. *Amazônia Real*, 26/06/2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/a-luta-da-mae-dos-sem-teto-irma-helena/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

<sup>540</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

cidade, ocupando terreno e lutando pela urbanização do espaço enquanto direito à cidade, Andria afirma que em determinado momento se tornou coordenadora de mulheres dentro da organização. Se reconhecendo nas histórias e experiências dessas sujeitas, Andria também levantou a “bandeira” da luta pelas mulheres, afirmando que a “moradia ela te dar vários leques”. Esses leques correspondem às interseccionalidades de opressões experienciadas por aqueles/as mais vulnerabilizados pela lógica capitalista moderna/colonial, cuja luta por moradia não se encerra apenas no engajamento para conquista do acesso aos equipamentos sociais (habitação, água, luz, internet, urbanização), ou numa perspectiva de classe, mas na minimização e erradicação da violência de gênero, violência contra as mulheres “que precisam sair da sua casa, mas não tem para onde ir”, violências contra LGBTI+, “que são expulsos das suas casas, que o pai não quer”. Embora não mencionando a variável raça, quase como uma simbiose negros e ausência de moradia digna, não se pode ignorar que tal movimento existe a partir da luta das pessoas negras, especialmente das mulheres negras – lésbicas ou não –, tomando como exemplo a trajetória de Helena Augusta, no início da seção.<sup>541</sup>

Alguns teóricos dos movimentos sociais diferenciam os movimentos entre identitários e populares, ou comunitários, produzindo uma distinção analítica para compreensão objetiva dos tipos. Entre eles/as, Maria da Glória Goh, evidencia que os novos movimentos feministas, LGBTI+ e negros, “demandavam direitos culturais, igualdade de tratamentos nas questões raciais, gênero, étnicas, etc.” e os populares, como o movimento de luta por moradia, preocupavam-se com a garantia de acesso às benesses sociais básicas, já supracitadas. No entanto, essa distinção recai sobre o problema da invisibilidade acerca dos sujeitos inerentes aos movimentos populares, cujas trajetórias se distinguem e as outras formas de opressão são solopadas, não havendo, talvez, uma intervenção cruzada para alcançar outras mudanças nas realidades desses sujeitos explicitados por Andria.<sup>542</sup>

---

<sup>541</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus. Na tentativa de buscar dados que indique a prevalência de mulheres, especialmente de mulheres negras, nos movimentos de luta por moradia, sejam enquanto ativistas, ou beneficiárias das articulações entre o movimento social e o Estado, não foi possível encontrar informações especificamente da organização, mas indico os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) cuja pesquisa demonstra que as mulheres negras ocupam e chefiam o maior percentual de habitações irregulares, sendo possível conjecturar, que historicamente são elas que ocupam e reivindicam junto aos governos a moradia digna e as benesses sociais. Disponível em: [https://terradireitos.org.br/noticias/noticias/especial-julho-das-pretas-a-luta-por-moradia-digna-e-as-mulheres-negras-perifericas/22870#\\_ftn6](https://terradireitos.org.br/noticias/noticias/especial-julho-das-pretas-a-luta-por-moradia-digna-e-as-mulheres-negras-perifericas/22870#_ftn6). Acessado em: 01 nov. 2023.

<sup>542</sup> Gohn, Maria da Glória. *Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis: como impactam e por que importam?* – Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2022, p. 138.

Considerar apenas a variável classe e a desigualdade produzida por ela numa dimensão explicativa, é ignorar outros marcadores sociais inerentes à ausência de moradia digna e redistribuição de terra nos espaços urbanos. Chamando de estrutura racializada da desigualdade de riqueza, Patrícia Hill Collins adverte que a “diferenças de riqueza refletem sistemas de poder interligados” e, por isso, “é não apenas racializada, mas também, e simultaneamente, de gênero”. Desse modo, tentativas de explicações acerca da desigualdade econômica a partir da categoria classe, colocam as outras variáveis como complemento e numa condição secundária, desenvolvendo uma avaliação que não contribui na resolução efetiva das problemáticas históricas e socioeconômicas.<sup>543</sup>

Desse modo, durante a construção de memória, a ativista expõe o fato de ter se “apaixonando por todas as lutas através do movimento de moradia”, considerando que as variáveis de gênero, de sexualidade, de raça e estatuto de cidadania “se relacionam de maneiras complexas e emaranhadas para produzir desigualdade econômica”.<sup>544</sup> Por isso, para a colaboradora a inserção na luta por moradia “impactou muito na minha vida, impactou de tudo que tu imagina (...) de conseguir ver mais o outro”.<sup>545</sup>

Juntando conhecimento e ação, Andria manifesta na sua narrativa a importância da absorção cognitiva dos direitos, especialmente as garantias na Constituição Federal. Assim, ao ser convidada para palestrar sobre o movimento de moradia, seus objetivos e missão, a ativista narra posicionamentos de pessoas que tanto desconhecem os propósitos do ativismo em questão, quanto aponta para concepções conservadoras, asseverando: “ah, mas é vagabundo! Trabalha, vai comprar”. E com a intelectualidade orgânica forjada com o tempo e nos trabalhos de base, Andria demonstra a falência da meritocracia, mas também os problemas de acesso às benesses sociais entre os grupos:

Tu trabalha o mês todinho, aí tu paga aluguel, tem que comprar um rancho, tem que pagar água, luz, não sobra nada para tu juntar dinheiro para comprar uma casa. E eu sempre pegava: “nós temos uma carta que rege o país que se chama Constituição”; e eu sempre dizia: “você sabe o que é constituição?”, “sei”, “é essa que nos rege! Eu vou te mostrar aqui: (...) o artigo sexto está dizendo que moradia é um direito de todos e todas, e saúde, bem serviço é um direito”. Se eu não consigo prover moradia para mim, quem tem que prover é o Estado. Se eu não consigo prover saúde para mim, tem três poderes para prover saúde para mim: o Federal, o Estadual e o Municipal. A mesma coisa é a moradia. Então

<sup>543</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus. Collins, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2021, p. 34-35

<sup>544</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>545</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

não adianta tu chamar o cara de vagabundo porque ele não tem onde morar, ele não tem porque não tem como comprar.<sup>546</sup>

Em tom de indignação aos estereótipos construídos historicamente em relação às mulheres e homens, racializados em grande medida, LGBTI+ ou não, que lutam por habitação digna e redistribuição de terra em Manaus, mobiliza a própria história de vida como ferramenta para combater as narrativas preconceituosas. Nesses momentos de diálogo com a sociedade sobre essa bandeira de luta, aciona o fato que saiu de casa sem levar nada, narrando que tinha tudo em casa, inclusive quartos para alugar no fundo do terreno, mas que a separação, o desvinculo familiar com o ex-companheiro, provocou a perda da moradia, dizendo aos ouvintes “então também preciso ter uma casa hoje para ‘mim’ morar”, acrescentando à narrativa as pessoas que, diferentemente dela, não tiveram qualquer oportunidade, inclusive acesso à educação formal e as mães e/ou pais solos com “quatro, cinco crianças”, de baixa renda e mantenedores de um lar.

Ao realizar o exercício de sair do espaço privado em direção ao âmbito público, Andria transforma sua realidade enquanto cidadã e sujeita, produzindo autonomia, direito e um fazer político, reconfigurando sua identidade social. Para Alessandra do Amaral e Iraildes Caldas Torres, a presença significativa de mulheres, lésbicas ou não, nos movimentos sociais, sobretudo comunitários, está relacionado ao “ter condições de habitabilidade”, medindo forças nas “novas relações de poder” que se estabelecem no âmbito público para garantia do direito à cidade, mas também se firmando no lugar de ativista ante as tensões que se estabelecem no espaço familiar, nos mundos do trabalho e nas relações de sociabilidade e afetivas.<sup>547</sup>

Desse modo, a colaboradora representa uma “energia social”, antes dispersa, mas que ao se inserir no movimento de moradia, canalizou, potencializou e direcionou para “práticas em ‘fazeres propositivos’” por justiça social para diversas populações, em especial às mulheridades e LGBTI+.<sup>548</sup> Nesse sentido, a força social de Andria, garantiu a participação ativa nas mobilizações do movimento social, tendo como resultado a coordenação a nível estadual

---

<sup>546</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>547</sup> Sales, Alessandra do Amaral; Torres, Iraildes Caldas. Mulheres na Luta por Moradia: um olhar sustentável sobre a atuação do Movimento Orquídeas. *Anais do 18º REDOR*. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, p. 1894, 2014.

<sup>548</sup> Gonh, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, p. 336, 2011.

eu entrei como uma simples pessoa que queria moradia, só que onde eu chego já vou trabalhando, entendeu? Eu não me contento só em ser espectadora daquilo ali. Aí teve uma reunião que eu fui participar (...) eu comecei a fazer as fotos (...), a fazer cadastro: “deixa eu te ajudar”.<sup>549</sup>

Conquistando visibilidade e representatividade, a ativista Andria Paula, rememora que houve uma assembleia, não situando no tempo, que a elegeu coordenadora, exercendo outras atividades anteriores: “virei assessora de mídias, coordenadora de mulheres dentro do movimento de moradia”. Não se sabe a ordem de ocupação dentro do Movimento Nacional de Luta por Moradia – Seção Amazonas, mas chama atenção a rememoração sobre a coordenadoria das mulheres para entendermos, nesse universo, o lugar das mulheridades de resistência.<sup>550</sup>

Perguntada sobre a função da coordenação das mulheres, a ativista Andria relembra, primeiramente, o lugar social das mulheres acerca do acesso ao “bem serviço (...e) qualquer estrutura”, incluindo moradia digna. Segundo a entrevistada, o diálogo e a escuta atenta eram primordiais para compreender as histórias femininas que aderiram ao movimento e estavam presentes nas assembleias, pois, conforme Andria: “as casas da SUHAB, elas estão só no nome das mulheres. Homens só tem acesso se eles forem viúvos e com filhos”.<sup>551</sup>

Sinalizando uma política do segundo governo Lula, os registros do Programa Minha Casa, Minha Vida eram/são preferencialmente formalizados em nome das mulheres, configurando uma reparação histórica, pois “a propriedade (...) da moradia está, majoritariamente, nas mãos dos homens”.<sup>552</sup> Para Andria, isso ocorreu pela relação assimétrica e abusiva em que muitas mulheres eram submetidas: “a mulher construía um casamento, uma relação, aí porrada na mulher; e a mulher tinha que sair de casa e o nome da casa tava no nome do cara. Então o governo Lula viu isso e disse: ‘não, as moradias populares vão ser no nome das mulheres’”.<sup>553</sup> Diante da violência de gênero, a criação da coordenadoria de mulheres no Movimento de Luta por Moradia ao qual Andria Paula

---

<sup>549</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>550</sup> *Ibidem*.

<sup>551</sup> *Ibidem*. Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB/AM.

<sup>552</sup> No Artigo 35 da Lei 11. 977/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, aponta que os contratos e registros estarão no nome da mulher, inclusive nos casos que há divórcio, o imóvel passa para o nome da mulher, com exceções quando o homem possui a guarda total dos filhos do casal. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/23439947/artigo-35-da-lei-n-11977-de-07-de-julho-de-2009>, Acesso em: 14 jul. 2023. Helene, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. Cad, Metrópole, v. 21, n. 16, p. 963, 2019.

<sup>553</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

estava ligada, preocupava-se em promover palestras sobre violência doméstica, identificando as diversas formas agressão, entre a física e a patrimonial, e os direitos das mulheres, fomentando, assim, o empoderamento e a consciência crítica para que elas se desvinculassem desses espaços e relacionamentos abusivos, demonstrando, por meio da habitação digna, a autonomia e a liberdade que adquiriria em relação ao companheiro ou companheira.

No seu processo de construção de memória, Andria Paula narra, em diversos momentos, que a moradia própria é um dos principais entraves para as mulheres se desvincularem dos ambientes intrafamiliares hostis. Além disso, aponta a violência patrimonial que as mulheres, racializadas ou não, sofrem: “tentar mostrar para elas que a partir do momento que ela tivesse a casa delas, que não era para deixar o homem tomar de conta, ficar com a casa delas entendeu? Acabava que tinha briga, ela saía de casa (...) e voltava com o homem, entendeu?”.<sup>554</sup>

As memórias acerca da violência de gênero, mulheridades e ausência de moradia acionadas pela ativista, nos estimularam a esquadrihar suas reminiscências sobre o posicionamento de denúncia formal daquelas que buscavam o movimento para garantir o direito à habitabilidade.

elas denunciavam entendeu? Elas denunciavam, sim, elas denunciavam, elas falavam, era mais por isso que a gente lutava mesmo, porque a gente sabia que se ela tivesse a casa dela, ela ia ter o amor próprio, ia ter o cantinho dela que ninguém mais ia expulsar elas dali entendeu. A maioria morava com sogra, com família, entendeu, por parte do marido (...) E aí todos esses relatos eram feitos, tudo isso a gente ouvia. Aí a gente tentava lutar mesmo que era para ela sair dali, da casa da sogra, de perto do marido que agredia, para criar os filhos bem, para ter uma vida digna.<sup>555</sup>

Para a arquiteta feminista brasileira, Diana Helene, assegurar a posse as mulheres de baixa renda e racializadas, combate os agentes que fomentam a violência de gênero e doméstica intrafamiliar. Segundo Helene, esses fatores são a feminização da pobreza e a dependência econômica, dimensões rememoradas pela ativista Andria sobre o retorno compulsório para dentro de casa por conta da pobreza vivenciada, incluindo a dedicação exclusiva aos cuidados dos filhos e da casa, sem remuneração, e a relação de dependência financeira com o homem violentador. Ante isso, para autora, o acesso à moradia no Brasil já possui entraves para adquirir e, quando se trata de mulheres, especialmente negras, que

---

<sup>554</sup> *Ibidem.*

<sup>555</sup> *Ibidem.*

estejam desempregadas, ou em subempregos, o acercamento da habitação ou pedaço de terra ainda é mais distante e dificultoso.<sup>556</sup>

Por outro lado, tanto colaboradora, quanto Diana Helene, compreendem que ter um lugar para morar e que seja efetivamente seu – aqui nos referindo às mulheridades, mas alargando para outros sujeitos subalternizados pelo patriarcado e pelo sistema capitalista moderno/colonial – tem três efeitos: autonomia econômica, empoderamento político, garantia de integridade física e conquista da liberdade.

Muda a forma de ver a si mesma e a sociedade em que estão inseridas, suas condições de subalternidade como mulher e suas possibilidades de reivindicação perante o Estado e o espaço público, mas também perante suas relações pessoais, lutando contra as desigualdades sexuadas na esfera privada [...] alienação ou isolamento ao qual estava submetida na periferia e nas tarefas domésticas.<sup>557</sup>

Nesse sentido, a narrativa de Andria explicita a denúncia do privado no âmbito público para haver uma mudança radical na vida das mulheres e filhos, presentes no movimento social de moradia, como também tensionar as instâncias governamentais e não-governamentais para construção de políticas públicas para proteção, sensibilização, diminuição e erradicação das violências interseccionais nas vivências das mulheridades e feminilidades. Ademais, importante ressaltar, as memórias femininas e a história oral, ajudam a clarificar não somente as formas de violências, as dores múltiplas e as tristezas, mas também, e principalmente, “as táticas de coragem construídas cotidianamente na dimensão privada ou na esfera pública”, anunciando que “não são estanques nem isoladas uma da outra”.<sup>558</sup>

Encontrar no Movimento Social de Luta por Moradia um canal de denúncia de violências de gênero e de classe, sensibilizou Andria Paula para trabalhar uma escuta atenta e um olhar afinado para as situações de vulnerabilidades presentes nas organizações sociais. Por esse caminho, a utilização da metodologia da história oral, neste trabalho com ativistas lésbicas negras, rompe com os silenciamentos e as dores provocadas pelas discriminações institucionalizadas, destacando-se o machismo estrutural, como também evidencia, a partir das memórias narradas, as “ações corajosas

---

<sup>556</sup> Helene, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Cad, Metrópole*, v. 21, n. 16, p. 956-963, 2019.

<sup>557</sup> *Ibidem*, p. 965-966.

<sup>558</sup> Rovai, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p.8.

daquelas mulheres que decidem – apesar dos obstáculos – testemunhar”.<sup>559</sup> Nesse sentido, ao se tornar interlocutora das ações interseccionais no movimento social, a colaboradora se mostra multifacetada, porque, mesmo se distanciando temporariamente da Luta por Moradia em Manaus, Andria não se eximiu de promover ações sociais diante de um contexto de grandes violações de direitos e perdas humanas, realizando, como as outras colaboradoras, um ativismo individual.

Conforme supracitado, entre 2019 e 2020 Andria se distanciou, temporariamente, do movimento de moradia. Não se sabe ao certo os motivos, mas nem por isso o ‘ser’ ativista amenizou. Como dito em outro momento dessa tese, as ações políticas e sociais não se dão exclusivamente na coletividade, tendo em vista que essas ações têm efeitos em uma ou várias populações. A colaboradora, nesse sentido, categoricamente afirmou ser “totalmente da luta, do ativismo de tá nas ruas” e as políticas de contenção da pandemia impossibilitaram, por um tempo, a presença da população no âmbito público. Para ela foi um momento difícil, buscando estratégias para se manter viva, mas também contribuindo na amenização das problemáticas sociais e econômicas na sociedade manauense, em especial às pessoas mais vulnerabilizadas.

Para tornar-se “viva”, Andria Paula convidou dois amigos objetivando colocar em prática o projeto social de alimentação e de distribuição de máscaras para as pessoas em situação de rua e nos hospitais de Manaus como uma resposta à pandemia:

fui para rua servir sopa, fazer sopa. E aí eu tô com um projeto junto com dois amigos, um pastor e uma pastora, lá na Praça dos Remédios, dia de segunda-feira né trabalhando com o público que tem lá, moradores de rua, e ali tem todo tipo de morador de rua: LGBT, mulheres, criança. E dia de terça-feira eu vou para o hospital Platão Araújo, também distribuir sopa, Kikão, suco, água, refrigerante. E aí foi uma forma que eu achei de sair dessa loucura assim, né? (...) *foi o refúgio que eu encontrei de luta, de sensibilidade, de levar um pouco de conversa, um pouco de comida a quem não tem praticamente nada para comer nos hospitais, desde o médico ao acompanhante come lá com a gente né?*<sup>560</sup>

Diante do processo de rememorar, Andria ilumina a presença de LGBTI+ e mulheres entre as pessoas em situação de rua, alvos da ação de distribuição de sopa. Desde o início dos diálogos com a colaboradora acerca da sua formação enquanto ativista e defensora dos direitos humanos e sociais, há forte presença da população LGBTI+ e das mulheridades enquanto grupos necessitados de um outro olhar para haver políticas

<sup>559</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>560</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus. (Grifo meu).

públicas de proteção e reparação histórica. Simultaneamente, essa ação, para Andria, foi uma forma de manter “acesa” a sua luta histórica, um refúgio, levando sensibilidade, conversa e alimentação para aquelas/es cuja fome urge.

Entre as várias pessoas, Andria rememora o diálogo que teve com uma pessoa, que ela identificou enquanto “um LGBT alto”, provavelmente um homem guei. Reconstruindo a memória, a colaboradora informa que ele chegou e pediu: “Ah, eu quero tomar sopa”. No entanto, os pastores membros da ação tinham, por princípio, realizar um breve “culto” com as pessoas no local, sendo, para Andria, uma forma de “doutrinar o pessoal” (risos). Como uma forma de entregar imediatamente o alimento, a colaboradora aponta que chamava atenção dos pastores para que a atividade religiosa fosse breve, pois as pessoas em situação de rua estavam ali com um propósito, como também o objetivo principal da ação deveria ser cumprido imediatamente.<sup>561</sup>

Mesmo resistindo e respeitando a religiosidade dos dois companheiros de ação, Andria retorna para a pessoa LGBTI+ e assevera: “só depois do culto (...) por mim você já ia tomar, mas aí não é só eu. Então espera aí, mas vou te dar uma máscara” e, rapidamente, a resposta é a seguinte: “amém, eu vou assistir esse culto, porque *eu preciso tomar essa sopa*”.<sup>562</sup> No entanto, não era a única pessoa LGBTI+ naquela segunda-feira de janeiro de 2021.

era três LGBT que tinha: era uma trans e dois gays que estavam lá. E é um público grande no centro, são pessoas que se desvincularam da família, droga, álcool. Outro dia teve um que pediu para ligar para mãe dele, a mãe dele disse que não queria ele em casa, um rapagão assim, sabe? um homem de bom porte, você vê que não é de família humilde, entendeu, você vê pelo aspecto, você... entendeu?<sup>563</sup>

De acordo com Denise Nacif, Clare Wenhan, entre outros autores, *a Leitura de Gênero sobre a COVID-19 no Brasil*, demonstrou que Mulheres e pessoas LGBTI+ foram as populações mais afetadas e com recomendações específicas no Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia. Em números, 21% dos/das LGBTI+ estavam desempregados, tendo suas atividades paralisadas e demissões do trabalho. Ademais, chama atenção nas análises dos/das autores/as, o fato que, inerente aos grupos sociais e culturais afetados, como os negros e indígenas, sem moradia e terra, pessoas em situação de rua, quilombolas, LGBTI+, entre outros, “em cada um desse (...) são as mulheres, em sua

<sup>561</sup> Entrevista com a historiadora, cozinheira e ativista, **Andria Paula Rodrigues**, realizada por Michele Pires Lima, em 11 de março de 2021, pela plataforma *Google Meet*, Manaus.

<sup>562</sup> *Ibidem*.

<sup>563</sup> *Ibidem*.

diferentes faixas etárias, as que são desproporcionalmente mais atingida pelos efeitos da pandemia”, considerando implicitamente as mulheres lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, racializadas e pobres, ou seja, as “mulheres de cor” do eixo sul global, conforme pontuado pela socióloga argentina, Maria Lugones.<sup>564</sup>

Diante disso, foi possível observar neste capítulo o protagonismo das colaboradoras, lésbicas negras manauenses, na construção de estratégias de resposta ao contexto social e temporal adverso, em 2020. Não somente localizado, mas de modo nacional e internacional, as mulheridades e feminilidades “têm protagonizado iniciativas de enfrentamento das crises sanitárias e humanitárias, independentemente de ações governamentais”, cujos movimentos sociais e ativismos, “as unem em pautas confluentes com uma agenda solidária por justiça social”.<sup>565</sup>

Construídas cultural e historicamente diferentes, as colaboradoras-ativistas sustentam sobre si uma teia de fios de luta que se entrelaçam e demonstram a impossibilidade de lutar em defesa de uma única bandeira, sem considerar a interseccionalidade de gênero, raça, classe, sexualidade e status de cidadania tanto nos movimentos sociais, coletivos, associações, quanto nas ações políticas e sociais individuais, sendo, do nosso ponto de vista, ativismos distintos que articulam metodologias resolutivas diferentes, porém com objetivo comum: justiça social e mudança radical da realidade das populações em situação de minoria social em Manaus.

Estar na rua, no âmbito público, é um ato político que dá significado às suas vidas enquanto ativistas e defensoras dos direitos humanos. Por esse caminho, nos perguntamos: de que modo as colaboradoras articularam, negociaram e participaram da esfera governamental para construção de políticas públicas? Quais ferramentas se apropriaram para acessar os espaços de poder, de debate público e de decisão para garantir os direitos e, sincronicamente, denunciar atividades que fomentaram as desigualdades sociais de mulheres e LGBTI+ em Manaus? A imprensa foi uma dessas ferramentas de enfrentamento para que suas vozes e corpos fossem respeitados e escutados no espaço público?

---

<sup>564</sup> Pimenta, Denise Nacif; Wenham, Clare, Rocha, Mariela Campos, et.al. *Leituras de Gênero sobre a COVID-19 no Brasil*. In: Matta, Gustavo Corrêa; Rego, Sergio; Souto, Ester Paiva; Segata, Jean (orgs.). *Os impactos sociais da COVID-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia*. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19; Editora FRIOCRUZ, 2021, p. 162-168.

<sup>565</sup> Pimenta, Denise Nacif; Wenham, Clare, Rocha, Mariela Campos, et.al. *Leituras de Gênero sobre a COVID-19 no Brasil*. In: MATTA, Gustavo Corrêa; Rego, Sergio; Souto, Ester Paiva; Segata, Jean (orgs.). *Os impactos sociais da COVID-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia*. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19; Editora FRIOCRUZ, 2021, p. 168.

## CAPÍTULO IV - MEMÓRIAS PÚBLICAS: REPRESENTATIVIDADE LÉSBICA NEGRA E LUTAS POR JUSTIÇA NA CENA MANAUENSE

### 4.1 A atuação de mulheres lésbicas negras contra o silenciamento das mulheres amazônidas no *A Crítica*

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria, com apoio da *Ford Foundation* e União Europeia, produziu, em 2019, o documentário “Encantadas – Mulheres e suas lutas na Amazônia”. Este trabalho retratou as mobilizações sociopolíticas de defensoras de Direitos Humanos que lutavam contra os planos do capitalismo para destruição da natureza, reagindo contra o lugar de inferiorização e reafirmando a autonomia sobre seus corpos e de seus territórios, enfrentando, assim, ameaças e as mais variadas formas de violência.<sup>566</sup>

Diante disso, Dominga Martins, membro do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, afirma em vídeo que as mulheres ativistas na Amazônia vivem em sobressalto diante das políticas de morte que lhes rodeiam pelo fato de estarem à frente das lutas de garantia de direitos, ou quando não, devem se exilar para resguardar suas vidas e dos familiares. Atravessadas pelos discursos e pelas práticas feministas, muitas mulheres amazônidas fazem das suas vidas e histórias motores de resistência contracolonial<sup>567</sup>, pois, conforme dito por Antônia Barroso no documentário, “pensar feminismo das mulheres, com as mulheres da Amazônia, é pensar um resgate da nossa identidade [...] das mulheres da floresta”.<sup>568</sup>

São as histórias de engajamento de luta das mulheres da floresta que procuro descortinar a partir dos fragmentos orais inerentes aos jornais coletados e transcritos. Entre as múltiplas frentes de resistência das mulheres, a defesa do direito à vida e dos direitos sociais das mulheridades vulnerabilizadas pela matriz de opressão interseccional, foram fundamentais e se tornaram manchete de jornais ao longo de duas décadas do século XXI, no Amazonas, pois os meios de comunicação de massa foi compreendido pelas ativistas negras e lésbicas como “novo espaço de ação” para promover informação

<sup>566</sup> *ENCANTADAS* – Mulheres e suas lutas na Amazônia. Direção: Taís Lobo. Produção: Milena Argenta. Local: CFEMEA; Geodésica Produções, 2018. Duração: 21 minutos e 15 segundos.

<sup>567</sup> Santos, Antonio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. 1ª ed. São Paulo: Ubu editora, 2023.

<sup>568</sup> *ENCANTADAS* – Mulheres e suas lutas na Amazônia. Direção: Taís Lobo. Produção: Milena Argenta. Local: CFEMEA; Geodésica Produções, 2018. Duração: 21 minutos e 15 segundos.

e empoderamento, garantindo a “representação positiva bem como a visibilização do processo de mobilização e de lutas”<sup>569</sup>.

Nesse sentido, por meio das histórias de vida das colaboradoras, foi possível identificar a presença delas nos jornais e em instâncias deliberativas e fiscalizadoras em Manaus. Desse modo, neste capítulo busco mapear as ações públicas das ativistas lésbicas racializadas a fim de verificar as suas participações e contribuições nas mobilizações de massa e em conselho gestor participativo presentes nos periódicos e documentos oficiais no século XXI. Para tanto, nesta seção analiso as articulações das ativistas lésbicas em defesa das mulheres, crianças e adolescentes em Manaus, evidenciando seus pontos de vistas como colunistas ou entrevistadas, a presença ativa nas manifestações de rua pelo fim do feminicídio, da violência de gênero e da exploração sexual de meninas (como o caso da CPI da Pedofilia de 2014) e a defesa de maior participação feminina na política local. Além da dimensão discursiva do debate, torna-se relevante a análise total da notícia, incluindo fotografias e outras “opiniões”. Portanto, nesse tópico focalizo na análise das fontes jornalísticas que evidenciam a representatividade e a narrativa de Francy Júnior e de Antônia Barroso, ao ecoar suas vozes e práticas de lutas feministas em defesa dos direitos das mulheres amazonenses.<sup>570</sup>

Esta tese, então, acareia um conjunto de fontes sob o intuito de ampliar não somente o horizonte de análise da ação sociopolítica das ativistas colaboradoras, mas visibilizar e valorizar o empenho dos movimentos sociais amazonenses na garantia de direitos e justiça. Nesse sentido, o sociólogo austríaco Michael Pollak afirma que toda documentação é uma construção, logo é produzida segundo seu contexto social e cultural. Dessa forma, “não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral”, pois as críticas e questões aplicadas às fontes orais também devem “(...) ser aplica[s] a[s] fontes de tudo quanto é tipo”. Portanto, “a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita”.<sup>571</sup>

Por sua vez, a historiadora brasileira Cléria Botelho argumenta que as/os historiadoras/es são caçadoras/es do invisível, lançando mão de fontes orais, escritas e

<sup>569</sup> Carneiro, Sueli. Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 125-126, 2003.

<sup>570</sup> No decurso do trabalho de campo, tanto na redação da empresa *A Crítica*, quanto na sala de periódicos da Biblioteca Pública de Manaus, ao me debruçar para localizar as entrevistadas desta tese nos documentos jornalísticos, constatei uma diferença de representação entre elas, ou seja, mapeei notícias, especialmente com tema de mulheres, casos de racismo ou sobre a consciência negra, em que Francy Junior foi entrevistada. Antônia Barroso foi localizada nas notícias sobre as mulheres, porém de modo mais tímido. Sebastiana Silva, por sua vez, foi uma das ativistas, junto com Francy, que tiveram grande visibilidade no jornal *A Crítica*, especialmente na segunda metade do século XXI. Não consegui identificar nenhuma informação sobre/com Izabel Cristina e Andria Paula no periódico.

<sup>571</sup> Pollak, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 207, 1992.

imagéticas para compreender as experiências humanas em tempos e espaços diversos, possibilitando que “(...) a pluralidade de sentidos se manifeste na construção do conhecimento histórico; é também permitir que na construção desse conhecimento aflore a polifonia de vozes que se esconde no *corpus* pesquisado (...)”. Diante disso, meu interesse com as fontes impressas é a de alargar meu campo de interpretação, mapeando e perscrutando as memórias públicas de ativistas lésbicas racializadas, para traçar um aprofundamento do conhecimento histórico das suas ações sociopolíticas apresentadas na imprensa local.<sup>572</sup>

Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário Peixoto ao discutirem sobre a importância da imprensa como objeto e fonte de estudo historiográfico, sinalizam para alguns procedimentos teóricos-metodológicos para analisar substancialmente os periódicos, revistas e boletins, nos lembrando que as fontes impressas, como os jornais, não foram produzidas para que nós, historiadores/as e outros cientistas sociais, façamos pesquisa. Na realidade, “transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico no decorrer de toda pesquisa desde a definição do tema à redação do texto final”.<sup>573</sup>

Sendo assim, sigo nesta pesquisa o exercício ético ressaltado pelas autoras quanto ao trabalho com os jornais, para não reduzir a imprensa como “(...) meros depositários de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas”, mas tratar em nossas análises como parte do processo histórico e sua força dinâmica ao registrar os “(...) nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica”. Assim conforme as fontes orais, o periódico escolhido para verificar e compreender os ativismos e as mobilizações políticas das lésbicas negras e afro-indígenas, e seus caminhos forjados em Manaus, documentam a prática social, sem neutralidade ou uma objetividade, pois, antes de tudo, “fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui”.<sup>574</sup>

Para a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro, “os jornais se revelaram importantes fontes de informação, por onde era possível perceber múltiplas dimensões do viver social”, tanto que ao tomar como fonte a imprensa amazonense entre o final do

---

<sup>572</sup> Costa, Cléria Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. *História Oral*, v. 17, n. 2, p. 51, 2014.

<sup>573</sup> Cruz, Heloisa de Faria; Peixoto, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa. *Projeto História*, v. 35, p. 260, 2007.

<sup>574</sup> *Ibidem*, p. 257-258.

século XIX e primeiras décadas do XX, sinalizou para representação espremida e tímida dos populares nos jornais de grande circulação, chamados “grande imprensa”.<sup>575</sup> Esses meios de comunicação “traziam colunas e sessões que, espremidas entre suas páginas secundárias, davam a ver os populares e os mais corriqueiros do viver urbano”.<sup>576</sup>

Para além de tiragens e longevidades que envolvem os veículos jornalísticos e seus propósitos, suas existências, de acordo com Maria Luiza, “(...) significa, antes de tudo, que, em torno dele, gravitam interesses específicos, sedimentados no corpo de uma dada sociedade. (...) são frutos de interesses particulares associados a projetos de intervenção social (...)”.<sup>577</sup> Assim, as formatações, os títulos e subtítulos, os cadernos e as seções, os produtores e o público leitor, os interesses na veiculação de notícias em contextos diferentes, enfim, a Imprensa mais do que apenas palavras, fotografias e páginas numeradas se constituiu, historicamente, como projeto político de intervenção e modelação da opinião pública.

Nesta pesquisa utilizo, entre as fontes da imprensa, o Jornal *A Crítica* enquanto “um periódico tradicionalmente ligado aos dominantes”<sup>578</sup>. Segundo a jornalista brasileira, Eula Dantas Taveira, o *A crítica* foi um jornal fundado em 1949, por Umberto Calderaro Filho, e funcionava na Rua Lobo D’Almada, no centro de Manaus. Em 1969, segundo o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), “era o jornal de maior circulação”<sup>579</sup> entre municípios e Estados da região norte.

Esse periódico foi acompanhando e adquirindo o que era mais moderno para satisfazer seus leitores/as. E aqui é importante constatar que todas as classes sociais, seja na capital ou no interior do Amazonas, como Maués, liam o *A Crítica*. A partir de 1999, de acordo com Eula Dantas, ele sofre grandes mudanças:

As fotografias foram valorizadas, ganharam legendas detalhadas, proporcionando o treinamento do pessoal da editoria de arte na utilização dos novos equipamentos, Apple Macintosh, interligados em

---

<sup>575</sup> Entende-se como grande imprensa “(...) um movimento editorial caracterizado pela circulação de um número de jornais diários com elevada tiragem e maior longevidade”, tendo como alguns exemplos o *Jornal do Comércio* e o *A Crítica*. Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 3ª ed. – Manaus: EDUA, 2015, p. 25.

<sup>576</sup> Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 3ª ed. – Manaus: EDUA, 2015, p. 19-20.

<sup>577</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>578</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>579</sup> Taveira, Eula Dantas. A história do jornal de maior circulação do Amazonas. In: *Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: A mídia impressa, o livro e o desafio das novas tecnologias*. Campo Grande: Universidade Federal Mato Grosso do Sul - UFMS, 2001, p. 1-18. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/arquivos/trabalhos.htm#>. Acessado em: 01/10/2025.

rede. Os cadernos foram identificados por letras. No caderno A ficaram as editorias Opinião, Política, Brasil, Mundo e Economia. No B (Bem Viver), cultura. C, Cidades. D, dicas e classificados. E, esporte.<sup>580</sup>

O processo de mapeamento das notícias sobre as ações e mobilizações públicas das colaboradoras permitiu que as identificássemos entre os cadernos A, na parte de política, e no caderno C, espaço “exclusivo com oito páginas, fazendo cobertura dos acontecimentos da região e dando noticiário de Polícia”<sup>581</sup>, como se poderá verificar ao longo da leitura desta seção.

Em 07 de agosto de 2009, no Centro de Manaus, ativistas e entidades do Fórum Permanente das Mulheres de Manaus, se manifestaram pela garantia de direitos específicos para as mulheres. Segundo a notícia, a sociedade civil organizada veio a público protestar contra as desigualdades sociais e econômicas, e a falta de acesso aos direitos constitucionais, como justiça, seguridade e mercado de trabalho das mulheres no Estado. Em passeata, com palavras de ordem e músicas, as manifestantes percorreram todo o centro histórico, conforme Antônia Barroso, para “ênfatizar que as mulheres precisam ter direito à justiça, à igualdade no mercado de trabalho, à saúde, à educação, à terra”.<sup>582</sup>

Hoje a mulher sofre exclusão em todos os sentidos, inclusive nos espaços familiar, com a violência doméstica e psicológica. E quando ela vai fazer denúncia na delegacia, ela é intimada pelo atendente [...] nos órgãos públicos.<sup>583</sup>

Além disso, outro motivo da manifestação foi chamar atenção do governo municipal para o cumprimento das metas inerentes ao Plano Municipal dos Direitos das Mulheres, que àquela altura, segundo a ativista Florismar Ferreira<sup>584</sup>, não foi sequer assinado pelo prefeito de Manaus.

Vir a público cobrar a governança estadual e municipal para as múltiplas violências que mulheridades e feminilidades sofrem em Manaus, constitui uma das

---

<sup>580</sup> Taveira, Eula Dantas. A história do jornal de maior circulação do Amazonas. In: *Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: A mídia impressa, o livro e o desafio das novas tecnologias*. Campo Grande: Universidade Federal Mato Grosso do Sul - UFMS, 2001, p. 13. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/arquivos/trabalhos.htm#>. Acessado em: 01/10/2025.

<sup>581</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>582</sup> “Em defesa dos direitos da mulher”. *A Crítica*, 08/09/2009, domingo, p. A7 (caderno Políticas).

<sup>583</sup> *Ibidem.*

<sup>584</sup> Florismar Ferreira da Silva é uma ativista e defensora dos direitos das mulheres em Manaus. É uma das fundadoras do Fórum Permanente das Mulheres de Manaus (FPM) e uma das primeiras Conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM). Atualmente é a presidenta do CMDM. “Em defesa dos direitos da mulher”. *A Crítica*, 08/09/2009, domingo, p. A7 (caderno Políticas).

ferramentas dos movimentos sociais organizados para gerar comoção pública, publicidade e adesão, pressionando-os para haver, por exemplo, um atendimento nas delegacias das mulheres de modo humanizado e sensível. A ênfase dada por Antônia ao narrar que “a mulher sofre exclusão em todos os sentidos” imprime uma sociedade manauense reprodutora das múltiplas facetas da colonialidade<sup>585</sup> e da matriz de opressão. Ao mesmo tempo, o reconhecimento da exclusão interseccional sofrida pelas mulheres e pelas ativistas, em especial à Barroso, constitui uma forma de denúncia.

[...] sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo (...) exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo.<sup>586</sup>

As ativistas se manifestaram publicamente exigindo justiça e proteção para as mulheridades da capital do Amazonas, reivindicando a valorização da vida de todas e de ter igual proteção, considerando as especificidades vivenciadas daquelas que buscavam os aparelhos do Estado para garantia dos direitos e a promoção deles. Paralelamente, as sujeitas entrevistadas explicitam as falhas dos aparelhos estatais para as medidas protetivas e de cuidado para vítimas de violência de gênero, chamando atenção da administração pública e da justiça para promover outros posicionamentos no enfrentamento à revitimização baseada em misoginia e machismo, à violência de gênero estrutural e às possibilidades de perda humana pela iniquidade institucional.

A primeira década do XXI, no Brasil, apresentou diversos avanços em relação às políticas públicas de proteção para mulheres que sofrem violência de gênero e familiar, entre as quais a Lei 11.340 de 2006, intitulada Lei Maria da Penha, que engloba, entre diversas disposições, a assistência social, atendimento humanizado da segurança pública (escuta sensível, realização de boletim de ocorrência, proteção), medida protetiva, ação conjunta dos organismos de justiça. Em suma, “garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.<sup>587</sup>

Promover, informar e fiscalizar políticas públicas de direitos humanos das mulheridades e feminilidades brasileiras, em especial a amazonense, constitui prática

<sup>585</sup> Quijano, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo, América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

<sup>586</sup> Carneiro, Sueli. *Mulheres em Movimento. Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 118, 2003.

<sup>587</sup> Brasil. *Lei Maria da Penha: Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010, p. 12.

histórica das ativistas/feministas enquanto agentes que lutam diuturnamente contra as formas de opressão inter-conectadas, que atingem as mulheres em diferentes medidas. Por isso, a manifestação das ativistas, em 2009, pedindo justiça e proteção para mulheridades amazônicas, evidenciou um “comprometimento com os princípios feministas em nossa palavra e feitos” produtora de espaços de respostas críticas “que fortalece nossos esforços para mudar”.<sup>588</sup>

O feminismo, destarte, “é uma política transformadora” para mudar a “nós mesmas, bem como as estruturas”<sup>589</sup>, e por esse motivo a narradora Francy Junior afirmou, em entrevista, que o seu feminismo está sempre “sendo atualizado, sempre nesse processo de aprendizagem”<sup>590</sup>, pois os feminismos fornecem elementos para “perceber o mundo exterior e de sensibilizar-se diante dos sofrimentos, da dor do outro e das demandas sociais”.<sup>591</sup>

A sensibilização de Francy Junior, a partir dos pressupostos feministas e militantes, mobilizaram a ativista a direcionar seus esforços para o histórico de exploração sexual e tráfico de meninas e mulheres no Amazonas. Em 2009, o *A Crítica* anunciou *Amazonas como zona vermelha*, em virtude dos índices acerca do tráfico de mulheres no estado, implicando na realização do *1º Seminário do Tráfico e Exploração de Mulheres, Crianças e Adolescentes no Amazonas*, sob coordenação do Fórum Permanente das Mulheres e da Arquidiocese de Manaus. A atividade tinha por objetivo a criação de estratégias e a articulação interinstitucional entre governo federal, estadual e a sociedade civil organizada para erradicar esse problema que impactava a vida das mulheres mais vulnerabilizadas, sobretudo nos interiores.<sup>592</sup>

O encontro procurou entender, primeiramente, a realidade das mulheridades no Amazonas e os dados concernentes aos percursos do tráfico nas malhas dos rios que cortam o estado e todo o território amazônico. Em segundo, apresentaram e analisaram os tratados internacionais e os protocolos aos quais o Brasil era signatário para combater a exploração sexual e econômica de mulheres. Por fim, buscou articular maneiras de

---

<sup>588</sup> Hooks, Bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução de Cássia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019, p. 67.

<sup>589</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>590</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>591</sup>. Rago, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2013, p. 24.

<sup>592</sup> “Amazonas é uma zona vermelha”. *A Crítica*, 16/01/2009, p. C3 (tiragem virtual)

acolher as vítimas nos abrigos da secretaria de assistência social do Governo do Amazonas.

Àquela altura, a ativista Francly Junior era uma das coordenadoras do evento e também uma mulher preocupada com a vida das mulheridades e feminilidades, que estavam sob o julgo da violação e violência do tráfico há muitos anos, sem qualquer amparo legal e socorro. Para Junior, o seminário tinha a preocupação, também, de “formar lideranças para contribuir com o aprofundamento do tema”<sup>593</sup>, oportunizando através do conhecimento “novos modos de existência múltiplos e libertário para as mulheres”.<sup>594</sup> Em fala na matéria do jornal, a coordenadora ressaltou que os dados construídos pela Secretaria Internacional do Trabalho, evidenciou que “o Estado do Amazonas é considerado uma zona vermelha do tráfico de mulheres” e, para ela, o debate público sobre o tema estava sendo a primeira forma de mudança da cruel realidade das mulheres amazonenses.<sup>595</sup>

No dia seguinte ao evento onde reuniu especialistas, ativistas e movimentos sociais, o jornal informou a criação de uma rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas, especificamente meninas e mulheres, como resultado da calorosa discussão anterior. Buscando ser propositivos, a rede foi formada pela sociedade civil organizada, estudiosos do tema e instituições públicas, objetivando sensibilizar a sociedade para tal crime, pois, conforme Junior, “muitos acham que isso é brincadeira e não ocorre no Amazonas, o que é um grande complicador para o enfrentamento do problema”.<sup>596</sup> Porém, sucede um paradoxo quanto a afirmativa de o Amazonas não ser um lugar privilegiado de violação de direitos humanos das mulheres no que tange à exploração sexual, pois o Norte foi identificado, à época, como a principal rota de tráfico internacional e interestadual de mulheres.

De acordo com o periódico, por meio dos dados da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (Prestaf), foi identificado que na região amazônica havia 76 rotas, cujo estados do Pará, Amapá e o Amazonas eram os que tinham as principais rotatividades de saída do Brasil. Os dados correspondiam, segundo a notícia, aos estudos realizados em 2002, mas em 2008 foi realizado um novo estudo. Contudo, de acordo com Francly Junior: “a pesquisa nova da

---

<sup>593</sup> *Ibidem*.

<sup>594</sup> Rago, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2013, p. 26.

<sup>595</sup> “Amazonas é uma zona vermelha”. *A Crítica*, 16/01/2009, p. C3 (tiragem virtual)

<sup>596</sup> “Combate ao tráfico de pessoas”. *A Crítica*, 17/01/2009, p. C4.

Pestraf ainda não nos foi entregue. Mas há sinalização de que o Amazonas virou a zona vermelha do tráfico de mulheres”.<sup>597</sup>

Buscando informações sobre o relatório Pestraf, concluído, na verdade, em 2001, que embasou os trabalhos do I Seminário de Tráfico e Exploração Sexual de Mulheres e Adolescentes citado por Francly Junior, à época co-coordenadora do evento, foi uma pesquisa desenvolvida perante as graves denúncias por parte das organizações da sociedade civil (Associações, ONGS, Movimentos Sociais) defensoras dos direitos das mulheres, crianças e adolescentes, da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), forçando o Estado brasileiro a incluir na agenda pública a demanda que se apresentava. Ademais, a parceria entre o Estado e a Sociedade Civil, tinha o objetivo de defender, garantir e promover proteção e cidadania para as pessoas violadas, como também punir sujeitos e grupos organizados.

No que tange aos direitos humanos, esta forma de tráfico configura-se como relação criminosa de violação de direitos, exigindo, portanto, um enfrentamento que responsabilize não somente o agressor, mas também o Estado, o mercado e a própria sociedade.<sup>598</sup>

No que concerne às informações da região Norte, o estudo apresentou a partir dos dados coletados referente ao período de 1996 a 2002, altos índices de pobreza e desigualdade social, reafirmando a íntima relação pobreza, desigualdade socioeconômica e a quantidade significativa de caminhos de tráfico e exploração de mulheres e menores de idade, seja em rotas internacionais e nacionais (intermunicipal e interestadual). De fato, o Norte, conforme noticiado pelo *A Crítica*, possuía cerca de 76 rotas, sete a mais que o Nordeste. Tais informações evidenciam quanto maiores os índices de desigual redistribuição de recursos entre as regiões brasileiras, as localidades mais afetadas configuraram como as que “mais exportam mulheres e adolescentes para tráfico doméstico e internacional”, tornando possível considerar o Amazonas como parte de uma “zona vermelha” e a principal rota em relação à migração forçada para fins de exploração de pessoas.<sup>599</sup>

<sup>597</sup> “Norte é a principal rota, atesta Pestraf”. *A Crítica*, 25/10/2009, p. C12.

<sup>598</sup> Leal, Maria Lúcia; Leal, Maria de Fátima (orgs.). Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil – PESTRAF: Relatório Nacional – Brasil. Brasília: CECRIA, 2002, p. 34.

<sup>599</sup> Leal, Maria Lúcia; Leal, Maria de Fátima (orgs.). Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil – PESTRAF: Relatório Nacional – Brasil. Brasília: CECRIA, 2002, p. 55. Essa constatação, ao mesmo tempo, não desonera as outras regiões “mais ricas” e centrais da análise, porque a ideia do “eldorado” fomentada pelo capitalismo quanto aos grandes centros financeiros, como São Paulo, foi/é provavelmente o que mobiliza mulheres a serem cooptadas para a exploração sexual ou a exercer o trabalho sexual em condições precárias nesses lugares. Vários casos de

Perante tais informações, acrescenta-se, ainda, que as vitimadas pelo processo foram mulheres adultas (53%) e adolescentes (47%), negras, com faixa etária de 15 a 25 anos, baixa escolaridade e provenientes de cidades pouco desenvolvidas e da periferia das capitais. A pesquisa aprofundou-se na vida das mulheridades e descobriu que: “geralmente essas mulheres, crianças e adolescentes já sofreram algum tipo de violência intrafamiliar (abuso sexual, estupro, sedução, negligência, abandono, maus tratos, violência física e psicológica) e extrafamiliar (na rua, nas escolas, nos abrigos e etc)”.<sup>600</sup> Assim sendo, a pesquisa do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA) explicitou o funcionamento prático da investigação e a produção de conhecimento para, a médio e a longo prazo, a mobilização do Estado para produção de políticas públicas e legislações de proteção de sujeitos e grupos mais vulnerabilizados pela matriz de opressão, forjada pela desigualdade de gênero, raça, classe, sexualidade e geração.

Acrescento, ainda, o importante papel das organizações sociais de mulheres/feministas brasileiras como denunciantes e articuladoras para produção da pesquisa entre o CECRIA e o poder público, que desembocou em diferentes ações críticas pelo país após a finalização do relatório, como, por exemplo, o Seminário sobre Tráfico de Mulheres e Adolescentes, organizado pelo Movimento de Mulheres junto com entidades governamentais e religiosas, em 2009, em Manaus. Como efeito disso, o Fórum Permanente das Mulheres de Manaus, em janeiro de 2010, objetivou criar “uma rede de prevenção ao tráfico de mulheres e exploração de meninas em Manaus”, alinhando-se com a Polícia Federal e Polícia Federal Rodoviária, Ministério Público Federal e Secretária Estadual de Assistência Social (SEAS).<sup>601</sup>

A força-tarefa constituiu-se naquilo que teoricamente existia, porém não era colocado em prática. Assim sendo, nas palavras de Francy Junior, era “preciso iniciar o mais urgente possível trabalhos que vão além da reflexão”, pois foi identificado pela Universidade Federal do Amazonas a escassez de programas de proteção e suporte

---

mulheres, sobretudo travestis e transexuais, em relação à exploração sexual, tráfico de pessoas e exercício do trabalho sexual condições precárias, foram documentados e analisados nas pesquisas de: Kulick, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. Agnoletti, Michelle Barbosa. *A transmigração no espaço, no corpo e na subjetividade: deslocamentos de fronteira na experiência de travestis paraibanas na Itália*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Pará, 2014. Lima, Michele Pires. *Senhoras do Tempo: Gênero, Trabalho e Transativismos em Manaus (1992-2019)*. Manaus: EDUA, 2024.

<sup>600</sup> *Idem, Ibidem*, p. 59-61

<sup>601</sup> “Rede de prevenção ao tráfico de mulheres”. *A Crítica*, 23/01/2010, p. C5 (tiragem virtual)

psicossocial, jurídico e assistência social às mulheridades vitimadas, como também a ausência de pesquisas científicas sobre a temática.<sup>602</sup>

É histórico a luta das mulheres não-brancas por autonomia, emancipação e direito aos seus corpos e subjetividades, como defendido por Angela Davis. Ao investigar a relação das mulheres negras e o associativismo no final do século XIX, nos Estados Unidos, identificou que, apesar da aproximação entre mulheres brancas e negras por mudanças estruturais, havia urgências que afetavam em grande escala a população negra, se configurando a força motriz para que as ativistas negras priorizassem “seu povo”, ou seja: “foi a reação à desenfreada onda de linchamento e ao abuso sexual indiscriminado de mulheres negras que as primeiras associações de mulheres negras foram estabelecidas”.<sup>603</sup> Nota-se, por conseguinte, a historicidade da luta das mulheres e feministas, em especial negras, de modo transversal e destemida. E Francy Junior e Antônia Barroso, inseridas no movimento de mulheres feministas em Manaus, são herdeiras das mulheres negras que ousaram atuar por justiça social para as mulheridades e feminilidades exploradas sexual e economicamente, aspectos de dominação patriarcal e racial do sistema capitalista moderno/colonial.

“Trabalhar nas intersecções” define as mobilizações das colaboradoras e seus respectivos movimentos sociais para garantir uma outra realidade de vida para as mulheres amazônicas, que foram absorvidas pela consequência da desigualdade social e econômica. Suas atuações sociopolíticas foram produzidas a partir das próprias vivências com o racismo, sexismo, classismo e LGBTIfobia. E, nesse sentido, aguçaram seus olhares e ouvidos para as demandas sociais de outras mulheres e pessoas LGBTI+, não-brancas em sua maioria, que também experienciaram o peso do patriarcado e suas diferentes manifestações cotidianas. Embora a ferramenta analítica e prática da interseccionalidade ainda não estivesse totalmente expandida no Brasil, entre 2009 e 2010, a presença e a atuação das colaboradoras lésbicas no periódico evidencia que a erradicação da violência contra as mulheres somente será possível a partir da compressão

---

<sup>602</sup> “Rede de prevenção ao tráfico de mulheres”. A Crítica, 23/01/2010, p. C5 (tiragem virtual). A primeira pesquisa no banco de teses e dissertações da UFAM, foi defendido em 2011 por Andréa Freitas de Vasconcelos sobre a exploração sexual de mulheres e meninas na fronteira Brasil e Venezuela, cujo território delimitado foi Pacaraima, no norte de Roraima e próximo do outro país. Vasconcelos, Andréa Freitas de. Exploração sexual feminina na fronteira: Brasil e Venezuela. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

<sup>603</sup> Davis, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Trad. Heci Regina Candiani. - 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2016, p. 134.

do funcionamento das linhas do poder que fomenta, associadamente, as desigualdades de gênero, raça, classe, sexualidade, pois as:

soluções para a violência contra as mulheres continuarão improváveis se esse problema for tratado através de lentes exclusivas de gênero, raça ou classe. Por exemplo, lentes exclusivas de gênero, pelas quais os agressores são homens e as vítimas as mulheres, ou lentes exclusivas de raça, que priorizam a violência policial contra homens negros em detrimento da violência doméstica contra mulheres negras, mostram as limitações do pensamento não interseccional.<sup>604</sup>

Como lembrado por Collins e Bilge, por muito tempo, muitas ativistas e feministas do sul global utilizaram a interseccionalidade como ferramenta de análise e de resolução de problemas sociais, antes mesmo de ser sistematizada e nomeada, e capturaram o seu sentido prático como uma “importante lente crítica para as iniciativas em favor dos direitos humanos”.<sup>605</sup> Nesse sentido, em diferentes frentes, os movimentos sociais de mulheres/feministas de Manaus produziram ações efetivas e denunciaram o Estado pela morosidade em produzir políticas públicas e legislações para garantir os direitos humanos de sujeitas e grupos em situação de minoria social.<sup>606</sup> As ativistas também denunciaram na imprensa a violência intrafamiliar, as jornadas longas de trabalho e a ausência de cuidados, a falta de água, de energia, creches e escolas nos bairros periféricos – espaço composto majoritariamente de mulheres negras e indígenas –, a baixa autoestima e o adoecimento.<sup>607</sup>

A sensibilidade das ativistas para as demandas urgentes da sociedade mobiliza-as para protestos de rua como método importante de mudança e justiça social. À contrapelo do silenciamento dos problemas gerados pela exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes por parte do Estado do Amazonas nas primeiras décadas do XXI, o movimento de mulheres manauenses, em 2014, trouxe a público a lentidão do judiciário e a morosidade do legislativo amazonense acerca da instalação da Comissão Parlamentar

---

<sup>604</sup> Collins, Patricia Hill; Bilge, Sirma. *Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 73.

<sup>605</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>606</sup> De acordo com Geneviève Koubi, não há minoria em si, mas situação de minoria, cujo constrangimento fundamenta e caracteriza a “situação de minoria”. Além disso, tal situação conjectura submissão, hierarquização e desvalorização dos grupos minoritários nas relações de poder com o Estado. Koubi, Geneviève. Entre sentimentos e ressentimentos: as incertezas de um direito das minorias. In: Bresciani, Stella; Naxara, Márcia (Orgs.). *Memória e Ressentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 527.

<sup>607</sup> “Feministas reivindicam ações efetivas”. *A Crítica*, 09/03/2013, p. A6.

de Inquérito (CPI) para julgar e averiguar os casos de pedofilia no Amazonas, tendo como principal personagem investigado o prefeito de Coari, Adail Pinheiro.<sup>608</sup>

Chamado de “Rolezinho no TJ-AM”, a manifestação ao som de apitos, cartazes e carro de som com falas de ordem, ocorreu na frente do Tribunal de Justiça do Amazonas, na Avenida André Araújo, como forma de chamar atenção da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), àquela altura finalizando a fiscalização no judiciário estadual. Na oportunidade, os representantes do CNJ receberam do Movimento de Mulheres Negras da Floresta – Dandara, o Instituto Amazônico de Cidadania e o Partido Pirata, “uma carta [...] com uma relação de processos que tramitam na Justiça estadual”<sup>609</sup> e a insatisfação da demora nos julgamentos dos processos.

Diante dessas informações, surge a seguinte questão: os processos de pedofilia ao qual as ativistas se referiam foi resultado da “força-tarefa”, constituída em 2010, a partir das denúncias de tráfico e exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes no Amazonas? Provavelmente, pois segundo o jornal, a sociedade estava insatisfeita pela forma que o poder público estava lidando com os problemas de pedofilia e corrupção. Segundo Francy Junior, em entrevista para o periódico, o movimento de mulheres e feministas estavam “atentos a esses processos”: “O Poder Judiciário poderia ser mais atento. Eles ainda não entenderam que o espaço de poder que têm é para estar à serviço do povo. Seria muito bom se esse Poder tomasse consciência disso [...]”.<sup>610</sup> Na oportunidade de diálogo com membros do CNJ, outras demandas foram arroladas no documento para serem investigadas ou apreciadas, entre as quais:

1- Mais agilidade no julgamento de processos de crimes de corrupção que envolvam políticos do Estado; 2 - Maior rigor na punição dos corruptos do Estado; 3 - Apreciação das denúncias de grilagem de terras em Manaus; 4 - Maior acesso da população à Justiça.<sup>611</sup>

Após dois meses, observando a lentidão do poder público, as ativistas planejaram e realizaram novo ato público. Dessa vez seus corpos se posicionaram na

---

<sup>608</sup> Manoel Adail Pinheiro é um político amazonense e empresário. Nasceu em 1962, no município de Coari, Amazonas. Foi prefeito de Coari por dois mandatos, entre 2001 e 2008. Desde 2012, Adail Pinheiro estava sendo investigado por diversas irregularidades e fraudes orçamentárias na aplicação de recurso público, inclusive no Sistema Único de Saúde de Coari. Em 2014, sob investigação no envolvimento e de encabeçar uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes, sobretudo meninas no interior do Amazonas, foi preso e condenado a 12 anos de prisão. Nas eleições de 2024, Adail Pinheiro, já solto e com os direitos políticos restabelecidos, concorreu à prefeitura de Coari e foi eleito em primeiro turno.

<sup>609</sup> ‘Rolezinho’ cobra Justiça. *A Crítica*, 24/01/2024, p. A5.

<sup>610</sup> *Ibidem*.

<sup>611</sup> “Rolezinho’ cobra Justiça”. *A Crítica*, 24/01/2024, p. A5.

Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM). Como o judiciário amazonense, o legislativo também foi motivo de denúncia e protesto pelo Fórum Permanente das Mulheres de Manaus (FPMM), pela forma de tratativa das denúncias de pedofilia e a demora na instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).<sup>612</sup>

As ativistas saíram em caminhada da reitoria da Universidade do Estado do Amazonas, na Av. Djalma Batista, em direção à Assembleia Legislativa. Ao chegar na “casa do povo”, foram entoadas palavras de ordem contra exploração sexual de meninas, entre crianças e adolescentes, e a impunidade de parlamentares, empresários e outros agentes públicos supostamente perpetradores do crime, entre eles Adail Pinheiro.<sup>613</sup>

### Figura 9: Protesto contra o silêncio

MULHERES NA RUA

## Protesto contra o silêncio

Movimento de Mulheres promove hoje um ato público em frente da ALE contra a exploração sexual de crianças

IVÂNIA VIEIRA

ivaniavieira@acritica.com.br

O slogan “A violência contra a menina e a mulher não o mundo que a gente quer”, será espalhado e gritado hoje por militantes do movimento popular e feministas em ato público em frente a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE-AM). Organizada pelo Fórum Permanente das Mulheres de Manaus (FPMM) e com apoio de inúmeras organizações, a manifestação é uma atitude de condenação à forma como o Poder Legislativo está tratando as denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes e adiamento da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia.

A concentração dos manifestantes será às 9h30 próximo do prédio da Reitoria da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), na avenida Djalma Batista, de onde os participantes sairão em caminhada em direção à sede da ALE-AM.



Francy Junior ressalta o pouco caso que a Assembleia fez das denúncias de pedofilia

Francy Junior, da equipe de coordenação do FPMM e do Movimento das Mulheres Negras da Floresta - Dandara, afirma que o movimento traduz a tristeza e a indignação das mulheres de Manaus com o pouco caso que o Legislativo faz das denúncias de pedofilia, exploração sexual de crianças e adolescentes no

Amazonas. “As denúncias se avolumam, envolvem parlamentares, empresários e outras figuras e não é tomada uma decisão que demonstre vontade política de pôr um fim nisso. É como se não tivesse acontecido nada. Por isso, vamos às ruas para dizer que esse silêncio, a falta de providências efetivas nos agride e faz mal

a todas as pessoas de bem deste Estado, homens e mulheres”.

“Estamos convocando a militância e convidando todos os que desejarem engrossar nosso grito de basta participar dessa caminhada e do ato público”, diz a coordenadora da Marcha Mundial de Mulheres no Amazonas, Francy Guedes. “Nós precisamos tirar essa nódoa que mancha e envergonha o Amazonas e a Assembleia Legislativa por dever de ofício não pode continuar fazendo de conta que não vê, não ouve. Tem que agir diante desse crime”, afirma.

O relatório de 2012, do Observatório de Igualdade e Gênero da América Latina e Caribe, organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) registra, em 2011, 1.139 homicídios de mulheres em oito países da região; no ano de 2012 foram 50.617 mil casos de estupro no Brasil, em Manaus, 252 casos registrados de abuso e exploração sexual de crianças de 0 a 6 anos.

Fonte: *A Crítica*, 01/04/2014.

Na tribuna do plenário da ALEAM, Francy Junior, vestida nas cores branco e vermelho, com dedo em riste, representando o FPMM e o Movimento de Mulheres Negras – Dandaras, reiterou as denúncias de pedofilia e que a presença do movimento social organizado, naquele momento, tinha o objetivo de visibilizar “a tristeza e a indignação das mulheres de Manaus”<sup>614</sup>, pois os poderes públicos, entre eles o judiciário

<sup>612</sup> “Mulheres na rua: protesto contra o silêncio”. *A Crítica*, 01/04/2014, p. A6.

<sup>613</sup> *Ibidem*.

<sup>614</sup> “Mulheres na rua: protesto contra o silêncio”. *A Crítica*, 01/04/2014, p. A6.

e o legislativo, estavam dando pouca importância para situação de violência sexual, que crianças e adolescentes, especialmente do gênero feminino, sofreram. A colaboradora acrescentou:

“As denúncias se avolumam, envolvem parlamentares, empresários e outras figuras e não é tomada uma decisão que demonstre vontade política de pôr um fim nisso. É como se não tivesse acontecido nada. Por isso, vamos às ruas para dizer que esse silêncio, a falta de providências efetivas nos agride e faz mal a todas as pessoas de bem deste Estado, homens e mulheres”.<sup>615</sup>

Já para a outra manifestante, Francy Guedes, representante da Marcha Mundial de Mulheres, a mobilização pública das ativistas e feministas objetivava criar comoção da sociedade para “engrossar nosso grito (...) basta participar dessa caminhada e do ato público”, pois, prossegue a entrevistada, “nós precisamos tirar essa nódoa que mancha e envergonha o Amazonas” e responsabilizar o legislativo amazonense pela demora em tomar providências “diante desse crime”.<sup>616</sup>

A fonte possibilita alguns caminhos analíticos importantes sobre a problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes, especialmente meninas, mas também os ativismos multifacetados de mulheres como Francy Junior, colaboradora desta tese. Primeiramente, as ações das ativistas lésbicas e não lésbicas, contando com a presença de homens aliados, evidenciaram que a busca por direitos não deve envolver apenas o grupo ou sujeito na condição de precariedade – mulheres, crianças e adolescentes, LGBTI+, negros – mas deve ser “uma luta que procura expandir aquilo que nos referimos quando falamos de ‘nós’”<sup>617</sup>. Segundamente, as políticas de gênero, de raça, de classe e de sexualidade, não podem ser concebidas e praticadas isoladamente, pois as populações cujos marcadores atravessam, em diferentes intensidades, devem produzir consciência crítica para realizar alianças, pois, como sugere a filósofa branca *queer* estadunidense, Judith Butler, há outras populações e sujeitas “amplamente caracterizada como precária”, já que a situação de precariedade “é diferencialmente distribuída” e que as vidas sejam semelhantemente visíveis e vivíveis.<sup>618</sup> Em terceiro e último, Francy Junior, na tribuna, testemunha que o espaço público – a rua – é o lugar de quebra do silenciamento estrutural

---

<sup>615</sup> *Ibidem*.

<sup>616</sup> *Ibidem*.

<sup>617</sup> Butler, Judith. *Corpos em aliança e as políticas das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. 1.ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

<sup>618</sup> Butler, Judith. *Corpos em aliança e as políticas das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 75-79.

das meninas e meninos vitimados pela pedofilia e pelo tráfico para fins de exploração sexual, tomando a performatividade política das mulheres ativistas e feministas no ato público como vetor da reivindicação do direito ao julgamento dos perpetradores do crime, e a explicitação da cumplicidade dos poderes do Estado na morosidade de investigação e culpabilização.

Nesse sentido, as ativistas lésbicas e feministas, conjugadas numa política de aliança em mobilização pública, “ameaça o Estado com a deslegitimação”, visto que a insistência dos seus corpos em exposição:

coloca essa legitimidade [... do Estado] em questão, e o faz precisamente por meio de uma performatividade específica do corpo (...) estou sugerindo que as reivindicações políticas são feitas pelos corpos quando eles aparecem e agem, quando recusam e persistem.<sup>619</sup>

Objetivando, assim, um futuro diferente diante do interesse popular, assegurando que o debate e a formulação de políticas e a garantia de direitos sejam realizados. A resistência das ativistas e de aliados/as nas ruas e no legislativo, no início de março de 2014, ecoaram, ganhando visibilidade e apoio para que, em nove dias depois do ato público, a CPI fosse criada, e tendo como autor do pedido o Deputado Luiz Castro (PPS).

Segundo a notícia, a CPI da Pedofilia foi composta por cinco membros titulares e quatro suplentes, entre os quais, Luiz Castro<sup>620</sup>, Conceição Sampaio<sup>621</sup> e José Ricardo<sup>622</sup>, este último como suplente. Vale lembrar que os três nomes foram indicados pelo movimento de mulheres/feministas na ocasião do Ato Público, e, provavelmente, foram atendidas pelo Presidente da ALEAM, à época, Josué Neto. Além disso, segundo o presidente da CPI, as investigações teriam outras dimensões, pois era necessário averiguar todas as denúncias de exploração de crianças e adolescentes em todo o Estado do Amazonas, não perdendo de vista o prefeito de Coari, Adail Pinheiro, como o principal

---

<sup>619</sup> *Ibidem*, p. 92.

<sup>620</sup> Luiz Castro de Andrade Neto é bacharel em Direito e político brasileiro filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Luiz Castro nasceu em São Paulo, em 1958. Aos 19 anos se mudou para Envira, interior do Amazonas, onde foi prefeito por dois mandatos. Também foi deputado estadual no Amazonas, por dois mandatos, e se candidatou ao Senado Federal em 2018 e 2022.

<sup>621</sup> Maria da Conceição Sampaio Moura é uma comunicadora e política brasileira filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Conceição Sampaio nasceu em Alenquer, Pará. Em 2015 exerceu seu primeiro mandato político como vereadora em Manaus. No ano seguinte, elegeu-se deputada estadual, conseguindo a reeleição em 2010. Cinco anos depois, assumiu a vaga de deputada federal.

<sup>622</sup> José Ricardo Wendling é um economista e político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), desde 1995. É natural de Montenegro, Rio Grande do Sul, nascido em 23 de junho de 1964. Foi professor universitário, ex-presidente do Conselho Regional de Economia AM/RR. Foi Deputado Federal, Estadual e Vereador. Atualmente exerce sua terceira vereança na Câmara Municipal de Manaus (CMM).

perpetrador, e o envolvimento de parlamentares estaduais, por exemplo, o citado deputado Fausto Souza.<sup>623</sup>

Diante disso, podemos vislumbrar a força do movimento social, especificamente o Movimento Feminista e Mulheres de Manaus como parte de uma articulação maior de mulheres brasileiras, um dos movimentos de mulheres mais importante do mundo, sendo “referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional (...e) também um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país”.<sup>624</sup> E isso se assevera por meio da assertiva do deputado Luiz Castro, em notícia, quando explica sua entrada na Comissão e a autoria do pedido da CPI, advinda pela força política das “militantes de movimentos feministas que cobraram o Poder Legislativo e a escolha de membros que tivessem empatia com os trabalhos [...]”.<sup>625</sup> Mesmo lembradas pelo excelente trabalho, o periódico demonstrou que o movimento se manteve vigilante aos trabalhos sobre a temática nos dois poderes constitucionais analisados até então.

Para Francy Junior, as/os ativistas, junto de suas respectivas organizações sociais, avaliaram positivamente os rumos da ALEAM em relação ao grave problema social da exploração de meninas e meninos, assim como consideraram vitoriosa as alianças e a manifestação pública da sociedade civil organizada, comprometendo os movimentos sociais na luta pelos direitos humanos de crianças e adolescentes amazonenses: “Vamos ficar monitorando, por enquanto vamos deixar que os deputados trabalhem. Mas na hora que for preciso a nossa presença, a nossa voz, o nosso grito, estaremos lá!”.<sup>626</sup>

Historicamente as mulheres racializadas, lésbicas ou não, utilizarem-se da performatividade corpórea e da voz como mecanismo de visibilidade para reivindicações sociais, conquistando significativo protagonismo político. Nesse sentido, as fontes impressas e as fontes orais, analisadas até aqui, evidenciam ativistas astutas e multifacetadas ante o sistema interseccional de poder, que saqueia e destrói as vidas e sonhos de pessoas e grupos em uma condição de minoria. Entretanto, tal sistema permanece se articulando nas estranhas do Estado e, de modo particular, na sociedade amazonense como forma de manipular e estabelecer as regras assimétricas para as vidas vivíveis e as não vivíveis.

---

<sup>623</sup> Andrade, Janaína. “Comissão decide hoje quem será investigado”. *A Crítica*, 10/04/2014, p. A3.

<sup>624</sup> Carneiro, Sueli. *Mulheres em Movimento*. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117, 2003.

<sup>625</sup> Andrade, Janaína. “Comissão decide hoje quem será investigado”. *A Crítica*, 10/04/2014, p. A3.

<sup>626</sup> *Ibidem*.

Importante salientar que as resistências vêm daquelas que entenderam e compreendem que todas as vidas são válidas e devem ser protegidas, com direitos garantidos, mesmo sabendo que as trilhas que percorrem/percorreram tenham sido “longa e árdua” para combater “a rede de cumplicidade armada” que levanta e se agiganta. E foi/é nas atuações sociopolíticas públicas – e publicadas - das mulheres lésbicas negras e suas aliadas contra as diversas formas de violência, especialmente as que atingem em grande escala mulheres e meninas amazônidas, que compreendi o valor histórico e político dos seus ativismos como “fagulhas da ousadia a serem compartilhadas”, conforme defende a jornalista e professora universitária brasileira, Ivânia Vieira.<sup>627</sup>

A ousadia das colaboradoras lésbicas negras e afro-indígenas para além das histórias inscritas nos jornais, com suas participações e representações, mostra que foram, em diferentes medidas, vitimadas pela violência de gênero e suas correlações em suas trajetórias. E entendiam que seus corpos, embora protegidos pela determinação e pelos laços de solidariedade, estiveram sujeitas ao terror da necropolítica.<sup>628</sup> Antônia Barroso ao contar as histórias de sua infância e adolescência entre Manaus e Rio de Janeiro, rememora o fato de ter sido levada por uma tia para passar férias e não retornou para casa, em Manaus. Seu ato de narrar foi seguido de lágrimas impregnadas de tristeza diante do sofrimento praticado pelos tios à Antônia criança: “eu fui aliciada pelo marido dela, não chegou no ato concreto, mas teve o processo de aliciamento”.<sup>629</sup> De modo simétrico, outra entrevistada da tese denunciou o abuso sexual sofrido em tenra idade pelo primo, que lhe dizia, em tom discriminatório, que ela nunca seria um “homem”, tendo o abuso sexual um meio de correção ante a produção da identidade lésbica em construção.<sup>630</sup>

Ao prefaciar o livro *Abuso e exploração sexual: notas para um debate multidisciplinar*, a antropóloga branca brasileira, Anna Paula Vencato, aponta a violência de gênero dessa natureza como:

um traço central para afirmação de certas masculinidades e de posições de poder dentro das relações sociais mais amplas ou de parentesco. [...] reafirma o lugar do homem num lugar de poder e dominação [...] pelo

<sup>627</sup> Vieira, Ivânia. “Laços contra a pedofilia”. *A Crítica*, 25/06/2014, p. A4.

<sup>628</sup> Mbembe, Achille. *Necropolítica. Arte & Ensaios – Revista do PPGAV*, nº 32, p. 146, 2016.

<sup>629</sup> Entrevista com a massoterapeuta e ativista, **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 23 de setembro de 2023, no Laboratório de História da Imprensa do Amazonas – LHIA/UFAM, Amazonas.

<sup>630</sup> Apesar da afirmativa para permanência da informação por parte da colaboradora, decidi preservar a identidade dela nesse momento, como forma de respeitar sua dor, mas também a dor e o sentimento de muitas mulheres lésbicas brasileiras que sofrem, historicamente, com o estupro corretivo como forma de violência sexual.

viés do exercício de poder das masculinidades sobre as feminilidades ou masculinidades menos normativas.<sup>631</sup>

Além da masculinidade hegemônica, se comprovou historicamente a heterossexualidade enquanto regime político e ideológico<sup>632</sup> que afeta, significativamente, as vidas de meninas e mulheres que “acumulam atributos sociais que são desvalorizados dentro da lógica cultural vigente”.<sup>633</sup> As características as quais a antropóloga alega são de gênero, raça, classe e outros marcadores sociais, de modo interrelacionados, que delimitam e afunilam desigualdades e, conseqüentemente, a invalidação de mulheridades e feminilidades como sujeitas de direitos humanos e sociais.

Experienciando a exploração em diversas matizes por um familiar e vivenciando a violência doméstica sofrida pela tia, no Rio de Janeiro, Antônia conta que “ia fazer diferente”<sup>634</sup> em sua trajetória. E fez. Seja na vida pessoal, seja no ativismo em defesa e promoção dos Direitos, com olhar, escuta e prática social especial para as vidas de mulheridades e feminilidades amazonenses, conforme esta tese comprova.

Em 25 de novembro de 2019, Manaus foi palco de um dia de luta para as mulheres, pois tratava-se do lançamento da campanha “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres” em alusão ao “Dia Mundial pela Não Violência contra as Mulheres”. Nesse dia, o Fórum Permanente das Mulheres de Manaus realizou uma passeata na avenida André Araújo, Zona Sul de Manaus, saindo do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), passando pelo Fórum Henocho Reis e Tribunal de Justiça do Amazonas. A manifestação das ativistas e aliadas tinha a primazia de sensibilizar, informar e cobrar a justiça para as sujeitas vítimas da violência doméstica e do feminicídio. Assim, Antônia Maria Barroso, em entrevista para o jornal, narrou as atividades feitas no ato e, em seguida, denunciou a morosidade do poder judiciário em julgar os casos envolvendo violência de gênero e homicídio de mulheres:

Fizemos um momento em memória das mulheres assassinadas, que nós acompanhamos de dois anos para cá. O total eram de 15 casos e a maioria deles, a justiça ainda não deu uma resposta para as famílias e nem para a

<sup>631</sup> Vencato, Anna Paula. Prefácio. In: Wiggers, Raquel; Lima, Natã Souza (orgs.). *Abuso e exploração sexual: notas para um debate multidisciplinar*. Manaus: Editora Valer, 2014, p. 9-11.

<sup>632</sup> Wittig, Monique. *O Pensamento heterossexual e outros ensaios*. Trad. Máira Mendes Galvão. 1ª ed. Belo Horizonte, Mg: Autêntica, 2022, p. 19.

<sup>633</sup> Wiggers, Raquel; Lima, Natã Souza, *op.cit.*, p. 11.

<sup>634</sup> Entrevista com a massoterapeuta e ativista, **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 23 de setembro de 2023, no Laboratório de História da Imprensa do Amazonas – LHIA/UFAM, Amazonas.

sociedade. São casos que estão tramitando, mas percebemos a forma que o judiciário não está priorizando e dando a devida importância.<sup>635</sup>

Mais adiante, o *A Crítica* clarificou que o Amazonas, à época, era considerado o terceiro Estado com os maiores índices de feminicídio, de acordo com os dados coletados e divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A informação divulgada pelo periódico se baseou nos dados divulgados pelo CNJ no ano de 2018, referente aos processos pendentes (452/2016; 522/2017), baixados (114/2016; 168/2017) e sentenciados (44/2016; 4/2017).<sup>636</sup> Ademais, ao verificarmos os relatórios do Atlas da Violência referente aos casos de feminicídio e homicídio de mulheres no Amazonas, somamos, entre 2004 e 2008, cerca 1.245 mulheres assassinadas.<sup>637</sup> Afunilando a análise numa perspectiva interseccional de gênero e raça, os organizadores do Atlas, divulgado em 2020, fizeram a seguinte constatação do cenário brasileiro:

Embora o número de homicídios femininos tenha apresentado redução de 8,4% entre 2017 e 2018, se verificarmos o cenário da última década, veremos que a situação melhorou apenas para as mulheres não negras, acentuando-se ainda mais a desigualdade racial. Se, entre 2017 e 2018, houve uma queda de 12,3% nos homicídios de mulheres não negras, entre as mulheres negras essa redução foi de 7,2%. Analisando-se o período entre 2008 e 2018, essa diferença fica ainda mais evidente: enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%.<sup>638</sup>

Esses dados quantitativos e, conseqüentemente sua qualificação, confirmam que a violência de gênero, historicamente, foi e é racializada, tornando as mulheres negras e afro-indígenas como as principais vítimas da dupla ou tripla opressão correlata: “68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras”.<sup>639</sup> Estes dados não foram mencionados no periódico amazonense, revitimizando e invisibilizando o sofrimento das mulheres negras ante o feminicídio. Apesar de não enfatizar a dimensão racial, as ativistas/feministas de Manaus provavelmente compreendiam a interrelação de gênero e raça na configuração da violência brutal contras as mulheridades e, diante disso, voltaram a cobrar resoluções para os diversos processos de feminicídio no Tribunal de Justiça do Amazonas, pois os seus

<sup>635</sup> “Em nome da justiça e proteção”. *A Crítica*, 26/11/2019, p. C3.

<sup>636</sup> Conselho Nacional de Justiça. *O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha*. Brasília: CNJ, 2018, p. 21.

<sup>637</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da Violência 2016*. Brasília: Ipea, 2016, p. 27. *Idem*, 2020, p. 41.

<sup>638</sup> *Idem*, 2020, p. 37.

<sup>639</sup> *Ibidem*, p. 37.

desfechos não significavam resposta apenas para os familiares, mas para toda sociedade.<sup>640</sup>

Para Antônia Barroso, a omissão do judiciário acerca dos crimes praticados contra as mulheres pela sua condição de gênero, transmitia para população a informação da naturalização da violência de gênero e a banalização das vidas ceifadas. Isso demonstra, portanto, que apesar dos mecanismos para coibir as agressões e mortes, como a Lei Federal nº 11.340/2006 (Maria da Penha), e a Lei nº 13.104/2015 (Feminicídio), importantes pelo pioneirismo, o sistema judicial, em especial, falhou com a população feminina no Amazonas ao não responsabilizarem os perpetradores dos crimes. Acerca disso, Antônia, articuladora da mobilização pública, asseverou categoricamente: “Se eles não responderem pelos seus atos e naturalizarem a violência contra a mulher, só irá incentivar eles acharem que isso é o certo. São comportamentos que não levam o direito da mulher em consideração”.<sup>641</sup>

No trecho final da narrativa de Antônia Barroso concernente aos determinados comportamentos e estruturas sociais que implicam a marginalização dos direitos das mulheres, a entrevistada reiterou o valor histórico dos movimentos sociais de mulheres, atreladas à principiologia feminista não-hegemônica, para se manterem erguidas contra o machismo, a misoginia, a LGBTIfobia, o racismo e o classismo. As ativistas, entre elas Antônia Barroso, manteve-se em pé, gritando e lutando contra a intimidação policial, chamando atenção, junto de suas companheiras, dos diversos escalões do Tribunal de Justiça do Amazonas, para as vidas que merecem respeito e justiça também: “vamos continuar acompanhando os casos como todos os anos e cobrando esse retorno das autoridades. A violência contra a mulher não é o mundo que a gente quer!, completou Antônia Barroso”.<sup>642</sup>

Entre as mobilizações sociais e as memórias publicadas nos jornais, conseguimos acompanhar e compreender, pela ótica dos jornalistas, a história de luta de Francy Junior e Antônia Barroso em defesa dos direitos humanos das mulheridades e feminilidades, mas também das crianças e adolescentes vitimados pelo sistema capitalista moderno/colonial. As vivências e as ações em rede, até aqui analisadas, ensinam o valor

---

<sup>640</sup> Severino, Adneison. “AM é 3º estado com maior proporção de feminicídio a cada 100 mil mulheres”. *GI AM*, 26/06/2018, publicação virtual.

<sup>641</sup> “Em nome da justiça e proteção”. *A Crítica*, 26/11/2019, p. C3. No Amazonas, a primeira Lei Estadual produzida para proteger as mulheres em situação de violência, ou sua iminência, ocorreu tardiamente, sendo a *Lei nº 4926/2019*, que dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes e casas noturnas adotarem medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco.

<sup>642</sup> “Em nome da justiça e proteção”. *A Crítica*, 26/11/2019, p. C3.

da solidariedade, do reconhecimento da dor, do empoderamento, do corpo político e da voz como elementos que criam significados comuns “para superação dos legados históricos opressores”.<sup>643</sup>

No entanto, foi possível vislumbrar o *modus operandi* de ação sociopolítica das ativistas mulheres lésbicas negras e afro-indígenas direcionadas, em grande medida, para as mulheridades e feminilidades, sendo reconhecido, também, as suas ações junto de outras populações, como a LGBTI+, presentes no capítulo anterior. Por isso, diante da menção à esta população, questiono: Como os direitos LGBTI+ são divulgados no principal e maior jornal do Amazonas? Qual o tratamento ético das notícias? Quem foram os protagonistas? Sebastiana Silva e Izabel Cristina, fundadoras do movimento lésbico e atuantes no movimento LGBTI+ amazonense, foram visibilizadas pela mídia impressa e virtual?

#### 4.2 Lutar por direitos LGBTI+ no Amazonas

Entre a última década do século XX e o novo milênio, o Brasil experienciou a ascensão de novas formas de organização sociopolítica, como também a reconfiguração de outros movimentos sociais a partir de novas demandas, entre as quais as colaborações entre sociedade civil organizada e o poder público. Neste contexto, as mulheres e a população LGBTI+ ganharam impulso e puseram em perspectiva para a sociedade e para o Estado diversas reivindicações, que foram acolhidas, embora com resistências, e se tornaram, então, direitos garantidos por leis, por decretos, resoluções e portarias.<sup>644</sup>

Diferentemente do movimento de mulheridades e feministas que, a passos largos, conquistaram, com muita luta, alguns direitos por meio de projeto de lei, a população LGBTI+ em movimento não obtiveram tal êxito no legislativo brasileiro por diferentes razões, sendo que principal se encontra no aspecto conservador e fundamentalista do Congresso Nacional, órgão que elabora e aprova leis que dão valor e garantia significativa à cidadania para as populações brasileiras. Conforme lembrado por Maria da Glória Gohn, a garantia dos direitos:

é fundamental, porque dá universalidade às questões sociais, aos problemas econômicos e às políticas públicas, atribuindo-lhes caráter

<sup>643</sup> Warren-Scherer, Ilse. Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais. Warren-Scherer, Ilse; Luchmann, Lígia Helena Hanh (orgs.). Movimentos sociais e participação. Abordagens e experiências no Brasil e na América Latina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011, p. 28.

<sup>644</sup> De modo nacional, cito as Leis 11.340/2006 (Maria da Penha), Lei nº 13.104/2015 (Feminicídio).

emancipatório (...) Partir da óptica dos direitos de um povo ou agrupamento social é adotar um princípio ético, moral, baseado nas necessidades e experiência acumuladas historicamente dos seres humanos, e não nas necessidades do mercado.<sup>645</sup>

A partir das necessidades e experiências pessoais de desrespeito, humilhação e segregação de sujeitas/os, a sociedade civil organizada (associações, ongs, movimentos sociais), constituiu-se como espaço de empoderamento e de materialização da mobilização coletiva “como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”.<sup>646</sup> Diante disso, neste tópico, procuro compreender a atuação das ativistas lésbicas negras nas mídias impressas em defesa e na promoção dos direitos da população LGBTI+ no Amazonas, haja vista as percepções sobre o poder em dirimir a possibilidade de cidadania e, por outro lado, as resistências do movimento social diante das forças da ordem.

Para compreender como o movimento social LGBTI+ amazonense chegou a ser o que é atualmente, tomo como ponto de partida a criação do Grupo Gay do Amazonas, em 1992, uma instituição fundante do movimento social homossexual, aglutinador das homossexualidades e das suas reivindicações no Estado. Com o impacto da epidemia da Aids e a crise econômica e de empregos que o Amazonas vivenciou nos anos 90, o GGA – como era conhecido – e o Movimento de Luta contra a Aids (AMAVIDA) se tornaram importantes instrumentos de disseminação de conhecimento acerca da prevenção e dos mecanismos de tratamento da infecção, além de mobilizadores de pesquisa sobre o HIV/Aids entre as trabalhadoras e trabalhadores do sexo, em Manaus, por exemplo.<sup>647</sup>

Já na primeira década do século XXI, podemos detectar uma ruptura com o padrão de baixa abertura política predominante na esfera federal até então, ocorrida no governo Lula (2003-2011), que passou a “mobilizar e assimilar identidades ‘minoritárias’ em seu leque de investimentos, alianças estratégicas e coalizões partidárias”.<sup>648</sup> Para municípios e estados, podemos verificar a gestação e a fundação de fóruns, coordenadorias, conselhos municipais e estaduais e secretarias de governo com a

---

<sup>645</sup> Gohn, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16 n. 47, p. 346-347, 2011.

<sup>646</sup> *Ibidem*, p. 336.

<sup>647</sup> Queiroz, Rita Suely de. *Territórios do prazer: ambiente e prostituição na área central de Manaus*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente). Universidade do Amazonas, 1999, p. 64.

<sup>648</sup> Araújo, Raissa Barbosa; Adrião, Karla Galvão. Políticas públicas para as mulheres no Brasil de 1985-2016: uma análise sobre sujeitos. *Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13° Women's Worlds Congress*, Florianópolis, 2017, p. 9.

finalidade de “propor, executar e/ou fiscalizar a adoção de políticas públicas para grupos minoritários”.<sup>649</sup>

Nesse período, após o assassinato do fundador do movimento homossexual amazonense, Adamor Guedes, em 2005, e a formação de um contexto político nacional favorável para os movimentos sociais, notou-se a fragmentação e a pluralização de organizações sociais LGBTI+ no Estado do Amazonas. Naquele momento, se presenciou no Estado, sobretudo em Manaus, a formação de outros movimentos sociais identitários idealizados no cerne da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT) antigo GGA. Assim, por um lado, particularizou as demandas sociais nos movimentos organizados por lésbicas, travestis, transexuais, homens gueis, e por outro, os novos movimentos sociais LGBTI+ construíram um fórum de comunicação para mobilização social da sua agenda social e política, principalmente na capital.

Em 2011, Manaus experienciou uma série de debates em torno das diferentes formas de manifestação da homofobia na sociedade<sup>650</sup>. Para combater discursos e práticas homofóbicas, o movimento social, representando pelo Fórum de Movimentos LGBTI+, promoveu parcerias com o Estado para garantir maior efetividade da informação sobre esse tipo de violência baseado na condição de sexualidade dissidente. Nesse sentido, em abril de 2011 noticiou-se: “Fórum vai discutir o conceito de homofobia”.<sup>651</sup> De acordo com a reportagem, foram realizados workshops e seminários direcionados para servidores públicos e para membros da sociedade da civil, com o intuito de demonstrar as diferentes maneiras de manifestação da homofobia no cotidiano, identificando e construindo formas para denunciar. Para o ativista João Nery, coordenador do Fórum em 2011, as atividades em parceria com algumas secretarias estaduais e municipais, deveriam considerar a homofobia como violência que estrutura a sociedade amazonense, cujo debate, portanto, precisava ser transversal entre as áreas técnicas da educação, segurança, saúde, cultura e direitos humanos: “Vamos trabalhar com as transversalidades do tema, junto às

---

<sup>649</sup> Machado, Frederico Viana; Rodrigues, Cristiano Santos. Movimentos Negros e LGBT no Governo Lula: desafios da institucionalização segmentada. In: Machado, Frederico Viana; Massola, Gustavo; Ribeiro, Mari Auxiliadora (orgs.). *Estado, ambiente e movimentos sociais*. Florianópolis: ABRAPSO Editora: Edições do Bosque CFH/UFSC, 2015, p. 35-36.

<sup>650</sup> Nesse momento, utilizo o conceito homofobia para designar e contornar todos os atos de discriminação contra a população LGBTI+ até meados de 2019, ano em que o Brasil, por meio do Poder Judiciário, criminalizou a homofobia e a transfobia segundo os parâmetros da Lei do Racismo, nº 7.716/1989, até quando o Poder Legislativo tipificar o crime contra a população LGBTI+. Importante que ressaltar que o periódico analisado não citava transfobia ou LGBTfobia na primeira metade do século XXI, por isso, para manter a coerência e não prejudicar a análise histórica, por enquanto será usado o termo homofobia ao me referir à fonte impressa.

<sup>651</sup> “Fórum vai discutir conceito de homofobia”. *A Crítica*, 03/04/2011, p. C7.

secretarias, organizações afins, universidades, visando estabelecer categorias que permitam caracterizar a homofobia”.<sup>652</sup>

Trabalhar a conscientização acerca da homofobia (ou da LGBTIfobia), considerando o que era e como prevenir, constituiu uma maneira de informar a população amazonense para problemas históricos que, àquela altura, precisavam ter resoluções para haver, efetivamente, uma sociedade alinhada ao progresso e à cidadania. Dessa forma, um dos pontos levantados pelo representante do movimento LGBTI+, Francisco Nery, consistia na construção de um banco de dados do Governo Estadual sobre os casos de homofobia visibilizados por diferentes instâncias da administração pública, objetivando compreender os determinantes da homofobia seguindo o critério cultural e social local. Mais além, o entrevistado pelo *A Crítica* apontou as falhas inerentes à segurança pública – entre as quais, déficit na compreensão da homofobia enquanto crime contra dignidade humana – e a valorização da formação em direitos humanos, como foco na população LGBTI+, para erradicar a dificuldade “em fazer com que agentes da lei (policiais civis, policiais militares, delegados, etc.) enxerguem os casos de homofobia como tais, daí a intenção de convocar entidades representativas das categoriais policiais”.<sup>653</sup>

No decurso de abril do mesmo ano, ocorreu a Formação em Diversidade Sexual e Gênero junto aos professores e professoras da rede estadual e municipal de educação, no Instituto de Educação do Amazonas (IEA). A atividade fazia parte do calendário do Programa Brasil sem Homofobia<sup>654</sup>, política do governo federal em parceria com os estados, tendo como membros estaduais o Fórum Amazonense LGBT, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). Além da identificação da homofobia como violência presente no âmbito escolar, inclusive como causa da histórica evasão escolar

---

<sup>652</sup> “Fórum vai discutir conceito de homofobia”. *A Crítica*, 03/04/2011, p. C7.

<sup>653</sup> “Fórum vai discutir conceito de homofobia”. *A Crítica*, 03/04/2011, p. C7.

<sup>654</sup> Brasil sem Homofobia foi um programa de Combate à violência e discriminação contra a população LGBTI+ e de promoção à cidadania desse conjunto populacional. Idealizado no primeiro Governo Lula, o Programa Brasil Sem Homofobia estava vinculado ao Plano Plurianual (2004-2007) no Programa de Direitos Humanos. É possível que o Programa tenha atravessado e permanecido no 2º Governo Lula e no Governo Dilma, em 2011. Para mais detalhes do Programa e seus resultados na primeira metade do XXI, ver: Brasil, Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Ministério da Saúde. Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Elaboração: André Luiz de Figueiredo Lázaro; organização e revisão de textos: Cláudio Nascimento Silva e Ivair Augusto Alves dos Santos; Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

involuntária<sup>655</sup> de adolescentes lésbicas, gueis, bissexuais e transgêneros, a formação priorizou também a função da docência enquanto formador de opinião e de cidadania.

Conforme sinalizado na reportagem, havia muitos obstáculos no contexto escolar que barrava as discussões de gênero e sexualidade, voltados principalmente para a dimensão da intolerância e da homofobia. A inércia do debate, portanto, tinha/tem efeitos na experiência escolar de pessoas LGBTI+, como as dificuldades de aceitação e de respeito a adolescentes gueis e lésbicas assumidas, dando ênfase aos obstáculos erigidos para impedir a existência travesti, já que “quase sempre proibidas de entrar nas escolas vestindo saia ou de usar o banheiro feminino”.<sup>656</sup>

Diante disso, tornou-se importante a participação dos movimentos sociais LGBTI+ no Programa, pois ajustavam o conhecimento e a *práxis* crítica, cerne da teoria crítica interseccional<sup>657</sup>, para entender o que seria o problema social e as sujeitas e sujeitos afetados, ou seja, o “reconhecimento dos homossexuais da escola”<sup>658</sup>, para produzir um diagnóstico e construir ações críticas – “medidas práticas com um plano de ação definido pelos participantes” – para erradicar o problema de *bullying*, homofobia e intolerância, e, assim, “elaborar uma série de recomendações de políticas públicas de inclusão da população LGBT nas escolas”.<sup>659</sup>

Compondo com os interesses sociopolíticos das organizações LGBTI+ nacionais para erradicação da segregação, homicídios e exclusão de corpos dissidentes, os movimentos sociais de Manaus, como visto, estavam mobilizados para contribuir com mudanças radicais nas vidas LGBTI+ amazonenses, considerando a vivência num outro cenário político que construíram Conferências Estaduais e Nacionais, projetos e planos nacionais de cidadania LGBTI+, entre os quais a instituição da Política Nacional de Saúde Integral LGBTI+<sup>660</sup> no Sistema Único de Saúde e o Programa Brasil sem Homofobia, em âmbito executivo. E o judiciário, por sua vez, foi o espaço cuja população LGBTI+ conquistou seus mais importantes direitos, ainda que frágeis e pouco seguros enquanto jurisprudência.

---

<sup>655</sup> Andrade, Luma Nogueira de. *Travestis na Escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, 2012, p. 247.

<sup>656</sup> “Bullying homofóbico em debate”. *A Crítica*, 10/04/2011, p. C10.

<sup>657</sup> Collins, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. tradução Bruna Barros; Jess Oliveira. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

<sup>658</sup> “Bullying homofóbico em debate”. *A Crítica*, 10/04/2011, p. C10.

<sup>659</sup> *Ibidem*.

<sup>660</sup> Brasil. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. 1ª ed., 1ª reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Historicamente, 2011 foi um marco na história da população LGBTI+, sobretudo para homens gueis, para mulheres lésbicas e para as bissexualidades, pois além do forte combate à homofobia (ou LGBTIfobia), os casais homoafetivos saíram do “armário” para reivindicar o direito legal à família e à felicidade junto à Suprema Corte brasileira. Na esteira da história, portanto, vislumbra-se o momento do “amor que já ousa dizer o nome”.<sup>661</sup>

Segundo o advogado e ativista guei branco brasileiro, Caio Benevides Pedra, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu um importante passo na garantia dos direitos da população LGBTI+ ao realizar uma nova interpretação do art. 226 da Constituição Federal (CF) para reconhecer a “união estável entre pessoas do mesmo sexo”, instigados pela Procuradoria-Geral da República e pelo Governador do Rio de Janeiro, à época, Sérgio Cabral, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 132) e pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4277). Além disso, Pedra relembra o entendimento da Corte Superior, ao compreender que: “o uso individual da sexualidade não fere em nada a dignidade da pessoa humana, não podendo ser a orientação sexual das pessoas motivo para excluir famílias da proteção jurídica”.<sup>662</sup> Por isso, a decisão de reconhecer a união estável entre pessoas do mesmo gênero, explicitou a diversidade de formatos familiares no Brasil, um posicionamento de combate à discriminação de gênero e sexualidade, assegurando os pressupostos do Estado Democrático de Direito, representando um marco na história da população LGBTI+, como também “uma vitória de todo o povo brasileiro”.<sup>663</sup>

De acordo com imprensa amazonense, a decisão do Supremo Tribunal Federal impactou as vidas de muitos casais homoafetivos, porque a partir daquele momento os direitos concernentes ao casamento e a família na Constituição Federal afetou igualmente a configuração de união julgada pelo Supremo, em maio de 2011. No intuito de entender o “impacto” no Amazonas, o jornalista primeiramente ouviu dois casais e, em seguida, uma ativista do movimento social. Antônio José Mesquita e Ângelo Cabral Esperança, homens gueis, pardos, classe média, no contexto da entrevista para o jornal estavam cerca de nove anos juntos e desejavam oficializar a união. O desejo de casar e celebrar a relação afetiva, tinha, entre outros objetivos, a compreensão do direito advindo da consequência

---

<sup>661</sup> “O amor que já se ousa dizer o nome”. *A Crítica*, 08/05/2011, p. C4.

<sup>662</sup> Pedra, Caio Benevides. *Direito LGBT: A LGBTfobia estrutural e a diversidade sexual e de gênero no direito brasileiro*. Curitiba: Appris, 2020, p. 154-155.

<sup>663</sup> *Ibidem*, p. 155.

do casamento oficial, como a herança e separação de bens construídos enquanto companheiros. Diante disso, a fonte apresentou a perspectiva de Ângelo acerca da conquista histórica da/para população LGBTI+:

poder colocar o companheiro como dependente nos planos de saúde e odontológico e tê-lo como beneficiário em caso de pensão por morte. “Construímos nossa casa juntos, do piso às paredes, e não é justo que em caso de morte os bens sejam repassados para familiares”.<sup>664</sup>

Se uniram, construíram patrimônio e configuravam uma família, tendo a decisão da Suprema Corte Brasileira um caminho seguro para garantir os direitos e deveres a partir de uma leitura enquanto sujeitos protagonistas das suas próprias histórias. Concomitantemente, chamou atenção a perspectiva de Ângelo ao explicitar o impacto da homofobia sobre famílias não-heteronormativas ao experienciarem tragédias, como a possibilidade da morte, e as exclusões sofridas pelo/a cônjuge, ou seja, a proibição do direito humano básico de poder se despedir de sua/seu companheira/o, quanto a usurpação do patrimônio por parte dos familiares ante o direito sucessório.<sup>665</sup>

Para a entrevistada Sebastiana Silva, o direito à união estável constituiu para população LGBTI+ o alcance da “dignidade”, pois o reconhecimento legal das relações homoafetivas foi o ponto de partida para as “oportunidades de adoção por casais homossexuais”. Segundo Silva, o STF deu uma explicação para a sociedade, especialmente aos ideologicamente conversadores, de que a população LGBTI+ não eram/são sujeitas de segunda categoria, ou subcidadãs, mas pessoas que deveriam, também, usufruir dos direitos garantidos constitucionalmente.

---

<sup>664</sup> “O amor que já se ousa dizer o nome”. *A Crítica*, 08/05/2011, p. C4.

<sup>665</sup> À título de exemplificação e representação de realidades, cito o filme chileno “Una Mujer Fantástica”, em que Marina (Daniela Vega), mulher transexual, experencia a dor da perda de seu companheiro, Orlando (Francisco Reys), e as graves violações de direitos humanos e a transfobia, ao ser desrespeitada pela família de Orlando, se tornar suspeita da morte, exposição indevida do seu corpo pela polícia, sequestrada e violentada fisicamente. A produção cinematográfica apresenta o impacto da LGBTfobia sobre sujeitas/os de gênero e sexualidades dissidentes, ao mesmo tempo as articulações e resistências produzidas para garantir os direitos humanos e sociais básicos. *Una mujer fantástica*. Direção de Sebastián León. Chile: Fabula Komplizen Film, 2017. 104 min.

## Figura 10: O amor que já ousa dizer o nome



Fonte: *A Crítica*, 08/05/2011, p. C4-C5.

Ainda na edição, Sebastiana Silva e sua companheira Everlênea Rocha, à época contavam oito anos juntas. E revelaram que, a despeito da decisão do STF sobre a matéria da união homoafetiva, era competência do Congresso Nacional legislar projetos de lei para proteção e promoção da cidadania da população LGBT, entre as quais o casamento civil entre pessoas do mesmo gênero, Proposta de Lei levada à cabo pelo movimento homossexual e Marta Suplicy, então deputada federal, em 1995<sup>666</sup>; e a criminalização e tipificação da homofobia (ou LGBTfobia) como crime contra dignidade humana<sup>667</sup>: “É preciso que sejam implementadas políticas públicas voltadas a esse público LGBT e uma série de detalhamentos importantes, a exemplo da questão da adoção”, avalia Sebastiana<sup>668</sup>.

Na oportunidade, o jornalista Júlio Pedrosa, sabendo do ativismo de Sebastiana no movimento social, inquiriu-a sobre as ações da sociedade civil diante do feito histórico, bem como as ações promovidas pelo movimento social lésbico. A partir do seu “lugar de enunciação”<sup>669</sup> no movimento de mulheres lésbicas, Sebastiana informou acerca das capacitações em saúde para as mulheres lésbicas e bissexuais em Manaus, sobretudo na identificação e prevenção ao câncer de mama, colo de útero e a” feminização da aids”.<sup>669</sup> As formações objetivavam empoderar as mulheridades lésbicas a reconhecerem seus

<sup>666</sup> “Grupo Gay do Amazonas luta por seus direitos”. *Jornal do Comércio*, nº 36.567, 5/02/1995, p. 8.

<sup>667</sup> Projeto de Lei 122/2006, da ex-deputada federal Iara Bernardi (PT -SP), ficou conhecido como lei anti-homofobia. Importante e revolucionário, o projeto de lei foi votado e aprovado pela Câmara dos Deputado e encaminhado para o Senado, que o manteve guardado e sem votação por cerca de oito anos, implicando no arquivamento. Em 2019, diante da morosidade do Congresso Nacional em aprovar lei de criminalização da homofobia e transfobia, o Supremo Tribunal Federal foi demandado por partidos políticos progressistas e a sociedade civil organizada, e decidiu equiparar a homofobia e transfobia ao crime de Racismo, segundo a Lei 7.716/1989.

<sup>668</sup> Curiel, Ochy. *La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: Edición Brecha Lésbica y En La Frontera, 2013, p. 34.

<sup>669</sup> “O amor que já se ousa dizer o nome”. *A Crítica*, 08/05/2011, p. C4.

corpos enquanto matérias que necessitavam de cuidados, e reivindicar tratamento e acompanhamento adequados como afirmação das sexualidades e afetividades dissidentes.

Muitas lésbicas quando procuram o sistema de saúde acabam não informando sobre sua atividade sexual, e isso pode ser determinante, visto que as lésbicas são mais propícias a desenvolver certos tipos de câncer devido à atividade sexual e a constituição hormonal.

Outro tema trabalhado durante a oficina é o da feminilização da Aids, tendo em vista o risco de transmissão da doença entre as lésbicas dada à existência de casos de vulnerabilidade entre elas: Muitas mulheres acabam mantendo relações à parte com homens e expondo a companheira ao risco (Sebastiana Silva).<sup>670</sup>

Ter direito aos direitos devem ocorrer de baixo para cima na sua produção, ou seja, verificando as desigualdades de acesso e permanência, e, se cabível, a necessidade de reparação social e econômica. Como verificado anteriormente, a fonte incorpora diferentes perspectivas sobre a mesma temática, isto é, garantia de direitos e as consequências da decisão e sua implementação para populações em situação de desigualdade, especialmente as que se encontram na borda do Brasil. E ouvir Sebastiana, com o possível interesse de dar substancialidade ao debate, reverberou o valor e a importância do associativismo e da mobilização sociopolítica para demandar e propor políticas de inclusão social e, assim, dirimir as discriminações contra as mulheres, as LGBTI+, a população negra brasileira, em especial a amazonense.

Mais adiante, paralelamente ao reconhecimento de Sebastiana acerca da guinada histórica sobre a vida de gueis, lésbicas e bissexuais a partir da nova interpretação do art. 226 da Constituição Federal pelo STF e pelo STJ em relação à união estável e o casamento civil homoafetivo, respectivamente, ela demonstrou as dificuldades para lésbicas acessarem o sistema público de saúde, pois, conforme visto nos capítulos anteriores, as mulheres lésbicas foram excluídas da formulação de políticas públicas de saúde direcionadas para elas. De qualquer forma, os direitos garantidos pelo Poder Judiciário, e em menor intensidade pelo Poder Executivo, caracterizavam-se como paliativos diante da realidade de demandas não legisladas, fazendo com que esta pesquisa também ressoe a denúncia sobre nunca ter havido “na história da produção legislativa federal, nenhuma vitória da população LGBT”.<sup>671</sup>

Diante disso, o segmento LGBTI+, organizado e articulado politicamente, historicamente enfrentou, em diferentes frentes de atuação, a discriminação estrutural

<sup>670</sup> “O amor que já se ousa dizer o nome”. *A Crítica*, 08/05/2011, p. C4.

<sup>671</sup> Pedra, Caio Benevides. *Direito LGBT: A LGBTfobia estrutural e a diversidade sexual e de gênero no direito brasileiro*. Curitiba: Appris, 2020, p. 18.

enquanto evento multifatorial e multidimensional, pois, conforme escrito pelo advogado Caio Pedras, a sociedade civil organizada, primeiramente, contribui para as pessoas compreenderem suas sexualidades e gênero dissidentes enquanto parte de si e, por esse caminho, construir uma autoestima e ter orgulho da própria história. Em segundo, a partir desse processo político formativo, os movimentos sociais são forjados sob o: “papel central no combate às exclusões enfrentadas por essa população, tanto por meio de ações e organizações que buscam oferecer a essas pessoas possibilidades de enfrentar as condições impostas pela discriminação”.<sup>672</sup>

A ausência de leis preocupadas com a população LGBTI+ no Brasil é uma dura realidade e, concomitantemente, o Poder Legislativo brasileiro, impregnado pelo fundamentalismo religioso, historicamente se articula para manutenção dos *status quo* de LGBTI+ enquanto grupo que não expressa humanidade. Acerca disso, em maio de 2013, o Amazonas se posicionou contra o tratamento terapêutico de reversão de pessoas dissidentes sexuais e de gênero. O tratamento, segundo o documento, foi a famigerada “cura guei”, proposta de Decreto Legislativo do deputado federal, João Campos (PSDB), autorizando psicólogos a reconhecerem a homossexualidade como doença, e utilizar técnicas para “reorientar” a condição sexual da pessoa como forma de corrigir a sexualidade para a “correta”, isto é, a heterossexual.

O projeto consistia numa afronta à dignidade da pessoa humana enquanto um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito e à autonomia do Conselho Federal de Psicologia (CFP), quando proibiu práticas terapêuticas de “reorientação sexual” em 1998, seguindo a determinação da Organização Mundial da Saúde (OMS) ao despatologizar a homossexualidade e retirá-la do Código Internacional de Doenças – CID, em 1990.<sup>673</sup>

À título de contextualização histórica, o Brasil teve seu pioneirismo ao reconhecer a homossexualidade enquanto condição humana própria, desvinculando da perspectiva patológica. Para isso, o Grupo Gay da Bahia (GGB), surgido em 1980, empreendeu uma “campanha nacional pela revogação do parágrafo 302.0 do Código de

---

<sup>672</sup> Pedra, Caio Benevides. *Direito LGBT: A LGBTfobia estrutural e a diversidade sexual e de gênero no direito brasileiro*. Curitiba: Appris, 2020, p.40.

<sup>673</sup> Carneiro, Ailton José dos Santos. A morte da clínica: movimento homossexual e [a] luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). *Anais XXVIII Simpósio Nacional de História: Florianópolis – SC*.

Saúde do INAMPS, que rotulava a homossexualidade como ‘desvio e transtorno sexual’”.<sup>674</sup>

Compreendendo a situação de abertura política e redemocratização do país, o GGB utilizou esse cenário para levar adiante “muitas demandas suscitadas por esse primeiro movimento homossexual”. Assim sendo, o embate pela despatologização da homossexualidade ganhou outros patamares, especialmente de modo institucionalizado, estando “cada vez mais no campo da macropolítica”, coadunando diversas instituições científicas, apoio de políticos e da sociedade civil para o reconhecimento da homossexualidade não como doença ou transtorno mental ou sexual que veio a ser extinta do Código de Saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social – INAMPS, em fevereiro de 1985.<sup>675</sup>

A partir disso verifico o protagonismo da sociedade civil pelo reconhecimento das homossexualidades (gêis e lésbicas) como sujeitas psiquicamente saudáveis e com identidades sexuais construídas, não escolhidas. Por volta de 2013, o movimento LGBTI+ brasileiro e amazonense experienciou, novamente, a trincheira da patologização das sexualidades dissidentes, cujo alçoz era o Poder Legislativo representado pela bancada evangélica na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados.

“Trata-se de um posicionamento fundamentalista religioso do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. Ele quer passar por cima da ciência e da Organização Mundial da Saúde (OMS), que não classifica homossexualismo como doença”.<sup>676</sup>

Apesar de não mencionado por Sebastiana, o presidente da Comissão era o pastor Marcos Feliciano (PSC), personagem conhecido pelas narrativas discriminatórias contra a população LGBTI+ e a população negra. Embora o projeto, à época, tenha sido aprovado na CDHM, foi retirado de pauta antes do plenário. A notícia não explica o motivo, porém não descarto a resistência empreendida pelo movimento LGBTI+ brasileiro no *10º Seminário LGBT*, ocorrido em maio de 2013 em Brasília, como também a publicização do projeto e a demarcação dos ativistas, como Sebastiana e Jefeson Pereira, coordenador da Rede de Negros e Negras da Comunidade LGBT-AM, contra a perversidade do legislativo com as vidas dessa população.<sup>677</sup>

---

<sup>674</sup> Carneiro, Ailton José dos Santos. A morte da clínica: movimento homossexual e [a] luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). *Anais XXVIII Simpósio Nacional de História: Florianópolis - SC*, p. 1.

<sup>675</sup> *Ibidem*, 12.

<sup>676</sup> “Amazonas é contra o tratamento para gays”. *A Crítica*, 03/05/2013, p. C3.

<sup>677</sup> *Ibidem*.

A homofobia e a transfobia não são invenções da contemporaneidade. O antropólogo guei branco brasileiro, Luiz Mott, ao investigar a criação da homofobia e da transfobia na história do Brasil, explicita as artimanhas usadas pela igreja católica – instituição que determinou radicalmente as relações sociais, políticas e jurídicas no Antigo Regime – para causar medo e repulsa às práticas homoeróticas, criando pânico moral e fortalecimento de valores católicos no cotidiano e na *psique* da população. Analisando diários de viagem e documentos inquisitoriais, Mott chama atenção para a dimensão colérica do machismo e da homofobia na América Portuguesa, em comparação ao formato de Portugal, haja vista que na colônia era necessário violência extrema para garantir a ordem e a manutenção “estamental” entre brancos, indígenas e africanos escravizados, tal qual desenvolver a partir das ordens de fé e da agressividade a “hipervirilidade” como *modus operandi* de contenção de qualquer sinal de prática afeminada.<sup>678</sup> Para tanto, estabeleceu-se novos mecanismos contra os homoeróticos:

O confessorário, o medo do inferno e a vigilante repressão capitaneada por vigários, missionários itinerantes, comissários e familiares do Santo Ofício, acrescida do apoio dos prepostos da justiça civil e episcopal, foram os principais instrumentos da imposição da moral católica e a consolidação da homofobia no Brasil colonial e imperial.<sup>679</sup>

O exame realizado Mott dialoga com esta tese à medida que é possível traçar semelhanças e mudanças quando as sujeitas históricas do debate sejam as mulheres lésbicas negras e, mais amplamente, a população LGBTI+. A virilidade exacerbada e as táticas psicossociais da cristandade para controlar as sexualidades dissidentes no passado distante, foram atualizados e encontraram novos agentes protetores e disseminadores da moralidade, ocupantes de espaços de poder, como o legislativo, ao propor leis nas quais visavam métodos de violentar e fazer desaparecer – como se fosse possível – a homossexualidade e as transgeneridades por meio da manipulação dos instrumentos de um campo do saber: a psicologia. Sendo assim, defendo o valor histórico dos movimentos sociais identitários contemporâneos enquanto principal meio de oposição aos desatinos da polícia moral.

Os matizes da LGBTIfobia, amplamente discutido até aqui, se moldou de maneiras diferentes no tempo e no espaço. No entanto, a invisibilidade dos crimes

---

<sup>678</sup> Mott, Luiz. História cronológica da homofobia no Brasil: das capitâneas hereditárias ao fim da Inquisição (1532-1821). In: Maior, Paulo Souto; Quinalha, Renan (orgs.). *Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil*. São Paulo: Elefante, 2023, p. 33 - 34.

<sup>679</sup> *Ibidem*, p. 35

perpetrados contra gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros no Amazonas chamaram atenção e colocaram o Estado em visibilidade nacional, em 2019. Divulgado no caderno Cidades, o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública constatou a ausência de dados referentes à violência contra população LGBTI+ amazonense. De acordo com a fonte jornalística, o Tocantins foi o único Estado da região norte a levantar os dados e informar sobre a LGBTfobia para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entidade responsável pelo levantamento, análise e a publicização no documento anual.

O anuário que contou com a colaboração de apenas seis das 27 unidades federativas do país, mostrou, apesar da ausência de informações de outras localidades, um crescimento de 10,1% na violência contra pessoas do público LGBTQI+, com 99 gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transgêneros assassinados em 2017 e 109 no ano de 2018.<sup>680</sup>

Objetivando dar direcionamento à discussão, constatei no Anuário de 2019 informações que divergiram das apresentadas pelo periódico, entre as quais o número de estados que não encaminharam os dados solicitados. Em verdade, foram dez estados que encaminharam dados quantitativos, tendo São Paulo enviado informações pela metade, ignorando a existência da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi), órgão de segurança pública estadual que, àquela altura, recebia denúncias de homofobia e transfobia. Para além dos números de homicídio, houve um quantitativo elevado de lesão corporal dolosa contra população LGBTI+, cerca de 713 casos, além da identificação de casos de estupro, estimando-se 57 casos. Saliento esta última violência por constituir parte da história de dores vivenciada por mulheres cisgêneras lésbicas e bissexuais. Tudo isso demonstra um desencontro, ou uma escolha do que dizer pelo próprio jornal, sobre as informações entre o periódico e o documento do Fórum, e a negligência do Amazonas quanto ao mapeamento histórico sobre as vidas desses/as sujeitos/as, porque ter um “um retrato fiel da profunda violência contra LGBTI+ no Brasil [...] depende de que mais Estados colem os dados de forma adequada”.<sup>681</sup>

No ano da publicação, Sebastiana Silva, colaboradora desta tese, ocupava o cargo de Gerente de Diversidade e Gênero da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), considerada uma servidora pública advinda do movimento social LGBTI+, e, no contexto de lançamento do Anuário, narrou que, entre

---

<sup>680</sup> “Crimes invisíveis no AM”. *A Crítica*, 12/09/2019. C2.

<sup>681</sup> Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 91. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/de3ac14f-56ea-416c-a850-37bab76f91b0>, acessado em: 11 abr. 2024.

vários fatores que dificultaram o levantamento de informações de assassinato e violência baseada na condição sexual e gênero dissidente, foi a ausência de protocolos para identificar a identidade de gênero e sexual das vítimas. Oportunamente, ela utilizou da visibilidade ao chamar atenção para atualização dos documentos oficiais da segurança pública e outros âmbitos, como o Instituto Médico Legal (IML).<sup>682</sup>

Diante da necessidade de construção de medidas protetivas, inteligência e produção de dados – sendo consenso nesta pesquisa se tratar de pessoas reais –, Sebastiana, na condição de gerente de diversidade do Estado, buscou dialogar com a Secretaria de Segurança Pública para concepção da Delegacia direcionada para receber, tratar e acompanhar denúncias de racismo, intolerância religiosa e LGBTIfobia no Amazonas.

“Estamos confiantes que a criação da delegacia em breve irá se concretizar. Além disto, também visamos como combate às estas dificuldades, criar um “tripé” com a Sejusc em parceria com as universidades Federal (UFAM) e Estadual (UEA), alinhando com a saúde e a sociedade para combater estes problemas e promover a inclusão do público LGBTQ+ nas estatísticas e no reconhecimento nacional”.<sup>683</sup>

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão histórica, criminalizou a homofobia e a transfobia, e enquadrou ao crime de Racismo, segundo a Lei 7.716/89.<sup>684</sup> A posição do STF, novamente acionado pelo movimento social LGBTI+ brasileiro, e o pioneirismo do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública em incluir a violência multifacetada contra a população LGBTI+, constituíram, porventura, os mecanismos de pressão para uma guinada social sobre o quadro de violência e invisibilização das vidas LGBTI+ no país, tendo as delegacias especializadas, enquanto rede de atendimento, uma das formas de combater esse dilema.

A invisibilidade constitui um problema histórico para diferentes grupos sociais no Amazonas. A historiadora branca brasileira, Patrícia Alves-Melo, em uma importante

<sup>682</sup> “Crimes invisíveis no AM”. *A Crítica*, 12/09/2019. C2.

<sup>683</sup> *Ibidem*.

<sup>684</sup> Se trata do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO nº26/2019, em que o STF decidiu acerca da exposição e a violação dos direitos fundamentais de homossexuais, transexuais e outros membros da comunidade LGBTI+ devido à falta de legislação que tipifica como crime a homofobia e a transfobia no Brasil. Importante mencionar que essa intervenção no Suprema Corte teve como protagonistas do processo das seguintes entidades: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intesexos (ABGLT), Grupo Gay da Bahia e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). A leitura na íntegra dos votos e do Acórdão, estão disponíveis em: [https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?classeNumeroIncidente=%22ADO%2026%22&base=acordaos&pesquisa\\_inteiro\\_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&page=1&pageSize=100&sort=\\_score&sortBy=desc&isAdvanced=true](https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?classeNumeroIncidente=%22ADO%2026%22&base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&page=1&pageSize=100&sort=_score&sortBy=desc&isAdvanced=true), acessado em: 11 abr. 2024.

investida de pesquisa para compreender o processo histórico de ocultamento da negritude no Amazonas no tempo presente, se dedicou em analisar as produções historiográficas amazônicas sobre a população negra, antes e após a abolição, para demonstrar que pessoas negras já estavam transitando na Amazônia no século XIX.

No entanto, como escreve Melo, as realidades históricas do Pará, do Maranhão e do Amazonas foram distintas quando o tema do debate são homens, mulheres e crianças negras. Acrescenta-se, inclusive, o fato de que relevantes historiadores do Amazonas – como Arthur Cezar Ferreira Reis, sobretudo – propositalmente silenciaram a existência daquele conjunto de pessoas durante a pesquisa e a sua materialização historiográfica. A contrapelo, a historiadora questiona o silenciamento da negritude no passado e a reverberação desses atos no presente, dizendo:

nos interessa perguntar aqui é como a constatação de que um número modesto de escravos africanos se transmutou em argumento de sustentação de um insidioso processo de invisibilização e de apagamento da presença negra no Amazonas [...] o número reduzido de africanos e seu impacto acanhado na economia amazonense transformou-se em indicador de sua irrelevância (e até mesmo nulidade) na construção da sociedade e cultura local.<sup>685</sup>

A partir da institucionalização da História e a guinada historiográfica proporcionada pela Escola dos *Annales*, no século XX, a presença negra nas sociedades que experienciaram a colonização europeia, inclusive no Amazonas, tomou forma e passaram a reivindicar seu lugar no panteão na escrita da história. Assim, o balanço realizado pela historiadora Patrícia Melo se encontra com esta pesquisa a partir do momento que se combate a invisibilidade de pessoas e grupos minoritários, seja na produção historiográfica, nos recenseamentos quali-quantitativos das instituições governamentais e na implementação de políticas públicas destinadas, por exemplo, para população LGBT+, racializadas ou não, evidenciada na fonte jornalística e no Anuário de Segurança Pública, em 2019.

O questionamento de Melo “Quando foi que nos tornamos estrangeiros em nossa própria terra?”<sup>686</sup> para denunciar a invisibilidade da negritude no Amazonas, é, sem dúvida, adequada para denunciar o ocultamento oficial da presença de LGBTIs, sobretudo de mulheridades lésbicas negras e afro-indígenas, nos dados oficiais e no cotidiano

---

<sup>685</sup> Melo, Patrícia Alves. Rompendo o silêncio sobre a presença negra no Amazonas: um breve balanço historiográfico. In.: Queirós, César Augusto Bulboz (org.). *Historiografia amazonense em perspectiva*. Manaus: Valer, 2020, p. 247-248.

<sup>686</sup> *Ibidem*.

cidadino manauense, ignorando que foram são sujeitos/as que construíram, e ainda constroem, a cidade. A participação de Sebastiana Silva, seja enquanto ativista, seja como gerente do Estado (os lugares ocupados se complementam) nas manchetes, pressupõe a negação do lugar da invisibilidade conferida às sujeitas e grupos dissidentes sexuais ao ter sua fala e sua corporeidade publicizadas no jornal mais lido do Amazonas.

Foram as estrangeiras locais que mobilizaram ações políticas na tentativa de “viradas de chave” na desigualdade e invisibilidade que imperou/impera na sociedade manauense. Em vista disso, Sebastiana Silva, na condição de Gerente de Diversidade do Estado, promoveu a formação anti-LGBTfobia junto aos adolescentes do programa “menor aprendiz” do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) em 2020. A ideia partiu do CIEE para a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), objetivando, por um lado, “falar sobre a questão da discriminação e da violência contra a população LGBTI+”, e por outro, cultivar a sensibilização da instituição e das empresas parceiras para garantir, também, “acessibilidade das pessoas LGBTI+ ao mercado de trabalho com menos preconceito, discriminação e violação de direitos”.<sup>687</sup>

### Figura 11: AntiLGBTfobia desde cedo

#### CONSCIÊNCIA

Palestra contra violência aconteceu, ontem, e foi direcionada para jovens do programa “Aprendiz” do CIEE

## Anti LGBTfobia desde cedo

LUIZ G. MELO  
luz.gulherme@acritica.com

Contribuir para a acessibilidade das pessoas LGBTI+ ao mercado de trabalho com menos preconceito, discriminação e violação de direitos. Este foi o tema da palestra “Violência e LGBTfobia” realizada na tarde de ontem, no auditório do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), no bairro Dom Pedro, Zona Centro-Oeste de Manaus. O evento, direcionado aos jovens que participam do programa “Aprendiz”, foi organizado pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc).

Esta foi a primeira vez que a Sejusc recebeu o convite de uma instituição voltada para empregabilidade de jovens para falar sobre a questão da discriminação e da violência contra a população LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais, transgêneros, intersexuais e outras identidades de gênero). “Isso foi muito simbólico. É um tipo de pauta que aproxima o diálogo entre órgãos do governo, sociedade civil e a rede de acesso ao mercado de tra-



Foto: Divulgação/Sejusc

Agente de diversidade  
Sebastiana Silva,  
durante palestra

#### Violência também no verbal

A violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais e transgêneros ainda é bastante comum no campo verbal, com o emprego proposital de termos pejorativos que quando usados de propósito, visam diminuir a existência do outro, destacou na sua palestra a gerente de diversidade da Sejusc, Sebastiana Silva.

“Um dos termos mais comuns é o obsoleto ‘homossexualismo’, que caiu em desuso quando, em 1990, a Organização Mundial de Saúde excluiu a homossexualidade de sua lista de distúrbios mentais, pois o sufixo ‘ismo’ está relacionado a doença e desvio sexual. Hoje devemos falar em homossexualidade, que se refere à particularidade sexual de uma

Fonte: Acervo A Crítica, 01 fev. 2020.

Levado a cabo pela pasta de Diversidade Sexual e Gênero do Governo Estadual, Sebastiana reuniu informações sobre a história dos direitos LGBTI+ conquistados, o

<sup>687</sup> “AntiLGBTfobia desde cedo”. *A Crítica*, 01/02/2020, p. C3.

papel dos movimentos sociais como lugar de disputa, diálogo e de enfrentamento por condições de existência adequadas para população em foco, a necessidade da rede de proteção para sujeitas e grupos historicamente vulnerabilizados e, a partir do diálogo com os adolescentes, eles mesmos se tornassem agentes de mudança de si e da realidade que os contornam, haja vista a aproximação com os direitos existentes, entre os quais a criminalização da homofobia e da transfobia, e as instituições com atribuições para salvaguardar a jurisprudência.<sup>688</sup>

Abolir a LGBTIfobia no Brasil e, em especial em Manaus e no Amazonas, constitui política e historicamente uma das principais exigências do movimento social organizado, conforme notado até aqui. E isso não seria minimizado na palestra da Sebastiana, haja vista se tratar de uma agente do Estado compreendida socialmente como liderança política, também. Tal argumento pode ser corroborado na apresentação de Tiana, na figura acima, apresentando mãos coloridas cruzadas e escrito “dificuldade de aceitação”.<sup>689</sup> Essa dificuldade foi/é multifacetada, entre a violência intrafamiliar e a violência verbal pública:

Poucos sabem, mas é aplicada a Lei Maria da Penha quando acontece esse tipo de violência dentro da família. A comunidade LGBTI+ precisa se apropriar dessa rede de proteção e espalhar esse tipo de informação entre si, como um trabalho de formiguinha.<sup>690</sup>

A rede referenciada por Sebastiana no excerto foram as três delegacias especializadas de violência contra as mulheres em Manaus. No entanto, em 2020, Manaus teve sua primeira delegacia especializada em crimes de ódio, isto é, “casos de homofobia, transfobia e demais violências também podem ser denunciados na Delegacia Especializada em Ordem e Política Social (Deops)”<sup>691</sup>, nomenclatura fortemente associada à Ditadura Civil-Militar, tendo como uma de suas atribuições em Manaus nesse período histórico, perseguir e violentar homossexuais e travestis, caso avistados nas ruas exercendo o trabalho sexual, ou mesmo se divertindo em algum lugar de festas, como bares.<sup>692</sup> Ironia da história ou não, a instituição vinculada à Secretaria de Segurança

<sup>688</sup> “AntiLGBTfobia desde cedo”. *A Crítica*, 01/02/2020, p. C3.

<sup>689</sup> “AntiLGBTfobia desde cedo”. *A Crítica*, 01/02/2020, p. C3.

<sup>690</sup> *Ibidem*.

<sup>691</sup> *Ibidem*.

<sup>692</sup> Para melhor compreensão histórica do processo de perseguição da Ditadura contra a população LGBTI+ e trabalhadoras sexuais em Manaus, ver: Lima, Michele Pires. Mulheres de Trottoir: trabalhadoras do sexo nos jornais de Manaus (1967-1970). *Revista Trilhas da História*, v. 7, n. 14, 2018. Lima, Michele Pires; Sampaio, Patrícia Melo. Pederastas e meretrizes: trabalho, crime e cotidiano nos jornais de Manaus (1967-1972). In: Green, James N.; Quinalha, Renan; et.al (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

Pública do Amazonas teve a função, no presente, de recolher e apurar os crimes perpetrados contra a população LGBTI+. A gerente Sebastiana, naquele ano, encaminhou à delegacia dezessete casos de transfobia em Manaus.

Outro subtema levantado por Silva, na ocasião da palestra com os adolescentes aprendizes, tratou de uma forma de violência considerada de menor intensidade e, concomitantemente, mais difícil de ser identificada oficialmente pelos aparelhos de justiça e segurança ante a ausência, no código penal, de dispositivo que tipifica a LGBTIfobia. A ativista e gerente se referiu aos usos do termo como homossexualismo e a utilização de pronomes inadequados para tratar mulheres trans, travestis e homens transexuais: por exemplo, pronomes “ele” ou “dele” para se dizer sobre uma pessoa trans feminina. Do ponto de vista da palestrante, atribuições pejorativas reforçam a discriminação estrutural e “visam diminuir a existência do outro”<sup>693</sup>, e, portanto, “hoje devemos falar em homossexualidade, que se refere à particularidade sexual de uma pessoa” e que as violências simbólicas, nos mundos do trabalho “devem ser evitadas”, porque os “aprendizes que estarão no mercado de trabalho, cedo ou tarde, atenderão a esse público”<sup>694</sup>, ou seja, a população LGBTI+ na condição de consumidores, especialmente àquelas/es que carregam explicitamente no corpo suas identidades de gênero e sexuais, atravessadas, também, por raça e classe: pessoas trans e mulheres, sapatonas negras e afro-indígenas.

A violência simbólica, segundo o sociólogo branco francês, Pierre Bourdieu, constitui a imposição e a legitimação de dominação de um grupo sobre outro por meio de “sistemas simbólicos”, cuja utilização de terminologias para inferiorizar, causar traumas e afetações na identidade construída, ou em construção, tornou-se instrumento entre classes sociais para imposição de um modelo de vida no “mundo social”: cisgênero, heterossexual e branco.<sup>695</sup> Paralelamente, a psicóloga negra portuguesa, Grada Kilomba, ao pesquisar sobre as feridas do racismo cotidiano, ajuda a analisar histórica e politicamente não apenas o papel de Sebastiana na (in)formação dos jovens, mas a importância da abordagem sobre as formas de violência e seu impacto na vivência da população LGBTI+ enquanto grupo social, assim como homens e mulheres negros,

---

<sup>693</sup> “AntiLGBTfobia desde cedo”. *A Crítica*, 01/02/2020, p. C3.

<sup>694</sup> *Ibidem*.

<sup>695</sup> Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª Ed. Portugal: Edições 70, 2021, p. 11.

costumeiramente privados de ter “qualquer identidade (... e) da sua própria conexão com a sociedade”.<sup>696</sup>

A privação de produção de identidades sexuais, de gênero e raça legítimas e a formação de obstáculos discursivos objetivando desconectar LGBTI+ da sua própria sociedade – como uso do termo homossexualismo – implicam em traumas forjados a partir da “violenta barbaridade do mundo branco [... cisheterossexual], que é a irracionalidade do racismo, que nos coloca sempre a/o ‘Outra/o’, como diferente, incompatível, como conflitante”.<sup>697</sup> Nesse sentido, Sebastiana compreende a irracionalidade da LGBTIfobia e do racismo, pois foi vítima da lesbofobia, do racismo e da misoginia conforme visto no segundo capítulo. Essa experiência vivida construiu as ferramentas necessárias para Silva recusar a “máscara de Anastácia”, instrumento de silenciamento de pessoas escravizadas, para dizer à sociedade amazonense, por meio do jornal mais lido do Amazonas, as “verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredos”<sup>698</sup>, reconfigurando o lugar social e político das mulheres lésbicas negras e, de modo geral, da população LGBTI+, enquanto falantes e entendedoras das suas reivindicações pelo direito de existir.

Neste tópico analisei os direitos LGBTs conquistados e a perspectiva das ativistas lésbicas negras no jornal *A Crítica*. E Sebastiana Silva, entre as colaboradoras lésbicas que contribuíram na fundação do movimento lésbico amazonense e no fortalecimento do movimento social LGBT+ do Amazonas, foi a única que conseguiu localizar nas páginas do jornal de maior circulação no estado. O que acontece para que Izabel Cristina, liderança importante, não tenha tido tal visibilidade? Receio de possível retaliação? Receio de exclusão dos mundos do trabalho, dos afetos e da educação? Ou, como afirmou Antônia, em entrevista, que preferia ficar nos bastidores?

Buscando aprofundar e entender, historicamente, as ações sociais e políticas das ativistas lésbicas negras e afro-indígenas, e a problematizar as narrativas políticas nos documentos públicos, constatei nas fontes orais a participação das ativistas no Conselho Municipal dos Direitos da Mulheres, objeto de análise do próximo tópico.

---

<sup>696</sup> Kilomba, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 39.

<sup>697</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>698</sup> *Ibidem*, p. 41.

### **4.3 Representatividade, participação e controle social de mulheres lésbicas negras no Conselho Municipal dos Direito da Mulher – CMDM**

#### **4.3.1 Memórias do nascimento e institucionalização do CMDM**

Março de 2005. Final de tarde e dia de atividade da Semana Internacional da Mulher, quando o vereador José Ricardo, o “homem da Kombi”, foi procurado por algumas ativistas do movimento de mulheres de Manaus, solicitando apoio para mudanças estruturais em uma lei municipal que dizia respeito às vidas das mulheridades e feminilidades manauenses: Lei 447/98, que criou o Conselho Municipal da Condição Feminina – CMCF. Em conversa, as ativistas demonstraram ao vereador as limitações da Lei, como a ausência de paridade entre governo e sociedade civil, e a inerente exclusão de outras identidades de gênero que não se enquadravam aos pressupostos da “condição feminina”. Mas, afinal, de qual condição feminina se tratava? Considerava as mulheres lésbicas e negras para sua composição? Ou a ideia de condição se relacionava estritamente às concepções biologizantes e à ideologia heterossexual?

Diante disso, nesta seção analiso a presença e os discursos das mulheres lésbicas negras e afro-indígenas contidos nos documentos oficiais do Conselho Municipal da Mulher – CMDM, espaço de controle, fiscalização e construção de políticas públicas para as mulheridades de Manaus, Amazonas, lugar onde as colaboradoras desta pesquisa estiveram como conselheiras titulares e suplentes, entre os anos de 2006 e 2020.

Para o historiador branco brasileiro, Carlos Bacellar, os arquivos oficiais de esferas vinculadas ao poder executivo, como os conselhos gestores, nos ajudam a apreender o funcionamento da administração da instância, quanto o posicionamento social e político das conselheiras, dando enfoque, aqui, na participação das mulheres lésbicas ativistas. Importante lembrar que a elaboração da documentação oficial não é neutra e não possui função social de relegar às historiadoras acesso para investigação, isto é, foram feitos para “atender a necessidades específicas do momento”.<sup>699</sup> Já a psicóloga branca brasileira, Ecléa Bosi, aponta que os documentos oficiais, como do CMDM, foram feitos para “agradar o poder em exercício”, cujas as atas de reuniões oficiais, por exemplo, “suprimem as dissonâncias como impertinências, e os conflitos são apagados como digressões inúteis” não registrando, assim, a “microsociologia do poder, as redes de

---

<sup>699</sup> Bacellar, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. Pinsky, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 69.

influência, e não captam a ‘atmosfera’ do grupo”.<sup>700</sup> Por isso, cotejaremos, em determinado momento deste tópico, as informações dos documentos do conselho e as fontes orais para tentarmos compreender mais profundamente as ações e os tensionamentos políticos provocados pela participação das mulheres lésbicas no conselho das mulheres de Manaus.

Assim sendo, daqui em diante revisto e analiso a legislação que criou o CMDM, primeiramente, para podermos elucidar as questões supracitadas. A proposta de Lei foi idealizada por Vanessa Grazziotin, à época vereadora de Manaus pelo PC do B, em 1998. Sendo o último projeto de lei aprovado e destinado aos direitos das mulheres no final do século XX em Manaus, a socióloga Daswany Araújo dos Reis evidencia a relação das poucas parlamentares mulheres, seja na Câmara de Vereadores e na Assembleia Legislativa do Amazonas, com o movimento social, especificamente o movimento de mulheres. Por conta da aproximação, as parlamentares trouxeram para a cena pública demandas advindas da organização social de mulheres, demonstrando a força política dessas agentes e o processo gradativo de visibilidade do movimento social identitário.

A prioridade dada pelas parlamentares a algumas temáticas pode ser entendida, como uma estratégia política buscando uma interlocução com o movimento de mulheres que ganhava visibilidade no espaço público e se fazia cada vez mais autônomo em suas dimensões organizacionais, ideológicas, programáticas e físicas. Estar próximo deste movimento significaria o fortalecimento da representatividade política parlamentar.<sup>701</sup>

Nesse sentido, a Lei 477 de 1988, que criou e instituiu o Conselho Municipal da Condição Feminina, tinha como finalidade a promoção de políticas públicas para a eliminação da discriminação contra as mulheres, ou seja, o machismo e o sexismo, garantindo liberdade e igualdade de direitos, e assegurando a participação de todas na arena política, econômica, social e cultural de Manaus. Na prática não era como funcionava até meados de 2005, ou seja, a não paridade de assentos entre as representantes da sociedade civil abarcando cinco (5) assentos, e o governo com seis (6). Assim, o conselho estaria diretamente vinculado ao gabinete da Prefeitura de Manaus,

---

<sup>700</sup> Bosi, Ecléa. *O Tempo vivo da memória: Ensaio de Psicologia Social*. 3ª ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 17.

<sup>701</sup> Reis, Daswany Araújo dos. *Por um novo cenário: a mulher na política partidária*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011, p. 66.

sendo possível supor a interferência do líder do executivo manauense nas atividades da entidade.<sup>702</sup>

A ausência de registros escritos sobre o Conselho e as conselheiras anteriores à 2005, dificultam o entendimento da trama que desemboca na intervenção legislativa para mudança da nomenclatura e na organização de modo paritário, conforme pontuado no início da seção. Mas, afinal, quais os interesses do movimento feminista e de mulheres para uma guinada estrutural no conselho de direitos das mulheres?

Como proponente da atualização na lei junto à Câmara de Vereadores de Manaus, José Ricardo Wendling justifica a atualização do nome e a ampliação de assentos no conselho, indo de onze (11) para dezoito (18), haja vista o “crescimento do Movimento das Mulheres em nossa cidade e na consolidação de parcerias e no respeito às principais lutas e bandeiras”<sup>703</sup>, bem como o trabalho de base e a escuta das demandas das comunidades para construção de políticas públicas nas diversas áreas dos direitos sociais (educação, saúde, trabalho, moradia, etc.). Isso demonstra, portanto, o valor dos conselhos gestores para manutenção da democracia participativa e representativa, considerando diferentes segmentos no bojo das mulheridades e feminilidades, como as lésbicas, negras e indígenas.<sup>704</sup>

No segundo semestre de 2005, foi aprovada e outorgada a Lei nº 872/2005 com as modificações sugeridas pela sociedade civil organizada junto ao vereador José Ricardo. Esse fato evidencia o poder de articulação e persuasão das mulheres manauenses para promoção e defesa dos direitos. Conforme verificado no documento encontrado no arquivo do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM, algumas personagens são explicitadas, a saber:

As mudanças sugeridas na lei de nº 477/98 foram apresentadas ao vereador através das representantes, *Josy Barros e Florismar do Movimento de Mulheres Solidárias do Amazonas – MUSAS, Rosemary da Comissão Organizadora dos Povos Indígenas – COIAB e Goreth Barbosa da Comissão Pastoral da Terra – CPT.*

As mulheres citadas e suas respectivas organizações não somente contribuíram na reestruturação do conselho, mas fizeram parte dele na condição de conselheiras, entre titulares e suplentes. Ainda em 2005, paralelamente foi criado o Fórum Permanente das

---

<sup>702</sup> Manaus (AM). Lide Programático do Projeto de Lei. Gabinete Vereador José Ricardo WENDLING, 2005. Arquivo do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM).

<sup>703</sup> *Ibidem.*

<sup>704</sup> *Ibidem.*

Mulheres de Manaus – FPMM, espaço de coalização dos movimentos sociais de mulheres e feministas da capital. Francy Junior, mulher preta, lésbica e ex-conselheira municipal, rememorou que o FPMM nasceu de um projeto de mapeamento e identificação dos movimentos sociais de mulheres atuantes em Manaus, com o objetivo de aglutinar, orientar, fomentar e retomar o Conselho das Mulheres, que não estava funcionando. Nesse sentido, a Cáritas Arquidiocesana, entidade vinculada à Igreja Católica, sob liderança de Francy, mobilizou estratégias para “acompanhar e dar força para grupos de mulheres (...) que poderiam compor o conselho”.<sup>705</sup> Ajudando a iluminar a neblina sobre o órgão municipal entre 1998 e 2005, Francy conta que o Conselho da Condição Feminina:

foi aprovado desde a época que a Vanessa Grazziotin foi vereadora, uma das primeiras gestões da Vanessa, e nunca tinha saído do papel. Foi aprovado, mas nunca tinha saído do papel. Só em 2005 com os grupos de mulheres fomentando e também ajudaram ao Serafim ser eleito na época, que era o prefeito, aí foi que conseguimos tirar do papel.<sup>706</sup>

Outorgado na primeira gestão de Alfredo Nascimento<sup>707</sup>, o Conselho passou sete anos sem qualquer movimentação, incluindo ausência de eleição. Por conta da inércia, várias ativistas, entre as quais as mulheres lésbicas racializadas, mobilizaram a sociedade civil organizada reivindicando a ativação do conselho com modificações na sua estrutura normativa, conforme observado anteriormente. Além disso, o Fórum mencionado por Francy Junior tornou-se o espaço onde as candidatas representantes da sociedade civil eram escolhidas, em seguida votadas e tomavam posse como conselheiras após a eleição organizada pelo Fórum Permanente das Mulheres de Manaus, porque, conforme pontuado na legislação e nas atas do conselho, os assentos destinados ao governo eram ocupados por representantes indicados pelo prefeito ou secretários municipais. Para a entrevistada, portanto, aquilo constituiu mais uma vitória para o movimento social de mulheres e feministas, considerando, primeiramente, a participação na entidade social e, em

---

<sup>705</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>706</sup> *Ibidem*.

<sup>707</sup> Alfredo Pereira do Nascimento é um empresário, linguística e político brasileiro. Nasceu em 5 de maio de 1952, na cidade de Martins, Rio Grande do Norte. Exerceu diversos cargos no executivo e legislativo do Amazonas, cujo primeiro foi de Secretário Extraordinário da Prefeitura de Manaus, em 1983. Em 1994 foi eleito vice-governador do Amazonas, em chapa com Amazonino Mendes. Entre 1996 e 1999, teve seu primeiro mandato como Prefeito de Manaus e, em 2000, se reelegeu para o mais alto cargo do executivo manauense pelo Partido Liberal (PL). Também foi Ministro de Estado nos Governos Lula e Dilma. Em 2006, alcançou o cargo de Senador da República pelo Amazonas.

sequência, o reconhecimento público de trabalhos desenvolvidos com as mulheres manauenses em defesa dos direitos humanos.

Aí uma das conquistas que nós conseguimos dentro do fórum foi que o espaço fosse a ferramenta onde tivesse a escolha das conselheiras municipais para o conselho do direito da mulher (...) temos exemplos de vários conselhos que não tem essa dinâmica de escolha, não sabem quem é, e aí vai qualquer pessoa (...) como a gente tá vendo o dia de hoje pessoas que não tem essa sensibilidade, não tem essa luta mesmo dos direitos da mulher.<sup>708</sup>

A reconstrução de memória de Francy Junior acerca dos pré-requisitos demonstra preocupação, cuidado e entendimento do papel dos Conselhos Gestores como parte do sistema de controle social da gestão administrativa e das políticas públicas destinadas para população ao qual representam, configurando, nesse sentido, um espaço institucional de participação com disputas, negociações e tensões entre Estado e Sociedade Civil. Vale ressaltar que o entendimento da relação entre ambos os organismos sociopolíticos, aqui, não se reduz à perspectiva de confronto ou de adversários, mas, como veremos mais adiante, de terem momentos de atuação em colaboração, cujo diálogo com o legislativo, em meados de 2005, constitui um fato exemplificativo e concreto.

A memória narrada de Francy e a reflexão proporcionada por ela dialogam com três pontos já discutidos pela socióloga branca brasileira, Lígia Helena Lüchmann. Em primeiro lugar, o importante papel desempenhado por espaços aglutinadores de organizações sociais para a escolha dos representantes, cujos fóruns, as indicações e as eleições foram alguns desses modelos, diferenciando-se da representação eleitoral. Em segundo momento, a sociedade civil, por meio dos fóruns, escolhe seus segmentos para os conselhos, priorizando, segundo a autora, o critério de qualificação em detrimento da relação efetiva com as atividades de base, ou seja, “muitas organizações são escolhidas muito mais em função do reconhecimento acerca de seu grau de competência e qualificação”<sup>709</sup>. Esta afirmativa abre horizonte para o terceiro ponto levantado por Lüchmann acerca da participação nos conselhos, em especial ao perfil dos próprios conselheiros e conselheiras, constituindo “uma espécie de elite de referência” por portarem “uma cultura associativa, característica por um perfil socioeconômico superior e por maior grau de informação e capacitação técnica”.<sup>710</sup>

---

<sup>708</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>709</sup> Lüchmann, Lígia Helena Hahn. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. *Caderno CRH*, v. 1, n. 52, p. 92 - 95, 2008.

<sup>710</sup> *Ibidem*.

Apesar da autora trazer relevantes contribuições ao debate, as narrativas políticas das colaboradoras analisadas até aqui acrescentam outra perspectiva no debate, apresentando explicitamente a histórica relação com a base popular, rememorando um número de atividades junto às mulheres, LGBTI+ e outras populações em situações de vulnerabilidade social, inclusive em contextos delicados como, por exemplo, da pandemia da COVID-19. E foi através das atividades e no contato com a base de onde vieram e com quem trabalham, que forjaram seus conhecimentos, a *práxis* crítica e a sensibilidade para reivindicarem representação e participação no Conselhos dos Direitos da Mulheres, maneira justa de evitar a apropriação do aparelho por pessoas e entidades que não possuíam atuação reconhecida e de base com as mulheridades e feminilidades manauenses.

As relações dialógicas com o Estado constituíram, e ainda constituem, uma das principais ferramentas para a garantia de direitos. Em elevando tom, Rebecca Abers, Maria do Carmo, Eugenia Carlos e outros/as investigadores na introdução de *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*, criticam o menosprezo de pesquisadores/as, especialmente alinhados à perspectiva marxista e dos novos movimentos sociais, para as relações possíveis entre os movimentos sociais e o Estado, aspecto que contorna uma leitura essencialista de organismos sociais como opostos e dissonantes. Pelo contrário, é necessário observar e refletir acerca das múltiplas maneiras pelas quais os movimentos sociais

buscavam promover e/ou defender suas causas, que envolviam não apenas a confrontação ao Estado, mas também a atuação em colaboração (...) a partir das oportunidades institucionais existentes e/ou construídas com a participação dos próprios movimentos.<sup>711</sup>

Assim sendo, os movimentos sociais de mulheres demandaram o legislativo e o executivo para efetivar a instalação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulheres por meio da Lei nº 872 de 02 de setembro de 2005, acrescentando a paridade de assentos e mudança na nomenclatura, produzindo seu próprio regimento interno para embasar os trabalhos das conselheiras.<sup>712</sup>

---

<sup>711</sup> Abers, Rebecca; Albuquerque, Maria do Carmo; Carlos, Euzeneia, *et. al.* Introdução. *In.: Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. Luciana Tatagiba; Ana Cláudia Chaves Teixeira (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2021, p. 11.

<sup>712</sup> Segundo o regimento interno do CMDM, as eleições ocorriam a cada 2 anos, sob provocação do Fórum Permanente das Mulheres de Manaus. Manaus (AM). Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, 2011, 2015.

#### 4.3.2. Ações do CMDM e a Presença lésbica e negra.

Diversas organizações da sociedade civil (movimentos sociais, associação, ONGs) formada por mulheres passaram pelo conselho gestor, entre 2005 e 2020, entre as quais organizações de mulheres lésbicas, como também a representatividade de mulheres lésbicas negras advindas de outros movimentos sociais. Nesse sentido, considerando as especificidades de cada segmento que compõe o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, é possível perceber temáticas comuns que atravessam as vidas das mulheres manauenses, sendo pertinente analisar esses aspectos nos debates realizados internamente no CMDM, entre representantes do governo municipal e da sociedade civil. Para isso, elenquei as principais temáticas evidentes nas documentações do conselho para resolução de problemas e fiscalização da administração pública.

A partir das documentações escritas coletadas nas dependências do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, foi possível verificar, a partir dos relatórios de atividades anuais, algumas atividades empenhadas e de maior relevância a partir de uma perspectiva de alcance social para as mulheres de Manaus. Entre 2006 e 2008, a Diretoria Executiva do CMDM, eleita em janeiro de 2006, teve como secretária executiva Sebastiana Silva, representante da Associação Amazonense de Mulheres Independentes pela Livre Expressão Sexual – AMILES e colaboradora desta tese, e relatora e organizadora as atividades do conselho neste período. De acordo com o relatório apresentado dos dois anos de vigência do conselho, foi possível construir, de forma articulada com outras organizações governamentais e não-governamentais, projetos de impacto para as mulheres manauenses. O primeiro apontado no documento consiste na formulação e execução do Projeto para Promotoras Legais Populares, que foi uma ação com a Secretaria de Estado de Justiça do Amazonas – SEJUS, cuja finalidade era formação das ativistas utilizando o ordenamento jurídico e, com efeito, se tornarem agentes multiplicadoras dos instrumentos legais do direito junto às suas comunidades.<sup>713</sup>

Nesse biênio do CMDM, foi realizado o Seminário de Controle Social da saúde da Mulher, forma de instrumentalização das conselheiras e dos segmentos que representavam sobre as políticas públicas voltadas para a saúde das mulheres. Vale lembrar que a saúde das mulheres, de acordo com as fontes, se tornou demanda prioridade para o conselho, pois foi possível localizar nas atas de reuniões diversos momentos de

---

<sup>713</sup> Manaus (AM). Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. *Relatório de atividades do CMDM – 2006-2007*. Manaus: CMDM, 2008.

falas e atividades do conselho com a temática, tendo como exemplo a implementação da Rede Cegonha, alguns anos depois, em 2012, em todas as maternidades de Manaus.<sup>714</sup>

No relatório consta, também, que o CMDM, a Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e o Fórum Permanente das Mulheres de Manaus criaram o projeto *Casa Abrigo Municipal Antonia Priante*, destinado para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. O relatório escrito pela secretária executiva, Sebastiana Silva, não apresentou detalhes daquele projeto, porém, durante o processo investigativo, encontramos o Projeto de Lei Ordinária 29/2007, da Deputada Estadual Conceição Sampaio, sob o intuito de autorizar o Poder Executivo do Amazonas a criar e implementar o “Programa Estadual de Casas-Abrigo” para mulheres e meninas vitimadas pela violência de gênero.<sup>715</sup>

De acordo com o PL, dividido em quatro artigos, primeiramente definiu o que é a violência contra as mulheres, sinalizando para privação compulsória da liberdade, sofrimento físico, sexual, psicológico, produzidos na vida privada ou não. Além disso, apontou-se para a necessidade de haver uma rede de casas-abrigo, que oferecesse atendimento multiprofissional e qualificado, entre eles apoio educacional, profissionalizante e jurídico para as mulheres, inclusive garantido abrigo aquelas que não conseguiram realizar registro policial, possibilitando, também, o acolhimento dos/as filhos/as.

Importante constatar que esse importante programa, reduzido em algumas palavras minhas, foi e é responsabilidade do Estado a sua manutenção. Todavia, a implementação à época, conforme o projeto, podia solicitar a participação e o apoio da sociedade civil organizada e instituições governamentais que, historicamente, trabalhavam com atendimento às mulheridades e feminilidades no Amazonas.<sup>716</sup> Como parágrafo único, o projeto asseverava que a primeira casa de acolhimento devia ser em Manaus, chamada Casa Abrigo *Antônia Priante*, e as posteriores seriam erigidas levando

---

<sup>714</sup> Manaus (AM). Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. *Relatório de atividades do CMDM de janeiro de 2006 a outubro de 2007*. Manaus: CMDM, 2008.

<sup>715</sup> Brasil. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas Projeto de Lei Ordinária nº 29 de 2007. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual Casas-abrigo para mulheres vítimas de violência e dá outras providências. Manaus (AM), 2007. Disponível em: <https://sapl.al.am.leg.br/materia/106049>. Acesso em: 06 ago. 2024.

<sup>716</sup> Flexiono o substantivo para mulheridades objetivando abarcar a diversidade e as diferença entre essas sujeitas no Amazonas, apesar do projeto de lei colocar no singular “mulher”. Saliento, ainda, a inovação do projeto ao usar o conceito “gênero” para evidenciar a construção social e histórica das mulheres, excluindo do texto o caráter biologizante, incluindo implicitamente as mulheres lésbicas, trans e travestis no serviço.

em consideração dois aspectos: (I) Recursos Disponíveis do Programa; e (II) Considerando a estatística de violência por município.<sup>717</sup>

Sobre esses aspectos, desejo fazer algumas considerações. Na primeira, chamo atenção para previsão da mutualidade entre o Estado e entidades civis, movimentos sociais e ONGs para implementação do programa. Conforme visto no relatório de atividades do CMDM, a Casa-Abrigo foi pensada pelas ativistas/feministas que, entre outras funções, também eram conselheiras municipais. Nas fontes do CMDM não foi possível identificar os tramites e as negociações com outras instituições públicas, ou mesmo com a deputada Conceição Sampaio, para concretização da Casa abrigo Antonia Priante, porém conseguimos assimilar a força política do movimento social de mulheres do Amazonas e da capital ao conquistar o direito à proteção social das mulheridades de modo intersetorial, interinstitucional e transversal.<sup>718</sup>

De acordo com as psicólogas brasileiras, Raíssa Barbosa Araújo e Karla Galvão, a primeira década do XXI trouxe importantes mudanças para as vidas de pessoas e grupos subalternizados, focando especificamente nas mulheridades brasileiras. Para as pesquisadoras, a “criação de organismos de política para as mulheres (...) corresponde a uma mudança de postura do Estado”<sup>719</sup>, reconhecendo e explicitando as desigualdades socioeconômicas com as quais as mulheres vêm lidando ao longo da história, especialmente as negras e indígenas. Para haver a “execução de uma política pública estruturada”, foi necessária uma “combinação de diferentes sujeitos das políticas para as mulheres”<sup>720</sup>, a saber, os movimentos de mulheres e feministas locais, regionais e nacionais, que atuavam na promoção e defesa da vida das mulheridades, mas não

---

<sup>717</sup> Brasil. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. *Projeto de Lei Ordinária nº 29 de 2007*. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual Casas-abrigo para mulheres vítimas de violência e dá outras providências. Manaus (AM), 2007. Disponível em: <https://sapl.al.am.leg.br/materia/106049>. Acesso em: 06 ago. 2024.

<sup>718</sup> Diferente do Executivo Estadual, a prefeitura de Manaus fundou sua casa de acolhimento às mulheridades em situação de violência de gênero e doméstica somente em 2023, dezesseis anos depois da criação da Casa Abrigo Antonia Priante. “Manaus inaugura casa de acolhimento para mulheres vítimas de violência”. G1 AM, 21/07/2023, tiragem online. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/07/21/manaus-inaugura-casa-de-acolhimento-para-mulheres-vitimas-de-violencia.ghtml>, acessado em: 08 ago. 2024.

<sup>719</sup> Araújo, Raíssa Barbosa; Adrião, Karla Galvão. Políticas Públicas para as mulheres no Brasil de 1985 a 2016: uma análise sobre sujeitos. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13ª Womens's Congress* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, p. 7-9.

<sup>720</sup> *Ibidem*, p. 7.

somente, pois a agenda priorizava essa população sem deixar de dar suporte e resistência para outros/as sujeitos/as, como a população LGBTI+ e negra.<sup>721</sup>

Evidencio que as colaboradoras desta pesquisa historicamente transitam entre os segmentos mencionados, pois são mulheres lésbicas racializadas, que participaram do Conselho Municipal de Mulheres representando seus respectivos grupos sociais, sem perder o diálogo e o apoio, pois se tratava de “um órgão de articulação das demandas do movimento feminista e de mulheres em geral”<sup>722</sup>, tendo o exemplo da casa de acolhimento explicitada aqui para atender as vítimas de violência de gênero em Manaus.

A participação popular num conselho de Direitos implica controle social das ações ativas ou da inércia da administração pública, significando uma “pedra no sapato”<sup>723</sup> na fiscalização e no controle social, como também cobranças para inserção na agenda do município – no caso Manaus – das “demandas e os temas de interesse público” e, em última instância, a implementação da Política Pública de modo localizado. Nesse sentido, em 2012, a Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS, produziu um relatório intitulado “Dados de Violência contra a mulher no Estado do Amazonas” com base nos materiais da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas – SEAP. O período correspondente aos dados coletados eram de 2007 a 2012, evidenciando o quantitativo de corpos de delito realizados, o número de boletins de ocorrência e os tipos crimes envolvendo mulheres, chamando minha atenção para os dados da capital, espacialidade delimitada para esta pesquisa, cuja ameaça, roubo e lesão corporal (violência doméstica) constituíram, respectivamente, os principais crimes perpetrados contra corpos femininos. Em seguida, o relatório apresentou o ranking etário inerente às informações prestadas pelas vítimas no período: (I) 35 a 64 anos, tendo uma diminuição a partir de 2010; (II) 18 a 24 anos; (III) 25 a 29 anos, com aumento significativo a partir de 2009 (9,69) – 2010 (12,585). Por fim, o documento apresentou uma informação que dialoga com a questão da Casa Abrigo Antonia Priante, explicitando a quantidade de mulheres vitimadas pela

---

<sup>721</sup> Araújo, Raíssa Barbosa; Adrião, Karla Galvão. Políticas Públicas para as mulheres no Brasil de 1985 a 2016: uma análise sobre sujeitos. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13ª Womens's Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, p. 7-9.

<sup>722</sup> Manaus (AM). Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. *Relatório de atividades do CMDM de janeiro de 2006 a outubro de 2007*. Manaus: CMDM, 2008.

<sup>723</sup> Cabral, Assunta Maria Fiel. *Movimentos sociais, gênero e educação: história e memória do Conselho Municipal da Condição Feminina de Belém-PA*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará, 2002, P. 55.

violência de gênero: 2007, 17 abrigadas; 2008, 87 abrigadas; 2009, 89 abrigadas; 2010, 89 abrigadas; 2011, 102 abrigadas, totalizando 384 abrigadas na instituição até 2011.<sup>724</sup>

Diante disso, surgem algumas questões que não poderão ser respondidas aqui, mas colocadas para os/as leitores/as com o intuito de despertar a reflexão: sem a existência e persistência dos movimentos sociais de mulheres e feministas e dos conselhos de direitos, como o CMDM, qual seria o destino das mulheridades e feminilidades vitimadas pela violência de gênero em Manaus e no Amazonas? Sem uma delegacia especializada e casa de acolhimento, quais espaços de denúncia e atenção especial restariam às mulheridades manauenses?

Ainda sobre os movimentos sociais, o relatório de atividades do CMDM preparado por Sebastiana Silva, entre 2006 e 2008, guardava ações realizadas pelo conselho para o fortalecimento dos movimentos de mulheres, buscando mapear os conflitos de interesses entre as ativistas/feministas e o Estado, objetivando trazer a demanda para a instância deliberativa para haver resolutividade, especialmente envolvendo descaso da administração pública municipal. Ademais, verificaram os recursos públicos disponíveis para os movimentos sociais realizarem os trabalhos e implementar uma rede de combate à violência contra as mulheres, juntando a sociedade organizada, o conselho e as instituições públicas, promovendo atividades sociais em Manaus (debate público, campanhas, rodas de conversas, etc.) para conscientizar a população acerca das graves violações de direitos das mulheridades, bem como os direitos e garantias existentes à disposição.<sup>725</sup>

Se aferiu, diante do exposto, que na primeira década do século XXI, as mulheres ativistas de Manaus estiveram focadas principalmente na apropriação e ampliação das informações acerca da Lei Maria da Penha, de 2006, e dos dispositivos subsequentes, como a Delegacia Especializada em Crimes contra as Mulheres. Em 05 de fevereiro de 2007, em reunião ordinária, as conselheiras do CMDM apresentaram diferentes demandas sobre a aplicação da Lei Maria da Penha no Amazonas, e, mais especificamente, na capital. Nessa reunião, as colaboradoras Sebastiana e Francny Junior não estiveram presente, logo não foi possível identificar suas manifestações em Ata, mas o conteúdo reforça o argumento central da interseccionalidade sobre a relação entre pessoas,

---

<sup>724</sup> Amazonas. Secretária de Estado de Assistência Social. Relatório *Dados de Violência contra a mulher no Estado do Amazonas*. 2012, p. 5.

<sup>725</sup> Manaus (AM). Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. *Relatório de atividades do CMDM de janeiro de 2006 a outubro de 2007*. Manaus: CMDM, 2008.

problemas sociais e ideias.<sup>726</sup> Segundo o documento, a Presidenta à época, Maria do Socorro Ferreira, atestou que a lei constituía um dispositivo importante para amenização e erradicação da histórica violência contra as mulheridades e, também, um “novo desafio para nós”, pois cabia ao conselho de direitos e à sociedade civil organizada realizar a formação continuada dos profissionais de segurança pública sobre a legislação em diálogo com a experiência vivida das mulheres manauenses, população com a qual realizavam trabalho de base. Maria do Socorro, em reunião, criticou práticas da “Delegacia da Mulher” – como consta na fonte – que não cumpria a Lei:

audiências sendo marcadas em datas distantes, a própria mulher entrega a intimação; sem saber do não entendimento da delegada em relação à Lei, pois a mesma aceita que o agressor pague fiança, sendo isso uma regressão absurda.<sup>727</sup>

A presidenta recordou, ainda, da reunião que tiveram com a delegada responsável pela unidade em fevereiro de 2007, cuja servidora afirmou que “não tinha pessoal para fazer o trabalho de entrega de intimações, que talvez haveria os ‘verdinhos’ para esse trabalho”, somado aos diminutos recursos humanos de diversas ordens para cumprir outros serviços correspondentes ao qual foram contratados. Como encaminhamento, o CMDM decidiu fazer uma nova visita e fiscalizar as problemáticas da delegacia e, também, notificar a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas (SSP-AM) para uma reunião, com propósito de realizar o controle social.<sup>728</sup>

Ao reelaborar as memórias sobre a atuação dos movimentos sociais e do Conselho de Direitos das Mulheres de Manaus sobre a violência contra as mulheridades, Francy Junior conta que as ativistas fizeram três projetos de lei, na segunda metade do XXI, entre eles um que envolvia diretamente a segurança pública. O primeiro tratava do não financiamento por parte do Estado de bandas que possuíam letras musicais que faziam “apologia à violência contra as mulheres”<sup>729</sup>, sexualizando seus corpos ou estereotipando-as.<sup>730</sup> O segundo constituía uma demanda antiga e urgente das mulheres amazonenses,

---

<sup>726</sup> Collins, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. tradução Bruna Barros; Jess Oliveira. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

<sup>727</sup> Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. *Ata da Reunião Ordinária realizada em 02 de maio de 2007*, p. 3-4.

<sup>728</sup> *Ibidem*.

<sup>729</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 28 de janeiro de 2021, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>730</sup> A entrevistada se refere ao Projeto de Lei Ordinária PL 52/2015, do Deputado José Ricardo, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos públicos para a contratação de shows artísticos que desvalorizem, ofendam, incentivem a violência ou exponham as mulheres à situação de constrangimento, bem como estimulem a homofobia e a discriminação racial. A propositura foi tramitada na casa legislativa do

sendo enfatizado pela colaboradora ao dizer “que a gente queria muito”, referente à qualificação em direitos humanos dos profissionais da segurança e, também, haver uma policial qualificada – sobre as experiências das mulheres vítimas de violência de gênero – para atendimento às vítimas nas delegacias de todos os municípios do Estado.<sup>731</sup> Essa propositura, segundo Junior, surgiu da percepção da escassez de qualificação dos/das agentes de segurança pública sobre os direitos e defesa das mulheres, considerando os atravessamentos da desigualdade de raça, classe, sexualidade, idade, acrescentados aos de gênero:

quando a mulher que é violentada nos municípios chega na delegacia essa mulher tem vergonha de falar... seja ela negra, seja ela parda, seja ela branca, seja ela indígena, ela tem vergonha, seja ela trans principalmente, porque aqui as delegacias já tratam as mulheres trans do jeito como elas tratam, imagina nos municípios pequenos que todo mundo sabe, que todo mundo conhece, então nós queríamos uma policial qualificada para isso, e esse projeto foi engavetado, foi apresentado três vezes e não aprovaram esse projeto [na ALEAM].<sup>732</sup>

Embora Francy não pontue como uma questão específica do Conselho, é importante enfatizar a dificuldade em separar da atuação no movimento social, quer nas associações de base, quer em outros espaços políticos formados nas comunidades, da função de conselheira nos Conselhos Gestores municipais, pois, como visto até aqui, possuem funções distintas – monitoramento, fiscalização, deliberação –, cujo objetivo em comum foi/é contribuir na implementação de políticas públicas para as mulheres, como também erradicar as assimetrias sociais para todas as pessoas. Isso pode ser observado no momento que Francy menciona a diversidade de mulheres, considerando suas diferenças, que deviam ter o direito à segurança e a garantia do respeito à sua condição de vítima e das suas dores, para haver efetivamente um acolhimento institucional, cuja concretização do objetivo do acolhimento se daria também pela qualificação do corpo de trabalhadores/as da segurança.

Ao final do excerto narrado, Junior afirma que o projeto sobre o contingente de policiais mulheres nas delegacias foi engavetado e, provavelmente, o argumento utilizado

---

Amazonas e foi aprovada, sendo promulgada na Lei nº 323, de 16 março de 2016. Disponível em: <https://sapl.al.am.leg.br/materia/35495>. Acesso em: 12 ago. 2024.

<sup>731</sup> Esta segunda proposta, também do deputado José Ricardo, era a PL 53/2015, que tratava sobre o efetivo mínimo de policiais do sexo feminino nas delegacias de polícia do Estado do Amazonas. Este projeto de Lei não foi aprovado, cujo parecer do relator, Deputado Berlamino Lins, a matéria era competência do Poder Executivo, sendo, por isso, arquivada. Disponível em: <https://sapl.al.am.leg.br/materia/35499>. Acesso em: 12 ago. 2024.

<sup>732</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 14 de junho de 2024, por meio do *Google Meet*, Manaus.

pelos “representantes do povo” para não aprovação teria sido de caráter econômico. Sobre isso, a colaboradora questiona: “demandava muito recurso?”; em seguida responde: “não, porque nós já temos policiais femininas. O que demandava era qualificação para essas mulheres, que aí o Estado poderia fazer parceria, ou com o movimento, ou com a universidade e pronto”.<sup>733</sup> A proposta de Junior reafirmava o caráter histórico da interrelação entre movimentos sociais e Estado para implementação e aprimoramento das políticas públicas no Amazonas e nos seus municípios.

A interação entre Estado e a sociedade civil organizada, de acordo com Euzenia Carlos, Monika Dowbor e Maria do Carmo Albuquerque, constitui característica de sociedades profundamente complexas, cujos movimentos sociais “também cooperam com o Estado, colaborando na elaboração e implementação de políticas governamentais”, e combinam uma pluralidade de formas de relação com o Estado [...e] promovem a articulação circunstancial entre ação institucionalizada e não institucionalizada”.<sup>734</sup> Além disso, ao se apropriarem dos espaços de debate público, como conselhos participativos, evidenciam o potencial articulador de produção de “repertório de ação” coletiva, não levando, assim, “à desmobilização do movimento”, mas reafirmando os efeitos políticos dos movimentos sociais, com ênfase em Manaus.<sup>735</sup>

A cooperação entre Estado e movimentos sociais, para Francy Junior, “garantiu alguns avanços, mas também tivemos alguns retrocessos”<sup>736</sup>, como a não aprovação e arquivamento da demanda concernente às policiais femininas no atendimento à violência de gênero, em 2015. Por outro lado, alguns anos antes, em 2012, o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, junto com a sociedade civil organizada, foi protagonista na implementação da “Rede Cegonha”, política do Ministério da Saúde, criada em 2011, ao qual propunha melhoria do atendimento às mulheres e às crianças disponibilizando atendimento de pré-natal, realização de todos os exames necessários, vinculação da gestante a uma maternidade de referência para o parto e acompanhamento no puerpério.<sup>737</sup>

---

<sup>733</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 14 de junho de 2024, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>734</sup> Carlos, Euzenia; Dowbor, Monika; Albuquerque, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. *In.*: Tatagiba, Luciana; Teixeira, Ana Cláudia Chaves. *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. São Paulo: Editora Unesp, 2021, p. 96.

<sup>735</sup> *Ibidem*, p. 96-97.

<sup>736</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 14 de junho de 2024, por meio do *Google Meet*, Manaus.

<sup>737</sup> Brasil. Portaria MS Nº 1.459, de 24 de junho de 2011, institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS – a Rede Cegonha. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459\\_24\\_06\\_2011.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html). Acesso em: 15 ago. 2024.

Apesar de Francy, Tiana, Antônia e Izabel Cristina não estarem como conselheiras em 2012, devo constatar o protagonismo histórico do conselho na busca de implementação da “Rede Cegonha” em Manaus, tendo entre seus princípios: (I) o respeito, a proteção e a realização dos direitos humanos; (II) o respeito à diversidade cultural, étnica e racial, (III) a promoção da equidade, (IV) o enfoque de gênero e (V) a garantia dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos de mulheres, homens, jovens e adolescentes<sup>738</sup>, constituindo uma estratégia para uma ação crítica de modo interseccional, conforme defende as feministas negras. Assim, o conselho e os movimentos sociais de mulheres/feministas ao se colocarem na posição de apoiadoras na implementação do Programa Rede Cegonha e fiscalizadoras nas maternidades de Manaus, compreendem a relevância de considerar os atravessamentos de gênero, raça/etnia, classe nas políticas para as mulheres e seu sucesso e permanência.

Para atender a demanda de Políticas Básicas em Atenção às Mulheres, presente no plano de trabalho, o conselho entendeu a importância de apropriação da portaria da “Rede Cegonha” para construir ferramentas de atuação junto às mulheres para o acesso ao direito reprodutivo de modo integral.

A partir dessa Oficina sobre a Rede Cegonha, espera-se que as conselheiras passem a deter propriedade para a concretude da ação número cinco, chegando a meta de, até dezembro do ano de 2013, ter cem por cento da Rede Cegonha implantada e implementada no município de Manaus.<sup>739</sup>

Em 11 de setembro de 2012, em Reunião Ordinária, discutiu-se os efeitos da formação política das conselheiras, cujo tema foi “Empoderamento e Enriquecimento da Rede Cegonha”. Entre julho e setembro, de acordo com o documento, ocorreu a implantação daquela política pública em Manaus e, por isso, juntando os conhecimentos adquiridos as conselheiras (governamentais e das entidades da sociedade civil) estavam aptas à:

[...] divulgar amplamente e com total segurança que as mulheres, usando de seus direitos reprodutivos constitucionalmente adquiridos, podem ser orientadas e até levadas a procurar e conhecer melhor “as primeiras orientações a respeito dos direitos relativos ao Pré-Natal,

---

<sup>738</sup> Brasil. Portaria MS Nº 1.459, de 24 de junho de 2011, institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS – a Rede Cegonha. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459\\_24\\_06\\_2011.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html). Acesso em: 15 ago. 2024.

<sup>739</sup> Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. *Ata da Reunião Extraordinária realizada em 17 de julho de 2012*, p. 2.

parto e acolhimento nas maternidades (...) a equipe da Rede Cegonha em Manaus está em fase de organização.<sup>740</sup>

Vemos, aqui, a estrutura de mobilização para implementação e execução das políticas governamentais, ocasionando “efeitos extra movimentos”, ou seja, incidindo na agenda política, nas decisões e na implementação da política pública, “que conduzem à obtenção de bem coletivos”.<sup>741</sup> Por isso, trazer a Rede Cegonha para compor a análise histórica das demandas sociais do Conselho Municipal das Mulheres de Manaus e dos Movimentos sociais de mulheres e feministas, junto à administração pública amazonense, constituiu quase como um jogo de “puxar corda”, que no final o mais forte vence, porém havendo muita resistência e luta na outra ponta.

### 4.3.3 Experiências lésbicas negras no CMDM

Além dos aspectos histórico e institucional do CMDM na deliberação e promoção de políticas públicas para as mulheres de Manaus, cujas fontes documentais e as fontes orais evidenciam, por um lado, os ganhos para sociedade com a instalação do conselho gestor e participativo, objetivando a justiça social para as mulheridades e feminilidades manauenses. Por outro lado, os documentos do conselho foram produzidos a partir de outros interesses, muitas das vezes não evidenciando efetivamente as ideias e narrativas das colaboradoras lésbicas nas reuniões, embora estivessem presentes.

Francy Junior, ex-conselheira, afirmou que o movimento social organizado no CMDM teve muitos avanços em termos de direitos e garantias sociais, “mas também nós tivemos alguns retrocessos”.<sup>742</sup> E esses retrocessos não envolviam somente a dimensão pública de embates pelo reconhecimento das suas demandas junto ao Estado, mas as resistências por representatividade no próprio CMDM, memórias de luta não descritas nas atas de reuniões diante do seu teor burocrático, mas explicitadas no processo de construção de memórias das colaboradoras que participaram desse conselho de direito.

---

<sup>740</sup> Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. *Ata da Reunião Ordinária realizada em 11 de setembro de 2012*, p. 1.

<sup>741</sup> Carlos, Euzeneia; Dowbor, Monika; Albuquerque, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. *In.*: Tatagiba, Luciana; Teixeira, Ana Claudia Chaves. *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. São Paulo: Editora Unesp, 2021, p. 100-101.

<sup>742</sup> Entrevista com a atriz, historiadora e ativista **Francy Junior** realizada por Michele Pires Lima, em 14 de junho de 2024, por meio do *Google Meet*, Manaus.

Além de Francy Junior, também Antônia Barroso, Sebastiana Silva e Izabel Cristina foram conselheiras de Estado, alternando entre titular ou suplente, conforme o quadro abaixo:

**Quadro 1: Colaboradoras na condição de conselheiras do CMDM**

CONSELHEIRAS LÉSBICAS NEGRAS E AFRO-INDÍGENAS DO CMDM (2006-2020)				
Nome	Representação	suplente	Ano	Cargo
Francimar Santos Junior	Assoc. Religiosa Matriz Africana e Ameríndia	Raimunda Nonata da Silva Correa	2006-2007	Conselheira Titular
		_____	2010-2011	Conselheira Suplente
	Mulheres Negras da Floresta	Clara Castelo Branco	2014-2015	Conselheira Titular
		_____	2016-2018	Conselheira Suplente
Sebastiana Silva Correa	AAMILes – Associação Amazonense das Mulheres Independentes Livre Expressão Sexual	Sônia Maria Martins da Silva	2006-2007	Conselheira Titular/Secretaria Executiva
		Isabel Cristina Barroso	2014	Conselheira Titular
Isabel Cristiana Barroso	AAMILes	_____	2014-2015	Conselheira Suplente
Antônia Maria Barroso Caetano	Espaço Feminista Uri-Ri	Tereza de Jesus dos Santos	2016-2018	Conselheira Titular
		_____	2018-2020	Conselheira Suplente

Fontes: Decretos Municipais de Composição do CMDM, Regimentos Internos Publicados em Diário Oficial e Atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias.

Antônia Maria Barroso, durante o processo de construção de memória, recorda sua aproximação do conselho e das suas atividades, inicialmente, “como ouvinte e depois como conselheira”.<sup>743</sup> E nesses dois momentos da sua vida, a colaboradora evidenciou os embates entre representantes do governo municipal e da sociedade civil, seja então com as políticas, seja com cooptação da diretoria para atender os interesses do governo, seja para impedir que outros grupos sociais tenham assento no conselho.<sup>744</sup>

<sup>743</sup> Entrevista com a massoterapeuta e ativista, **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 23 de setembro de 2023, no Laboratório de História da Imprensa da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

<sup>744</sup> Durante as análises das fontes do CMDM, especificamente algumas atas e decretos municipais, constatei que a colaboradora Antônia aparece com outro sobrenome, conforme indicado no quadro 1, diferentemente do sobrenome dado durante as entrevistas. Diante disso, posso apenas supor que o sobrenome “Caetano” tenha sido adquirido quando esteve em casamento heterossexual, retificado para “Duarte” posteriormente, provavelmente pós-2018. Manaus. *Decreto n° 4.168 de 5 de outubro de 2018*, dispõe sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, biênio 2018-2020. Diário Oficial de Manaus, edição 4.456, 2021, p. 4-5. Arquivo do Conselho Municipal dos CMDM.

Sobre o primeiro problema, Barroso conta que “era um embate, um confronto o tempo todo, porque a gente fazia valer as políticas”<sup>745</sup>, pois parte dos membros queriam fazer “reuniãozinha pra tomar chazinho (...) fazer de conta que estavam fazendo algo, mas querendo travar processos”<sup>746</sup> e isso, para a colaboradora, era inaceitável e não faziam vista grossa para essas tramas no conselho gestor, porque era um espaço para “as demandas mesmo, né, e a implementação das políticas, fazer valer, encaminhar as denúncias [...] o papel do conselho, de fato, de direito”.<sup>747</sup>

“Fazer valer” a existência do conselho na defesa das mulheridades manauenses, para Antônia, envolvia a inclusão de outras organizações sociais que lutavam em defesa dos modos de feminilidade fora dos padrões cisgêneros e heteronormativos, ou seja, as mulheres lésbicas, trans e travestis. Acerca destas, a resistência para participação e representação de pessoas transgêneras constituiu como um assunto a ser defendido pelas ativistas/conselheiras preocupadas com a escuta e o atendimento de demandas compreendidas muito aquém das suas realidades marcadas pela cisgeneridade. Segundo a colaboradora, o Fórum Permanente de Mulheres, espaço aglutinador das organizações da sociedade civil e articulador das eleições para o CMDM, “foi quem cravou e brigou mesmo para que uma instituição, como a ASSOTRAM, entrasse, né, tivesse um assento no conselho”.<sup>748</sup>

A organização mencionada por Barroso é a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas – ASSOTRAM, que teve sua participação no conselho a partir do biênio 2020 a 2022, com representação de Mirna Lysa Campos e Nichole Silva de Oliveira<sup>749</sup>, conforme registros do CMDM.<sup>750</sup> Além disso, a colaboradora rememora que a presença e a participação de mulheres de gênero dissidentes num espaço deliberativo e fiscalizador, como o conselho de mulheres de Manaus, tornou-se “uma guerra”, e enfatiza essa luta interna ao dizer “tu não tem ideia”, mobilizando a reflexão para o espectro da discriminação e as relações de poder inerente à uma instituição

---

<sup>745</sup> Entrevista com a massoterapeuta e ativista, **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 23 de setembro de 2023, no Laboratório de História da Imprensa da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

<sup>746</sup> *Ibidem*.

<sup>747</sup> *Ibidem*.

<sup>748</sup> *Ibidem*.

<sup>749</sup> Ambas as conselheiras foram colaboradoras do meu livro, resultado da minha dissertação de mestrado. Lima, Michele Pires. *Senhoras do tempo: gênero, trabalho e transativismos em Manaus (1992-2019)*. 1ª ed. – Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2024.

<sup>750</sup> Manaus. Decreto de 17 de agosto de 2021, que reconduz algumas mulheres para exercer a função de conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM. Diário Oficial de Manaus, edição 5164, 2021, p. 6. Arquivo do Conselho Municipal dos CMDM.

pública, supostamente democrática: “A ASSOTRAM tá lá, mas foi por muita briga nossa, porque a gente enfrentou muita coisa, pra que tivesse a ASSOTRAM, a ALMAZ”.<sup>751</sup>

A construção de memória de Antônia apresenta um conselho de direitos multifacetado e, concomitantemente, excludente para alguns grupos de mulheres que fogem às normatividades de gênero e sexualidade. Não é possível datar o início das discussões no CMDM para criação de assento para mulheres trans e travestis, porém as lembranças de Barroso dão a entender que não foi uma conquista imediata, mas um processo longo e doloroso, ouvindo, talvez, toda sorte de preconceito, seja explícita ou velada, contra um conjunto populacional historicamente excluído do debate e da tomada de decisões públicas. Acrescenta-se, ainda, embates para representação também da Articulação de Mulheres Homoafetivas e Aliad@s do Amazonas – ALMAZ. Os posicionamentos de algumas conselheiras demonstravam, segundo Antônia, um possível processo de engessamento do conselho ante a inclusão de novas organizações e representações, igualmente novas demandas que desestabilizariam o ordenamento ritualístico da instituição e novos enfrentamentos contra o aparelhamento por parte dos representantes do governo.

eu sei quando que eu fui uma das pessoas que trouxe a importância de ter essa representatividade dentro do conselho. Então, eu num vou te dizer quantas eleições se passaram, né, mas eu sei quem começou esse primeiro debate foi eu e a Francy, e a Rosaly, e a Izabel, que é a Bel, que a Bel participava da ALMAZ, e depois ela saiu da ALMAZ. Ah! E a Tiana, a Tiana, da AMILES, Tiana foi uma das também que a gente conseguiu trazer esse debate, né, da importância. Tanto é que quem fez o convite pra ASSOTRAM foi eu e Francy, pra vocês virem pra dentro do Fórum pra poder ter essa possibilidade de vir pra dentro do conselho.<sup>752</sup>

O excerto acima elencou algumas personagens femininas negras do movimento social e da luta sociopolítica, enfrentando instâncias de decisão importantes para abarcar a participação e representatividade de todas as mulheridades e feminilidades. Tiana, Francy, Izabel são lembradas por Antônia como precursoras dos diálogos para inclusão de mulheres trans, travestis e lésbicas no conselho, compreendendo sua relevância para pluralidade de perspectivas em prol dos direitos humanos e “usando seu poder como

---

<sup>751</sup> Entrevista com a massoterapeuta e ativista, **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 23 de setembro de 2023, no Laboratório de História da Imprensa da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

<sup>752</sup> Entrevista com a massoterapeuta e ativista, **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 23 de setembro de 2023, no Laboratório de História da Imprensa da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

mulheres” para reconfigurar o conselho na qualidade de lugar legítimo de todas as mulheridades manauenses.

A partir de uma análise feminista, a memória individual de Barroso e sua lembrança das companheiras de trincheira, dialoga com as noções de experiência, comunidade e solidariedade flexível que compõem o pensamento feminista negro. Sobre isso, Patrícia Hill Collins ao compreender a interseccionalidade “bem mais que ideias” sinaliza para o problema da solidariedade estática entre comunidades em situação de subalternidade, quando não há relações horizontalizadas e preocupações equitativas acerca das dificuldades particulares de cada pessoa ou grupo. Ela exemplifica essa questão a partir da relação hierárquica entre homens e mulheres nas comunidades negras no Estados Unidos da América, diante do pedido de solidariedade e lealdade para as mulheres negras, diante das dificuldades sociais que afetam expressivamente os homens negros – violência policial, por exemplo –, todavia, os homens negros não se solidarizavam ou compreendiam quando se tratava das necessidades sociais das mulheres (violência de gênero, por exemplo). Por isso, as mulheres negras questionaram a política de solidariedade nesses moldes e manipularam essa dimensão nas suas vidas, objetivando construir outras formas de relações internas e “escolhas estratégicas que fizessem mais sentido em resposta aos problemas sociais”, como o movimento Black Lives Matter que, ao usufruir do pensamento e das ações críticas do feminismo negro, abordou a questão do “racismo e a violência vividos pelas comunidades LGBTQ” nos seus trabalhos.<sup>753</sup>

A solidariedade flexível constitui uma ação contrapolítica coletiva capaz de iluminar o horizonte das memórias de lutas das ativistas negras e afro-indígenas lésbicas de Manaus como resposta às problemáticas de inclusão e representação de mulheres trans e travestis nos espaços deliberativos das políticas públicas. Contudo, à medida que as conselheiras colaboradoras se colocaram contra a principiologia conservadora que regia o Conselho Municipal das Mulheres, escancararam como “as relações de poder se organizam e operam”<sup>754</sup>. Questionada sobre o contexto histórico de embate institucional e o entendimento dos motivos pelos quais “essas pessoas têm que está aqui”<sup>755</sup>, Antônia explicou da seguinte maneira:

---

<sup>753</sup> Collins, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. tradução Bruna Barros; Jess Oliveira. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2022, p. 276-277. (PDF)

<sup>754</sup> *Ibidem*, p. 300. (PDF)

<sup>755</sup> Entrevista com a massoterapeuta e ativista, **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 23 de setembro de 2023, no Laboratório de História da Imprensa da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Porque justamente pelo entendimento das identidades e da orientação. A gente tem, como eu tava te falando no início da nossa conversa, nem todas feministas aceitam essas diversas identidades de orientação, isso já é um embate. E aí, como é que a gente traz esse debate? Através dos argumentos, dos direitos, das conquistas e do reconhecimento. De sair, como a gente fala, da invisibilidade, da exclusão. Como é que eu vou falar de exclusão e se eu aceitar, por exemplo, mulheres feministas que vêm, que trazem um feminismo de dentro da academia? Eu não vou acolher mulheres que são donas de casa, que de certa forma, - eu tô pegando um exemplo, tá? - já têm a sua sabedoria e uma prática de um feminismo, de uma sororidade, e aí a gente não vai: “não reconheço, porque não tem estudo”. Então você não tá... você só tá fortalecendo essa exclusão, não é?<sup>756</sup>

Para a colaboradora o conhecimento sobre identidade, gênero e sexualidade foi o primeiro passo para o reconhecimento da ausência de outras mulheridades no Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres. Antônia já entendia, à época, que muitas feministas não “aceitavam” a presença de mulheres lésbicas, trans e travestis nos espaços políticos equivocadamente compreendidos como de mulheres cisheterossexuais, e era urgente enfrentar esse modelo de pensamento, por isso só criava um embate. Assim, o método usado pelas colaboradoras-conselheiras foi produzir contranarrativas embasadas nas produções acadêmicas e na jurisprudência brasileira que reconhecia o gênero feminino às mulheres trans e travestis, buscando afastar o espectro da exclusão e da invisibilidade provocado pela relação de poder interseccional inerente ao conselho gestor.

Conforme pontuado por Antônia Barroso, não é possível incluir mulheres que seguem um padrão social, ou uma linha feminista acadêmica, que “fortaleça” a representação do conselho na sociedade, e excluir aquelas que não possuem trajetória acadêmica e compreendem seus femininos a partir da experiência vivida no cotidiano, como as donas de casa, beirando à “higienização” de um lugar histórico e politicamente construído enquanto defensor da “equidade, justiça social e sustentabilidade”.<sup>757</sup>

O trecho narrado “não reconheço, porque não tem estudo”, talvez possa ser interpretado por outra lente também: “não reconheço, porque não é mulher cis”, ou “não reconheço, porque não é mulher hetero” pode ter sido a forma que as outras conselheiras, seja da sociedade civil e governamental, pensaram ou, possivelmente disseram, sobre os assentos destinados para mulheres lésbicas e transexuais no CMDM.

<sup>756</sup> Entrevista com a massoterapeuta e ativista, **Antônia Maria Duarte Barroso**, realizada por Michele Pires Lima, em 23 de setembro de 2023, no Laboratório de História da Imprensa da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

<sup>757</sup> Kleba, Maria Elisabeth. Conselhos gestores como espaços de empoderamento organizacional. In.: Wendhausen, Agueda Lenita Pereira; Kleba, Maria Elisabeth (orgs.). *Conselhos gestores e empoderamento: vivências e potenciais da participação na gestão pública*. Jundiá: Paco Editora, 2017, p. 157.

No processo de construção de memória, Sebastiana Silva recorda que saiu do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres pela lesbofobia velada. Antes, me contou que entrou como conselheira titular em 2006, representando a Associação das Mulheres Independentes pela Livre Expressão Sexual (AMILES) e “bem verdinha”<sup>758</sup>:

Eu chego no Conselho muito verdinha, eu estava ali ainda me apropriando dessas discussões, a gente está adentrando ao movimento. Então a minha função dentro do Conselho não era uma função de decisão, eu apenas cumpria a determinação da presidente. Era um cumprimento, um rito dentro da organização do Conselho, mas a secretária executiva é uma figurante, ela só é mesmo para fazer o relato do que a presidente determina, as pautas que vão para o Conselho.<sup>759</sup>

De acordo com o quadro I, Sebastiana foi conselheira titular e secretária executiva do CMDM, entre 2006-2007, e, anos depois, conselheira titular em 2014. No entanto, perguntada sobre seus mandatos, a colaboradora recorda especificamente dos primeiros anos que, segundo seu relato, não ficou por muito tempo em virtude da invisibilidade das demandas das lésbicas na construção de políticas para mulheres. Segundo alguns registros de frequência catalogados, Tiana participou assiduamente das reuniões ordinárias e extraordinárias de 2006, diferentemente de 2007 estando presente apenas nos meses de janeiro e fevereiro.<sup>760</sup> Diante disso, questiono: Sebastiana participou ativamente em 2006 pela responsabilidade da secretaria do CMDM e sua reestruturação e, ante o silenciamento sobre as mulheres lésbicas, decidiu se distanciar no ano seguinte?

Os poucos registros escritos que sobreviveram ao tempo não evidenciam a substituição da colaboradora, ou a participação da sua suplente, Sônia. Contudo, as memórias de Tiana trazem uma outra perspectiva sobre sua atuação enquanto conselheira, sobretudo o desgosto pela forma que as demais conselheiras lidavam com as vidas de mulheres negras dissidentes sexuais, pois subjetivamente ela estava cumprindo a função de representação sem participação efetiva no debate: “eu era ali para cumprir uma função, e nós estávamos ali, o seguimento lésbico, eu estava ali para dizer que era democrático, participativo, mas na prática a gente não vê essa atividade.”<sup>761</sup>

---

<sup>758</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 16 de junho de 2023, por meio *Google Meet*, Manaus.

<sup>759</sup> *Ibidem*.

<sup>760</sup> Manaus. *Atas de reuniões Ordinárias e Extraordinárias realizadas em 17/01/2006; 01/02/2006; 08/02/2006; 15/02/2006; 08/03/2006; 05/04/2006; 10/06/2006; 01/07/2006; 10/08/2006; 11/10/2006; 01/11/2006; 21/11/2006*. Arquivo do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres.

<sup>761</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 16 de junho de 2023, por meio *Google Meet*, Manaus.

Ante essa questão, Sebastiana, em seguida, externaliza um pensamento de recusa que, provavelmente, foi construído entre 2006 e 2007, dizendo: “não quero mais”. E completa: “eu disse que não tinha que ficar num espaço fazendo representatividade sem a gente conseguir pautar as nossas pautas”<sup>762</sup>. A partir de então surgiu o seguinte questionamento: qual a sua interpretação sobre o processo de silenciamento das urgências envolvendo a vida de mulheres lésbicas no CMDM? Em tom assertivo e direto, Tiana contou: “a gente ainda passa por um processo que a política não é para mulher e a política também nunca vai ser para mulher lésbica”.<sup>763</sup> E as mulheres cisheterossexuais que ocupavam o espaço político de deliberação – mas no espaço política de modo geral – raramente apresentavam “sororidade” com as ativistas do segmento LGBTI+, especificamente, atravessadas pela negritude e pela desigualdade de classe.

Sebastiana Silva, reforça sua crítica e nos convida a rever a história para compreender o lugar das mulheres lésbicas e bissexuais, negras e indígenas, na luta e conquista de direitos:

Então, assim, se a gente for ver os movimentos de mulheres, o que nós conquistamos de direito depois do voto... quem são as mulheres que conquistam direito ao voto? São mulheres brancas, cis, normativas. As mulheres pretas e as mulheres homoafetivas, elas estavam cuidando dos filhos das mulheres brancas. Então a gente ainda não chegou nesse espaço, esse espaço ainda não nos pertence.<sup>764</sup>

Tiana exprime as dificuldades que mulheres lésbicas racializadas possuíam/possuem para serem ouvidas em suas pautas e reconhecidas como parte integrante de uma totalidade, como os conselhos gestores, mas não perdendo de vista a lesbofobia e o racismo enquanto prática entre algumas ativistas nos movimentos sociais, ONGs e associações. Concomitantemente, os conselhos foram/são espaços de confrontos e disputas em torno de políticas públicas mais gerais entre mulheres, deixando de lado àquelas específicas de cada segmento, tratando-as enquanto demandas de segunda ordem. Além disso, constato a angústia da colaboradora com o não reconhecimento das especificidades das mulheridades lésbicas entre as componentes do CMDM, mas eram todas as mulheres conselheiras do conselho, que tinham posturas discriminatórias veladas, conforme pontuado por Tiana?

---

<sup>762</sup> Entrevista com a ativista e ex-servidora pública, **Sebastiana Maria Correa da Silva**, realizada por Michele Pires Lima, em 16 de junho de 2023, por meio *Google Meet*, Manaus.

<sup>763</sup> *Ibidem*.

<sup>764</sup> *Ibidem*.

Não sabemos, mas me arrisco a dizer que talvez fossem posturas das representantes do poder público preocupadas com os interesses do próprio governo, do que das outras conselheiras advindas da sociedade civil, considerando o esquema de eleição para o conselho a partir da união dos movimentos sociais e ONGs no âmbito do Fórum Permanente de Mulheres de Manaus, espaço onde eram extraídos as organizações e os representantes de acordo com os critérios de reconhecimento dos pares e da comunidade na qual atuava.

As memórias Tiana, Antônia e Francly e os documentos oficiais do CMDM evidenciam suas presenças e seus embates, internos e externos, no Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, instituição paritária e democrática construída para/pelas mulheres ativistas de Manaus, objetivando garantir representatividade, empoderamento, direito e deliberação sobre as políticas públicas para a *mulher* manauense. Pôr a identidade de gênero no singular explícita, portanto, (I) os obstáculos de inclusão e reconhecimento de outras configurações de mulheridades, distantes do padrão construído e perpetuado pelo sistema colonial de gênero e de sexualidade historicamente estruturado no Brasil, mais precisamente as organizações manauenses de mulheres trans, travestis e lésbicas; (II) e dissimula a importância para necessidades próprias de mulheres lésbicas ou bissexuais nos campos de saúde, educação, segurança, assistência social, entre outros, haja vista “a importância de se construir estruturas organizacionais que possam abrigar e promover a interseccionalidade” como ação social, política e criativa.<sup>765</sup>

---

<sup>765</sup> Collins, Patrícia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. tradução Bruna Barros; Jess Oliveira. – 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2022, p. 301.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A socióloga argentina Natalia Ortiz Maldonado ao prefaciá o romance *El Cuerpo Lesbiano*, da feminista lésbica, Monique Wittig, para versão argentina, relembra o processo histórico e sistemático de exclusão das mulheres na construção do “pensamento y la escritura durante 3.500 años”. A marginalização das mulheridades na produção do conhecimento, segundo Maldonado, não foi acidental, mas atos discursivos e praticados pelo “patriarcado, sus instituciones y corporalidades”.<sup>766</sup>

A reflexão em tom de denúncia de Natalia explicita a violência contra as mulheres historicamente proibidas de acessar os espaços de produção de saber, cujos resultados, mais recentemente, são a lenta e gradual entrada de “mujeres lesbianas, transgénero, travestis y no binaries [...] en ese campo de batalla”.<sup>767</sup> O campo de batalha ao qual a socióloga se refere são as universidades, espaço onde esta pesquisa em mãos foi construída e defendida, forjada sob a binariedade da objetividade/subjectividade, imparcialidade/parcialidade e cientificidade/senso comum. Além do âmbito científico, também elenca espaços além do acadêmico que produzem um conhecimento não científico, no caso o gênero ficção, onde há resistência em reconhecer mulheridades escritoras de ponta, principalmente negras e indígenas advindas da periferia e da classe trabalhadora.

Dialogar com a professora Natalia Ortiz tem a finalidade de mostrar o pernicioso percurso que mulheres enfrentam para terem seus projetos, ideias e produções intelectuais reconhecidos e consumidos, e quando se trata de outras mulheres, o hiato se amplia, pois: “para mujeres, transexuales, lesbianas, no binaries y travestis, es difícil ocupar el ‘género ficción’, há sido casi imposible ocupar el ‘género no-ficción’ donde se dirime ‘la verdad’, la ciencia, la política, la economía”.<sup>768</sup>

Há muito tempo construímos técnicas de sobrevivência diferentes para ocupar os espaços intelectualizados, seja acadêmico ou não acadêmico. Esta pesquisa é resultado da resiliência de uma travesti historiadora que se atreveu a romper os cânones historiográficos para investigar as histórias de vida e os ativismos de mulheres lésbicas negras e afro-indígenas na capital da Amazônia, Manaus, entre 1992 e 2020. As

---

<sup>766</sup> Maldonado, Natalia Ortiz. Bramer. El sonido de la escritura del cuerpo que deserta. In.: Wittig. Monique. *El cuerpo lesbiano*. - 1ª Edición - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: hekht Libros, 2021, p. 13-14.

<sup>767</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>768</sup> *Ibidem*, p. 15.

escrevivências de Francy Junior, Tiana Silva, Izabel Cristina Costa, Antônia Maria Barroso e Andria Paula Rodrigues – mulheres negras e lésbicas, mães, avós, ativistas – a partir das suas trajetórias de vida contribuíram para constituição de uma “epistemologia lésbica negra que evidencia um ponto de vista das e para as lésbicas negras”<sup>769</sup>, tendo em vista as ações de reconhecimento da urgência de uma historiografia acerca da presença das mulheres negra na Amazônia<sup>770</sup>, sobretudo de mulheres lésbicas negras nos estudos do pós-abolição. Esses estudos procuram compreender as experiências de mulheres racializadas no processo de emancipação, como também as vivências daquelas que “se depararam com os significados de ser negra [...e lésbica] em décadas posteriores e no tempo presente”.<sup>771</sup>

Assim, embora a interseccionalidade das variáveis sociais estejam presentes no corpo e na subjetividade das contadoras de histórias, objetivei aqui investigar os efeitos históricos do sistema patriarcal e da heterossexualidade compulsória enquanto obstáculos que se cruzam para impedir, ou atrasar, a percepção das mulheres sobre suas sexualidades dissidentes, dificultando a possibilidade de relacionamentos afetivos e o direcionamento de paixões para outras mulheres, tendo em vista a sexualidade lesbiana como componente do poder capaz de desestabilizar a estrutura de opressão interseccional.

As memórias individuais e coletivas das colaboradoras, aqui analisadas, chamam atenção de nós, historiadores e historiadoras, para temas de investigação histórica pouco ou quase nada trabalhados, entre os quais as formas de maternidade dissidente. Nesse sentido, as vivências das ativistas trazidas para construir esta tese, demonstraram uma realidade materna atravessada por dificuldades, medos, reprovações e muitos desafios, a todo momento lutando pelo reconhecimento e pela legitimação do amamentar, da educação e do cuidado empregados aos próprios filhos e filhas.

As memórias intersubjetivas sobre ações sociopolíticas das ativistas nos e a partir dos movimentos sociais organizados de mulheres, LGBTI+ e de moradia, entre outros espaços de luta autêntica, refletem “aspirações e os interesses” de guinada estrutural para as mulheridades e feminilidades, igualmente para todas as “pessoas

---

<sup>769</sup> Silva, Zuleide Paiva da. “*Sapatão não é bagunça*”: estudo das organizações lésbicas da Bahia. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento), Salvador: Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, 2017, p. 154.

<sup>770</sup> Alves-Melo, Patricia (org.). *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. 2ª ed. Rev. e ampli. Curitiba: CRV, 2021, p. 8.

<sup>771</sup> Silva, Julio Claudio da; Farias, Cláudia Maria de; Silva, Fernanda Oliveira da. *Apresentação: dossiê História de mulheres negras no pós-abolição*. Canoa do Tempo, v.11, n. 2, p. 3, 2019.

desposuídas”.<sup>772</sup> Os posicionamentos públicos, as articulações políticas, as manifestações nas ruas, o acolhimento, o cuidado e as respostas em tempos de crise são algumas características elencadas da longa trajetória de militância das mulheres-colaboradoras preocupadas em “garantir que todas as nossas irmãs, independentemente da classe social” raça, gênero e sexualidade, “subam conosco”.<sup>773</sup>

Nos erguer e subir juntas é também o emblema desta pesquisa, pois, em conformidade com as reflexões da filósofa negra estadunidense, Angela Davis, as ativistas negras lésbicas amazônidas estão igualmente ocupadas em encontrar mecanismos para enfrentar o desemprego, a desigualdade salarial, a violência interseccional, a falta de moradia digna, a LGBTIfobia e as políticas de morte do povo racializado brasileiro e amazonense. Por isso, estas questões foram incluídas em suas agendas e nos seus respectivos movimentos sociais, enfatizando a necessidade de um “compromisso sério com o empoderamento daquelas mulheres que têm sido historicamente submetidas à invisibilidade”.<sup>774</sup>

Por fim, o uso imprescindível da História Oral nos possibilitou reconstruir as memórias de mulheridades lésbicas negras e afro-indígenas no contexto urbano de Manaus, haja vista os sentidos e os significados atribuídos aos sacrifícios e os silenciamentos dos desejos e da intimidade, não perdendo de vista as condições de possibilidade em amar e serem amadas em contextos sociais que, timidamente, visibilizam mulheres não-heterossexuais. O cuidado e a importância com que as narradoras contaram os impactantes momentos de felicidade, de raiva, de tristeza, de vigor e de força da mulher negra e lésbica, nos sensibilizam para combater o epistemicídio lésbico negro e afro-indígena e a hegemonia de uma história única, heterossexual e branca. Espero que a mesma sensibilidade que transborda em mim, causada por essas histórias, alcance todas as pessoas que carecem de humanidade e se crie múltiplas comunidades de escutadores.

---

<sup>772</sup> Davis, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 17.

<sup>773</sup> *Ibidem*, p.17

<sup>774</sup> *Ibidem*, p.17

## FONTES

### Orais

Entrevista com **Francimar Santos Junior** [Concedidas a Michele Pires Lima, Manaus (AM)], 11 jan. 2021/ 28 jan. 2021 / 14 de jun. 2024.

Entrevista com **Andria Paula Rodrigues** [Concedida a Michele Pires Lima, Manaus (AM)], 11 mar. 2021.

Entrevista com **Sebastiana Maria Correa da Silva** [Concedidas a Michele Pires Lima, Manaus (AM)], 13 nov. 2021/ 16 jun. 2023.

Entrevista com **Izabel Cristina da Costa Barroso** [Concedidas a Michele Pires Lima, Manaus (AM)], 24 mar. 2022/ 10 jul. 2023.

Entrevista com **Antônia Maria Duarte Barroso** [Concedidas a Michele Pires Lima, Manaus (AM)], 25 fev. 2022/ 25 set. 2023.

### Periódicos

#### *Jornal A Crítica*

“Combate ao tráfico de pessoas”. *A Crítica*, 17/01/2009, p. C4.

Em defesa dos direitos da mulher”. *A Crítica*, 08/09/2009, domingo, p. A7 (caderno Políticas).

“Norte é a principal rota, atesta Pestraf”. *A Crítica*, 25/10/2009, p. C12.

“Amazonas é uma zona vermelha”. *A Crítica*, 16/01/2009, p. C3.

“Fórum vai discutir conceito de homofobia”. *A Crítica*, 03/04/2011, p. C7.

“Bullying homofóbico em debate”. *A Crítica*, 10/04/2011, p. C10.

“O amor que já se ousa dizer o nome”. *A Crítica*, 08/05/2011, p. C4.

“Feministas reivindicam ações efetivas”. *A Crítica*, 09/03/2013, p. A6.

‘Rolezinho’ cobra Justiça. *A Crítica*, 24/01/2014, p. A5.

“Mulheres na rua: protesto contra o silêncio”. *A Crítica*, 01/04/2014, p. A6.

“*Mulheres cobram ALE*”. *A Crítica*, 2/04/2014, p. A5.

Andrade, Janaína. “Comissão decide hoje quem será investigado”. *A Crítica*, 10/04/2014, p. A3.

Vieira, Ivânia. “Laços contra a pedofilia”. *A Crítica*, 25/06/2014, p. A4.

“Crimes invisíveis no AM”. *A Crítica*, 12/09/2019. C2.

“Em nome da justiça e proteção”. *A Crítica*, 26/11/2019, p. C3.

“AntiLGBTfobia desde cedo”. *A Crítica*, 01/02/2020, p. C3.

“Confinamento acentua desigualdade de gênero”. *A Crítica*, 24/05/2020, p. A3.

*Jornal do Comércio*

“Grupo Gay do Amazonas luta por seus direitos”. *Jornal do Comércio*, nº 36.567, 5/02/1995, p.8.

“Lésbicas negras vão lutar contra o racismo”. *Jornal do Comércio*, 1995, nº 36.711, p. 10.

“Estilo GLS é somente dos que sabem viver”. *Jornal do Comércio*, nº 38.950, 11 nov. 2003, p. 23.

*Portal G1 AM*

Severino, Adneison. “AM é 3º estado com maior proporção de feminicídio a cada 100 mil mulheres”. *G1 AM*, 26/06/2018, publicação virtual.

“Manaus inaugura casa de acolhimento para mulheres vítimas de violência”. *G1 AM*, 21/07/2023, tiragem online.

*Revista Amazônia Real*

Bente, Ariel. A luta da mãe dos sem-teto, irmã Helena. *Amazônia Real*, 26/06/2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/a-luta-da-mae-dos-sem-teto-irma-helena/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

*Portal Xibé*

Mulheres lésbicas vão construir agenda de demandas”. *Portal Xibé*, 29 ago. 2015 (tiragem online). Disponível em: <https://www.portalxibe.com.br/cms/mulheres-lesbicas-vaoo-construir-agenda-de-demandas/>.

*Portal UOL*

“AM compra respiradores 'inadequados' em loja de vinho e paga 316% mais caro”. *Portal UOL*, 20/04/2020, tiragem online.

**Documentos Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres**

Manaus (AM). *Lide programático do projeto de lei*. Gabinete Vereador José Ricardo WENDLING, 2005. Arquivo do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres.

Manaus (AM). Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. *Relatório de atividades do CMDM – 2006-2007*. Manaus: CMDM, 2008. Arquivo do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres.

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. *Ata da Reunião Ordinária realizada em 02 de maio de 2007*, p. 3-4. Arquivo do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres.

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. *Ata da Reunião Ordinária realizada em 11 de setembro de 2012*, p. 1. Arquivo do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres.

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. *Ata da Reunião Extraordinária realizada em 17 de julho de 2012*, p. 2. Arquivo do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres.

Manaus. *Decreto de 17 de agosto de 2021*, que reconduz algumas mulheres para exercer a função de conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM. Diário Oficial de Manaus, edição 5164, 2021, p. 6. Arquivo do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres.

Manaus. *Decreto nº 4.168 de 5 de outubro de 2018*, dispõe sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, biênio 2018-2020. Diário Oficial de Manaus, edição 4.456, 2021, p. 4-5. Arquivo do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres.

Manaus. *Atas de reuniões Ordinárias e Extraordinárias realizadas em 17/01/2006; 01/02/2006; 08/02/2006; 15/02/2006; 08/03/2006; 05/04/2006; 10/06/2006; 01/07/2006; 10/08/2006; 11/10/2006; 01/11/2006; 21/11/2006*. Arquivo do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres.

### **Audiovisual**

*ENCANTADAS* - Mulheres e suas lutas na Amazônia. Direção: Taís Lobo. Produção: Milena Argenta. Local: CFEMEA; Geodésica Produções, 2018. Duração: 21 minutos e 15 segundos.

OLIVEIRA, Jairo Carioca de. *Trans(formar) pelo afeto – Projeto Mulheridades*. Youtube, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aQXGR4f5L3U&t=2518s>.

Programa Sem Censura. Exibido 12 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E2U2eHGIFSI>.

### **Legislação, Portarias, Decretos e Resoluções**

Brasil. *Constituição Federal do Brasil*. Brasília, Distrito Federal, 1988.

Brasil. *Lei Maria da Penha*: Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara,.

Brasil. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Projeto de Lei Ordinária nº 29 de 2007. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual Casas-abrigo para mulheres vítimas de violência e dá outras providências. Manaus (AM), 2007.

Brasil. Portaria MS Nº 1.459, de 24 de junho de 2011, institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

Brasil. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. 1ª ed., 1ª reimp. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Recurso Extraordinário Constitucional nº 846.102. *Diário da Justiça Eletrônico – STF*, nº 52/2015.

### **Anuários, Atlas e Relatórios**

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

*Diversidade/Supremo Tribunal Federal*. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2020.

Conselho Nacional de Justiça. *O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha*. Brasília: CNJ, 2018.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da Violência 2020*. Brasília: Ipea, 2016.

Amazonas. Secretária de Estado de Assistência Social. Relatório *Dados de Violência contra a mulher no Estado do Amazonas*. 2012.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Abers, Rebecca; Albuquerque, Maria do Carmo; Carlos, Euzeneia, *et. al.* Introdução. *In.: Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. Luciana Tatagiba; Ana Cláudia Chaves Teixeira (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- Agnolleti, Michelle Barbosa. A transmigração no espaço, no corpo e na subjetividade: deslocamentos de fronteira na experiência de travestis paraibanas na Itália. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, 2014.
- Alberti, Verena. Histórias dentro da História. *In.:* Pinsky, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 3ª ed., 6ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2021.
- Alberti, Verena. *Manual de História Oral*. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- Almeida, Juniele Rabêlo de. *História Oral e Movimento Social: Narrativas Públicas*. 1ª Ed. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- Almeida, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- Alves, Andreza Michelle dos Santos. *Comunidades eclesiais de base e teologia da libertação: experiências, memórias e resistências (MANAUS, 1980/1990)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.
- Alves, Bárbara Elcimar dos Reis; Fernandes, Felipe Bruno Martins (orgs.). *Pensamento lésbico contemporâneo: decolonialidade, memória, família, educação, política e artes*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2021.
- Alves, Raíla de Melo. *Sapatonas Negras: potências em movimento*. Belo Horizonte: Letramento; Temporada, 2022.
- Andrade, Luma Nogueira de. *Travestis na Escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- Arantes, Antônio. *Paisagens Paulistas: transformações do espaço público*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999.
- Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (orgs.). *Tomar Estado: Dotes e Casamentos (Séculos XVI-XIX)*. Porto, Lisboa: CITCEM, 2010.

- Araújo, Raissa Barbosa; Adrião, Karla Galvão. Políticas públicas para as mulheres no Brasil de 1985-2016: uma análise sobre sujeitos. *Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13° Women'Worlds Congress*, Florianópolis, 2017.
- Bairros, Luiza (1995). Nossos feminismos revisitados. In.: Hollanda, Heloísa Buarque. *Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais*. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- Bellini, Lúcia. *A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil Colonial*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- Benjamin, Walter. *Magia e técnicas, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. Editora Brasiliense, 1985.
- Bento, Cida. *O pacto da branquitude*. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- Berth, Joice, *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed. – Portugal: Edições 70, 2021.
- Bresciani, Stella; Naxara, Márcia (Orgs.). *Memória e Ressentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. – Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- Burke, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- Butler, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- Carlos, Euzeneia; Dowbor, Monika; Albuquerque, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. In.: Tatagiba, Luciana; Teixeira, Ana Claudia Chaves. *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- Carneiro, Ailton José dos Santos. A morte da clínica: movimento homossexual e [a] luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). *Anais XXVIII Simpósio Nacional de História: Florianópolis – SC*.
- Carneiro, Sueli. *Dispositivo da racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- Carneiro, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2005.
- Carneiro, Sueli. Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, 2003.
- Castro, Edna (org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.
- Cavalcante, Ygor Olinto Rocha; Sampaio, Patrícia Melo. História de Joaquina: Mulheres, Escravidão e Liberdade (Brasil, Amazonas: séc. XIX). *Afró-Ásia*, v. 16, 2012.
- Césaire, Aimé. *Discurso sobre a Negritude*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.
- Collins, Patricia Hill. *Inteseções letais: raça, gênero e violência*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2024.
- Collins, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. tradução Bruna Barros; Jess Oliveira. – 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2022.
- Collins, Patrícia Hill; Bilge, Sirma. *Interseccionalidade*. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.
- Collins, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- Costa, Cléria Botelho da. *A escuta do outro: os dilemas da interpretação*. *História Oral*, v. 17, nº 2, 2014.
- Costa, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira Costa. *Liberdade Fraturada: As redes de coerção e o cotidiano da exploração na província do Amazonas (Brasil, século XIX)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Estadual de Campinas, SP, 2022.

- Crenshaw, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10 (1), 2002.
- Cruz, Heloisa de Faria; Peixoto, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa. *Projeto História*, v. 35, p. 257-260, 2007.
- Curiel, Ochy. *A nação heterossexual – Análise do discurso jurídico e do regime heterossexual a partir da antropologia da dominação*. Tradução: Marina Waquil; Sheyla Miranda. 1ª ed. – Belo Horizonte: Editora Luas, 2024
- Curiel, Ochy. *La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: Edición Brecha Lésbica y En La Frontera, 2013.
- Cusicanqui, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax Utxiwa*. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón y Retazos, 2010.
- Davis, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.
- Del Priore, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- Delgado, Lucilia de Almeida Neves. A Campanha das Diretas Já: narrativas e memórias. ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2007.
- Delgado, Richard; Stefancic, Jean. *Teoria Crítica da Raça: uma introdução*. Tradução: Diógenes Moura Breda. 1ª ed. – São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.
- Domingues, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, n. 13, 2007.
- Elias, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- Evangelista, Marcela Boni. Ser mãe ou não ser: afinal, qual é a questão? Rovai, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.
- Evaristo, Conceição. *Insubmissa Lágrimas de Mulheres*. 4. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020.
- Evaristo, Conceição. *Becos da Memória*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- Evaristo, Conceição. *Olhos D'água*. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- Evaristo, Conceição. *Olhos D'Água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- Ferraz, Maria Cruz. *Em Busca da Visibilidade: o movimento de mulheres lésbicas em Belo Horizonte (1998-2014)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2021.
- Foucault, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- Franca, Nayla Flavianne Borges Carvalho. *As lésbicas estão na História!!: discutindo as narrativas escolares sobre a Ditadura Civil-Militar*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Universidade Federal de Goiás, 2022.
- Freitas, Antonio Jerfeson; Araújo, Cosma Silva de; Sales, Telma Bessa. “O que essa entrevista está documentando?”: entrevista com a professora Verena Alberti. *História Oral*, v. 20, n. 2, p 2017.
- Gohn, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 4ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- Gohn, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, 2011.

- Gohn, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 7. Ed. – Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- Gohn, Maria da Glória. *Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis: como impactam e por que importam?* – Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2022.
- Gomes, Eduardo Lamanes. Entre elas: relações afetivo-sexuais entre mulheres negras em “Beijos na face” e “Isaltina campo belo”, de Conceição Evaristo. *Anais V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades: 10 anos*. Bahia, 2017.
- Gonzalez, Lélia (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In.*: Rios, Flávia; Lima, Márcia (orgs.). *Por um feminismo Afro Latino Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar.
- Grele, Ronald. Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva à história oral. *In.*: Ferreira, Marieta de Moraes Ferreira; Amado, Janaina (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8 ed. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- Haraway, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução: Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu* (5), 1995.
- Hartog, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. 1. ed; 3. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- Heilborn, Maria Luiza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- Holanda, Heloísa Buarque de. Pensamento feminista brasileiro: formação e contextos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 20 (obra Kindle Interseccionalidade: Pioneiras no feminismo negro brasileiro).
- Helene, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Cad, Metrópole*, v. 21, n. 16, 2019.
- Henriques, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2001.
- Honneth, Axel. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- Hooks. Bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.
- Hooks, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 1ª ed, – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- Hooks, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- Hooks. Bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Ed. Elefante. 2021.
- Jesus, Jaqueline Gomes de; *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.
- Jesus, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012.
- Kilomba, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- Kleba, Maria Elisabeth. Conselhos gestores como espaços de empoderamento organizacional. *In.*: Wendhausen, Agueda Lenita Pereira; Kleba, Maria Elisabeth (orgs.). *Conselhos gestores e empoderamento: vivências e potenciais da participação na gestão pública*. Jundiaí: Paco Editora, 2017.

- Koubi, Geneviève. Entre sentimentos e ressentimentos: as incertezas de um direito das minorias. In: Bresciani, Stella; Naxara, Márcia (Orgs.). *Memória e Ressentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. – Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- Kulick, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- Kyrillos, Gabriela M. Interseccionalidade: proposta de um mapa teórico provisório. *Revista Estudos Feministas*, 32 (3), 2004.
- Leal, Maria Lúcia; Leal, Maria de Fátima (orgs.). *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil – PESTRAF: Relatório Nacional – Brasil*. Brasília: CECRIA, 2002.
- Lima, Michele Pires. *Senhoras do tempo: gênero, trabalho e transativismos em Manaus (1992-2019)*. 1ª ed. – Manaus: Edua; São Paulo: Alexa Cultural, 2024.
- Lima, Michele Pires. *Senhoras do Tempo: cotidiano, trabalho e ativismos de travestis e transexuais em Manaus (1992-2019)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus, 2021.
- Lima, Michele Pires. *Quando o "bichinho da militância" toca: ativismos trans em Manaus/AM (1992-2019)*. *Revista Espaço Acadêmico*, 2021.
- Lima, Michele Pires; Sampaio, Patrícia Melo. Pederastas e meretrizes: trabalho, crime e cotidiano nos jornais de Manaus (1967-1972). In.: Green, James N.; Quinalha, Renan; et.al (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.
- Lima, Michele Pires. Mulheres de Trottoir: trabalhadoras do sexo nos jornais de Manaus (1967-1970). *Revista Trilhas da História*, v. 7, n. 14, 2018.
- Lorde, Audre. *Irmã Outsider*. Tradução: Stephanie Borges. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- Lorde, Audre. *Sou sua irmã: escritos reunidos*. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- Lüchmann, Lígia Helena Hahn. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. *Caderno CRH*, v. 1, n. 52, 2008.
- Lugones, María. Colonialidade e Gênero. In: Hollanda, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 78.
- Macedo, Ana Cláudia Beserra. *Colonialidade da Sexualidade: uma análise comparada e colaborativa sobre violência em relações lésbicas em Bogotá, Brasília e Cidade do México*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília - DF, 2020.
- Macedo, Cláudia. *Colonialidade da Sexualidade: implicações sobre violências em relações lésbicas na América Latina*. Belo Horizonte: Letramento, 2024.
- Machado, Frederico Viana; Rodrigues, Cristiano Santos. Movimentos Negros e LGBT no Governo Lula: desafios da institucionalização segmentada. In.: Machado, Frederico Viana; Massola, Gustavo; Ribeiro, Mari Auxiliadora (orgs.). *Estado, ambiente e movimentos sociais*. Florianópolis: ABRAPSO Editora: Edições do Bosque CFH/UFSC, 2015.
- Machado, Maria Helena [et. al] (orgs.). *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- Maldonado, Natalia Ortiz. Bramar. El sonido de la escritura del cuerpo que deserta. In.: Wittig, Monique. *El cuerpo lesbiano*. 1ª Edición – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: hekht Libros, 2021.

- Maranhão, Gabriela. *Relações Homoafetivas: uniões de afeto*. Editor Ministério Público do Estado da Bahia, p. 3, 2011.
- Matta, Gustavo C., Rego, Sérgio, Souto, Ester. P., Segata, Jean. (orgs.). *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021.
- Mbembe, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios – Revista do PPGAV*, nº 32, 2016.
- Meinerz, Nádia. *Entre Mulheres: etnografia sobre relações homoeróticas femininas em segmentos médios urbanos na cidade de Porto Alegre*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- Melo, Patricia Alves (org.). *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. 2ª ed. Rev. e ampli. – Curitiba: CRV, 2021.
- Melo, Patrícia Alves. Rompendo o silêncio sobre a presença negra no Amazonas: um breve balanço historiográfico. In.: Queirós, César Augusto Bulboz (org.). *Historiografia amazonense em perspectiva*. Manaus: Valer, 2020.
- Mendoza, Breny. A colonialidade do gênero e poder: da pós-colonialidade à decolonialidade. Trad. Letícia Pilger da Silva; Sueliton de Oliveira Silva Filho. *Revista X*, v. 16, n. 1, 2021.
- Mignolo, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Trad. Ângela Lopes Norte. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, p. 287-324, 2008.
- Miñoso, Yuderkys Espinosa. *Escritos de uma lésbica escura: reflexões críticas sobre feminismo e política de identidade na América Latina*. Coleção Pindorama. Tradução: Caroline Marim e Susana Castro – Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2022.
- Moranga, Cherrie; ANZALDÚA, Glória (Eds.). *This bridge calleed my back: Writings by radical woen of color*. London: Persephone Press, 1981.
- Morrison, Toni. *O olho mais azul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- Munanga, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 4ª ed. 2ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- Munanga, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In.: *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: EDUFF, 2004.
- Nascimento, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Organização Alex Ratts. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- Nascimento, Letícia Carolina. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- Nora, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução: Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993.
- Oliveira, Marcos Roberto Russo de. *Amizades, porradas, facadas e caseiras fumegantes: uma história das galeras de Manaus (1985-2000)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, 2017.
- Oliveira, Megg Rayara Gomes de. *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná - Curitiba, 2017.
- Oliveira, Megg Rayara Gomes de. *Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero*. 1ª edição. Salvador: Editora Devires, 2020.
- Oyèwùmí, Oyèrónké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo: 2021.
- Pedra, Caio Benevides. *Direito LGBT: a LGBTfobia estrutural e a diversidade sexual e de gênero no direito brasileiro*. Curitiba: Appris, 2020.

- Pedra, Caio Benevides. *Cidadania Trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020.
- Pedro, Joana Maria; Freitas, Idalina Maria Almeida; Veras, Elias Ferreira. Diálogos (Im)pertinentes: as categorias gênero, sexualidade, raça e classe na historiografia brasileira contemporânea. In.: Reis, Tiago Siqueira; et. al. (orgs.). *Coleção História do Tempo Presente: Volume 1*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019, p. 100
- Pereira, Denis da Silva. *Violência contra LGBT's em Manaus: resistência e enfrentamento*. Manaus: EDUA, 2020.
- Pesavento, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades modernas. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 53, 2007.
- Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. Caminhos da História das Mulheres no Amazonas. In.: Queirós, César Augusto Bubolz (org.). *Historiografia amazonense em perspectiva*. Manaus: Editora Valer, 2020.
- Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 3ª ed. – Manaus: EDUA, 2015.
- Pinsky, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- Pinto, Célia Jardim. Feminismo, História e Poder. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, 2010.
- Pinto, Renan Freitas; Puga, Lúcia; Pedrosa, Tatiana. *Amazônia: apontamentos de história oral*. Manaus: Editora Valer/PPGICH – UEA, 2020.
- Pollak, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 202, 1992.
- Preciado, Beatriz (Paul B. Preciado). Quem defende a criança queer? *Revista Jangada*, Viçosa, v. 1, n. 1, p. 98, jan./jun. 2013.
- Queiroz, Rita Suely de. *Territórios do prazer: ambiente e prostituição na área central de Manaus*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente). Universidade do Amazonas, 1999.
- Quijano, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In.: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- Quinalha, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- Rago, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas - SP: Editora Unicamp, 2013.
- Reich, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. Tradução Maria da Graça de Macedo. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 41-45.
- Reis, Tiago Siqueira. et al (orgs.). *Coleção história do tempo presente: volume I*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.
- Rich, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas*, v. 4, n. 5, 2010.
- Rich, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e outros ensaios*. Tradução Angélica Freitas e Daniel Lühmann. Rio de Janeiro: A Bolha, 2019.
- Parizi, Vicente Galvão. *O livro dos Orixás: África e Brasil*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.
- Portelli, Alessandro. Posfácio: À espera do inesperado. In.: Hermeto, Miriam; Santhiago, Ricardo (org.). *Entrevistas imprevistas: surpresa e criatividade em história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2022.
- Portelli, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

- Rovai, Marta Gouveia de Oliveira. *Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino*. Salvador: Pontocom, 2013.
- Rovai, Marta Gouveia de Oliveira. A ética da escuta: o desafio dos pesquisadores em história oral. *Testimonios*, n. 4, 2015.
- Rovai, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.
- Rovai, Marta Gouveia de Oliveira; Santhiago, Ricardo (orgs.). *História oral como experiência: reflexões metodológicas a partir de práticas de pesquisa*. Teresina: cancionero, 2021.
- Rovai, Marta Gouveia de Oliveira. Por uma história dos afetos no presente: narrativas de mulheres trans/travestis sobre o direito de amar. *Projeto História*, São Paulo, v. 72, pp. 228–256, 2021.
- Rovai, Marta Gouveia de Oliveira. *Sob nossa pele e com nossas vozes: feminilidades transbordantes do sul mineiro*. Teresina: Cancioneiro, 2022.
- Sales, Alessandra do Amaral; Torres, Iraildes Caldas. Mulheres na Luta por Moradia: um olhar sustentável sobre a atuação do Movimento Orquídeas. *Anais do 18º REDOR*. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.
- Sankofa, Keila Serruya; Dandara, Jéssica. Figuras importantes: Francy Junior. *Projeto Direito à Memória – outras narrativas*. Manaus, sem data. Disponível em: <https://www.direitoamemoria.com/francyjunior>.
- Santana, Bianca. *Quando me descobri negra*. São Paulo: SESI-SP editora, 2015.
- Santhiago, Ricardo; Magalhães, Valéria Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90*, v. 27, 2020.
- Santos, Antonio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. 1ª ed. São Paulo: Ubu editora, 2023.
- Santos, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- Santos, Patricia Lessa dos. *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, 2007.
- Santos, Tatiana Nascimento dos. *Letramento e tradução no espelho de Oxum: teoria lésbica negra em auto/re/conhecimentos*. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- Saunders, Tanya L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. *Periódicus*, Salvador, n. 7, v. 1, 2017.
- Schor, Tatiana; Oliveira, José Aldemir de. *Reflexões metodológicas sobre o Estudo da Rede Urbana no Amazonas e perspectivas para análise das cidades na Amazônia Brasileira*. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011.
- Scott, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, v. 16, n.1, p. 304, 1998.
- Sedgwick, Eve Kosofsky. *A epistemologia do armário*. *Cadernos Pagu*, v. 28, 2007.
- Segato, Laura Rita. *Santos e daimones: o politeísmo afro-brasileiro e a tradição arquetipal*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.
- Silva Junior, Juarez Clementino da. *Um negro de poder no Amazonas da primeira república: Monteiro Lopes, o jurista e deputado (1892-1910)*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História), Universidade Federal do Amazonas, 2016.
- Silva, Ellen de Moraes; Silva, Pamella Oliveira da; Cativo, Cássia Karimi Vieira; Oliveira, Criscyanne Andrade de. Violência étnica/racial no Amazonas. In.: Oliveira, Criscyanne Andrade de; Marques, Dorli João Carlos; et.al. *Retratos das violências no Amazonas*. Manaus (AM): Editora UEA, 2024.

- Silva, Julio Cláudio. *Entre Mira, Serafina, Rosa e Tia Neguita: a trajetória e o protagonismo de Léa Garcia*. 1ª ed. Manaus (AM): Editora UEA, 2023.
- Silva, Julio Cláudio da. Léa Garcia: narrativas de si e narrativas sobre uma dama negra do teatro e cinema 1952-1957. *Canoa do Tempo*, v.11, n. 2, p. 7, 2019.
- Silva, Julio Cláudio da. *Uma Estrela Negra no teatro brasileiro: relações raciais e de gênero nas memórias de Ruth de Souza (1945-1952)*. Manaus: UEA Edições, 2017.
- Silva, Julio Claudio da. *Relações raciais, gênero e memória: a trajetória de Ruth de Souza entre o Teatro Experimental do Negro e o Karamuru House (1945-152)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2011.
- Silva, Márcia Alves da. Discutindo gênero através do trabalho artesanal. In: *IX Seminário da Pesquisa em Educação da Região Sul/ANPEDSUL*, Caxias do Sul, 2012.
- Silva, Mariana Maria Teixeira da. *A identidade e a vivência da maternidade lésbica negra em Recife/PE*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Universidade Federal de Pernambuco, 2017.
- Silva, Patrícia Rodrigues da. *Disputando espaços, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM, 1967-2010)*. Manaus-AM: EDUA, 2016.
- Silva, Sebastiana. Gestão Pública Estadual e suas Nuances Lesbianas no Contexto Amazônico. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 4, n. 02, 2018.
- Silva, Zuleide Paiva da. *“Sapatão não é bagunça”*: estudo das organizações lésbicas da Bahia. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento), Salvador: Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, 2017.
- Soares, Mayana Rocha; Brandão, Simone; Farias, Thais (orgs.). *Lesbianidades Plurais: outras produções de saberes e afetos*. Salvador: Devires, 2019.
- Soares, Mayana Rocha; Brandão, Simone; Farias, Thais (orgs.). *Lesbianidades plurais: abordagens e epistemologias sapatonas*. Salvador: Editora Devires, 2019.
- Souza, Antônio Carlos Batista de Souza. *Sítios na Várzea do Baixo Rio Solimões: rupturas e adaptações na Costa do Pesqueiro – Município de Manacapuru-AM*. Dissertação (mestrado em Geografia), Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2010.
- Stearns, Peter N. *História das Relações de Gênero*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- Taveira, Eula Dantas. A história do jornal de maior circulação do Amazonas. In: *Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: A mídia impressa, o livro e o desafio das novas tecnologias*. Campo Grande: Universidade Federal Mato Grosso do Sul - UFMS, 2001, p. 1-18.
- Torres, Iraildes Caldas. O trabalho das agricultoras da Amazônica: um olhar para os direitos humanos. *Saberes da Amazônia*, v. 04, n. 09, 2019.
- Tronto, Joan. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre moralidade a partir disso? In: Jaggar, Alison M.; Bordo, Susan R. (orgs.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução: Brita de Freitas. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.
- Vasconcelos, Andréa Freitas de. Exploração sexual feminina na fronteira: Brasil e Venezuela. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.
- Vasconcelos, Vânia Nara Pereira. A aprendência da escuta como insurgência epistêmica a partir das narrativas de uma mulher do sertão baiano. *História Oral*, v. 25, n. 2, 2022.

- Vencato, Anna Paula. Prefácio. In: Wiggers, Raquel; Lima, Natã Souza (orgs.). *Abuso e exploração sexual: notas para um debate multidisciplinar*. Manaus: Editora Valer, 2014.
- Vergès, Françoise. *Um Feminismo Decolonial*. Tradução: Jamille Pinheiro; Raquel Camargo. São Paulo: Ubu editora, 2020.
- Warren-Scherer, Ilse. Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais. Warren-Scherer, Ilse; Luchmann, Lígia Helena Hanh (orgs.). *Movimentos sociais e participação*. Abordagens e experiências no Brasil e na América Latina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.
- Wittig, Monique. O pensamento heterossexual e outros ensaios. Tradução: Maíra Mendes Galvão. 1ª ed. – Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2022.
- Xavier, Giovana. *História social da beleza negra*. São Cristão, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.
- York, Sara Wagner; Oliveira, Megg Rayara Gomes de; Benevides, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 3, 2020.
- Zelic, Helena; Bianconi, Giulliana, et. al. *Pesquisa Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. São Paulo: Gênero e Número; SOF, 2020.